

HISTÓRIA & ENERGIA

4 SETEMBRO 1987

APRESENTAÇÃO / PÁG. 2

NOTA INTRODUTÓRIA / PÁG. 3

OS JOVENS MILITARES

E A VELHA REPÚBLICA / PÁG. 4

A PREPARAÇÃO DO LEVANTE / PÁG. 18

O DIÁRIO DA REVOLUÇÃO / PÁG. 29

O PODER DIVIDIDO / PÁG. 65

UMA CIDADE EM GUERRA / PÁG. 76

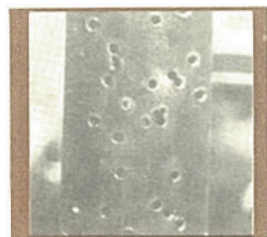
A LIGHT SOB FOGO CRUZADO / PÁG. 93

OS MAPAS DA REVOLUÇÃO / PÁG. 114

Eletropaulo
ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.

A LIGHT

E A



REVOLUÇÃO

DE 24



HISTÓRIA E ENERGIA. A Light e a Revolução de 24.
São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, nº 4, set. 1987. Mapas, fotos.

1. Revolução de 1924 - história.
2. Tenentismo - história. 3. São Paulo - história. 4. Light - história.

Eletropaulo - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

João Oswaldo Leiva

VICE-PRESIDENTE

Einar Alberto Kok

CONSELHEIROS

Wilson de Araújo Costa, Antônio Roque Citadini, André Domingos Costabile Ippolito, Alfredo de Almeida Júnior, Flávio Nelson da Costa Chaves, Carlos Nelson Bueno, Rubens Resstel, Tito Enrique da Silva Neto, José Marcondes Brito de Carvalho, Tullio Romano Cordeiro de Mello

DIRETORIA

PRESIDENTE

André Domingos Costabile Ippolito

VICE-PRESIDENTE

Darcy Paulillo dos Passos

DIRETORES

Antônio Russo, Carlos Pedro Jens, Marcello Oreste Bogaert, Laerte Martins, Alvaír Augusto Jacinto, Reynaldo Maffei, José Ivandro Dourado Rodrigues, Marcelo de Azeredo

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Audálio Dantas

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Gildo Marçal Brandão

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Célia Reis Camargo, Dirce P. S. Mendes, Vera Lúcia Tokairim, Maria Lúcia I. dos Santos, Adelina Maria B. Bouças, Alexandre Guarini, Cecília de M. Goda, Ênio Tadeu de Freitas, Eurico Tadeu B. de Araújo, João Rodrigues Neto, Paulo Afonso Arruda, Rita de Cássia M. Lo Schiavo, Sérgio Alberto D. da Silva, Carlos Sérgio da C. Lima, Rubens Carotenuto
Setor de Pesquisa: José Alfredo O. V. Pontes, Denise Mendes, Giselle Beiguelman Messina, Guilherme F. de Assis, José Antonio Segatto, Nívia Faria, Renato de Oliveira Diniz

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Vera Maria de Barros Ferraz, Heloísa Barbosa da Silva, Cecília Q. S. Santoro, Maria Lúcia Perrone Passos, Sueli Martini Ferrari, Raquel da Cunha Gaiger, Ricardo Lopes Furtado, Rosane Tróia, Tânia Cristina Ferreira, Olga Maria S. Melo Souza

EDITORIA DE PUBLICAÇÕES

Duarte Pacheco Pereira, Edsel O. Britto, Marta Corrêa de Toledo Dias, Mônica Violante, Telma Domingues da Silva

Setor de Arte: Fernando Lemos, Cely Russo Vieira, Kenzi Oyama, Marilda Campagnoli de Vilhena

APOIO ADMINISTRATIVO

Francisco E. Bezerra de Menezes, Sônia Nascimento Síndici, Miriam Abasto Monteiro, Maria Márcia de L. Faria, José de Lima, Marco Antônio de Lima, Moisés Inácio Duarte

Trabalharam na edição deste Caderno:

EDITOR

Duarte Pereira

EDITOR DE ARTE

Fernando Lemos

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Cely Russo Vieira, Marilda Campagnoli de Vilhena

PROJETO DE PESQUISA

José Alfredo O. V. Pontes, Ricardo Maranhão, José Antonio Segatto

PESQUISAS E TEXTOS

José Antonio Segatto, Nívia Faria, Giselle Beiguelman Messina, Maria

Lúcia Perrone Passos, Duarte Pacheco Pereira

PESQUISAS DE APOIO

Edsel Britto, Dirce P. S. Mendes, Denise Mendes, Kátia Martinez, Rita de

Cássia M. Lo Schiavo

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS E REVISÃO

Telma Domingues da Silva, Mônica Violante

PESQUISA E EXECUÇÃO FOTOGRÁFICA

Carlos Sérgio da Costa Lima, Kenzi Oyama, Rubens Carotenuto

DATILOGRAFIA

Miriam Abasto Monteiro, Maria Márcia de L. Faria, Margaret Miller

Robertson

FOTOLITO, MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica da Eletropaulo

TIRAGEM

15.000 exemplares

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração especial da historiadora Anna Maria Martinez Corrêa, do advogado Miguel Costa Júnior, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dos funcionários do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Vila Leopoldina, de Miriam Moreira Leite do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade de São Paulo, do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo, da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e de Vera Tokairim e Maria Lúcia I. dos Santos (na organização da bibliografia e da ficha catalográfica).

Capa: Poste da Light perfurado pela fuzilaria de rebeldes e legalistas em junho de 1924

& HIS
& EN

HISTÓRIA
& ENERGIA



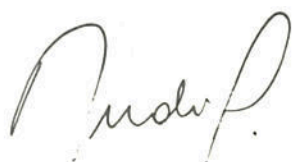
DEPARTAMENTO DE  PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Uma das finalidades que podem ser atribuídas à ciência histórica, apresenta-a empenhada em resgatar as lições do passado para iluminar os desafios do presente e delinear o futuro desejável.

Essa definição é, possivelmente, a que mais se aproxima das atribuições de um Departamento de Patrimônio Histórico no âmbito de uma empresa pública de energia elétrica como a Eletropaulo. O setor elétrico brasileiro avizinha-se de seu centenário num momento em que não só o Brasil, mas a economia mundial enfrentam uma crise energética, buscando novas fontes supridoras, sistemas mais eficientes de transmissão e distribuição e um perfil mais equilibrado de consumo. A Eletropaulo, por sua vez, consolidando-se como empresa distribuidora de energia elétrica no principal aglomerado urbano da América Latina, redobra esforços para renovar seu sistema distribuidor. Nesse contexto, o exame das experiências passadas, positivas e desfavoráveis, revela-se particularmente útil para a delimitação de alternativas tecnológicas e fixação de metas e prazos, confirmando quanto o planejamento moderno exige o conhecimento do passado. Exemplo recente foi o aproveitamento de lições das crises de abastecimento dos anos 20 e dos anos 50 para melhor enfrentar a longa estiagem e a ameaça de escassez de energia elétrica registradas no ano passado.

Um fator adicional realça a importância do acervo histórico da Eletropaulo, sucessora da São Paulo Light. Empresa concessionária de serviços públicos, era inevitável que a Light se envolvesse de modo íntimo com os poderes concedentes. Prestadora de serviços essenciais desde o começo do século XX, seu papel foi decisivo na industrialização e urbanização de São Paulo. Como resultado, os arquivos da empresa acumularam um notável acervo de documentos, hoje indispensáveis para uma reconstituição mais precisa e multilateral de momentos decisivos da história do país. O episódio do levante tenentista na cidade de São Paulo, sobre o qual se guardava nos arquivos da empresa uma documentação valiosa e inédita que enriquece esse Caderno, é uma comprovação de quanto a memória da empresa está entrelaçada à da comunidade. E, sendo assim, é um dever da Eletropaulo, como guardiã desse patrimônio público, encontrar meios e formas de democratizar seu conhecimento.

Por todos esses motivos, a Eletropaulo sente-se desvanecida de poder, com publicações como esta, dar prosseguimento a seu moderno e pioneiro trabalho de patrimônio histórico.



ANDRÉ IPPOLITO

Engenheiro e presidente da Eletropaulo

DURANT

julho de 1924, um le
um grupo de militar
então controlado pe
São Paulo. Trata-se c
sido desencadeada
julho, no Rio de Jani
como o levante do F
tenentista cujo morr
político-militar de 19
de 1935.

O levante começ
derrota do 5 de julho
efeito pelo governo /
todo-poderosa Força
os rebeldes tomam c
governador, põe-se n
exercício do poder. A
resolvem revela o se
o seu exíguo prograr
desencadeiam. Com
presidente", deixam
"autoridades estabel
qualquer apoio popu

AS tropas legalis
e militar dos revoltos
não apenas os rebel
(Mooca, Brás, Belém
afetados) e a estrutu
batem em retirada pa
outros grupos vindos
Costa/Luis Carlos Pr
esta adentra o país, p
inúmeros combates c

MESMO

de 1924 anuncia e ab
transformações. Ao f
brasileiro terá sido re
industrialização acel
movimento tenentista
objetivos iniciais, ace
pelos inimigos da vés
direita e uma ala esqu
Mas o país terá muda

A rica diversidade do acervo documental reunido pela São Paulo Light e hoje incorporado ao patrimônio da Eletropaulo recebe, às vezes, comprovações inesperadas como a atestada por este caderno *História & Energia* nº 4: centenas de documentos inéditos, de recortes de jornais e até álbuns fotográficos inteiros sobre o levante de 1924 em São Paulo jaziam esquecidos nos arquivos da empresa. Redescobertos pelo Departamento de Patrimônio Histórico, serviram de ponto de partida para as investigações que resultaram na elaboração do presente caderno, que enriquece a bibliografia sobre o relevante movimento político-militar que abalou São Paulo durante quase um mês.

A ocorrência de achados como esse ressalta que os encargos da Superintendência de Comunicação da Eletropaulo não podem restringir-se às costumeiras tarefas de divulgação interna e externa dos propósitos e atividades da empresa, ou da prestação de contas dos esforços para desincumbir-se de suas obrigações próprias como empresa distribuidora e geradora de energia. Incumbe-lhe também o dever de preocupar-se com a preservação e organização desse verdadeiro patrimônio público que é o acervo histórico da empresa, parte integrante de nossa memória como nação, cabendo-lhe ainda buscar formas e meios de democratizar cada vez mais o acesso a seu conhecimento e utilização.

NOTA INTRODUTÓRIA

Gildo Marçal Brandão é jornalista, cientista político e chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

GILDO MARÇAL BRANDÃO

DURANTE vinte e três dias, de 5 a 28 de julho de 1924, um levante organizado e comandado por um grupo de militares em oposição ao governo federal, então controlado pelas oligarquias, abala a cidade de São Paulo. Trata-se da segunda revolta — a primeira havia sido desencadeada dois anos antes, também em 5 de julho, no Rio de Janeiro, no episódio que ficou conhecido como o levante do Forte de Copacabana — de um ciclo *tenentista* cujo momento culminante é o movimento político-militar de 1930 e que se estende até a insurreição de 1935.

O levante começa a ser preparado no rescaldo da derrota do 5 de julho de 1922 e da repressão levada a efeito pelo governo Artur Bernardes. Ele envolve a então todo-poderosa Força Pública paulista. Em poucos dias os rebeldes tomam conta da cidade. Com a fuga do governador, põe-se na ordem do dia a questão do exercício do poder. A forma pela qual os revoltosos a resolvem revela o seu despreparo, o descompasso entre o seu exíguo programa e o movimento que desencadeiam. Como seu objetivo básico é “derrubar o presidente”, deixam o governo da cidade nas mãos das “autoridades estabelecidas” e procuram afastar todo e qualquer apoio popular organizado.

AS tropas legalistas aproveitam o isolamento político e militar dos revoltosos. Cercam e bombardeiam a cidade, não apenas os rebeldes, mas também a população civil (Mooca, Brás, Belém etc., são bairros particularmente afetados) e a estrutura produtiva (fábricas). Os rebeldes batem em retirada para o interior, onde se juntam a outros grupos vindos do sul, formando a Coluna Miguel Costa/Luis Carlos Prestes. Durante mais de dois anos, esta adentra o país, percorre cerca de 30 mil km, trava inúmeros combates e se interna, em 1932, na Bolívia.

MESMO derrotado, o levante de 5 de julho de 1924 anuncia e abre caminho para maiores transformações. Ao fim do ciclo *tenentista*, o Estado brasileiro terá sido reordenado, as condições para a industrialização acelerada terão sido criadas. O movimento *tenentista* terá se desiludido, perdido seus objetivos iniciais, aceito compromissos ou sido cooptado pelos inimigos da véspera, dividindo-se em uma ala direita e uma ala esquerda, antagônicas e irreconciliáveis. Mas o país terá mudado.

A Light viu-se totalmente envolvida nos acontecimentos de julho de 1924. A empresa controlava serviços públicos essenciais, da produção e distribuição de energia elétrica aos transportes. Suas atividades foram quase completamente paralisadas, suas instalações danificadas, seus préstimos solicitados por ambos os lados do conflito. Assumindo uma postura de aparente neutralidade, a Light entretanto não ficou equidistante nos episódios.

ESTE caderno *História & Energia* nº 4, sobre *A Light e a Revolução de 24*, foi planejado a partir da documentação existente nos arquivos da Eletropaulo. O pesquisador e o leitor interessado terão aqui uma pequena amostra da riqueza documental e iconográfica desse material até agora não utilizado: além de documentos escritos sobre vários episódios, envolvendo ou não a Light, cerca de duas dezenas de fotografias inéditas reproduzem os bombardeios, a fuga da população, as batalhas, os saques. Para completar, um conjunto de mapas elaborados a partir de cuidadosa pesquisa e inseridos no final do Caderno situam os locais dos principais combates, os grandes movimentos de tropas, os prédios e logradouros públicos mais importantes envolvidos nos acontecimentos.

O leitor poderá avaliar, também, o tipo de trabalho desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Histórico da empresa, cuja preocupação é não só a de resgatar e preservar, mas também a de contribuir para interpretar os acontecimentos e para democratizar o acesso à documentação preservada. Não teria sentido, assim, reproduzir factual e isoladamente a história da empresa, mas até em respeito ao estratégico papel econômico e político que desempenhou e desempenha, é preciso reelaborá-la como parte e momento privilegiado do processo de industrialização e da história social e política brasileira.

OS JOVENS MILITARES E A VELHA REPÚBLICA

José Antonio Segatto é historiador e trabalha como pesquisador no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

JOSÉ ANTONIO SEGATTO

Com as fraudes eleitorais, o tráfico de influência, as disputas oligárquicas, a República proclamada pela velha geração militar rapidamente desiludiu a nova oficialidade, que decidiu combater de armas em punho pela sua regeneração



O Alto Comando da Coluna em Porto Nacional, Goiás, outubro de 1925
1 Miguel Costa 2 Luís Carlos Prestes 3 Juarez Távora 4 João Alberto 5 Siqueira Campos 6 Djalma Dutra 7 Cordeiro de Farias 8 José Pinheiro Machado 9 Atanagildo França 10 Emídio Costa Miranda 11 João Pedro 12 Paulo Krüger Cruz 13 Ari Salgado Freire 14 Nelson Salgado Freire 15 Manoel Lima Nascimento 16 Sadi Vale Machado 17 André Correia 18 Italo Landucci

O regime político no Brasil, ao longo de quase um século de história, foi pontilhado por alguns acontecimentos agudos e cruciais, como a implantação da República em 1889, a reorganização do Estado através do levante de 1930, a imposição da ditadura do Estado Novo em 1937, a democratização de 1945 e o golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Nestes momentos, a classe dominante sempre procurou reorganizar as formas de dominação política e de acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos sociais que se acumulavam, como também para impedir que as classes subalternas subvertissem a ordem vigente.

Estes momentos foram geralmente permeados e muitas vezes antecipados por episódios de alcance menor, mas também importantes e até mesmo dolorosos, como a "Revolução" Federalista no Rio Grande do Sul em 1892-94, a Revolta da Armada em 1893, os massacres de Canudos e Contestado em 1897 e 1916, o levante do Forte de Copacabana em 1922, a "Revolução" Libertadora no Rio Grande do Sul em 1923, a Rebelião de São Paulo em 1924, a Coluna dirigida por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes em 1925-26, a Revolta Constitucionalista de São Paulo em 1932, o levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935, as tentativas golpistas em 1954-55, a crise política de 1961, a crise de 1968 e outros episódios mais ou menos expressivos. ►

Tanto nos momentos menos importantes, influente e decisiva, sempre à frente, intomou e na configuração presença constante militares na vida peculiaridades do final do século XIX.

A IMPLANTAÇÃO DA

O poder de intervenção brasileira começa a século XIX. "Foi a pa Exército ganhou, em interna, que dele far resistência do noss uma guerra longa (11 organização e comp até então era recrui foi obrigada a incor nos escalões de con tropa ou em cargos alforriados e margin agrária, impregnada captar a nova força, os filhos da aristocr café. Na classe méd escolher os seus ofi outros preparados n média, que seria, po aristocracia agrária,

Reorganizado, ampli esforços de guerra, c nacional. E passa ta se operavam na soci republicanismo ader

Com o término da gu quartéis cônica da i participar, de forma i nacional; e, ao fazê-l crítica das instituiçõ escravidão".³

No ano de 1884 surg pelos anos seguinte: entre o governo imp vinculada a outra qu estreita dependênc militar e o que se pa grande questão, a fu trabalho, e polarizari militares, evidenteme problema desse port ao contrário, dela pa Militar foi apenas, so das faces da luta pro no sentido da liberda por tudo aquilo que s um problema que afe repercussão entre os liberto ou escravo, ha militares e daquelas outro lado, sendo a o na classe média, que compreender como o nela enorme receptivi

Por outro lado, a tran política e capaz de in explica-se também, e grande contingente "1 primeira década da R Militar da Praia Verm com a entrada do pos passou a ser mais un filosofia e letras do q

Tanto nos momentos de reviravolta como nos episódios menos importantes, os militares tiveram participação influente e decisiva. Como autores ou atores, estiveram sempre à frente, interferindo de forma ativa nos rumos que tomou e na configuração que ganhou essa história. A presença constante e as freqüentes intervenções dos militares na vida política constituem uma das peculiaridades do processo histórico brasileiro, desde o final do século XIX.

A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

O poder de intervenção dos militares na vida política brasileira começa a se esboçar nas últimas décadas do século XIX. "Foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político."¹ Para enfrentar uma guerra longa (1865-1870), o Exército teve sua organização e composição alteradas. Sua oficialidade que até então era recrutada na classe dominante escravocrata, foi obrigada a incorporar membros das camadas médias nos escalões de comando e das classes subalternas na tropa ou em cargos inferiores, inclusive escravos alforriados e marginais da sociedade. "A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar."²

Reorganizado, ampliado e modernizado em função dos esforços de guerra, o Exército começa a ganhar âmbito nacional. E passa também a ser sensível às mudanças que se operavam na sociedade. O abolicionismo e o republicanismo adentram os quartéis.

Com o término da guerra, "a oficialidade retornou aos quartéis cônica da importância do Exército e disposta a participar, de forma muito mais ativa, da vida política nacional; e, ao fazê-lo, assumiu uma postura nitidamente crítica das instituições do Império, principalmente da escravidão".³

No ano de 1884 surge a Questão Militar, que se estenderia pelos anos seguintes. Ela marcará o início dos conflitos entre o governo imperial e os militares e "surgirá vinculada a outra questão, a da Abolição, comprovando a estreita dependência entre o que se passava no meio militar e o que se passava na política do país. Porque a grande questão, a fundamental, naquela fase, era a do trabalho, e polarizaria todas as atenções, não podendo os militares, evidentemente, permanecer alheios a problema desse porte. Não ficaram alheios mesmo, muito ao contrário, dela participaram intensamente, e a Questão Militar foi apenas, sob seus aspectos fundamentais, uma das faces da luta profunda que se travava em todo o país no sentido da liberdade do escravo. É fácil compreender, por tudo aquilo que se conhece sobre o recrutamento, que um problema que afetava a sorte do negro encontrasse repercussão entre os militares, uma vez que o negro, liberto ou escravo, havia constituído o grosso das forças militares e daquelas que tinham combatido no exterior. De outro lado, sendo a oficialidade recrutada particularmente na classe média, que vinha em ascensão, é ainda fácil compreender como os anseios libertários encontraram nela enorme receptividade".⁴

Por outro lado, a transformação do Exército em força política e capaz de intervenção nos rumos da vida do país, explica-se também, e em boa parte, pelo fato de que um grande contingente "dos oficiais do fim do Império e primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha (...). Na prática, principalmente com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras do que de disciplinas militares. A

influência positivista se tomou maior a partir do ingresso de Benjamin Constant como professor da Escola, em 1872, logo após o término da Guerra do Paraguai."⁵

Um general descreve estas Escolas Militares: "Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e esportíssimos, eruditos professores de matemática, ciências físicas e naturais, como amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes".⁶ Criava-se "ai o perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil".⁷

No desenrolar da Questão Militar, foi-se elaborando e desenvolvendo a concepção do soldado-cidadão. Esta concepção calcava-se na ideologia do militar como "cidadão armado" e no direito de intervir na vida política, mesmo colocando-se contra governos legalmente constituídos.

A concepção do soldado-cidadão encontrava maior facilidade de penetração entre os escalões mais jovens, que constituíam a maioria da oficialidade. "A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a este grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuíram gerando insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento destes oficiais introduziam motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório."⁸

Junto ao grupo chamado de "bacharéis de farda" e que adotou a concepção do soldado-cidadão, "havia, no fim do Império, outro grupo chamado, algo pejorativamente, de 'tarimbeiros', composto de oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar (...). Se um Benjamin Constant, um Euclides da Cunha, eram exemplos do primeiro tipo de oficial, Deodoro era a personificação do segundo (...). A proclamação da República viria com a fusão destes dois grupos, em que os jovens entraram com as idéias e os velhos com a corporação".⁹ ▶

(1) Santiago Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1949, p. 18.

(2) *Ibidem*, p. 18.

(3) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *Brasil História — texto e consulta*, São Paulo, Brasiliense, 1979, vol. 3, pp. 132-133.

(4) Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 134-146.

(5) José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in Bóris Fausto (org.) *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Difel, 1977, tomo III, 2ª vol., pp. 195-196.

(6) Citado por José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 195.

(7) José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 195.

(8) *Ibidem*, p. 208.

(9) *Ibidem*, pp. 196-197.

CORREIO DO POVO

ORGÃO REPUBLICANO
REDACTOR-CHEFE — SAMPAIO FERRAZ

ASSIGNATURA
SEMPRE — Cêta e prêmio..... 00000
NUMERO AVULSO 40 RS.

REDACÇÃO, TRAVESSA DO OUVIDOR N. 14
GERENCIA E TYPOGRAPHIA, RUA DO HOSPICIO N. 137

ASSIGNATURA
ANNO — Cêta e prêmio..... 100000
NUMERO AVULSO 40 RS.

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

VIVA O EXERCITO--VIVA A ARMADA!

VIVA O POVO BRAZILEIRO!

Estavam criados dessa forma os pressupostos para a intervenção dos militares na política. “Quando os civis procuraram os oficiais para tramar a conspiração e preparar o golpe, encontraram da parte deles a melhor acolhida, ligados que estavam uns e outros pelo mesmo imperativo: alterar as instituições vigentes (...). O Exército já manifestara apoio à causa abolicionista recusando-se a perseguir escravos fugidos. Restava proclamar a República. O Clube Militar foi, a partir de então, o principal núcleo de conspiração.”¹⁰

Fruto do processo de transformações por que passava o país desde meados do século XIX, a República foi proclamada através da intervenção ativa do Exército em cena descrita com muita argúcia por Aristides Lobo: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada”.

A República, assim inaugurada — através de uma “parada militar” e sem a participação popular —, sofrerá em seus momentos decisivos a intervenção política dos militares, moldando, até certo ponto, o Estado nacional e interferindo constantemente nos rumos posteriores do país.

A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO REGIME

Instaurada a República, num primeiro momento a gestão do Estado ficou a cargo dos militares. Logo após a proclamação da República, o governo provisório, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, tomou diversas medidas visando à reorganização do poder sobre novas bases e sob a égide do lema “Ordem e Progresso”. As primeiras medidas foram o voto dito universal, os mandatos temporários, a convocação da Constituinte, a grande naturalização, a separação da Igreja do Estado etc.

O governo provisório nomeou, também, uma comissão especial, coordenada por Rui Barbosa, para elaborar um projeto de Constituição a ser apreciado e discutido pelo Congresso Constituinte que seria eleito em 15 de setembro de 1890. As eleições para a Constituinte contaram com pequena participação e o Congresso foi instalado sob indiferença popular. As oligarquias, apesar das pressões de Deodoro e do grupo militar, fizeram a maioria dos deputados e senadores. O projeto da comissão nomeada inspirava-se na Constituição dos Estados Unidos e foi enviado ao Congresso em novembro de 1890.

A 24 de fevereiro de 1891, depois de três meses de trabalho, foi promulgada a primeira Constituição republicana, marcada pelas concepções e propostas das oligarquias dominantes. “Isto se deve ao fato de que os deputados mais ligados ao grupo militar não tinham um projeto sólido de organização política a contrapor àquele inspirado pelo pensamento oligárquico.”¹¹

A nova carta estabeleceu o federalismo e o presidencialismo; assegurou a liberdade de pensamento e de imprensa e estatuiu o *habeas corpus*; a religião católica deixou de ser oficial; os estados passaram a ter grande autonomia administrativa e financeira; o presidente da República deveria ser eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos; deputados e senadores passaram a ser eleitos também pelo voto direto com mandatos de três e nove anos, respectivamente.

Com a mudança do sistema eleitoral e a substituição do voto censitário pelo voto dito universal, passaram a ser eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos, alistados segundo a lei, excluindo-se as mulheres, os analfabetos, os mendigos, soldados e membros de ordens religiosas. Apesar de valorizar o papel das eleições, tornando eletivos o presidente da República, os deputados e senadores federais, os presidentes dos Estados e os deputados e senadores estaduais, mantinha-se a exclusão de grande parte da população do direito do voto: mulheres (50%) e analfabetos (cerca de 80%). Além disso, a legislação eleitoral facilitava o controle do voto pelas oligarquias locais ou municipais e seus partidos (os PRs), favorecia a fraude, a corrupção e o voto de cabresto. Isto era acentuado pelo fato de o voto ser pronunciado a descoberto e registrado a bico de pena. Outra forma de controle e manipulação eleitoral foi implantada por Campos Sales, instalando uma Comissão de Verificação dos Poderes, com a finalidade de eliminar a oposição. Através dessa comissão só se reconheciam ou diplomavam os candidatos da situação. Eram as famosas “degolas”. ▶

(10) Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, São Paulo, Grijalbo, 1978, pp. 323.

(11) Décio Saes, *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 92.

Iconographia

Manoel Ferraz de Campo.



Iconographia

VIVA A REPUBLICA O

Marechal Hermes da Fonseca.

(12) Edgard Carone, *A República social*, 2ª ed., São Paulo, 1978.

(13) Antonio Mendes Jr. e R.

(14) José Murilo de Carvalho

(15) *Ibidem*, p. 198.



Manoel Ferraz de Campos Sales, presidente da República de 1898 a 1902

A Constituição republicana, apesar de refletir os interesses oligárquicos em alguns momentos e passagens, expressava uma conciliação para com os interesses e concepções do grupo militar. No seu artigo 14, por exemplo, expunha as funções das Forças Armadas: "As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais". Ao caracterizar a obediência como devendo ser "dentro da lei", a Constituição expressava de forma clara a concepção do soldado-cidadão.

Nos primeiros anos da República, o poder político do grupo militar aumenta em detrimento das oligarquias republicanas civis. Os militares "responsáveis pela nova situação (...) se apoderam da administração de muitos estados, elegem-se para Assembléias, exercem atividades na imprensa, e o Clube Militar cria delegações nos estados para divulgar suas idéias sobre os fatos políticos. Nessa época, seu poder é um fato, pois dos vinte estados, dez são governados por militares".¹²

O crescimento do poder do grupo militar acabou gerando contradições e divergências com os republicanos civis. A luta pelo poder teve vários desdobramentos e se estendeu por vários anos.

UMA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Apesar de ter desempenhado papel fundamental na consolidação das instituições republicanas nos seus primeiros cinco anos, o grupo militar foi, pouco a pouco, perdendo o poder para a oligarquia cafeeira que, por sua vez, foi-se impondo e assumindo o comando do poder estatal. Após o controle das sublevações dos alunos da Escola Militar em 1895 e 1897, o fracasso das primeiras expedições a Canudos que resultou na morte de vários comandantes republicanos e ainda o esfacelamento do Partido Republicano Federal, o grupo militar foi perdendo força política em detrimento da oligarquia paulista. "Foi assim, primeiro usando o Exército contra a monarquia, depois criando um aparato partidário alternativo ao Exército, que os donos do café paulista chegaram, ao fim do mandato de Prudente de Moraes, em condições de exercer seu poder sem intermediários e com poucas concessões."¹³

Dessa forma, a partir de 1894 e nos anos seguintes, as oligarquias estaduais e mais precisamente as de São Paulo e Minas Gerais assumem o controle quase absoluto da República, reforçado com o estabelecimento da "política dos governadores" depois de 1898, durante o governo Campos Sales.

Consolidado o controle do poder pelas oligarquias, a capacidade de intervenção política dos militares diminui sobremaneira. O grupo militar, que tivera participação decisiva na proclamação e na consolidação da República, havia sido derrotado e seu poder intervencionista quase desaparecido.

Depois das revoltas de 1902 e 1904, a Escola Militar é fechada e só será reaberta em 1911. Essa época é marcada pelos "esforços do marechal Hermes para modernizar o Exército".¹⁴ Junto com a lei do serviço militar obrigatório ou lei do sorteio e com a "reestruturação do Exército, Hermes fez realizar as manobras militares de 1906, espetáculo inédito para a população e há muito não visto no Exército".¹⁵ Além disso são enviadas três turmas de oficiais para a Alemanha em 1906, 1908 e 1910, para receberem treinamento e conhecerem o exército então considerado o mais bem organizado e moderno. ►



Marechal Hermes da Fonseca por Seth, O Gato, 15/11/1911

(12) Edgard Carone, *A República Velha — instituições e classes sociais*, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1972, p. 359.

(13) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 166.

(14) José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 198.

(15) *Ibidem*, p. 198.



Fundação Casa Rui Barbosa

Cartaz de propaganda da Campanha Civilista, 1910

Ao retornarem da Alemanha, estes oficiais passaram a difundir, através da revista *A Defesa Nacional*, concepções e práticas que haviam adquirido, entre elas o afastamento da vida política. O trabalho destes oficiais, conhecidos como “jovens turcos”, foi reforçado com a vinda da Missão Francesa em 1920, que desempenhou papel importante na organização, centralização e coesão do Exército. Adiciona-se a essas providências a extinção da Guarda Nacional em 1918 e o controle do Exército sobre os sorteios e alistamentos. “Para o Exército foi uma transformação básica. Podia agora contar com abundante e qualificado material humano, podia modernizar e sistematizar o processo de treinamento, podia criar reservas, podia incluir em suas funções a educação cívica, como o pregavam Hermes, os ‘turcos’ e Bilac, e podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então o Exército ganha condições de se tornar aos poucos realmente nacional. O sorteio deu ao Exército o monopólio do serviço das armas ao nível nacional, multiplicando com isto seu poder político.”¹⁶

Este “movimento renovador dentro do Exército (...) que teve seu impulso a partir da atuação de Hermes no Ministério da Guerra preocupava-se com a profissionalização militar e via como requisito desta profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. Esta corrente foi grandemente reforçada com a campanha dos jovens ‘turcos’ nos quartéis e nas páginas de *A Defesa Nacional*. A Missão Francesa veio posteriormente trazer um impulso adicional”.¹⁷ Procurava-se, pois, substituir a concepção do soldado-cidadão pela do soldado profissional.

Após a afirmação e consolidação do regime oligárquico, o envolvimento dos militares na vida política nacional voltaria a ocorrer no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Mas é preciso observar que se tratou de um envolvimento e não de uma intervenção.

Hermes da Fonseca, ministro da Guerra de Rodrigues Alves, chega à presidência da República em 1910, beneficiado pela divisão das oligarquias estaduais. Sua candidatura, articulada por Pinheiro Machado, envolvia as oligarquias situacionistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e outras. Em contraposição, as

oligarquias dominantes de São Paulo e da Bahia, entre outras, lançam a candidatura de Rui Barbosa e desencadeiam contra o marechal uma violenta campanha antimilitarista, conhecida como “campanha civilista”. Vitorioso o esquema político que levou Hermes da Fonseca ao poder, a “política do café com leite” (alternância de paulistas e mineiros na presidência) sofreu um abalo. Logo a seguir, o senador Pinheiro Machado organiza o Partido Republicano Conservador (PRC), buscando aglutinar num partido nacional as forças políticas que tinham apoiado o marechal Hermes.

A “POLÍTICA DAS SALVAÇÕES”

Composto tanto por setores oligárquicos quanto por militares favoráveis à intervenção das Forças Armadas na vida política, o governo do marechal envolveu-se em inúmeros conflitos. Através da “política das salvagens”, o Exército derrubava pelas armas os governos estaduais oligárquicos e os substituiu por outros grupos dominantes locais articulados com oficiais do Exército. Esta política será posta em prática em diversos estados, principalmente no Nordeste (Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas) com relativo sucesso, mas fracassa em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Na realidade, “a política salvacionista não foi um ataque do grupo militar contra o sistema político nacional. O temor de uma guerra civil fez recuar a salvação em São Paulo. Por outro lado, a designação de um oficial do Exército nos demais estados só se deu com apoio de grupos sociais dominantes, porém marginalizados pelas oligarquias situacionistas. O fenômeno local do ‘coronelismo’ continuou com todo o seu vigor, e era impossível que os novos grupos oligárquicos se mantivessem no poder sem seu apoio. A própria forma de ascensão ao poder dos oficiais não provocou nenhuma mudança política fundamental, pois acabaram se desviando do projeto original de ‘regeneração política’, servindo aos interesses de novas frações oligárquicas”.¹⁸

(16) *Ibidem*, p. 195.

(17) *Ibidem*, p. 212.

(18) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 246.



Expulsão dos cangaceiros

Iconographia

A derrubada dos Maltas em Alagoas

(19) Décio Saes, *op. cit.*, p. 99.

(20) Santiago Dantas, *op. cit.*, p. 100.

(21) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 246.

(22) *Ibidem*, p. 335.



Expulsão dos cangaceiros Maltas ou a retomada de Alagoas?

A derrubada dos Maltas em Alagoas na visão de Seth, O Gato, 6/11/1912

Isto revela que no “alvorecer da década de 1910, a cisão da cúpula civil dominante levou o grupo militar a assumir as suas funções de guardião da ordem constitucional e (conseqüentemente) de árbitro da vida política”.¹⁹ Ou melhor: “o Exército já se tornara o poder subjacente, estabilizador das instituições e fiscal do jogo partidário, que as forças conservadoras do país podiam aplaudir sem temor”.²⁰ Esta situação — excetuando-se a rebelião dos sargentos em 1915 — perduraria até o final da década de 1910, ficando os militares afastados da intervenção política direta, deliberada e efetiva, restringindo-se à manutenção da ordem sócio-política vigente.

No entanto, desde a implantação da República em 1889 e a montagem e consolidação do regime oligárquico a partir de 1894-98, até a década de 20, o país vinha passando por transformações profundas e importantes. Este processo tinha como centro a expansão da economia cafeeira, que impulsiona grandemente a acumulação de capital, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Nasce a indústria, expande-se o sistema de serviços, comercial e financeiro, aumenta a rede de transportes e comunicações, crescem as cidades, amplia-se o aparelho de Estado e sua burocracia, e assim por diante.

Em conseqüência, a divisão social do trabalho torna-se mais complexa; surgem novas classes e camadas sociais, sobretudo a burguesia e o proletariado; as camadas médias multiplicam-se e ganham diversidade. Apesar de o Brasil continuar sendo majoritariamente rural, as cidades aumentam em número e tamanho e as atividades urbanas são dinamizadas. “São Paulo cresceu quase dez vezes entre 1890 e 1920, e seu crescimento continuaria acelerado durante a década de 20. Mesmo em outras capitais podíamos verificar essa tendência: Recife, João Pessoa e Natal, entre outras, duplicaram suas populações entre 1900 e 1920, e Porto Alegre multiplicou-se ainda mais. Mesmo as cidades médias próximas ao Rio de Janeiro e a São Paulo experimentam amplo crescimento.”²¹

Essas transformações teriam reflexos substanciais na vida política do país.

A CRISE DA REPÚBLICA VELHA

Ao final da década de 1910, principalmente após o término da Primeira Guerra Mundial, o regime oligárquico começa a apresentar sinais evidentes de fraqueza e decadência. Diversos problemas vêm à tona, denunciando a crise do regime: articulação das oposições burguesas, manifestações operárias, descontentamento das camadas médias, insatisfação nos meios militares, dissidências oligárquicas, crise econômica etc.

Desde o início do século, a burguesia urbana começou, lentamente, a articular-se numa corrente política liberal, objetivando pôr fim ao monopólio de poder das oligarquias agrárias. Seu reformismo moderado iria manifestar-se através dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* e também na Liga Nacionalista (fundada em 1917), no Partido da Mocidade, na Liga do Voto Secreto e outras organizações e movimentos como a Campanha Civilista.

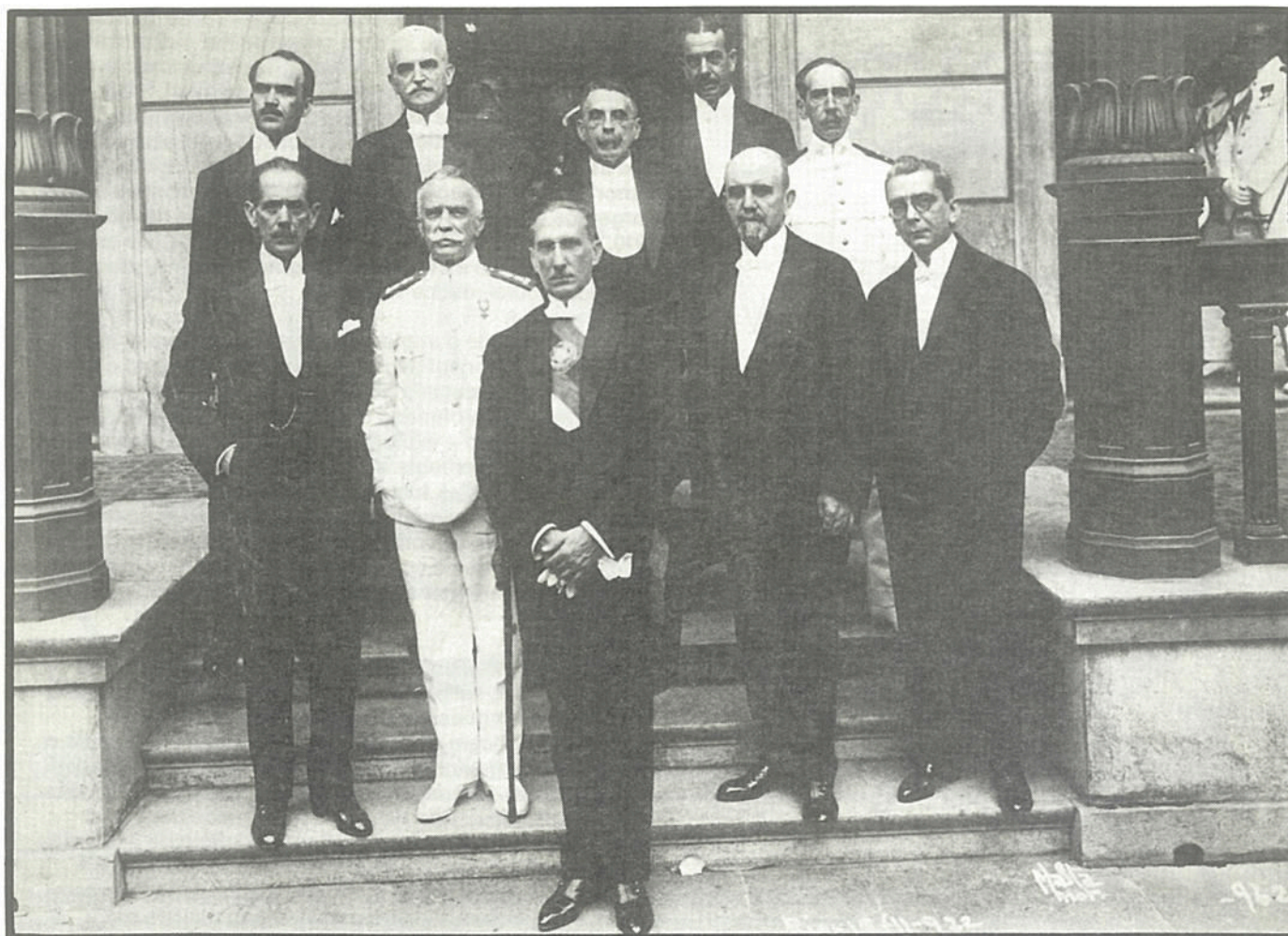
As camadas médias urbanas (funcionários públicos, profissionais liberais, elementos ligados ao comércio, jornalistas, intelectuais etc.), apesar de heterogêneas, tinham como tendência a oposição ao regime, tanto pelo seu caráter excludente como por sua política econômica, que impunha a este setor social sacrifícios razoáveis. Por outro lado, a “República desde há muito tempo deixara de encarnar os sonhos de democracia e igualdade de tais setores. A partir da campanha civilista de Rui Barbosa em 1910 (...), a maioria das camadas médias dos grandes centros tendia a apoiar candidatos de oposição de maneira crescente”.²² ►

(19) Décio Saes, *op. cit.*, p. 99.

(20) Santiago Dantas, *op. cit.*, 41.

(21) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 335.

(22) *Ibidem*, p. 335.



O presidente Artur Bernardes e seu ministério no dia da posse em 15/11/1922

A classe operária que vinha em processo de formação, nos anos 1917-20 experimenta um avanço significativo em suas lutas reivindicatórias e um amadurecimento político-ideológico proporcional. Nestes anos ocorreu um grande número de greves, atingindo diversas cidades e estados. Algumas ganharam proporções consideráveis, transformando-se em greves gerais, como foi o caso da greve de julho de 1917 em São Paulo, que paralisou toda a cidade.

A par do incremento dos movimentos reivindicatórios, o movimento recebe, a partir de 1917, o impacto da Revolução Russa, cujas repercussões e reflexos empolgam o movimento.

Há, portanto, neste período, um grande ascenso do movimento operário, expresso num rápido crescimento das lutas, das manifestações, das organizações sindicais, da imprensa proletária etc. Um período que, por sua riqueza e pela concentração em poucos anos de uma grande quantidade de lutas e ações reivindicatórias, permitiu ao movimento operário o acúmulo de experiências consideráveis, ao mesmo tempo que lhe possibilitava tomar consciência de seus limites e fraquezas, repensar e reorientar suas formas de organização e ideologia, desembocando em 1922 na organização de um partido próprio, o Partido Comunista do Brasil (PCB), através do qual podia intervir politicamente de forma organizada.

Às mobilizações e ao avanço do movimento operário, o regime oligárquico responde com repressão, fechamento de sindicatos, empastelamento de jornais proletários, expulsão de estrangeiros e outras medidas, tratando o movimento como "caso de polícia".

Paralelamente, a situação econômica tornava-se crítica e agravava-se cada vez mais com a política de valorização do café. Ao déficit orçamentário, somava-se a queda das exportações e dos preços dos produtos no mercado internacional. "A insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente. A crise internacional de 1920 refletiu-se no volume e sobretudo no preço das exportações brasileiras de café, que caíram de 13 milhões de sacas, rendendo 73 milhões de libras em 1919, para 11,5 milhões, rendendo apenas 53 milhões de libras em 1920. Pressionado pelos interesses de São Paulo — Minas, o presidente Epitácio iniciou em 1921 a terceira operação valorizadora, utilizando-se de empréstimos externos e emissões. As emissões maciças entre 1921-1923 (o meio circulante passou de 1,8 milhão de contos em 1920 para 2,6 milhões em 1923) foram responsáveis em grande parte pela desvalorização do câmbio (entre 4 a 5 dinheiros por mil-réis em 1923) e pela inflação. Segundo cálculos imprecisos, o custo de vida dobrou no mesmo período, tendo sido aliás a crítica à inflação um dos temas do movimento tenentista."²³

A partir do governo Hermes da Fonseca, ocorrera certo acomodamento entre a alta oficialidade militar e o regime civil. Alguns anos depois, a vinda da Missão Francesa marca o "início do distanciamento entre Estado Maior e comando, de um lado, e tropa, de outro lado, que outros fatores iriam agravar com o decorrer do tempo (...). ▶

(23) Bóris Fausto, "A crise dos anos vinte e a revolução de 1930", in *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Difel, 1977, tomo III, 2º vol., pp. 412-414.

Defendendo, por ou reorganização e fun distanciamento da entre a realidade e perturbar o projeto, mesmo tempo que organização model; questões políticas (esforço, perturbaçã consideram atos de quando provinha de

O fato é que a baix particular, era sensi realidade nacional (dominante. As princ seriam, daí em dian mais jovem e de ba História o nome de movimentos.

CISÕES NAS OLIGA

Junte-se a tudo isso a se acentuar na su longo dos anos 20. crise do regime. A p oligarquias de vário: maneira mais incisi hegemonizado por S dominantes de esta Pernambuco, Bahia relegados a papel si nacionais. "As cisõe revelaram também c político que se base entre regionalismo e estaduais e poder fe manifesta sob a forr intervenções armad:

Nesse contexto de c realizam-se as eleiç 1918, Rodrigues Alve Brás. Morre, porém, são convocadas. A e oligarquias não se e uma solução emerg Pessoa, apesar de si oposição lança nova tenta reviver a "camp oligárquicos disside campanha de 1910, é ter conseguido bom

Epitácio é eleito ser na Europa. Seu gove depara-se com o aur uma série de greves Exército ao nomear i se negar a aumentar intervenção armada sucessórios; intervêr conflitos regionais d não menos antipático

Prevendo dificuldade oligarquias de São P articulações e já no i escolhem o mineiro , presidência da Repú divergências interoliç "política do café con Rio Grande do Sul, B unem, formando a "F candidatura do flumi

Defendendo, por outro lado, como idéia básica de reorganização e fundamento da eficiência profissional o distanciamento da política, estava agravando o divórcio entre a realidade e o projeto. Porque a realidade iria perturbar o projeto, desde os seus primeiros dias: ao mesmo tempo que se pretende dar ao Exército organização modelar e eficiência exemplar, surgem graves questões políticas que o envolvem e perturbam todo esse esforço, perturbação essa que os idealistas do momento consideram atos de vontade, de demérito de pessoas, quando provinha de condições estruturais".²⁴

O fato é que a baixa oficialidade, os jovens tenentes em particular, era sensível às mudanças que se operavam na realidade nacional e tendia a rebelar-se contra o regime dominante. As principais ações políticas dos militares seriam, daí em diante, desencadeadas pela oficialidade mais jovem e de baixa patente, o que passaria para a História o nome de "tenentista" dado ao conjunto de seus movimentos.

CISÕES NAS OLIGARQUIAS

Junte-se a tudo isso a divisão nas oligarquias, que começa a se acentuar na sucessão de 1910 e vai se agravando ao longo dos anos 20. Torna-se evidente o quadro geral da crise do regime. A partir de determinado momento, as oligarquias de vários estados passam a reivindicar de maneira mais incisiva maior participação no poder central, hegemônico por São Paulo e Minas Gerais. Os grupos dominantes de estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e outros, eram marginalizados ou relegados a papel secundário nas grandes decisões nacionais. "As cisões entre os grupos dominantes revelaram também o esclerosamento de um sistema político que se baseava formalmente numa contradição entre regionalismo e presidencialismo, entre autonomias estaduais e poder federal, contradição essa quase sempre manifesta sob a forma de violentas lutas políticas e intervenções armadas do poder federal nos estados."²⁵

Nesse contexto de dificuldades do regime oligárquico, realizam-se as eleições presidenciais de 1919 e 1922. Em 1918, Rodrigues Alves é eleito para suceder a Wenceslau Brás. Morre, porém, antes de tomar posse e novas eleições são convocadas. A escolha de um novo candidato pelas oligarquias não se efetua sem problemas, obrigando a uma solução emergencial — o escolhido é Epitácio Pessoa, apesar de ser de um pequeno estado, a Paraíba. A oposição lança novamente o nome de Rui Barbosa, que tenta reviver a "campanha civilista" com apoio de setores oligárquicos dissidentes. Sem conseguir a intensidade da campanha de 1910, é fragorosamente derrotado, apesar de ter conseguido bom número de votos nas grandes cidades.

Epitácio é eleito sem fazer campanha, pois se encontrava na Europa. Seu governo será bastante problemático: depara-se com o aumento da crise econômica; enfrenta uma série de greves operárias; entra em conflito com o Exército ao nomear um civil para a pasta da Guerra e por se negar a aumentar os soldos militares; decreta intervenção armada na Bahia para solucionar conflitos sucessórios; intervém no Espírito Santo; toma partido nos conflitos regionais do Amazonas; além de outras medidas não menos antipáticas.

Prevendo dificuldades na sucessão de Epitácio, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais antecipam as articulações e já no início de 1921, através de um acordo, escolhem o mineiro Artur Bernardes como seu candidato à presidência da República. Isso aguça ainda mais as divergências interoligárquicas. E, contra o candidato da "política do café com leite", as oligarquias dominantes do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro se unem, formando a "Reação Republicana" e lançando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha.

A campanha de Nilo Peçanha, apesar do tímido programa de reformas, tem razoável sucesso nos grandes centros urbanos. Sensibiliza os militares, particularmente a jovem oficialidade, e ganha a simpatia do Clube Militar; recebe apoio de setores burgueses, representados pelo *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A "candidatura de Nilo Peçanha traduzia a realidade da crescente contestação, e do crescente descontentamento, com a forma como se processava o jogo político, reduzido ao arbítrio de poucas pessoas. O que estava em questão, na essência, era o próprio regime, no que tinha de mais característico, que era o processo de escolha do presidente e dos representantes do povo, deputados, senadores, governadores. Essa inquietação, entretanto, denunciava as mudanças já significativas que se vinham processando no Brasil".²⁶

A campanha transcorreu num clima de grande tensão e foi agravada por alguns episódios significativos. Nas relações entre o regime e os militares, que já eram explosivas, alguém acende o pavio. No dia 9 de outubro, o jornal *Correio da Manhã* publica uma carta manuscrita, atribuída ao candidato Artur Bernardes, atacando Hermes da Fonseca e os militares em geral. Na carta, Artur Bernardes dizia estar "informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use com toda a energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, reprimindo severamente esses ousados, prendendo os que saírem da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio, com medo, não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas (...). A situação não admite temporizações. Os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões".²⁷

A repercussão é estrondosa. Bernardes defende-se e nega a autoria. No dia 12, o *Correio da Manhã* publica uma segunda carta também atribuída ao candidato, quase com o mesmo tom, e republica a primeira. No dia 15, Bernardes chega ao Rio de Janeiro e "é recebido na cidade como se fosse um bandido público, um traidor da pátria, um réprobo".²⁸

A Assembléia Geral Extraordinária do Clube Militar, em 12 de novembro, por 439 votos a 112, julgava as cartas como autênticas e, portanto, os militares como injuriados por Bernardes. Contrariando a opinião de alguns peritos, o general Ximeno Villeroy, também perito, afirma que as cartas são verdadeiras e lança um apelo: "Republicanos! Até quando sofreremos tanta ignomínia e abjeção? Uní-vos, que é chegada a hora de fazermos justiça implacável! Discípulos de Benjamim Constant! Soldados de Floriano e Deodoro, que vos importam os insultos de um politiqueiro de baixa estofa?"²⁹

A 28 de dezembro, em outra Assembléia Extraordinária, o Clube Militar, sob a presidência do marechal Hermes da Fonseca e com a presença de 690 sócios, ratifica a decisão anterior de que as cartas eram verdadeiras. Os militares passam, a partir de então, a exigir a renúncia de Bernardes e a apoiar a candidatura de Nilo Peçanha. ▶

(24) Nelson Werneck Sodré, *op. cit.*, p. 200.

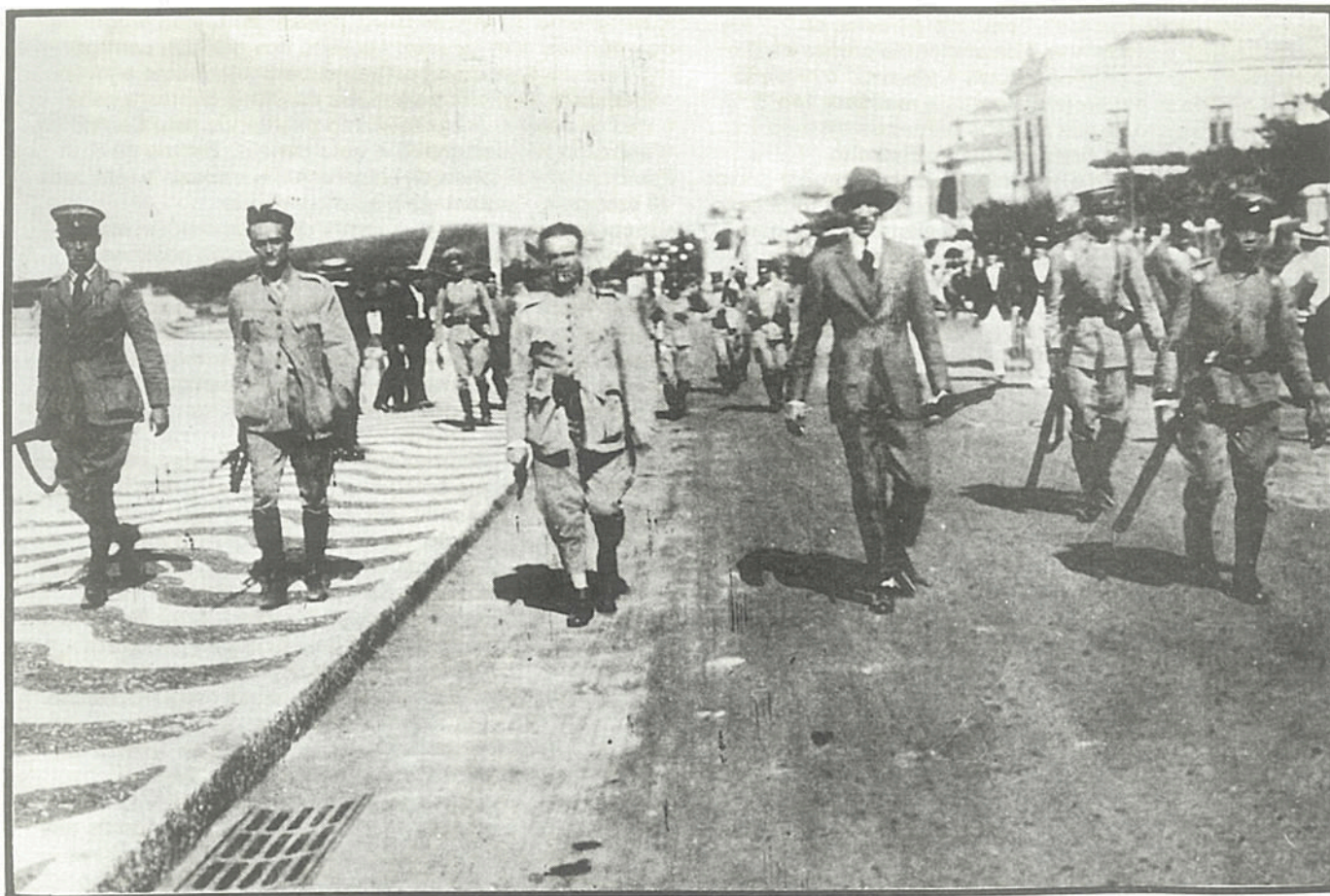
(25) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 334.

(26) Nelson Werneck Sodré, *O tenentismo*, Porto Alegre, Mercado Aberto 1985, p. 16.

(27) Citado por Hélio Silva, 1922 — *Sangue na areia de Copacabana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 61.

(28) Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República*, Rio de Janeiro, 1955, vol. I, pp. 260-261. Citado por Nelson Werneck Sodré, *História do Brasil*, cit., p. 199.

(29) Citado por Hélio Silva, *op. cit.*, p. 70.



Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, 5/7/1922

NOVA QUESTÃO MILITAR

A tensão política que já era grande, eleva-se ao máximo. Nos quartéis conspira-se abertamente e ameaças de golpe, no caso da vitória de Bernardes, são uma constante. Neste clima volta a ganhar atualidade e força a concepção do soldado-cidadão. A fala do almirante Américo Silvano na reunião de 28 de dezembro de 1921 do Clube Militar ilustra bem isso: "O Clube Militar (...) desde a abolição até a atualidade, passando pela proclamação da República e pela sua consolidação, feita com as armas nas mãos, sob o comando supremo do impertérito Floriano (...). Os veteranos da Abolição, da proclamação e da consolidação da República estão alertas e prontos a correr em auxílio da Nação (...). Que todo o cidadão de uma pátria livre tem o dever de ser político, é uma consequência óbvia do bom senso e da simples leitura das leis (...). Sendo os militares cidadãos, no pleno gozo de todos os direitos e prerrogativas garantidas aos civis, é claro, é evidente, inconcusso e incontestável que têm o dever ineludível de ser políticos".³⁰

Apesar da situação adversa e do clima hostil, a candidatura de Artur Bernardes vence as eleições por 466 mil contra 317 mil votos dados a Nilo Peçanha. A máquina eleitoral dos PRs funciona a contento. Os oposicionistas, incluindo o Clube Militar, não se convencem dos resultados e exigem a constituição de um Tribunal de Honra e a recontagem dos votos. Em meio a esta situação, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães admitem que forjaram as "cartas falsas". Porém, isso de pouco adianta, pois a situação já evoluíra para o confronto.

O descontentamento foi se avolumando e a "agitação cresceu com a deposição do governador maranhense Raul Machado, feita por militares hostis ao governo, em abril. Em maio, foi Pernambuco que assistiu a uma grave crise com episódios armados: a luta entre o grupo situacionista, 'bernardista', de Estácio Coimbra, e o grupo de Rosa e Silva, 'niilista', que tinha o apoio de grupos armados anarquistas e comunistas. Os combates tomaram as ruas de Recife e o líder sindical Joaquim Pimenta articulou uma greve geral".³¹

No dia 29 de junho, o marechal Hermes da Fonseca telegrafa ao comandante da guarnição militar do Recife conclamando o Exército a não reprimir o povo e sugerindo que não desse seu apoio ao governo. O telegrama, aprovado por unanimidade por uma assembléia do Clube Militar, dizia: "O Clube Militar está contristado pela situação angustiosa em que se encontra o estado de Pernambuco, narrada por fontes insuspeitas que dão ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano (...). Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica".³²

A 2 de julho, Epitácio manda prender o marechal e fecha o Clube Militar por seis meses. Numa agitada assembléia do Clube Militar, o tenente Gwyer denuncia: "Os jornais noticiam que o sr. Presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha as sociedades anarquistas, de cáftans e de exploradores do inocínio. Maior injúria não se pode fazer. Suprema afronta jogada às faces do Exército Nacional!"³³

(30) *Ibidem*, p. 71.

(31) Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 339.

(32) Citado por Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 105-106.

(33) Citado por Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, cit., p. 203.

Tal situação conturba a situação presidencial de 1922 em toda sua transição para as forças sócias de uma alternativa impossível liquidável. A convicção alastrou-se posteriormente à Primeira República armada por ser continuada. Ora, seria impossível se esse esforço cada vez mais acontecimentos por derrocada do sistema constitui episódio, a definição, convergindo operada em 1930". O político da sucessão militar".³⁴

O TENENTISMO EM

A prisão do marechal do Clube Militar representa. Nos quartéis do Recife, o levante é marcado, a hora da madrugada legalista na Vila Militar começa e onde tem Bombardeados pela terra, os jovens oficiais combater as forças militares e um civil massacrados no ensaio são transformados Campos e Eduardo "Dezoito do Forte".

Também em Niterói. Em Mato Grosso, os guarnições militares rendem-se na região de conhecimento da di...

O levante foi caracterizado por indignação e pelo voto ou propostas de motivos meramente à corporação e oposição: "Uma rebelião deflagra envolvida num clima de contar com um projeto de direção de uma certa...

O levante havia sido mal pensadas as fases do processo, o julgamento em primeiro desenrolaram-se durante quatro anos, sob um dos réus, mas também defendiam e, ainda, parlamentares, com suspensos (...). O inflação da nação os homens situação dominante Surgem, no cabeçal mais tarde, iriam chamar ministérios, comandando Távora, Ciro do Espírito...

Tal situação conturbada, que se criou na sucessão presidencial de 1922 e que desnudou o regime oligárquico em toda sua transparência, colocou para as oposições e para as forças sócio-políticas emergentes a necessidade de uma alternativa para a superação do regime: "Era impossível liquidá-lo dentro das normas legais. Essa convicção alastrou-se no país, ligada às condições posteriores à Primeira Guerra Mundial, de tal forma que o desfecho armado passa a constituir preocupação continuada. Ora, esse caminho, o da solução pelas armas, seria impossível sem a participação dos militares. Daí o esforço cada vez maior para envolvê-los nos acontecimentos políticos e, por esse meio, chegar à derrocada do sistema. A sucessão de Epitácio Pessoa constitui episódio, na seqüência do qual outros se definirão, convergindo todos para a grande transformação operada em 1930". Assim, a "partir de 1921, o problema político da sucessão passa a constituir problema militar".³⁴

O TENENTISMO EM AÇÃO

A prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar representaram a gota d'água que faltava. Nos quartéis do Rio de Janeiro, o clima era de revolta. O levante é marcado, com data e hora: 5 de julho de 1922 à 1 hora da madrugada. Controlado logo de início pela maioria legalista na Vila Militar, é no Forte de Copacabana que começa e onde tem seu episódio mais marcante. Bombardeados pelo mar e pressionados pelas tropas de terra, os jovens oficiais rebeldes decidem sair do forte e combater as forças legais em campo aberto: dezessete militares e um civil que adere no caminho são massacrados no enfrentamento. Dois dos sobreviventes são transformados em heróis: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, simbolizando o heroísmo dos "Dezoito do Forte".

Também em Niterói, a rebelião é rapidamente controlada. Em Mato Grosso, os revoltosos dominam quase todas as guarnições militares mas, ao marchar para São Paulo, rendem-se na região de Três Lagoas, depois de tomar conhecimento da derrota do movimento no Rio de Janeiro.

O levante foi caracterizado, fundamentalmente, pela indignação e pelo voluntarismo. Sem projeto de reformas ou propostas de mudanças, agem impulsionados por motivos meramente circunstanciais e conjunturais: ofensa à corporação e oposição à posse de Artur Bernardes. "Uma rebelião deflagrada de modo tão imprevisto e envolvida num clima altamente emocional não poderia contar com um programa que apontasse nitidamente na direção de uma certa filosofia de governo."³⁵

O levante havia sido controlado. "Silenciado o último fuzil; mal pensadas as feridas sangrantes; jogada a pá de cal aos esquifes baixados às sepulturas, começaram as devassas. As malhas e as armadilhas da rede policial colhiam, cada manhã, um novo acusado (...). Todas as fases do processo, desde o inquérito policial-militar, até o julgamento em primeira instância, na Justiça Federal, desenrolaram-se durante um rigoroso estado de sítio de quatro anos, sob um regime de prisões políticas, não só dos réus, mas também dos advogados e jornalistas que os defendiam e, ainda, a ameaça de prisão para juizes e parlamentares, com a censura à imprensa e alguns jornais suspensos (...). O interrogatório dos indiciados põe diante da nação os homens que se haviam insurgido contra a situação dominante. Portam-se com discrição e bravura. Surgem, no cabeçalho dos jornais, os nomes dos que, mais tarde, iriam chefiar revoluções vitoriosas, dirigir ministérios, comandar exércitos: Eduardo Gomes, Juarez Távora, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Odílio Denys."³⁶

Além do levante de 5 de julho, o ano de 1922 seria marcado por outros acontecimentos não menos relevantes e que anunciavam as mudanças que vinham se operando no país: fundação do PCB, Semana de Arte Moderna em São Paulo, criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por Berta Lutz, fundação do Centro Dom Vital pelo católico conservador Jackson de Figueiredo e introdução do rádio no Brasil.

Eleito em 1º de março de 1922, Artur Bernardes toma posse em 15 de novembro do mesmo ano. Logo em seguida, proroga o estado de sítio, que perdurará durante quase todo o seu governo. Os poderes excepcionais lhe concederão liberdade de ação contra os elementos oposicionistas. No Ministério da Guerra coloca o general Setembrino de Carvalho, que "levará o Exército a unir-se ao governo, constituindo um dos esteios que possibilitará a sua política reacionária". Para a chefia da Polícia escolhe o marechal Fontoura, "atrasado e incompetente, cheio de truques para inventar 'conspiração' e 'achar' bombas; com métodos ilegais e ação brutal, a polícia manteve o povo do Rio em sobressalto e a oposição civil e militar vigiada por um exército de espíões (...). Antes da época da abertura do Congresso (3 de maio de 1923), o governo começou a tratar no próprio palácio da revisão constitucional, acelerando posteriormente o trabalho. Num clima de coerção foram promovidas reformas reacionárias, como a restrição de direitos individuais, com limitação do *habeas-corpus* e retirada de julgamento por júri dos crimes políticos imprescritíveis, quando o acusado estivesse exilado. Na sua política intervencionista e para terminar com as contínuas reeleições permitidas pelas constituições do Rio Grande do Sul, Alagoas, Paraná e Santa Catarina, Bernardes consegue proibi-las. Mantém veto parcial à criação de juizes e tribunais regionais e, numa 'degola' dos adversários, consegue a depuração de deputados e senadores (...). Completando o quadro da reação, o governo consegue sancionar a Lei de Imprensa (...); Bernardes impõe-na como condição para o término do estado de sítio, que fora prorrogado pela segunda vez de maio a dezembro de 1923. O governo poderia doravante controlar todas as informações e manter a censura nos jornais. Completavam-se as medidas de coerção do governo".³⁷

Neste quadro político, ressurgiu a concepção do soldado-cidadão, agora com um colorido diverso, misturada, até certo ponto, a idéias "salvacionistas" (postas em prática no governo do marechal Hermes da Fonseca). Partindo do pressuposto de que as oligarquias dominantes haviam colocado as instituições republicanas a serviço de seus interesses particulares, setores militares buscam justificar a revolta contra o regime com base no artigo 14 da Constituição, que dizia "a Força Armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei". Dessa forma, argumentam os "tenentes", é dever das Forças Armadas opor-se "aos desmandos dos superiores hierárquicos que tentarem subordinar essas instituições aos seus instintos, ao arbítrio de suas vaidades".³⁸

Juarez Távora justifica a interpretação rebelde ainda mais claramente: "Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja que combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído".³⁹ ▶

(34) *Ibidem*, 201.

(35) Décio Saes, *op. cit.*, p. 102.

(36) Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 214-223.

(37) Edgard Carone, *Revoluções no Brasil contemporâneo*, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1975, pp. 45-46.

(38) J. Nunes de Carvalho, *A revolução no Brasil — 1924/1925*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia São Benedito, 1930, p. 169.

(39) Juarez Távora, *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, São Paulo, O Combate, 1927, pp. 90-91.

Agregada a esta concepção vinha outra, a dos militares como os únicos capazes de “salvar a pátria”, já que o povo — “ignorante”, “amorfo”, “sem consciência” — não teria condições para lutar e vencer a injustiça, a corrupção e o nepotismo das oligarquias. Esta concepção excludente e elitista está presente nos depoimentos de vários militares que foram atores e líderes dos levantes tenentistas na década de 20.

Para Juarez Távora, é “uma leviandade afirmar que (...) cabe ao povo e não à força armada derrubar o governo que o tiraniza. A massa imbecile da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas”.⁴⁰ J. Nunes Carvalho, por sua vez, radicaliza esta posição, ao afirmar que o “povo, por si só, nada poderá fazer; mas se à sua frente estiver a síntese desse mesmo povo, o Exército brasileiro, composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever — de defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior —, esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele em que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz. É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos, no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido das bajulações interesseiras e das negociatas imorais e alçá-lo ao altar-mor da Pátria, que se tornaria assim mais forte e respeitada”.⁴¹

Tanto a formulação quanto a assimilação destas concepções ocorreria basicamente entre a jovem ou baixa oficialidade, sobretudo, tenentes e capitães. Quase toda a liderança dos levantes da década de 20, denominados de “tenentistas”, saem destas categorias de oficiais. Segundo atestaria Góis Monteiro em 1929, “a fração de major para cima, em sua maioria, estaria ao lado do governo em caso de revolução; mas, de capitão para baixo, também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários”.⁴²

Em todos os levantes, a “tática dos tenentes consistia em aliciar oficiais jovens, muitas vezes antigos colegas do Realengo, e conseguir através deles, eventualmente com o auxílio de sargentos, rebelar unidades isoladas. Depois era agir rapidamente e esperar o efeito bola de neve das adesões. Para a obtenção deste efeito era fundamental a presença de um oficial superior de prestígio à frente do movimento. Se em 1889 foi Deodoro, em 1922 foi Hermes, em 1924 Isidoro, Góis Monteiro em 1930. A posição política deste chefe era irrelevante. Isidoro foi escolhido através de consulta ao *Almanaque do Exército* e, em 1930, a chefia chegou a ser oferecida a Leitão de Carvalho, talvez o mais firme adversário das posições tenentistas. O que importava era o prestígio profissional, capaz de provocar o movimento de adesões”.⁴³

SIGNIFICADO DO TENENTISMO

Se em 1922 o levante tenentista fora marcado pela indignação e pelo voluntarismo, em 1924 ele já conta com propostas reformistas e um cuidadoso planejamento. O levante de 1924, deflagrado com o objetivo imediato de substituir Artur Bernardes na presidência da República e “republicanizar a República”, isto é, fazer o regime retroagir aos princípios políticos de 1889, avança nos objetivos programáticos e apresenta em seus manifestos propostas de reformulação do regime: Constituinte com a manutenção *a priori* da República Federativa, separação entre Igreja e Estado, proibição de reeleição de presidentes de Estados, abolição dos impostos ▶

(40) *Ibidem*, 91.

(41) Citado por Bóris Fausto, *A revolução de 1930*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 81.

(42) Citado por José Murilo de Carvalho, *op. cit.*, p. 221.

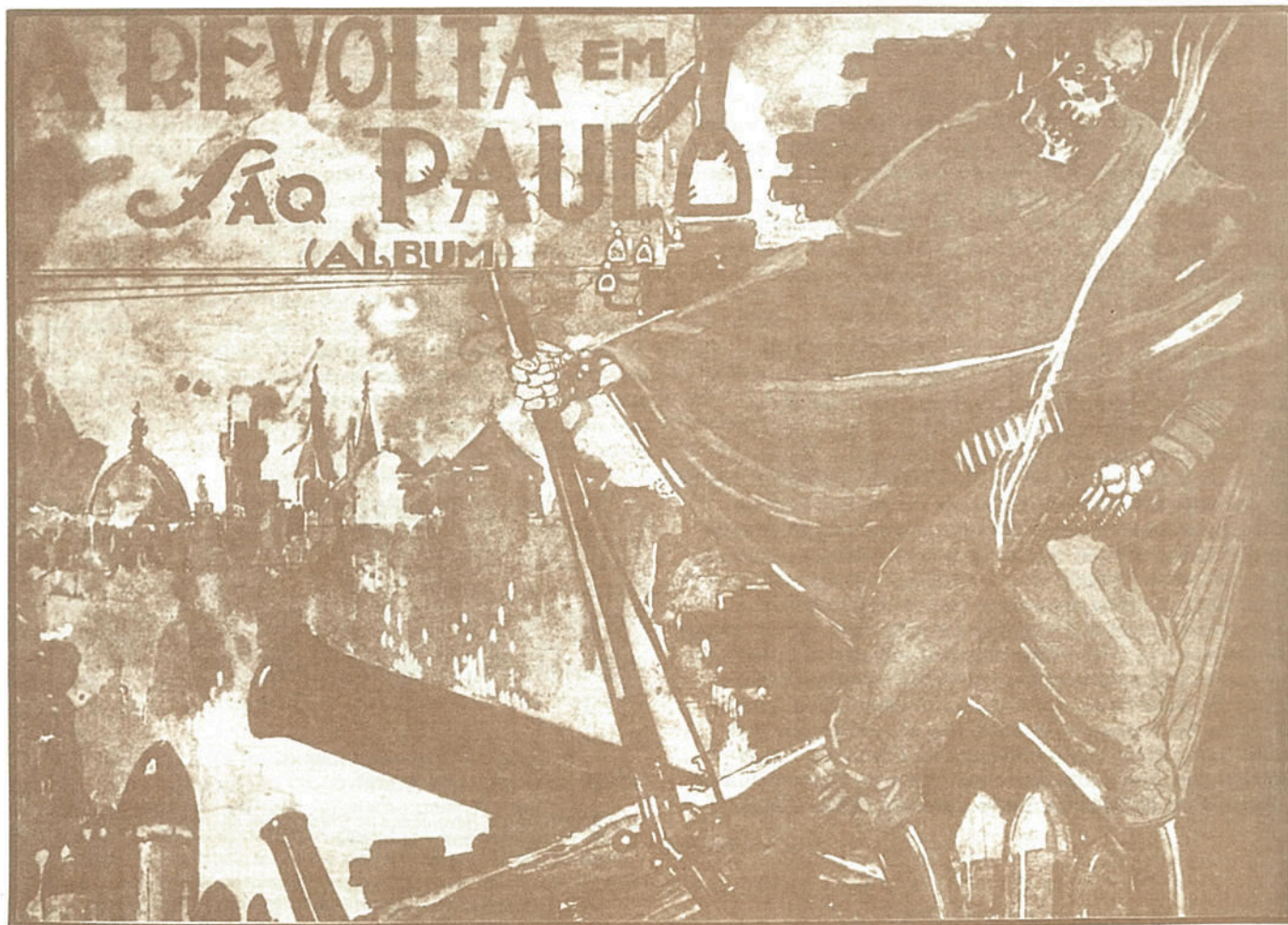
(43) *Ibidem*, pp. 221-222.

interestaduais, reforma da magistratura e da representação política, liberdade de imprensa, liberdade de Estado, correção dos

Portanto, por detrás pela regeneração do projeto reformista as exigências do desen Brasil. Aparecem im que envolvem a orga de maior centralizaç ampliação da cidadad

O levante que começo ressoa e espalha-se levantes que estoura Sergipe no dia 13, no culminam com o do da junção das tropas do Sul, forma-se a cc Prestes que, durante 30 mil quilômetros, terminando seu perío Bolívia.

Diversamente de 192 corporação atacada falar, a partir de 1924 toda a nação. Ao encaminhar as resol enfrenta, apresentam únicos capazes de “s



Capa do álbum A REVOLTA EM SÃO PAULO (S.Paulo, Editora Publicitas, s.d.)



Coleção Miguel Costa Júnior

Prestes (1ª à esq.) e Miguel

interestaduais, reformas tributária e aduaneira, unificação da magistratura e dos processos, voto secreto, verdade da representação política e combate à corrupção eleitoral, liberdade de imprensa, reforma do ensino, centralização do Estado, correção dos excessos federativos etc.⁴⁴

Portanto, por detrás do combate à corrupção, e da luta pela regeneração da República, visualizava-se já um projeto reformista mais amplo, em consonância com as exigências do desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil. Aparecem implícitas nestas propostas questões que envolvem a organização do Estado Nacional através de maior centralização, integração do mercado interno, ampliação da cidadania etc.

O levante que começa a 5 de julho de 1924, em São Paulo, ressoa e espalha-se por outras regiões do país, com levantes que estouram em Mato Grosso no dia 12, em Sergipe no dia 13, no Amazonas no dia 23, no Pará dia 26 e culminam com o do Rio Grande do Sul a 29 de outubro. E da junção das tropas rebeladas de São Paulo e Rio Grande do Sul, forma-se a coluna Miguel Costa — Luís Carlos Prestes que, durante mais de dois anos, percorre cerca de 30 mil quilômetros, travando numerosos combates e terminando seu périplo em 1927, quando se interna na Bolívia.

Diversamente de 1922, quando se pronunciam em nome da corporação atacada e ofendida, os “tenentes” passam a falar, a partir de 1924, em nome de toda a sociedade, de toda a nação. Ao considerarem o povo incapaz de encaminhar as resoluções dos problemas que o país enfrenta, apresentam-se como sua vanguarda, como os únicos capazes de “salvar a pátria”.

Por outro lado, “à medida que transcorre a década de 1920, uma ala do ‘tenentismo’ radicaliza progressivamente as suas posições, tendendo à defesa de um Estado modernizante e interventor, orientado por princípios nacionalistas e reformistas, ou mesmo de um regime popular ou proletário (no caso mais extremo) (...). Porém o seu próprio radicalismo encarregou-se de separá-la da tendência dominante do ‘tenentismo’ que, cultuando ainda o liberalismo ‘oligárquico’, constituía uma expressão típica daquela parcela das camadas médias que não se tinha libertado da situação de dependência diante das elites rurais. Aliás, é esse fato que explica o aparente paradoxo da crescente ‘oligarquização’ do conjunto da política ‘tenentista’, à medida que nos aproximamos de 1930”.⁴⁵ Apesar disso, “o tenentismo começa a representar a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo”.⁴⁶

De fato, o tenentismo, ao colocar e reivindicar reformas e mudanças no sentido da reorganização do Estado burguês e da reorientação do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento das forças produtivas, apresenta-se, na década de 20, como original “vanguarda” burguesa. E não se apresenta como uma “vanguarda” qualquer — na medida que detém a força militar, apresenta-se como “vanguarda” armada da burguesia (tíbia e incapaz, por suas próprias características, de estar à frente do processo). De outra parte, a prática que o tenentismo utiliza e a concepção que o guia — elitista excludente — são ao mesmo tempo reflexo, expressão e personificação do processo histórico republicano.

(44) Cf. Ciro Costa e Eurico Góis, *Sob a metralha — história da revolta em São Paulo*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, pp. 143-144, e J. Nunes de Carvalho, *op. cit.*, pp. 172-180.

(45) Décio Saes, *op. cit.*, p. 101.

(46) Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, cit., p. 214.



Coleção Miguel Costa Júnior

Prestes (1.º à esq.) e Miguel Costa (3.º da esq. para dir.) no exílio na Bolívia em 1927

O IDEÁRIO TENENTISTA

A república sonhada pelos "tenentes" na versão de um dos documentos preparatórios do levante de 1924

Sugestões para a organização dos poderes da república em substituição aos atuais (mero esboço de organização de poderes e suas atribuições)

DIVISÃO DINÂMICO-SOCIAL

Sob o ponto de vista dinâmico-social, a nação brasileira se constitui por classes que resumem a sua vitalidade econômica, ou orientam moral e intelectualmente os indivíduos ou a coletividade, ou a defendem. Essas classes são:

comerciantes;
industriais;
agricultores;
operariado;
magistrados;
intelectuais;
funcionários civis;
Forças Armadas.

Cada uma das classes acima indicadas concorre de uma forma especial para o engrandecimento do país; é, pois, justo que as mesmas gozem do direito de colaborar, diretamente, na direção suprema da República.

É natural que cada indivíduo, cooperando na especialidade de sua classe, possa na alta função representativa prestar serviços que nenhum outro seria capaz de prestar. Ademais, é ilógico e contraproducente o irritante monopólio que faz atualmente certa categoria de indivíduos de assaltar os altos postos da administração e da política. O indivíduo só deve atuar na vida da nação como elemento de trabalho.

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES

A suprema direção e administração do país poderá ser confiada aos três poderes abaixo, constituídos pela maneira que se segue:

Direção suprema — Um Conselho Federal, composto de duzentos membros, aproximadamente, eleitos pelo povo por seis anos;

Legislativo — Constituído na razão de três membros por estado da federação, saídos do Conselho Federal e eleitos pelos seus membros, por dois anos;

Executivo — Presidente da República, tirado ainda do Conselho Federal, por eleição entre os seus membros, pelo tempo de três anos.

Os membros restantes do Conselho Federal constituiriam um tribunal de permanente fiscalização e tomada de contas dos atos administrativos e financeiros do Executivo. O presidente do Conselho Federal seria o substituto legal do presidente da República, quando este faltasse depois de dois anos de exercício. Se faltasse antes, o Conselho elegeria novo presidente para o resto do período.

Assim o Conselho Federal — supremo poder governamental — teria as seguintes atribuições:

eleger o presidente da República, sugerindo um programa administrativo em linhas gerais, de acordo com as necessidades do País;

eleger, nas épocas próprias, e na proporção de três por estado da federação, os membros do Legislativo;

aprovar ou não as medidas de emergência adotadas em casos excepcionais de guerra externa, calamidade pública, perturbações internas etc. No caso de não aprovar as medidas adotadas pelo Executivo, responsabilizar o presidente por aquelas que atentarem contra as leis ou os

interesses públicos; impedir a execução de leis votadas pelo Legislativo, quando julgá-las contrárias aos interesses do país. Neste caso a lei voltaria ao Legislativo e, se aprovada por mais de 3/4 de seus membros, seria posta em execução.

O Executivo, além do provimento dos cargos, de acordo com as leis, agiria dentro do programa sugerido pelo Conselho Federal;

executaria as leis votadas e aprovadas pelo Legislativo;

nomearia e demitiria livremente os secretários dos seguintes departamentos:

Fazenda;
Exterior;
Correios e Telégrafos;
Viação e Obras Públicas;
Negócios Interiores e Higiene;
Agricultura, Indústria e Comércio;
Instrução Pública;
Defesa Nacional (Forças de Terra e Mar).

O Legislativo deve ter por missão essencial a organização dos orçamentos, tendo em vista, tanto quanto possível, as diretivas do programa administrativo organizado pelo Conselho Federal. Só depois de desempenhar-se desta incumbência é que poderá tratar de outros assuntos ou votação de leis, salvo caso de emergência. Só haverá prorrogações ou convocações extraordinárias nos casos de emergências já previstos. O Legislativo funcionará por quatro meses anualmente.

DA REPRESENTAÇÃO

A representação das chamadas classes conservadoras deve ser proporcional ao desenvolvimento comercial, industrial, agrícola etc., de cada estado, mais ou menos da seguinte maneira: ▷

Comércio — trinta estados de São Paulo, Grande do Sul e Rio de Janeiro, três membros; e o Acre inclusive o território

Indústria — trinta estados de São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Grande do Sul, três cada um inclusive o Acre e o

Agricultura — trinta estados de São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Grande do Sul, três cada um inclusive o Acre e o

Operariado — trinta estados de São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, dois e os demais estados, um cada;

Magistratura — 22 estados, seis representantes, um Acre;

Intelectuais — 44 estados, dois por estado e o

Funcionários públicos — seis representantes;

Exército — cinco representantes;

Marinha — três representantes;

DOS ESTADOS

A organização política administrativa está moldada, em tudo quanto possível, pela organização composta o Conselho Federal de 22 membros, eleitos por dois anos, dos quais de São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, eleito presidente e vice-presidente, por dois

Comércio — trinta representantes: estados de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, três membros; e os demais, inclusive o território do Acre, um;

Indústria — trinta representantes: Distrito Federal, estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, três cada um; e os demais estados inclusive o Acre, um;

Agricultura — trinta representantes: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas, três cada um; e os demais, inclusive o Acre e o Distrito Federal, um cada;

Operariado — trinta representantes: Distrito Federal e São Paulo, três cada um; Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas, dois e os demais, inclusive o Acre, um cada;

Magistratura — 22 representantes, um por estado e Acre;

Intelectuais — 44 representantes, dois por estado e Acre;

Funcionários públicos civis — seis representantes;

Exército — cinco representantes;

Marinha — três representantes.

DOS ESTADOS

A organização política e administrativa estadual poderá ser moldada, em tudo quanto for possível, pela organização federal, composto o Conselho Estadual de 22 membros, eleitos por quatro anos, dos quais dez constituirão o Legislativo, bienalmente, um será eleito presidente e outro vice-presidente, por dois anos.

A representação das classes conservadoras deve ser na proporção do desenvolvimento de cada uma.

DOS MUNICÍPIOS

Como *cellula mater* das sábias organizações governamentais, o município terá a sua política e administração análogas ao estado, constituindo o seu Conselho por nove membros, dos quais um será anualmente eleito pelos demais para presidir os destinos do município e os restantes constituirão o Legislativo municipal.

Está subentendido que estão excluídas das representações estaduais e municipais as classes armadas, por não constituírem elemento regional.

DA JUSTIÇA

Esta deve ser unificada, agindo como intérprete das leis da República em todo o território brasileiro, onde se fizer sentir a sua ação.

A Justiça ou o Poder Judiciário deve ser constituído por Tribunais, um para cada estado, e pelo Supremo Tribunal de Justiça (Poder Julgador) com sede na capital da República, podendo ser este composto de ministros escolhidos pelos seus pares, entre os juizes ou promotores com mais de cinco anos de magistratura, e aqueles, formados por juizes, escolhidos entre cidadãos idôneos, e eleitos pelos demais membros da Justiça.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Outras medidas de ordem administrativa e econômica se impõe sejam imediatamente adotadas: a criação de colônias agrícolas para o abastecimento do exército etc.; a difusão da instrução pública, tornando-a obrigatória nos cursos primários e profissionais; a modificação do regime de impostos; a reorganização dos estados maiores do Exército e da Armada, tornando-os independentes do Executivo, que de tais forças só se poderia utilizar por deliberação do Conselho Federal, nos casos que fossem previstos em lei; a reforma da lei eleitoral; a reforma da lei de promoções, de modo a só admitir, em tempo de paz, o acesso até o posto de coronel (ou capitão de mar e guerra) pelo princípio de antiguidade e o do general de brigada por indicação dos seus pares; a criação de uma milícia federal, distribuída por todo o território brasileiro, conforme as necessidades do Governo.

DO GOVERNO PROVISÓRIO OU REVOLUCIONÁRIO

Tomando-se por base os princípios adotados neste esboço, para substituir temporariamente os atuais açambarcadores do Poder Público, poderá ser constituído um Governo Provisório ou Revolucionário por tantos elementos das classes conservadoras quantas são essas classes aí discriminadas (oito), escolhendo-se o mais capaz para chefe do governo.

Os seus atos serão sempre ditados pelo esboço citado e segundo as circunstâncias do momento.

In Processos-crime da revolução de 1924, ATJESP, vol. 16, pp. 288-292.

A PREPARAÇÃO DO LEVANTE

Nívia Faria é historiadora e trabalha como pesquisadora no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

NÍVIA FÁRIA

Condenados por sua participação na revolta do Forte de Copacabana, os chefes do movimento tenentista refugiaram-se em São Paulo e prepararam na clandestinidade, meticulosamente, uma rebelião muito mais audaciosa



Sobrado da rua Vauthier no bairro da Luz, onde foi planejado o levante

Os militares envolvidos em Copacabana em 1922 a Justiça. Não sabiam ao seria favorável ou se um O processo durou quase movimento cuidaram pa sentimento de luta e a n ataque.

O governo federal, valen sítio decretado por Epitá Bernardes, permanecia i movimentação, discussã de descontentamento. C intervenção punitiva.

Ainda assim, os militare articular-se e, nesse sen e o processo de eleição de 1923, vieram contribu definissem os lados e se eleições concorreram du pelo major Sales Filho, c rebeldes, e a segunda er Setembrino de Carvalho, granjear a confiança da soluções mediadoras. A não convenceu os rebel movimento de oposição médico Sales Filho repre militares de oposição lig

Foi nesse ambiente já te julgamento foram public Por essa ocasião, os prir encontravam, cautelosa se pode observar nesses Eduardo Gomes:

“Dia 25/12/1923. Embarco Chego a São Paulo onde Custódio de Oliveira, pel Gervásio Duncan que ha também na véspera pelo

Dia 27/12/1923. O general sabe onde, nem quando o fazer.

Dia 9/1/1924. Chegou meu saudoso de minha velha, revolucionário não deve e provável que possa lutar país. De fato quem pode movimento com o objetiv federativo, restituindo a e repondo o dr. Raul Fernai

Os capitães Juarez e Joa e Belerofonte Lima, em C

A sentença da Justiça nã militares rebeldes. Os alu no levante de 22 foram in expulsos. E os oficiais fo Código Penal, ou seja, fo a forma de governo e a C por isso pena de dez a vir e de cinco a dez aos co-a oficiais condenados, vint dezessete se apresentara tomaram-se desertores: c e Otávio Muniz Guimarães da Cunha Cruz, Stênio Ca Henrique Ricardo Hall, E Valente do Couto, Lídio G Almeida; e o ajudante Rô

Os militares envolvidos no levante do Forte de Copacabana em 1922 aguardavam ansiosos a decisão da Justiça. Não sabiam ao certo se o julgamento final lhes seria favorável ou se uma pena severa lhes seria imposta. O processo durou quase um ano e meio e os cabeças do movimento cuidaram para que não se esfriasse de todo o sentimento de luta e a necessidade de armar um novo ataque.

O governo federal, valendo-se dos poderes do estado de sítio decretado por Epiácio Pessoa e mantido por Artur Bernardes, permanecia atento a qualquer tipo de movimentação, discussão pública ou simples expressão de descontentamento. Qualquer deslize provocava uma intervenção punitiva.

Ainda assim, os militares insatisfeitos não deixavam de articular-se e, nesse sentido, a reabertura do Clube Militar e o processo de eleição para sua nova diretoria, em maio de 1923, vieram contribuir sobremaneira para que se definissem os lados e se aglutinassem as forças. Às eleições concorreram duas chapas: a primeira liderada pelo major Sales Filho, que contava com a simpatia dos rebeldes, e a segunda encabeçada pelo general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, que buscava granjear a confiança da oficialidade dividida, oferecendo soluções mediadoras. A proposta do ministro, no entanto, não convenceu os rebeldes, interessados de fato num movimento de oposição nacional. A vitória do major médico Sales Filho representou a consagração dos militares de oposição ligados à Reação Republicana.¹

Foi nesse ambiente já tenso que os resultados do julgamento foram publicados a 26 de dezembro de 1923. Por essa ocasião, os principais líderes do movimento já se encontravam, cautelosamente, espalhados pelo país, como se pode observar nesses trechos do diário do tenente Eduardo Gomes:

"Dia 25/12/1923. Embarco pela Central no 2º noturno. Chego a São Paulo onde sou esperado na estação pelo Custódio de Oliveira, pelo Edmundo M. Soares e pelo Gervásio Duncan que haviam seguido para São Paulo também na véspera pelo primeiro noturno. (...)

Dia 27/12/1923. O general Isidoro está no sul mas não se sabe onde, nem quando chega. Parece que não há nada a fazer.

Dia 9/1/1924. Chegou meu dia de bater asas, o que faço saudoso de minha velha, porém certo de que um revolucionário não deve entregar as mãos quando ainda é provável que possa lutar em defesa da Constituição do seu país. De fato quem pode afirmar que ainda não se fará um movimento com o objetivo de restabelecer o regime federativo, restituindo a autonomia do estado do Rio, repondo o dr. Raul Fernandes?"²

Os capitães Juarez e Joaquim Távora estavam em Boituva e Belerofonte Lima, em Goiás.

A sentença da Justiça não foi complacente com os militares rebeldes. Os alunos da Escola Militar envolvidos no levante de 22 foram impronunciados, mas todos expulsos. E os oficiais foram enquadrados no artigo 107 do Código Penal, ou seja, foi-lhes atribuído o intuito de mudar a forma de governo e a Constituição do país, aplicando-se por isso pena de dez a vinte anos de reclusão aos cabeças e de cinco a dez aos co-autores. Dentre os cinquenta oficiais condenados, vinte e dois já estavam presos, dezessete se apresentaram à Justiça e os onze restantes tornaram-se desertores: capitães Joaquim e Juarez Távora e Otávio Muniz Guimarães; primeiros tenentes Vítor César da Cunha Cruz, Stênio Caio de Albuquerque Lima, Henrique Ricardo Hall, Eduardo Gomes, José Coelho Valente do Couto, Lídio Gomes Barbosa e Rui da Cruz Almeida; e o ajudante Rômulo Fabrizio.³ ▶



Capitão Joaquim Távora nos anos 20

Iconographia

(1) Anna Maria Martinez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1976, pp. 59-60.

(2) "Diário do tenente Eduardo Gomes", in *Processos-crime da revolução de 1924*, São Paulo, Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP), vol. 12, pp. 353, 358 e 359.

(3) Anna Maria Martinez Corrêa, *op. cit.*, p. 63.



Tenente Eduardo Gomes em 1924

O INÍCIO DA CONSPIRAÇÃO

Entre esses oficiais condenados a escolher entre a prisão e a fuga é que vai surgir a proposta de retomar-se a luta, visando à deposição do presidente Artur Bernardes e tendo São Paulo como eixo da nova conspiração, que se irradiaria pelo centro e sul do Brasil, almejando ocupar a capital federal, prender o presidente, dissolver o parlamento e implantar um triunvirato (ver box "São Paulo, a escolhida").

No começo de 1924 já era intensa, no meio da oficialidade, a conspiração contra as atitudes do executivo federal. Após a deposição de Raul Fernandes, presidente do estado do Rio de Janeiro, em 1923, voltou-se Artur Bernardes para outro estado, a Bahia, que também se tinha oposto à candidatura do presidente da República. Declarado o estado de sítio nesse estado, o governador José Joaquim Seabra teve seu palácio tomado por tropas federais e acabou renunciando às vésperas da expiração de seu mandato. Já antes o presidente da República havia tentado executar o mesmo plano no Rio Grande do Sul, mas o governador Borges de Medeiros, sentindo-se forte, resistiu à intervenção, irrompendo uma guerra civil que durou oito meses, até a assinatura do convênio de Pedras Altas, em dezembro de 1923, o qual pôs termo à luta, acumulando mais uma vitória do presidente da República.

As arbitrariedades praticadas pelo governo Artur Bernardes justificavam plenamente, para os rebeldes, a urgência de se interromper esse processo de abusos reiterados de autoridade e para tanto não enxergavam mais outro meio senão o recurso às armas: "A revolução é, assim, o último dos direitos a que deve recorrer um povo livre, para salvaguardar os interesses coletivos; mas é também o mais imperioso dos deveres impostos aos verdadeiros cidadãos, quando a vesânia do despotismo pretende destruir as conquistas liberais de sua nacionalidade. Quem assim não o entender será digno da tirania que o oprima — porque terá envilecido a mais sagrada herança dos seus antepassados e defraudado, como um desonesto, o patrimônio político de seus antecedentes".⁴

(4) Juarez Távora, *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, São Paulo, O Combate, 1927, 1º vol., pp. 87-88.

SÃO PAULO, A ESCOLHIDA

Por que São Paulo e não o Rio de Janeiro, capital federal, foi a cidade eleita para o irromper do levante tenentista de 1924?

Podem ser enumerados três fatores básicos para que os militares rebeldes escolhessem a cidade de São Paulo como pólo desencadeador do movimento: a circunstância de o Rio de Janeiro se encontrar muito vigiado e policiado desde a revolta do forte de Copacabana, a possibilidade de adesão da poderosa Força Pública do Estado de São Paulo e, principalmente, a localização estratégica da capital paulista.

O estado de São Paulo concentrava, no começo dos anos 20, cerca de 22% da rede ferroviária nacional, cabendo à capital paulista o papel de nó do entroncamento ferroviário.

Acresce que a cidade de São Paulo representava, desde os tempos coloniais, o ponto privilegiado de acesso ao litoral através da serra do Mar. Era também na altura da capital paulista que se abriam, na serra da Mantiqueira, através de depressões, três grandes passagens: para nordeste, pelo vale do Paraíba; para o norte, por Campinas e Mogi-Mirim; e para oeste e sul, por Itapetininga.

A malha ferroviária amoldou-se a essa estrutura topográfica, convergindo sobre São Paulo. As diversas redes (Companhia Paulista, Mogiana, Sorocabana, Santos-Jundiaí, Noroeste do Brasil, Central do Brasil etc.) ligavam São Paulo às regiões vizinhas (Triângulo Mineiro, norte do Paraná, sul do Mato Grosso e, até certo ponto, sul de Goiás), mas eram quase independentes entre si, cruzando-se apenas na capital paulista.

Para o tenentismo, movimento de perspectiva nacional, a tomada da cidade de São Paulo significava, assim, não apenas o controle do centro econômico da Primeira República, mas também o controle de diversas e prósperas regiões articuladas a São Paulo pela rede ferroviária, o bloqueio do maior porto do país e a viabilização do verdadeiro objetivo do levante: a tomada e ocupação militar do Rio de Janeiro através do bloqueio do vale do Paraíba e descida da serra do Mar.

Em resumo: pensado como "guerra de decisão rápida" e com perspectiva de repercussão nacional, o movimento tenentista via na tomada de São Paulo a possibilidade de, ao mesmo tempo, isolar e abalar definitivamente o governo federal e permitir o deslocamento rápido e fácil das tropas insurretas.

Giselle Beiguelman Messina

Acreditando nesses p da lei por parte do Ex deflagraram o proces:

Uma vez na condição militares rebelados pr para que seus planos mãos do governo, sed observa pela declaraç entre o grupo deserto movimento armado d sobre a dos oficiais p quartéis, rápidos e fre seus descontentamer revolucionária do gov praticamente toda a c mostrava descontente (soldos baixos e muit; e as queixas, a princí constante dentro dos

As discussões nos qu militares rebeldes dec objetivo de ampliar as

"(...) 2º — Cada Centr elevados sentimentos povo e aos interesses deveres do Centro Cív possíveis, uma propaç maus atos dos poder país à bancarrota e o

O final desse docume preocupações dos rel que foi criteriosament alvo dos articuladores

"Abrindo aqui um par cotejo dos elementos superioridade de sub: elevados. E isto se ex Poder Executivo esco aqueles que devem pi degenerou no pernici presidentes, que ultim acautelar os seus inte nacionais, enquanto c aberta a válvula das n afinam pelas simpatia

A idéia de disseminaç porém, tendo os milit preparativos apenas e

A ESCOLHA DO CHE

A escolha de um che cuidadosa reflexão. A estava fora de cogitaç políticas. Foi então n oficiais generais já re Isidoro Dias Lopes, af ano: "Isidoro foi escol Almanaque do Exérci

O convite para liderar recusado pelo genera pessoal aos estados do Sul com o intuito c levante. ▶

(5) "Boletim do Centro Cív 1924, cit., vol. 16, p. 280

(6) *Ibidem*, p. 284.

(7) José Murilo de Carvalh República: o poder des História geral da civiliz 1977, tomo III, 2º vol., p

Acreditando nesses princípios e na falta de cumprimento da lei por parte do Executivo, os oficiais comprometidos deflagraram o processo preparatório da nova rebelião.

Uma vez na condição de condenados e foragidos, os militares rebelados precisavam agir com todo cuidado para que seus planos não vazassem e não caíssem em mãos do governo, sedento em punir os rebeldes. Como se observa pela declaração já transcrita de Juarez Távora, entre o grupo desertor a corrente favorável a um movimento armado de amplitude nacional prevaleceu sobre a dos oficiais partidários de pequenos levantes de quartéis, rápidos e freqüentes, como meio de expressar seus descontentamentos, sem almejar uma substituição revolucionária do governo. O certo, porém, é que praticamente toda a oficialidade do segundo escalão se mostrava descontente com sua situação no Exército (soldos baixos e muita demora para mudança de patente) e as queixas, a princípio esparsas, foram se tornando uma constante dentro dos quartéis.

As discussões nos quartéis se intensificavam e os militares rebeldes decidiram criar Centros Cívicos, com o objetivo de ampliar as bases sociais do movimento:

"(...) 2º — Cada Centro será constituído por homens de elevados sentimentos patrióticos, dedicados à causa do povo e aos interesses gerais do Brasil; 3º — Os fins e deveres do Centro Cívico é promover, por todos os meios possíveis, uma propaganda tenaz e elevada contra os maus atos dos poderosos que arrastam, de dia para dia, o país à bancarrota e o povo à fome e à miséria."⁵

O final desse documento, que detalha todas as preocupações dos rebeldes com a "moralização" do país e que foi criteriosamente divulgado, traduz com nitidez o alvo dos articuladores:

"Abrindo aqui um parêntese, convém explicar-vos que, do cotejo dos elementos já aliciados, verifica-se uma grande superioridade de subalternos sobre os postos mais elevados. E isto se explica perfeitamente. A faculdade do Poder Executivo escolher livremente, dentre os coronéis, aqueles que devem preencher as vagas dos generais, degenerou no pernicioso critério da escolha pessoal dos presidentes, que ultimamente têm tido mais em vista acautelar os seus interesses políticos e partidários que os nacionais, enquanto que permanece indefinidamente aberta a válvula das reformas para aqueles que se não afinam pelas simpatias palacianas."⁶

A idéia de disseminação de tais Centros não vingou, porém, tendo os militares optado por concentrar os preparativos apenas entres os oficiais.

A ESCOLHA DO CHEFE

A escolha de um chefe para a revolução demandava cuidadosa reflexão. A grande maioria dos generais da ativa estava fora de cogitação em decorrência de suas posições políticas. Foi então necessário recorrer-se à lista dos oficiais generais já reformados, optando-se pelo general Isidoro Dias Lopes, afastado do Exército havia mais de um ano: "Isidoro foi escolhido através de consulta ao Almanaque do Exército".⁷

O convite para liderar o movimento foi, inicialmente, recusado pelo general, que só o aceitou após visita pessoal aos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul com o intuito de verificar as condições reais do levante. ►

(5) "Boletim do Centro Cívico", in *Processos-crime da revolução de 1924*, cit., vol. 16, p. 280.

(6) *Ibidem*, p. 284.

(7) José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in Fausto, Bóris (org.) *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Difel, 1977, tomo III, 2º vol., p. 222.

A ESCOLA DA PRISÃO

"Ao malogro do movimento armado seguiram-se as prisões e transferências de unidades. Cinco meses de detenção fizeram de mim um bom revolucionário. O convívio, na prisão, com outros oficiais mais esclarecidos em política, ensinou-me muita coisa. O capitão Joaquim Távora tornou-se nosso líder (...). Falava bem e argumentava com fatos novos para nós, oficiais jovens e bisonhos em política (...). Socialista ardoroso, explicava-nos os acontecimentos políticos à luz da economia. Era um mundo desconhecido que se abria na minha frente (...). Já preparava, nessa época, a próxima revolução. Explicava as razões do insucesso do movimento de 5 de julho e prometia outra atuação para o futuro (...).

Volvidos cinco meses, durante os quais a inépcia do governo reunira algumas centenas de jovens oficiais numa escola de política revolucionária, fui transferido para Alegrete, cidade da fronteira, no Rio Grande do Sul. Estava preparado para os acontecimentos que deveriam agitar o país dois anos depois. Mantinha contato permanente com outros companheiros de conspiração, entre os quais o capitão Luís Carlos Prestes, que servia no Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo."

João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 21.



General Isidoro Dias Lopes no exílio na Bolívia em 1927

O APOIO OPERÁRIO, DESEJADO MAS TEMIDO



A LAGOSTA

Everardo Dias, destacado militante do movimento operário brasileiro no começo do século, conta em suas memórias ¹ que, por volta de fevereiro ou março de 1923, foi procurado por uma pessoa ligada a Maurício de Lacerda para a impressão de uma circular dirigida a oficiais militares que, depois do levante do Forte de Copacabana, voltavam a conspirar contra o governo. Na semana seguinte, a mesma pessoa voltou a procurá-lo, propondo o "reagrupamento das forças revolucionárias para deflagrar um movimento armado contra a oligarquia dominante". Depois de expor o plano insurrecional, pediu "o apoio do proletariado para essa obra, através de um entendimento recíproco para uma agitação nos meios fabris e de transportes, de forma a desorganizar a vida da cidade e dar ocasião a uma intervenção das forças do Exército e da Armada, que então deporiam o presidente da República".

Everardo Dias respondeu que não podia tomar nenhuma decisão, pois "isso dependia de consulta aos diversos líderes sindicais". Mas, embora achasse o plano inexecutável, prontificou-se a manter entendimentos com as lideranças operárias e com as direções do PCB. Paralelamente, as "Ligas e Alianças operárias que seguiam orientação anarquista-sindicalista, (...) também já estavam entrosadas nesse movimento através de José Otíctica (...). A Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, dirigida por Sarandi Raposo e que controlava os ferroviários e os mineiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, (...) estava em constante contato com os chefes militares através de Evaristo de Moraes".²

Ao mesmo tempo que Everardo Dias entabulava entendimentos com dirigentes do PCB, Isidoro Dias Lopes deslocava-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, onde manteve conversações com Astrogildo Pereira. "Os emissários do PCB", relata Otávio Brandão, "em nome da Comissão Central Executiva prometeram apoiar os revoltosos e disseram-lhes: — Somos numericamente um pequeno partido. Mas temos vasta força potencial. Não podemos iniciar a luta armada, mas, depois de começada, tomaremos uma tipografia, lançaremos um jornal próprio e poderemos armar milhares de trabalhadores que decidirão da luta e da vitória. São Paulo sozinho não poderá triunfar. A vitória depende das insurreições armadas simultâneas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Reivindicamos: que as forças armadas do PCB tenham direção própria, independente, e não de chefes militares; que o PCB tenha liberdade de propaganda e agitação; que sejam tomadas em consideração as reivindicações específicas dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais".³

Antes que esses contatos produzissem frutos, as conspirações e articulações foram descobertas pela polícia e, a partir de abril de 1923, vários oficiais militares foram presos. Em "busca de uma evidência contra os militares suspeitos, a polícia invadiu a residência de Everardo Dias, prendeu-o e confiscou seus livros e papéis (...). Outros presos na área do Rio de Janeiro foram Luís Peres, fundador do PCB, Otávio Brandão, José Gonçalves, Antonio de Oliveira, Pedro Maurini, Vicente Llorca, Silvano Borges e Joaquim Silva".⁴

O movimento operário já se encontrava numa situação bastante difícil. Depois do período de ascenso que se estendeu de 1917 a 1920 — caracterizado pela grande quantidade de movimentos grevistas, fortalecimento dos sindicatos e multiplicação da imprensa operária —, o movimento entrou numa fase de refluxo, agravada pela repressão brutal — prisões, deportações, fechamento de sindicatos, empastelamento de jornais, censura, estado de sítio — e também pela divisão entre anarquistas e comunistas, que travavam então renhida luta político-ideológica. As novas prisões agravaram as dificuldades.

Ainda assim, as conversações entre os conspiradores militares e as lideranças operárias prosseguiram. Mas, como recorda Everardo Dias, "os militares não situavam o problema do povo brasileiro com a objetividade precisa (...), encarando os acontecimentos sob um ângulo puramente militar, um tanto ou quanto caudilhesco".⁵ Assim, os entendimentos acabaram não passando "de conversações, de apreciações, de promessas de futuras realizações".⁶

Conclui Everardo Dias: "mais tarde, o general Isidoro Dias Lopes desculpou-se em suas memórias (...) de não ter tido tempo de avistar os elementos conjurados do operariado, pela precipitação com que houve de agir (...). Mas teve oportunidade, durante os atropelados e febris dias de combate na capital de São Paulo, de receber em seu quartel-general o presidente da Associação Comercial e outros magnatas da finança e da indústria, os quais o aconselharam a retirar as suas forças da cidade, evitando um iminente levante do proletariado (...). Ora, dirigentes operários, por várias vezes, procuraram avistar-se com ele, sem o conseguir, recebidos com displicência por qualquer oficial inferior, que os mandava apresentar-se aos postos de recrutamento!"⁷

José Antonio Segatto

(1) Everardo Dias, História das lutas sociais no Brasil, 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977, pp. 132-133.

(2) Ibidem, p. 134.

(3) Otávio Brandão, Combates e batalhas, São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 280.

(4) John Foster Dulles, Anarquistas e comunistas no Brasil, trad. César Parreiras Horta, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 195.

(5) Everardo Dias, op. cit., p. 136.

(6) Ibidem, p. 138.

(7) Ibidem, p. 138.

Nesse interim, um pôs tudo a perder. Cardoso Barato, d prender o ministro Carvalho, em 28 de Grossa. Simultane aquartelados no P vazou e o tenente

Após esse inciden e Juarez Távora e mais intensamente Santa Catarina, Pa sentido de detecta revolucionários. Q São Paulo, centro de armamento da Os rebeldes conta para tomar a capit Janeiro. Assim, ha partidário do movi Noronha da neces eventualidade de u prontamente aten

PRIMEIRAS DEFEI

Em março de 1924 do movimento, acr tentativa de golpe do Paraná afastara de 2 mil homens, c milhão de cartuch esse contingente r mais tarde usado p em São Paulo. Em rebeldes não conta tropas federais se mostrarem confiar a serem atraídas a

O ânimo dos revol decidiram consult Região Militar, gen estima e dedicação civis. O general, co qualquer conspiraç

"Recebendo eu no tramava uma revol as medidas que es comandantes de u conhecimentos de governo do Estado, comunicados que i palpitante assunto, especialmente pel do Distrito Federal, auxiliar sr. Carlos F Estado a existênci visando perturbar a que não tive conhe o ministro da Guer Gabinete, dr. Cipria cientificar o govern conspiração, envia para dizer coisa alq revolta, o sr. dr. Tirs governo de São Pat mazorca com o apc visando depor o go explodiu a revolta. comandantes das q de uma ilusão de q quero esconder."⁸

Nesse ínterim, uma surpresa: um golpe prematuro quase pôs tudo a perder. O tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barato, do Paraná, foi o cabeça de um plano para prender o ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, em 28 de dezembro de 1923 na cidade de Ponta Grossa. Simultaneamente, todos os corpos do Exército aquartelados no Paraná deveriam rebelar-se, mas o plano vazou e o tenente foi preso.

Após esse incidente, o general Isidoro, os irmãos Joaquim e Juarez Távora e outros oficiais passaram a "trabalhar" mais intensamente nos quartéis do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, sul de Minas e São Paulo no sentido de detectar os elementos presumidamente revolucionários. Quando a triagem aos quartéis chegou a São Paulo, centro da rebelião, verificou-se a insuficiência de armamento da 2ª Região Militar sediada nesse estado. Os rebeldes contavam, no entanto, com esse armamento para tomar a capital paulista a marchar sobre o Rio de Janeiro. Assim, habilidosamente, o capitão Estillac Leal, partidário do movimento, convenceu o general Abílio de Noronha da necessidade de conseguir mais armas para a eventualidade de um levante ou algo similar. Foi prontamente atendido...

PRIMEIRAS DEFECÇÕES

Em março de 1924, após uma notícia falsa de paralisação do movimento, acrescida ao episódio já relatado de tentativa de golpe do tenente Joaquim Barroso, as tropas do Paraná afastaram-se da rebelião. Contavam com cerca de 2 mil homens, doze peças de artilharia e cerca de 1 milhão de cartuchos de fuzis. Ao retirar-se da conspiração, esse contingente não só desfalcou os revoltosos, como foi mais tarde usado pelo governo para combater o levante em São Paulo. Em vista dos acontecimentos, decidiram os rebeldes não contar também com a colaboração das tropas federais sediadas no Rio Grande do Sul por não se mostrarem confiantes, deixando-as como forças de reserva a serem atraídas após a deflagração do movimento.

O ânimo dos revoltosos tendia a arrefecer quando decidiram consultar, indiretamente, o comandante da 2ª Região Militar, general Abílio de Noronha, conhecido pela estima e dedicação de seus comandados e também dos civis. O general, como é sabido, mostrou-se adverso a qualquer conspiração:

"Recebendo eu notícias de que aqui em São Paulo se tramava uma revolta, agia nessa ocasião de acordo com as medidas que estavam ao meu alcance. Avisava os comandantes de unidades com insistência, dava conhecimentos de tudo aos comandantes de brigada e, ao governo do Estado, chegava a exhibir em original os comunicados que do governo federal recebia sobre tão palpitante assunto. Devo acrescentar ainda que, enviado especialmente pelo sr. marechal Fontoura, chefe de polícia do Distrito Federal, esteve em São Paulo o delegado auxiliar sr. Carlos Reis, que comunicou ao governo do Estado a existência de uma conspiração em São Paulo visando perturbar a ordem pública, comunicação esta de que não tive conhecimento por parte desse delegado; que o ministro da Guerra enviou, por sua vez, o seu oficial de Gabinete, dr. Cipriano Lage e Silva com o fim especial de cientificar o governo do Estado do andamento da conspiração, enviado este que também não me procurou para dizer coisa alguma; que dez dias antes de explodir a revolta, o sr. dr. Tirso Martins, deputado estadual, avisou o governo de São Paulo de que aqui se tramava uma mazorca com o apoio de elementos da Força Pública, visando depor o governo da República. (...) Em 5 de julho explodiu a revolta. A apregoada lealdade garantida pelos comandantes das unidades da minha Divisão não passava de uma ilusão de que eles e eu fomos vítimas, o que não quero esconder."⁸

Foi esta a última tentativa de adesão às vésperas de estourar o levante. Embora malograda, fortaleceu o sentimento de união entre os que haviam optado por lutar contra a "corrupção", visando a "mudar completamente a situação do governo da República e dos estados onde isso for necessário à execução do programa revolucionário".⁹

NOMES FRIOS

Sem desanimar, os capitães Joaquim e Juarez Távora e Otávio Muniz, o tenente Eduardo Gomes, Henrique Hall, Vitor César da Cunha Cruz e Belerofonte Lima, instalados em São Paulo, de parceria com o tenente Custódio de Oliveira, do 2º Grupo de Artilharia Pesada aquartelado em Quitaúna, começaram a elaborar os planos para a deposição do presidente.

No sobrado da rua Vauthier, nº 27, alugado pelo tenente Custódio e simbolicamente batizado de "República", instalara-se o centro da conspiração, servindo inclusive de esconderijo para os militares comprometidos. As discussões e o detalhamento do plano de ação se realizavam também na travessa da Fábrica, nº 6, residência do oficial Ricardo Hall, na casa do major Miguel Costa, no escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares e na residência de Valdomiro Rosa, personagem secundário mas adepto convicto do movimento.

(8) Abílio de Noronha, *O resto da verdade*, São Paulo, s. ed., 1925, pp. 100-101.

(9) "Comunicado dos chefes revolucionários à imprensa paulista", in *Processos-crime da revolução de 1924*, cit., vol. 16, p. 259.

Octavio Fernandes

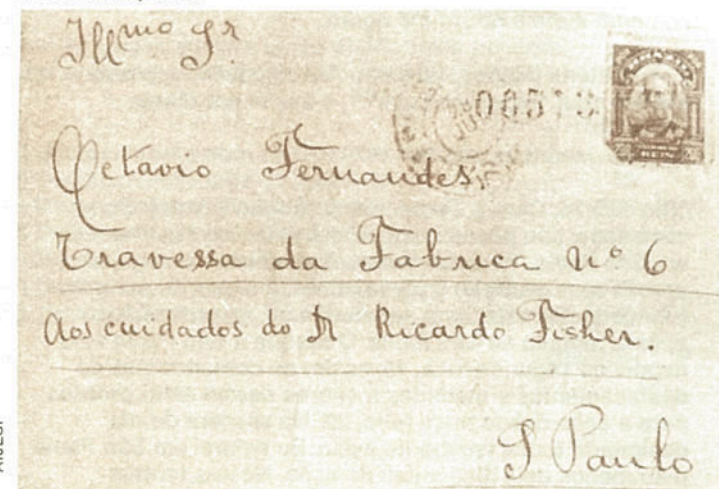
Electricista

ATJESP

S. PAULO

Travessa da Fabrica, 6

Cartão com nome falso do capitão Juarez Távora (acima) e envelope de carta a ele dirigida aos cuidados do dr. Ricardo Fisher, nome falso do tenente Ricardo Henrique Hall



Por medida de segurança os principais envolvidos na conspiração tiveram seus nomes trocados:

“Os oficiais desertores do Exército, aqui homiziados, procuraram no subterfúgio da troca de nomes uma válvula de segurança para o tranqüilo e pleno êxito de sua ininterrupta e tenaz atividade subversiva (...). O tenente Henrique Ricardo Hall passou a explorar aparelhos de radiotelegrafia na pele do suposto engenheiro dr. Ricardo Fischer Júnior, associando-se com o dono da Casa Stolze; o tenente Eduardo Gomes, homiziado em Mato Grosso, numa fazenda da família do marechal Bento Ribeiro, era ali o dr. Eugênio Guimarães, em funções de professor primário; o capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora transformou-se no electricista Otávio Fernandes e morava com o dr. Fischer Jr., na travessa da Fábrica nº 6, altos da oficina da Casa Stolze, onde trabalhava com rara habilidade; o seu irmão, capitão Joaquim Távora, era simplesmente conhecido por J. Fernandes; o tenente Vítor César da Cunha Cruz, também hóspede do dr. Fischer, passou a chamar-se dr. Vítor da Silveira, encarregando-se de estabelecer ligações entre os elementos comprometidos do Rio e os desta capital, com passagens fornecidas pelo capitão Newton Estillac Leal, então diretor do Material Bélico do Quartel-General da 2ª Região; finalmente o tenente Granville Belerofonte de Lima agia em Goiás, sob pseudônimo de dr. Gabriel G. de Lima, transfundido em exportador de cristais, mica e peles.”¹⁰

O movimento foi minuciosamente planejado e detalhado. Ligações militares eram freqüentes entre as guarnições envolvidas. Do Rio, o general Isidoro Lopes ditava as ordens de comando, preparando o ataque a São Paulo — mapas e croquis lhe eram enviados e retornavam à “República” com sua aprovação; plantas de edifícios públicos, quartéis e residências oficiais e cartas geográficas com as vias de comunicação entre São Paulo e Minas Gerais e com especificação dos quartéis amigos também faziam parte do material utilizado na preparação do levante.

O PLANO DO LEVANTE

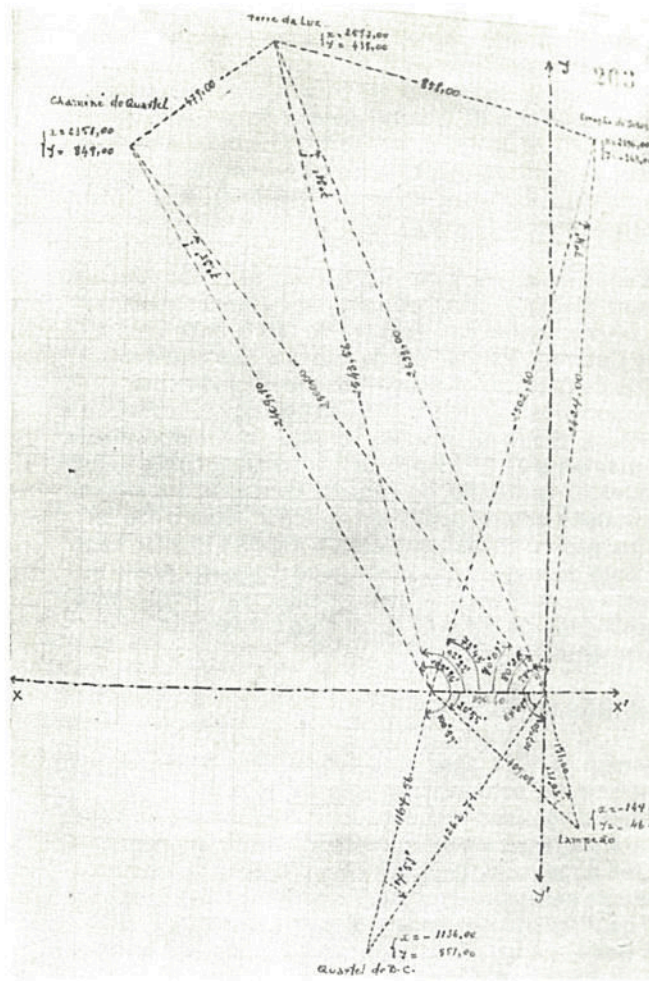
Em meados de março as conversações intensificaram-se, chegando a ser marcado o ataque à capital paulista para o mês de maio. A data foi revista diversas vezes, dando tempo para acertar cada detalhe do plano. O assalto a quartéis, secretarias, palácio e residência do governador e a estações ferroviárias e telegráficas seria simultâneo. Cada oficial do Exército traria consigo uma espécie de roteiro com distribuição de tarefas, número de praças, movimentos da coluna, local onde as metralhadoras seriam assentadas, carga para munição, enfim, tudo minuciosamente especificado, até os códigos para os telefonemas:

“1 — Quitéria (Marina, Sílvia ou Alzira) vai bem; significará Aqui em Quitaúna vai correndo tudo sem novidade. Nenhum alarme houve até agora.

2 — Quitéria (Marina, Sílvia ou Alzira) adoeceu; houve alarme aqui. Impossível agir”¹¹, e assim por diante.

Do Rio vinham as ordens:

“Rio 12/5/24. Caro J. Fernandes [Joaquim Távora]. Como você sabe, não posso comparecer amanhã, 13, à reunião em São Paulo. Transmita aos companheiros o seguinte: aprovo sem restrição o plano adotado e que vai por mim rubricado. Remeta, com antecedência, as ordens, logo após a tomada de São Paulo. O ataque a São Paulo será depois de segunda-feira, 19, assim os comandantes de destacamentos e unidades menores devem estar prontos para a ação desde terça-feira, 20. Na véspera do dia designado todos receberão aviso. Eu estarei em São Paulo pelo menos dois dias antes da ação. Nestes termos escrevo hoje mesmo ao tenente coronel Mesquita. Estas determinações você as leva escritas e já lhe dei verbalmente. Você é, pois, o meu representante oficial na reunião de amanhã.” Assinado: general Isidoro Dias Lopes.¹² ▶



Cálculos de artilharia dos planos revoltosos

A forte vigilância sobre os militares envolvidos no levante de 1922 e a decisão de recolher seis deles (Sotero, Rabelo, Mariano, Hugo, Carombert e Henrique Cunha) a bordo do paquete *Belmonte*, fundeado no Rio de Janeiro, determinaram um adiamento na data prevista para a tomada de São Paulo (inicialmente 20 de maio). Em carta de Joaquim para Juarez Távora, do dia 23 de junho, remetida do Rio de Janeiro, o primeiro relata as prisões ocorridas na capital federal, constata que eram apenas 33 os oficiais com que podiam contar e transfere para o dia 2 de julho a revolta que “mudaria os destinos da nação”.¹³

Outra carta de Joaquim para seu irmão, datada de 30 de junho, ditava as últimas ordens: “Peço-te que com o Miguel e Custódio arumem as cousas do melhor modo possível. Quando aí chegar não mais quero protelação (...). Complemento. É preciso que providenciem para que venham três caixotes de dinamite para a Parada Mendes, devendo os portadores ali procurarem o senhor João Aires, encarregado dos fios telegráficos e entregá-los em nome do dr. Silvio Rangel. Ficamos aflitos pela resposta telegráfica. Oficiais que vão para ali: Feio, Néri, Valente, Respício, Maranhão, Jansen, Rui, Paes Leme, Sampson, P. Rosar, P. Pereira, Simas, Isaías, H. Corrêa, A. Costa, Demóstenes, D. Uchoa, Severo e Odílio. O restante fica com o Heitor em Barro. Saudades Qlzjfm [Joaquim].”¹⁴

Estava dado o grito de guerra. Todos a postos aguardando a chegada do general Isidoro — ou Severo, como era chamado —, o que deveria ocorrer na manhã do dia 4.

(10) *Sucessos subversivos de São Paulo: denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República, em comissão no estado de São Paulo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925, p. 5.

(11) “Convenções Telefônicas”, in *Processos-crime da revolução de 1924*, ATJESP, vol. 16, p. 204.

(12) *Processos-crime da revolução de 1924*, ATJESP, vol. 16, p. 40.

(13) *Processos-crime da revolução de 1924*, ATJESP, vol. 16, p. 44.

(14) *Ibidem*, p. 46.



Coleção Miguel Costa Júnior

O major Miguel Costa (3º d. à dir.) em junho de 1924

Para contar com a pre Quitaúna, foi necessário dia anterior à rebelião Pinheiros — limite ma Pamplona, já prevenic pretexto para justifica transportar munição, simples treinamento. a munição levada de Oliveira até Pinheiros. fosse a confusão cau Dias Lopes e por falha rebeldes (ver o artigo 'Dentre os documento dos Revolucionários para a Marcha Geral verificar, com detalhe levante:

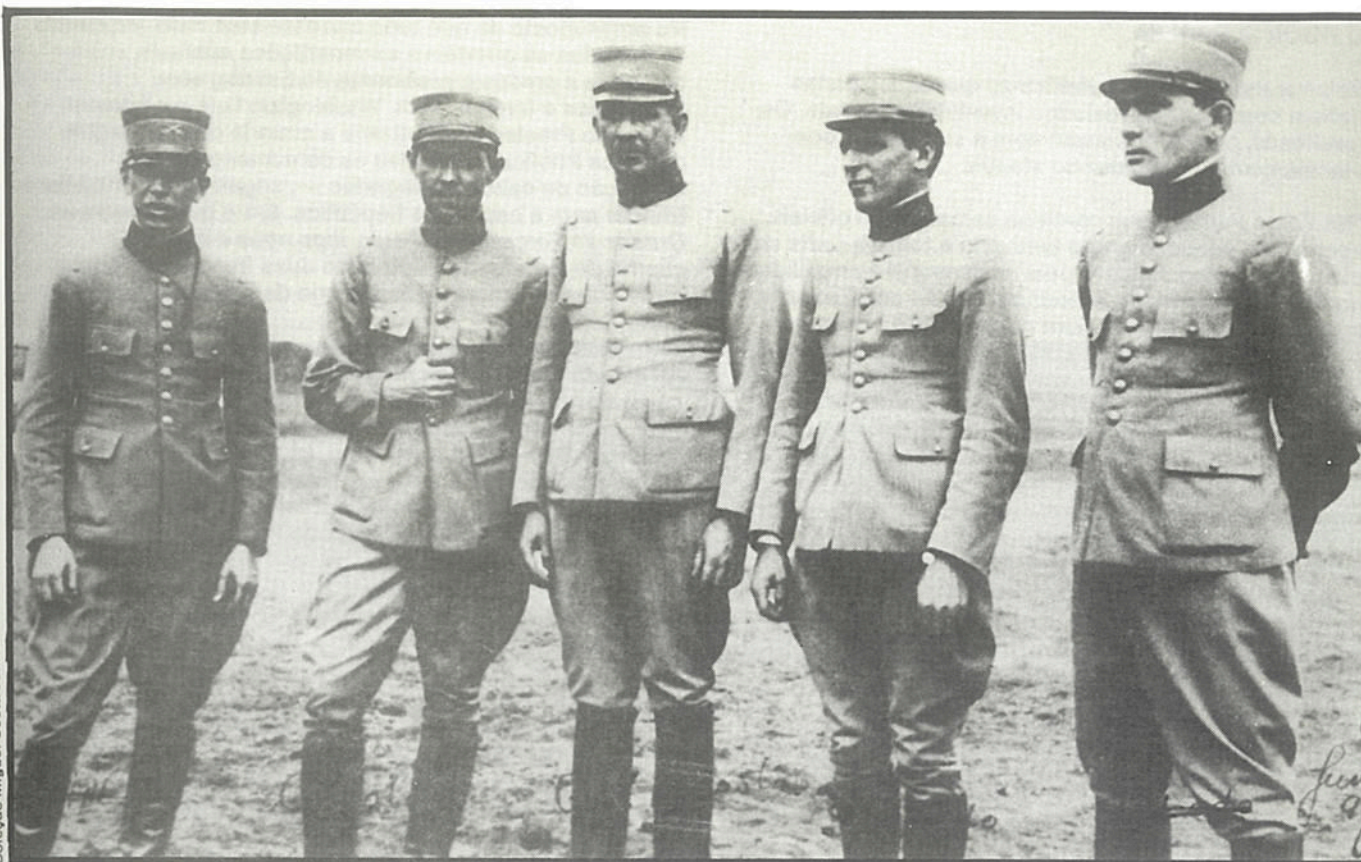
“1 — O movimento re militar da cidade de S necessariamente, em

2 — Devido aos elem polícia, a rendição da provocada por um gol surpresa, a superiorid

3 — A necessidade de co-participação, no g acantonadas fora da

4 — Nessas condiçõe decidida pela ação cc

- a) 4º B.C. (Santana) —
- b) 4º R.I. (Quitaúna) —
- c) R.C.Pol. (Luz) —
- d) 2º G.I.A.P. (Quitaúna)
- e) Cia. Tms. (Quitaúna)



O major Miguel Costa (3º da esq. para dir.) ao lado dos oficiais da Força Pública Nitrini e Coriolano de Almeida (à esq.) e Júlio Marcondes Salgado e Toledo (à dir.) em junho de 1924

Para contar com a preciosa colaboração do corpo de Quitaúna, foi necessário planejar um exercício extra para o dia anterior à rebelião. Essa unidade teria que marchar até Pinheiros — limite máximo fixado pelo general Estanislau Pamplona, já prevenido contra uma rebelião —, forjar um pretexto para justificar o pernoite e, além de tudo, transportar munição, o que era desnecessário para um simples treinamento. As dificuldades foram contornadas e a munição levada de carro pelo tenente Custódio de Oliveira até Pinheiros. Mais uma etapa cumprida, não fosse a confusão causada pelo atraso do general Isidoro Dias Lopes e por falhas na comunicação entre os oficiais rebeldes (ver o artigo "O Diário da Revolução", pp. 29 a 64). Dentre os documentos constantes do "Processo-Crime dos Revolucionários de 1924", faz parte a *Síntese do Plano para a Marcha Geral das Operações*, onde se pode verificar, com detalhes, a estrutura do planejamento do levante:

"1 — O movimento revolucionário iniciar-se-á pela queda militar da cidade de S. Paulo, que deverá consumir-se, necessariamente, em algumas horas.

2 — Devido aos elementos amigos existentes no seio da polícia, a rendição da cidade pode ser vantajosamente provocada por um golpe de audácia que neutralize, pela surpresa, a superioridade numérica das forças governistas.

3 — A necessidade de surpresa exclui a possibilidade de co-participação, no golpe, de quaisquer forças acantonadas fora da cidade ou de seus arredores.

4 — Nessas condições a sorte de S. Paulo deverá ser decidida pela ação combinada das seguintes forças:

	Homens
a) 4º B.C. (Santana) _____	150
b) 4º R.I. (Quitaúna) _____	420
c) R.C.Pol. (Luz) _____	600
d) 2º G.I.A.P. (Quitaúna) _____	100
e) Cia. Trns. (Quitaúna) _____	60
	1.330

5 — Essas forças deverão vencer os seguintes corpos de polícia:

	Homens
a) 1º Batalhão I. (Luz) _____	790
b) 2º Batalhão I. (Luz) _____	680
c) 3º Batalhão I. (Cambuci) _____	85
d) 4º Batalhão I. (Luz) _____	90
e) 5º Batalhão I. (Liberdade) _____	110
f) Corpo-Escola (Luz) _____	600
	2.355

A esses corpos se deverão juntar ainda, como prováveis combatentes, as seguintes forças auxiliares:

	Homens
a) Guarda Cívica (disseminada) _____	1.300
b) Corpo de Bombeiros _____	300
	1.600

Total Geral 3.955

6 — As forças amigas serão distribuídas por sete destacamentos principais e várias patrulhas:

	Homens
a) Destacamento para os Quartéis da Luz _____	180
b) Destacamento para 3º Batalhão I. _____	45
c) Destacamento para 5º Batalhão I. _____	45
d) Destacamento para QG da G.C. _____	45
e) Destacamento para C. de Bombeiros _____	45
f) Destacamento para C. Elísios _____	45
g) Destacamento para P.G.E. e S.J. _____	60

Total: 465.¹⁵ ►

(15) "Síntese do plano para a marcha geral das operações", in *Sucessos subversivos de São Paulo*, cit., pp. 33-34.

O FATOR SURPRESA

Balaceando as forças, verifica-se que os legalistas tinham condições de resistir à investida tenentista. Os revoltosos, porém, contavam com a surpresa, o bom planejamento e a rapidez do ataque:

“Na Força Pública, que continha cerca de 300 oficiais, apenas um pequeno grupo conhecia e tomava parte no plano subversivo. Reinava pois o sossego e tranqüilidade no seio da corporação. A audácia era, no caso, a melhor arma, sobretudo por estarem os quartéis e casernas, durante a noite, sem talvez 2/3 da tropa, dormindo os soldados e superiores em suas moradias.”¹⁶

O major Miguel Costa, do Regimento de Cavalaria da Força Pública, argentino de nascimento e brasileiro naturalizado, fora o escolhido para encabeçar o movimento nessa tropa, pois contava com bastante prestígio junto aos oficiais e havia manifestado simpatia ao levante do Forte de Copacabana. Entretanto, até a deflagração do movimento, além do major Miguel Costa só haviam assumido de fato a causa tenentista os seguintes oficiais da Força Pública: tenentes Tales do Prado Marcondes, Arlindo de Oliveira, Otaviano Gonçalves da Silveira e João Batista Nitrini, todos do Regimento de Cavalaria, e o capitão Índio do Brasil, do 4º Batalhão.

Constam ainda da *Síntese* as seguintes determinações:

1º — R.C.P. (Regimento de Cavalaria de Polícia) fornecerá desde o anoitecer do dia designado todas as informações necessárias ao bom desempenho das missões atribuídas às forças do Exército.

2º — Logo que o 4º B.C. estabelecer o cerco dos quartéis da Luz, tomará por qualquer forma e a todo custo o 1º Batalhão.

3º — Fornecerá a uma patrulha do 4º B.C. duas metralhadoras pesadas.

4º — Montará o mais rapidamente possível; fornecerá pessoal para a guarnição de duas metralhadoras pesadas e entregues à patrulha do 4º B.C.; expedirá sem perda de tempo as patrulhas abaixo, que sairão do seu quartel atravessando a rua João Teodoro:

- a) Estação da Luz
- b) Estação Sorocabana
- c) Estação do Norte e Brás
- d) Telégrafo Nacional (rua José Bonifácio nº 15)
- e) Centro Paulista (largo de S. Bento)
- f) Western Telegraph Co. (rua José Bonifácio 5-A)
- g) All American Cables (rua 15 de Novembro nº 26)
- h) Cabo Italiano (rua 15 de Novembro nº 49, 1º)
- i) Cia. Telefônica (rua 7 de Abril, 67)
- j) Rede Bragantina (rua Álvares Penteado, 38)
- k) Delegacia Fiscal
- l) Banco do Brasil (rua Boa Vista)

5º — O restante do R.C.P. será distribuído pela cidade a fim de desarmar e conduzir ao Jd. da Luz todas as forças da F. Pública, distribuídas em guardas, postos, rondas e patrulhas.

6º — As forças da Luz, Sorocabana, Norte e Brás, depois de tomadas as necessárias medidas de segurança, avançarão ao longo das linhas, providenciando sobre a imediata organização de trens militares.

7º — Organizará a seguir dois esquadrões que seguirão juntamente com a Cia. do 2º G. de A.P. em direção a Barra do Pirai.

8º — Estabelecerá com o restante do seu pessoal durante as primeiras horas do dia rigoroso policiamento da cidade, sem todavia deixar de preparar-se para partir com destino a Barra do Pirai, logo que se torne necessário.”¹⁷

No pressuposto de que tudo corresse sem mais incidentes — tomados os quartéis e as repartições públicas, depostos e presos o presidente do Estado, seus secretários e também o dr. Washington Luís e o coronel Fernando Prestes, neutralizada a maioria dos elementos da Força Pública e cortadas as comunicações pela ocupação de cabos e telégrafos —, seguir-se-ia a marcha triunfal para a capital da República. Era o que ditavam as *Ordens às Forças de S. Paulo, logo após a queda da capital do Estado*, determinando duas frentes de marcha, rumo ao entroncamento ferroviário de Barra do Pirai e ao porto de Santos.

Ao cair da noite de 4 de julho, vários conspiradores encontravam-se na casa do major Miguel Costa e na “República” da rua Vauthier, acertando os últimos detalhes. E foi dali que partiram, às primeiras horas da madrugada de 5 de julho, o capitão Joaquim Távora e o tenente Eduardo Gomes para dar início ao levante que, por 23 dias, transtornaria a vida de São Paulo e de seus habitantes.

(16) *Relatório geral do Inquérito*, São Paulo, ATJESP, 1924, p. 20.

(17) “Síntese do plano para a marcha geral das operações”, in *Sucessos subversivos de São Paulo*, cit., pp. 36-37.



Capitão Miguel Costa Junior

Capitão Miguel Costa numa

Criada em 1831, no Império, a Força Pública do Estado de São Paulo expressou a maior cor da República e sobre as primeiras décadas d

Durante o Império, a — que na época teve denominações — ob manter a ordem e fortalecer a autoridade das autoridades provinciais dominantes por oposição ao Ex República, sofreu alterações funcionais em conexão com as mudanças sociais, econômicas e políticas. Durante o Império passou o país em fins do século XIX: a abolição da escravidão e a introdução do trabalho livre através da imigração industrialização, o crescimento das cidades, o surgimento de novas classes e camadas e a implantação da



Coleção Miguel Costa Júnior

Capitão Miguel Costa numa cerimônia da Força Pública em 1919

Criada em 1831, no começo do Império, a Força Pública do Estado de São Paulo só ganhou expressão maior com o advento da República e sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Durante o Império, a Força Pública — que na época teve diversas denominações — objetivava manter a ordem escravocrata e fortalecer a autoridade dos grupos dominantes provinciais em contraposição ao Exército. Na República, sofreu alterações funcionais em correspondência com as mudanças sócio-econômicas e políticas por que passou o país em fins do século XIX: a abolição da escravidão e a introdução do trabalho livre através da imigração, a industrialização, o crescimento das cidades, o surgimento de novas classes e camadas sociais e a implantação da República.

Nesse contexto, “a mudança de maior envergadura é, de fato, a abolição da escravidão desde que não são mais os escravos, nem os abolicionistas que ameaçam o *status quo*. A contestação, independentemente de seus níveis e seus graus de violência, parte agora, primordialmente, da classe operária. O crescimento da indústria paulista acelera a expansão desta classe e também suas possibilidades contestatórias, o que é comprovado pela incidência crescente de greves, tanto na capital como em outras cidades mais industrializadas do estado. Trata-se, enfim, de uma *nova ordem*, diferente da imperial-escravista (...). Por outro lado, o regime republicano (processo eleitoral, franquias democráticas e livre manifestação do pensamento) amplia a possibilidade de contestação e perturbação da ordem, sobretudo nas zonas urbanas”.¹

Os primeiros anos da República seriam caracterizados como “um período de transição em que se manifestou agudamente uma luta pelo controle *civil* ou *militar* do poder político. A hegemonia da burguesia cafeeira paulista, e também mineira, só se afirma definitivamente com a consolidação do domínio civil do poder republicano, isto é, após o ‘retorno dos militares aos quartéis’. Deste ponto de vista, a militarização da Força Pública paulista adquire o significado de fortalecimento do ‘braço armado’ desta burguesia, um dos instrumentos por meio do qual procura afirmar sua hegemonia”.²

(1) Heloísa Rodrigues Fernandes, “A Força Pública do estado de São Paulo”, in Bóris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira*, São Paulo, Difel, 1977, tomo III, vol. 2, p. 244.

(2) *Ibidem*, p. 244, nota 10.

A capital paulista est madrugada, o capitã casa nº 27 da rua Val de Caçadores no bairro caminhando tão apre estranho mas não po

Chegando a Santana postos, nas imediaçõ Asdrúbal Gwyer, Casl Pública, e o ex-aluno passando pelas senti

Concluída essa prime sessenta praças e sa separaram em divers: bairro da Luz. Às 5 ho iniciaram o cerco e a



Coleção Alvaro de Oliveira Valle, DPH

Escritório bombardeado n

Contraopondo-se "à participação crescente do Exército no cenário político nacional, colocando-se muitas vezes numa posição agressiva de 'arbitragem', a fração hegemônica reage também com a saída militarista. Assim, não é o militarismo que tipifica as tensões entre a fração civil e a militar. Ou seja, o militarismo não é privilégio do Exército Nacional em contraposição a um pretensão civilismo da fração hegemônica. Ao soldado de baioneta responde-se com outro soldado e baioneta (...). O que ocorre, por parte das forças estaduais, é um processo de militarização controlado pelo poder civil e colocado a seu serviço. Neste caso, suscita-se o ideal do 'soldado profissional' imbuído do respeito e obediência à 'sociedade civil'. Assim, a militarização é fruto da política dos governadores e visa imprimir à força repressiva estadual os princípios de subordinação exclusiva aos interesses políticos (civilistas) dos cafeicultores".⁶

Tal era o poder da Força Pública paulista que, em 1911, quando o governo Hermes da Fonseca se preparou para intervir em São Paulo através da "política de salvacões", que visava quebrar o poder oligárquico nos estados, a mobilização das tropas da Força paulista, ajudadas pelos Batalhões Patrióticos organizados pelo PRP, foi suficiente para sustar a ameaça federal. Em determinados momentos, os efetivos da Força Pública chegaram a ser quase o dobro dos do Exército em São Paulo. Em 1920, por exemplo, a Força Pública paulista tinha um efetivo de 7.538 homens, enquanto que o Exército possuía 3.675.

Na medida em que se vão afirmando no poder, as oligarquias procuram também reordenar o papel das forças repressivas, colocando barreiras à intervenção do Exército na vida política nacional, seja enfraquecendo-o, seja fortalecendo as "Polícias Militares estaduais, verdadeiros exércitos regionais, diretamente subordinados às oligarquias. Enquanto se debilitava a organização do Exército, robusteciam-se aquelas organizações estaduais, ricamente dotadas de meios, fortemente concentradas, de obediência imediata aos poderes locais, que as traziam de rédea curta (...). Uma delas [a de São Paulo] chegou a possuir artilharia e

aviação, tendo recebido, antes do Exército, Missão Militar francesa de instrução. Claro que o poder de cada um desses pequenos exércitos variava com o poder do respectivo estado".³ Essa política seria reforçada com o estabelecimento, a partir de 1898, durante o governo de Campos Sales, da "política dos governadores", que proporcionou aos estados mais fortes, São Paulo e Minas Gerais, o absoluto controle do país.

Em 1906, Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo, tomou a iniciativa de trazer para o estado uma Missão Militar francesa, "antecipando-se, assim, ao próprio Exército, que só depois da Grande Guerra contaria com a orientação de Gamelin".⁴ Treinada e orientada pela Missão Francesa, comandada pelo coronel Paul Balagny, a Força Pública paulista transformou-se num pequeno mas poderoso exército: "O estado de São Paulo refletia toda a sua grandeza e pujança na potencialidade guerreira de sua Força Pública. Esta havia atingido tal importância bélica que o seu nome, fora de São Paulo, conquistava foros de um exército. Assim, a terra de Piratininga aparecia no cenário da Federação como a Prússia brasileira".⁵

Além do papel de defesa dos interesses da oligarquia cafeeira nas disputas com o poder central, a Força Pública de São Paulo foi treinada para outras atividades, como a de controle e repressão de manifestações populares e movimentos operários, ampliando-se, "assim, sua função de restauradora da ordem quando ameaçada pelas constantes greves operárias deste período, sobretudo em Santos (1900, 1905, 1908, 1912), em Jundiaí, Rio Claro e Campinas (parede de operários da Companhia Paulista em 1906, em que foram mobilizados 1.214 soldados da Força Pública) e na capital (remarcando-se a greve geral de julho de 1917)".⁷

Dessa forma, a "Força Pública do Estado de São Paulo era (...), a essa altura dos acontecimentos, um pequeno mas verdadeiro exército, admiravelmente instruído e municiado para a guerra (...). Cada vez que surgisse no Brasil um grito de protesto, marchava ela como um ariete, no seu ingrato papel de esmagar a rebeldia. Ela era a tropa de choque, tropa de

confiança da oligarquia, a encarregada da manutenção da ordem a qualquer preço (...). Assim, cada grito de liberdade deveria ser esmagado pelas metralhadoras da Força Pública no seu ingrato mister de guardiã da ordem constituída".⁸

Sua fidelidade à ordem oligárquica e aos donos do poder era, portanto, quase absoluta. Tanto é que no "momento em que o movimento [de 1924] era iminente em São Paulo, Carlos de Campos, então presidente do Estado, foi alertado a respeito da possibilidade de um levante armado por parte do Exército. Carlos de Campos demonstrou nessa ocasião a confiança que lhe inspirava a Força Pública, em condições de enfrentar aquele movimento".⁹

Mas esta fidelidade, àquela altura, tinha deixado de ser total. "Desde os acontecimentos de Copacabana em 22, a Força Pública não é uma instituição coesa, muitos oficiais aderem à causa tenentista e estabelece-se um certo antagonismo entre os novos oficiais e os da velha escola. Neste movimento destaca-se o major Miguel Costa como um dos mais importantes articuladores do movimento paulista de julho de 1924, conseguindo dividir a Força Pública em duas alas: a legalista e a revolucionária."¹⁰

José Antonio Segatto

(3) Nelson Werneck Sodré, *A história militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª ed., Civilização Brasileira, 1979, p. 188.

(4) Rodrigues Soares Júnior, *Jorge Tibiriçá e sua época*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958, vol. 2, p. 500.

(5) Euclides Andrade e 1º Tenente Hely F. da Câmara, *A Força Pública de São Paulo — esboço histórico, 1831/1931*, p. 24, nota 1. Citado por Heloísa Rodrigues Fernandes, *Política e segurança*, São Paulo, Alfa-Omega, 1974, p. 162.

(6) Heloísa Rodrigues Fernandes, *op. cit.*, pp. 155-156.

(7) *Ibidem*, pp. 162-163.

(8) General Miguel Costa, "A contribuição da Força Pública ao movimento de cinco de julho", in suplemento de *O Grito*, São Paulo, ano I, nº 3, 5/7/1958, p. 8.

(9) Anna Maria Martinez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1976, p. 28, nota 71.

(10) Heloísa Rodrigues Fernandes, *op. cit.*, p. 162.

O DIÁRIO DA REVOLUÇÃO

DUARTE PACHECO PEREIRA

Os 23 dias que abalaram São Paulo

PRIMEIRAS HORAS

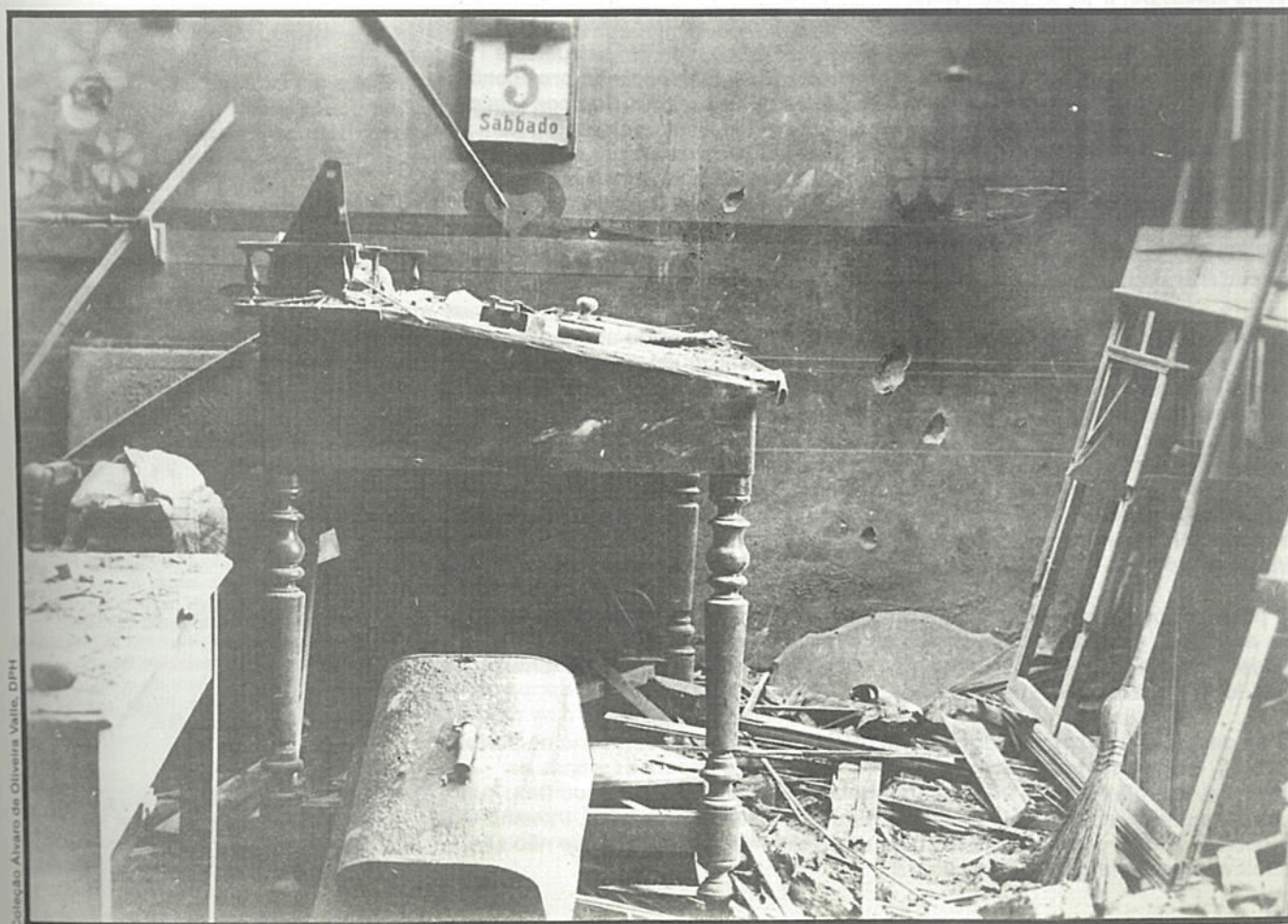
A capital paulista estava envolta numa fria neblina quando, às 2 horas da madrugada, o capitão Joaquim Távora e o tenente Eduardo Gomes saíram da casa nº 27 da rua Vauthier na Luz, dirigindo-se a pé para o quartel do 4º Batalhão de Caçadores no bairro de Santana. Quem visse os dois oficiais do Exército caminhando tão apressadamente pelas ruas desertas àquela hora, acharia estranho mas não poderia imaginar o que estava para acontecer.

Chegando a Santana depois de longa caminhada, os oficiais já encontraram a postos, nas imediações do quartel, o capitão Newton Estillac Leal, os tenentes Asdrúbal Gwyer, Castro Afilhado e Thales Marcondes, este último da Força Pública, e o ex-aluno da Escola Militar Samuel Fernandes. Eram 3 horas quando, passando pelas sentinelas, iniciaram o levante do quartel.

Concluída essa primeira missão, os oficiais armaram e municiamaram cerca de sessenta praças e saíram em marcha unida até a Ponte Pequena, onde se separaram em diversas patrulhas de assalto aos quartéis da Força Pública no bairro da Luz. Às 5 horas da manhã, com a ajuda de oficiais da Força Pública, iniciaram o cerco e a tomada dessas casernas. ►

5

JULHO / SÁBADO



Escritório bombardeado no bairro da Mooca

Nas palavras de Juarez Távora: "Índio do Brasil e Castro Afilhado penetraram no 4º Batalhão; Estillac Leal e Thales Marcondes, no 2º; Eduardo Gomes e João Batista Nitrini, no 1º; Asdrúbal Gwyer e Arlindo de Oliveira, seguidos de Joaquim Távora, no Corpo Escola. Enquanto isso, Miguel Costa, com o tenente Otaviano Gonçalves da Silveira, revoltava o Regimento de Cavalaria. Foi esse corpo que primeiro fez soar o toque de formatura, sinal de adesão à causa revolucionária. Imitaram-no, sucessivamente, os demais Batalhões, sem nenhuma tentativa de resistência. Durou apenas um instante aquela cena: em menos de quinze minutos a bandeira da revolução tremulava, triunfante, sobre aquele temível reduto governista".¹

Por volta das 6 horas da manhã, o general Isidoro Dias Lopes, assistido pelo marechal Odílio Bacelar e pelo coronel Paulo de Oliveira, instalava no prédio do 1º Batalhão da Força Pública o "Quartel-General das Forças Revolucionárias". O êxito da rebelião poderia, à primeira vista, afigurar-se assegurado, já que o principal obstáculo — os famosos "quartéis da Luz" com seus 2.500 homens — "fora vencido e se transformara, por sua vez, em poderosa ameaça contra o Governo".² No entanto, o clima entre os insurretos continuava a ser de pressa e apreensão, e estas somente poderiam ser entendidas por quem conhecesse seus planos estratégicos e o atraso que os ameaçava.

Os "tenentes" de Isidoro haviam alertado repetidamente, em documentos depois apreendidos pela polícia, que o fundamento básico de seus planos era "a queda militar da cidade de São Paulo, em poucas horas, por um golpe audacioso de surpresa".³ Tomada a cidade, imediatamente dois destacamentos mistos de tropas do Exército e da Força Pública deveriam marchar em direção a Santos pela São Paulo Railway e em direção a Barra do Pirai pela Estrada de Ferro Central do Brasil, para controlar essas áreas, garantir a ligação de São Paulo com Minas Gerais e isolar o Rio de Janeiro. Segundo seus cálculos, a capital paulista deveria ser ocupada antes do amanhecer do dia combinado e a progressão sobre a Baixada Santista e sobre o Vale do Paraíba deveria estar concluída nas primeiras horas do dia seguinte. Na posse de áreas e recursos tão vastos e reforçados por levantes em outros estados, que suas vitórias incentivariam, os rebeldes poderiam finalmente lançar-se sobre o Rio de Janeiro, seu verdadeiro objetivo.

Para facilitar a tomada rápida da cidade de São Paulo é que os rebeldes planejaram basear seus movimentos iniciais em forças aquarteladas dentro da capital ou em suas cercanias. O 2º Grupo de Artilharia Pesada, de Quitaúna, se postaria no Campo de Marte à zero hora do dia da revolta para bombardear, em caso de necessidade, os quartéis da Luz. À 1 hora, o 4º Batalhão de Caçadores seria sublevado e, às 2 horas, com o apoio da artilharia e a ajuda de oficiais da Força Pública, ocuparia os quartéis policiais da Luz. À mesma hora, tropas do 4º Regimento de Infantaria, também de Quitaúna, organizadas em patrulhas e transportadas em automóveis, estariam assaltando a residência do presidente do Estado (assim eram chamados os governadores na época) nos Campos Elísios; o Palácio do Estado, a Secretaria da Justiça, a Polícia Central e o Corpo de Bombeiros no centro da cidade; o QG da Guarda Cívica na Várzea do Carmo; o 5º Batalhão da Força Pública na Liberdade e o 3º no Cambuci. Enquanto isso, reorganizadas as forças da Luz, seriam enviadas patrulhas para ocupar, antes do amanhecer, as estações ferroviárias, telegráficas e telefônicas, as delegacias de polícia e as companhias disseminadas da Guarda Cívica, e também para prender importantes autoridades militares em suas residências.

Ao tenente Custódio de Oliveira, de Quitaúna, estava reservado um papel decisivo nesses planos. A ele caberia sublevar e conduzir até o Campo de Marte uma das seções do 2º Grupo de Artilharia Pesada e depois, correndo, voltar a Quitaúna para, com a ajuda do capitão Juarez Távora e outros oficiais rebeldes, levantar e reorganizar as tropas do 4º Regimento de Infantaria. No entanto, conforme refletiria filosoficamente anos mais tarde o capitão Juarez, "o destino humano tem as suas fatalidades inescrutáveis. Por isso, todas as previsões laboriosamente discutidas e pesadas durante vários meses, se deveriam esboar cruelmente, em algumas horas, sob a realidade de insignificantes imprevistos".⁴

O primeiro foi o atraso na chegada do general Isidoro a São Paulo. Era esperado na manhã de 4 de julho, vindo do Rio num dos noturnos do dia 3. Não chegou. Passou a ser aguardado no começo da noite pelo rápido diurno, mas também não foi encontrado na estação da Luz.

Uma das primeiras conseqüências: um oficial da Marinha, destacado no porto de Santos, que viera à tarde receber as últimas orientações para as tropas da Marinha, Exército e Força Pública aquarteladas naquela cidade, encontrou, em vez do general, um ambiente desconcertante de incerteza. De volta, transmitiu a indecisão a seus companheiros, o que possivelmente explica por que não se sublevaram na manhã de 5 de julho. ►



Album A Revolta em São Paulo

Artilharia revoltosa através

Outra conseqüência, Custódio. Na manhã do quartel de Quitaúna mesmo contrariando casinha alugada nas que havia sido transp. No entanto, com o at de São Paulo decidira despacharam um me contragosto, o tenent

Nesse interím, por vo contato com os dema porque saltara, por pr emissário foi enviado Alcançado no meio d manobra de contrama pé atingido pela roda Ainda assim, encontr bateria e despachá-la Müller, para o Campo em movimento pela e

Sem perda de tempo Quitaúna, onde deveri capitão Juarez e outr estradas diferentes, a horas, já sem esperan ainda assim levantou cidade, enquanto seg Isidoro. No centro de detido na Secretaria d se organizavam para r

Compreende-se, porta vitórias iniciais. O dia faltavam tropas e ofic redobrar o espírito de

(1) Juarez Távora, *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, 1º volume, São Paulo, edição de O Combate, 1927, pp. 180-181. Para a descrição dos primeiros acontecimentos, ver também *Sucessos subversivos de São Paulo: denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República em comissão no estado de São Paulo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

(2) J. Távora, ob. cit., p. 185.

(3) Ver J. Távora, ob. cit., p. 148 e *Sucessos subversivos*, ob. cit., pp. 34-38.

(4) Ver J. Távora, ob. cit., p. 153.



Artilharia revoltosa atravessando a várzea de Pinheiros, vindo de Quitaúna

Outra conseqüência, ainda mais séria, atingiu as missões confiadas ao tenente Custódio. Na manhã do dia 4, conforme o combinado, ele saiu com sua unidade do quartel de Quitaúna, a pretexto de treinamento, e marchou até Pinheiros onde, mesmo contrariando ordens expressas, decidiu acampar e pernoitar. Numa casinha alugada nas proximidades, já estava guardada a munição da artilharia, que havia sido transportada de madrugada às escondidas em dois automóveis. No entanto, com o atraso do general Isidoro até as 18 horas, os oficiais rebeldes de São Paulo decidiram poupar o tenente Custódio de um sacrifício inútil e despacharam um mensageiro com instruções para que retornasse a Quitaúna. A contragosto, o tenente levantou acampamento e pôs-se a caminho.

Nesse interim, por volta das 20 horas, o general Isidoro conseguia estabelecer contato com os demais rebeldes, esclarecendo que não fora encontrado na Luz porque saltara, por precaução, na estação do Brás. Imediatamente novo emissário foi enviado ao tenente Custódio com ordens para manter os planos. Alcançado no meio do caminho, o tenente, sem hesitar, começou a dirigir a manobra de contramarcha da bateria. Ai aconteceu a primeira desgraça: teve um pé atingido pela roda de uma das viaturas-peças, contundindo-se fortemente. Ainda assim, encontrou forças para seguir até a casinha de Pinheiros, armar a bateria e despachá-la, sob o comando dos tenentes Henrique Hall e Felinto Müller, para o Campo de Marte. Contudo, já era 1 hora quando a bateria se pôs em movimento pela estrada da Água Branca.

Sem perda de tempo e com grande esforço, o tenente Custódio rumou para Quitaúna, onde deveria sublevar o 4º Regimento de Infantaria com a ajuda do capitão Juarez e outros oficiais. Com o atraso, porém, e com idas e vindas por estradas diferentes, acabou se desencontrando desses oficiais. Por volta de 5 horas, já sem esperanças de cumprir as missões previstas para o 4º Regimento, ainda assim levantou a tropa e encarregou o tenente Leite Ribeiro de levá-la até a cidade, enquanto seguia à frente para receber novas instruções do general Isidoro. No centro de São Paulo, foi interceptado por uma patrulha governista e detido na Secretaria da Justiça. A surpresa se esvaira e as forças do governo já se organizavam para resistir.

Compreende-se, portanto, a tensão dos oficiais rebeldes mesmo depois das vitórias iniciais. O dia estava amanhecendo, não haviam tomado a cidade e faltavam tropas e oficiais para cumprir todas as missões previstas. O jeito era redobrar o espírito de iniciativa. ►

Assim que assumiu o comando do Regimento de Cavalaria da Força Pública, o major Miguel Costa organizou, com a ajuda de oficiais do Regimento e de acordo com os planos, a tomada das estações ferroviárias: por volta de 7 horas, o tenente José de Oliveira França ocupava a estação da Sorocabana; o tenente João Cabanas, a da Luz; e o tenente Arlindo de Oliveira, as estações do Norte e do Brás. Em todas repetiu-se, aproximadamente, o que aconteceu na Luz: "Sem mais delongas, o jovem tenente Cabanas, depois de reunir umas duas dezenas de soldados pertencentes à Cavalaria, partiu em direção à estação, ocupando todas as suas dependências, sem encontrar nenhuma resistência dos funcionários que ali trabalhavam. As primeiras providências tomadas foram impedir toda e qualquer saída de trens, cortar as ligações de tráfego entre São Paulo e outras cidades do interior, bem como fiscalizar severamente as ligações telegráficas com a capital do país. Distribuídos os homens em todos os pontos necessários, Cabanas e mais alguns de seus comandados subiram em direção à torre da estação e ali montaram quatro metralhadoras. Do local em que se achavam, como na época não existisse nenhum arranha-céu, podiam perfeitamente obter um panorama de ampla visão de toda a capital paulista".⁵

Mas, nesse mesmo instante em que arrebatavam novas e importantíssimas vitórias, os rebeldes sofriam em outras áreas seus primeiros reveses. Na ausência das tropas de infantaria de Quitaúna, o comando revolucionário decidiu enviar o capitão Juárez com alguns praças até o largo do Tesouro, onde o tenente Humberto Cursino Villa Nova, da Força Pública, pernoitava de guarda no Palácio do Governo. O tenente Villa Nova estava comprometido com os rebeldes e deveria render-se a uma das patrulhas de Quitaúna. Juárez transmitiu-lhe a nova ordem para que se apresentasse com seus homens no QG dos revoltosos.

Estranhando a mudança de planos e temendo o fracasso do levante, o tenente Villa Nova acovardou-se e, "mal se viu livre da presença do capitão Távora, correu ao edifício da Polícia Central, pôs em forma e em guarda o destacamento ali existente e em seguida foi despertar o 1º delegado auxiliar que, na delegacia anexa àquele edifício, também estava de pernoite, dando-lhe conta do ocorrido. Essa autoridade, dirigindo-se sem perda de tempo ao telefone, pôs a par da gravíssima situação o dr. Bento Bueno, secretário da Justiça e Segurança Pública, os delegados de polícia e grande parte da oficialidade da Força Pública, que se encontrava nos quartéis e pontos ainda não atingidos pelos rebeldes".⁶ Acorrendo ao local, o secretário Bento Bueno e o capitão Pedro Dias de Campos, que seria nomeado comandante geral interino da Força Pública assim que se teve conhecimento da prisão do comandante Domingos Ferreira, organizaram no largo do Tesouro, com admirável presteza, a primeira e uma das mais fortes concentrações de resistência governamental. Dali saiu a patrulha que, instantes depois, prendia o tenente Custódio, de Quitaúna.

Quase à mesma hora, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, era cientificado por um capitão do 4º Batalhão de Caçadores da sublevação dessa unidade. De imediato, telefonou para o presidente do Estado, Carlos de Campos, alertando-o, e comunicou-se também com os oficiais de plantão no quartel-general, combinando as primeiras providências e pedindo que avisassem o ministro da Guerra. Em seguida, acompanhado de seu assistente, o capitão Espindola do Nascimento, rumou para Santana. ►

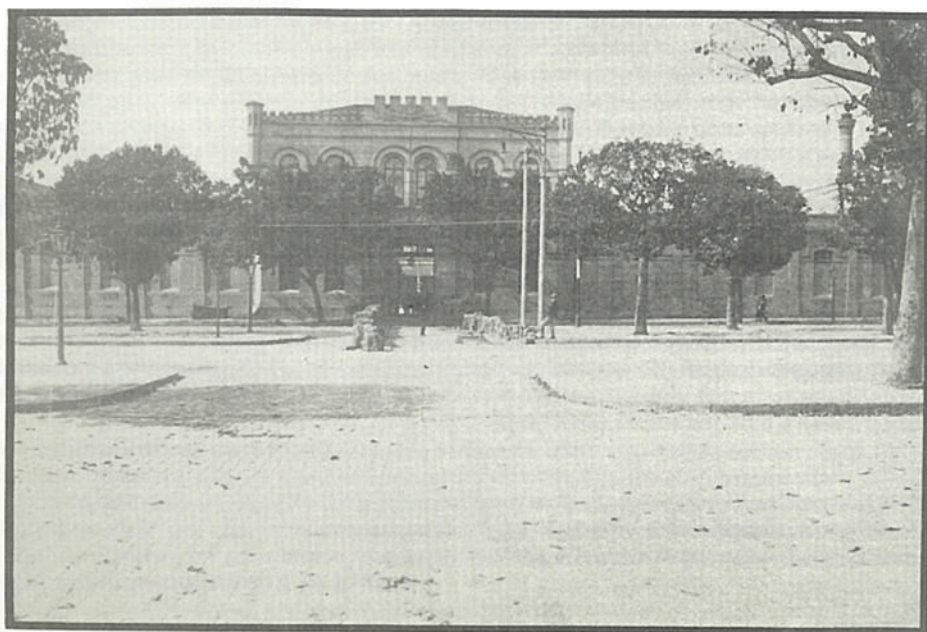
(5) Geraldo Sesso Jr., *Retalhos da velha São Paulo*, São Paulo, Gráfica Municipal, 1983, p. 307. — Durante o dia 5, o 2º Grupo de Artilharia de Montanha se sublevaria, ocupando também a estação inicial da Paulista em Jundiaí.

(6) *Sucessos subversivos*, ob. cit., pp. 44-45.

(7) J. Távora, ob. cit., p. 19. Macaulay, *A Coluna F Brasil*, São Paulo, trad. Difel, s.d., p. 21.

(8) J. Távora, ob. cit., p. 19.

(9) *Sucessos subversivos*



Quartel do 1º Batalhão da Força Pública no bairro da Luz, transformado em Quartel-General dos revoltosos

O general Abílio estava regressando de um baile no consulado americano em comemoração ao 4 de julho, dia da independência dos Estados Unidos, quando foi informado do movimento sedicioso. Assim, trajava uniforme de gala quando, após os telefonemas, dirigiu-se para o 4º BC, "onde já encontrou o respectivo comandante, coronel Martim Cruz, com alguns oficiais e soldados, que vinham chegando para a instrução, sem nada saberem do levante".⁷ Os oficiais rebeldes e o grosso da tropa haviam saído para as missões na Luz e o general Abílio não teve dificuldade para retomar a unidade.

Prontamente seguiu para o 4º Batalhão da Força Pública, em companhia do capitão Espíndola e do coronel Martim. "Encontrou-o ocupado por uma guarda do 4º BC. Reduziu essa guarda à obediência e mandou-a recolher-se ao quartel da sua unidade."⁸ Entregou, depois, o quartel aos oficiais da Força Pública que se achavam presos, recomendando que organizassem sua defesa e aprisionassem qualquer oficial do Exército que por ali aparecesse.

Dirigiu-se então ao Corpo-Escola, onde pretendia repetir o feito. Mas o tenente Asdrúbal Gwyer, que se achava no comando da unidade, resistiu às ordens e, escapando, voltou com o capitão Joaquim Távora. Pouco depois, chegava também o general Isidoro. O general Abílio e seus acompanhantes acabaram sendo presos, desarmados e recolhidos a uma sala do Corpo-Escola.

Enquanto isso, no entanto, os rebeldes que se aproximaram do 4º Batalhão da Força Pública ignorando que havia mudado de mãos, foram presos, entre os quais os irmãos Joaquim e Juarez Távora, o tenente Castro Afilhado e o capitão da Força Pública Índio do Brasil. E, assim, a audácia do general Abílio custou aos revoltosos novos atrasos, o desfalque de valorosos companheiros e a organização do segundo bastião governamental, o 4º Batalhão, onde o capitão Pedro de Moraes Filho e o tenente Antônio Pietscher, à frente de quarenta praças, resistiriam bravamente ao assédio revolucionário durante cinco dias e quatro noites.

Para evitar novas e amargas surpresas, os rebeldes decidiram atacar sem mais demora os objetivos restantes. Por volta de 7,30 horas, o capitão Estillac Leal, à frente de forças de polícia apoiadas por quatro metralhadoras, foi incumbido de tomar o Palácio dos Campos Elísios, onde residia o presidente Carlos de Campos e sua família. Mas a guarda palaciana, alertada e reforçada por soldados do vizinho quartel do Corpo de Bombeiros, recebeu os atacantes com cerrado tiroteio obrigando-os a retirar-se desordenadamente: "O tenente Marcondes da Costa fizera colocar uma metralhadora em frente ao portão principal do palácio e preparava-se para fazê-la funcionar quando o então major Marcílio Franco, à frente dos soldados da guarda, reforçada com doze praças do Corpo de Bombeiros, agindo resolutamente, tomou-a aos rebeldes, após rápido tiroteio (...). Mal terminada essa audaciosa façanha, chegava aos ouvidos dos que a praticaram a notícia de que no portão dos fundos do palácio os rebeldes haviam assestado duas outras metralhadoras. Para esse ponto partiram, novamente, os defensores do palácio e agiram com tal denodo e presteza que conseguiram apossar-se das duas metralhadoras, dando-se então um novo tiroteio, que pôs em fuga os atacantes, os quais conseguiram levar a quarta metralhadora".⁹ ▶

(7) J. Távora, ob. cit., p. 192. Ver também Neill Macaulay, *A Coluna Prestes — revolução no Brasil*, São Paulo, trad. de Flora Machman, Difel, s.d., p. 21.

(8) J. Távora, ob. cit., p. 193.

(9) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 49.



A defesa do Palácio dos Campos Elísios por tropas legalistas

Melhor sorte tiveram os tenentes Simas Enéas, do Exército, e Ari Cruz, da Força Pública, que, por volta de 7 horas, escoltados por um pelotão da Cavalaria, ocuparam, sem resistência, a Repartição do Telégrafo Nacional, à rua José Bonifácio. Aí ocorreria, porém, instantes depois, a primeira trapalhada do levante. O tenente Cruz, vendo aproximar-se uma companhia de infantaria da Força Pública, imaginou, na movimentação desencontrada daquelas horas, tratar-se de tropa amiga. "O comandante da força governista compreendeu o equívoco em que laborava seu camarada revoltoso e disso se aproveitou com habilidade. Disse-lhe, sem mais preâmbulos, que o vinha render naquele posto; e, depois das formalidades militares do estilo, separaram-se os dois adversários, tão naturalmente como o fariam dois bons amigos."¹⁰ O tenente Enéas, que se encontrava dentro do edifício, ocupado com a transmissão dos primeiros telegramas revolucionários, só teve tempo de sair pelo fundo, às pressas...

Correndo contra o tempo, o comando revolucionário decidiu empregar a artilharia posicionada no Campo de Marte, para quebrar a resistência nos Campos Elísios e no 4º e 5º Batalhões da Força Pública. E, às 10 horas, enquanto no Mosteiro de São Bento se iniciava uma missa pelas vítimas da rebelião de 1922, sobre a cidade arrebentavam, fragorosamente, os primeiros *schrappnels*. "Essas primeiras granadas atingiram: uma, o Liceu Coração de Jesus, próximo ao Palácio dos Campos Elísios, onde feriu o menino Arnaldo Pereira Barreto e causou aos seus colegas horrível pavor; outra, o prédio nº 10 da alameda Nothmann, também nas vizinhanças do Palácio dos Campos Elísios, matando d. Maria Clara Gomes e ferindo d. Adelaide Clara Gomes; outra, o nº 12 da mesma alameda, ferindo um menor e matando outro, e duas, respectivamente, nas ruas Barata e Vergueiro, próximas ao 5º Batalhão da Força Pública."¹¹ Outras granadas foram disparadas contra o 4º Batalhão, na Luz. Mas, assim que teve conhecimento dos erros de pontaria e da existência de oficiais rebeldes no primeiro andar do quartel do 4º Batalhão, o comando revolucionário suspendeu o bombardeio. ▶

(10) J. Távora, ob. cit., pp. 206-207.

(11) *Sucessos subversivos*, p. 50.



Liceu Coração de Jesus, atingido involuntariamente pela primeira granada revoltosa

(12) *Sucessos subversivos*,

(13) Ver depoimento em *Pr*
pp. 125-128.

(14) *Sucessos subversivos*,

(15) Aureliano Leite, *Dias de
cenas da revolta de São
Monteiro Lobato*, 2ª ed.
pp. 44-45.

0
ANNO L
MC
Ata
O COM

Em compensação, por volta de 11 horas, uma segunda investida rebelde sobre o Telégrafo Nacional era coroada de êxito, expulsando a matreira guarda governista. Do combate pela retomada do prédio já participaram os primeiros civis: "os médicos drs. Emilio de Barros e Mário Grecco, o lutador Antônio Speer, vulgo Dudu, o professor público Silas Borba, diretor das Escolas Reunidas de Santo Anastácio, e os empregados da própria repartição Américo del Grecco e Norberto Vieira".¹²

A essa altura, a luta se generalizara pela cidade, levando as tropas, de um lado e de outro, a erguer barricadas, puxar fios de arame farpado, arrancar paralelepípedos para improvisar trincheiras. Foi o que providenciou, por exemplo, o tenente Carlos Villaça em torno do QG da Região Militar na rua Conselheiro Crispiniano.¹³

TARDE DE SÁBADO

Os rebeldes ainda investiram sobre o Palácio dos Campos Elísios por duas vezes, às 13 e às 16 horas. Mas a defesa do palácio se reforçara e se estendera às ruas vizinhas. Civis influentes, como Silvío de Campos, irmão do presidente, acorreram em socorro do governo sitiado. O general Estanislau Pamplona, que assumira o comando da 2ª Região Militar após a prisão do general Abílio de Noronha, transferiu seu QG para o palácio. E à noite o capitão Abílio de Rezende, que ficara no comando do 4º BC depois que o quartel fora retomado pelo general Abílio, deslocou para a defesa dos Campos Elísios 150 soldados e munição para 12 mil tiros.

Ainda no começo da tarde, a artilharia rebelde voltou a estremecer a cidade: "Visaram esses tiros o edifício da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, onde o coronel Pedro Dias instalara o seu quartel-general, e o quartel do 5º Batalhão, na rua Vergueiro, os dois maiores redutos de forças legais. Uma das granadas atingiu o escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, na rua Boa Vista, causando a morte do empregado daquele escritório, João Teixeira Lobo; outra atingiu o coreto do jardim do largo do Palácio; e as outras, mirando o quartel do 5º Batalhão, alcançaram os prédios n.º 5, 7 e 9 da rua Pirapitingui, ocasionando a morte de uma senhora e ferimentos em várias outras pessoas".¹⁴ Como acontecera de manhã, a distância do Campo de Marte, as imperfeições dos mapas da cidade e a inexperiência dos atiradores não permitiram maior precisão, obrigando a nova suspensão do bombardeio.

Mas a luta pelo controle da cidade continuava acirrada, tensa, ocasionando até episódios hilariantes como o relatado pelo civil Aureliano Leite, que participou da resistência governista na Polícia Central: "Terroristas espalham mil invencionices impressionantes pelas dependências da Polícia Central. Os revoltosos estão cercando, num círculo de fogo, os três redutos vizinhos: Palácio, Central e Bombeiros. As fisionomias empalidecem. Os boatos tornam-se positivos. Desta vez não existe fantasia. Militares bastante emocionados, civis aterrorizados correm para o terraço dos fundos. Desfilam soldados, na Várzea do Carmo, escondidos por detrás das árvores (...). Cérebros fracos chegam a divisar a artilharia tomando posições. É uma coluna completa: cavalaria na vanguarda, seguida pela infantaria, protegida pela artilharia. Há franco sussurro de pavor, enquanto, corajosos, apontam os fuzis. Nisto abrem-se todos, para dar passagem à figura máscula e serena de Bento Bueno. Observa o inimigo e, num dar de ombros significativo, severo, volta-se rápido:

— Visionários, não vêem que são os alunos do Liceu Coração de Jesus, que se retiram para a Mooca, devido ao bombardeamento dos revoltosos!

O fiasco tremendo provocou risadas desabaladas, mesmo presente o secretário."¹⁵ ▶

(12) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 48.

(13) Ver depoimento em *Processos*, 1927, vol. 6, pp. 125-128.

(14) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 55.

(15) Aureliano Leite, *Dias de pavor — figuras e cenas da revolta de São Paulo*, São Paulo, Monteiro Lobato, 2ª ed. revista e aumentada, pp. 44-45.

O ESTADO DE S. PAULO

REPUBLICA REPUBLICANA
 DIRETOR-PRIMEIRO-VICARIO — JULIO DE MESQUITA FILHO
 DIRETOR-PRIMEIRO-VICARIO — JULIO MESQUITA
 ANNO L
 S. PAULO — DOMINGO, 6 DE JULHO DE 1924
 N.º 16.345

MOVIMENTO MILITAR

Forças do exercito e da policia revoltadas

Ataque ao palacio dos Campos Elysees

As forças revoltadas tomaram as estações das estradas de ferro e o Telegrapho Nacional.

O COMMANDO DAS FORÇAS REVOLTADAS NO QUARTEL DA

AS PROVIDENCIAS DO GOVERNO

O estado de sitio no Districto Federal e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

Às 19 horas, os rebeldes sofriam sua última derrota do dia, ao perderem definitivamente a Repartição do Telégrafo Nacional, depois de forte ataque por tropas do Corpo de Bombeiros.¹⁶

Era uma derrota significativa, que se somava à perda de controle de outros postos telegráficos, telefônicos e radiofônicos. Não conseguindo os rebeldes interromper as comunicações com a capital federal, o presidente Artur Bernardes e seus auxiliares puderam acompanhar, com precisão, os acontecimentos em São Paulo e adotar as medidas requeridas. Já pela manhã o presidente da República solicitava ao Congresso Nacional “a faculdade de decretar aquela providência constitucional [o estado de sítio], desde já no Distrito Federal e no estado de São Paulo, e em todos os pontos do território nacional onde se faça necessária e pelo tempo correspondente às necessidades de defesa da ordem pública”.¹⁷ Conforme noticiariam os jornais do dia seguinte, “o Congresso Nacional, por unanimidade de votos e em poucos minutos, decretou o estado de sítio”.¹⁸

Imediatamente, o governo federal determinou que o encouraçado *Minas Gerais* e os *destroyers Bahia* e *Alagoas* partissem para Santos, com quatro aviões e 2 mil fuzileiros navais. Ao mesmo tempo, por ordem do ministro da Guerra, o general Eduardo Artur Sócrates, comandante da 1ª Região Militar, sediada no Rio de Janeiro, começava a mobilizar as unidades do Exército na região e a requisitar trens para transportá-las, agindo com tal presteza que, já às 13 horas, as primeiras tropas embarcavam para São Paulo.

Ao entardecer do dia 5, a situação dos revoltosos não era, portanto, alentadora. É certo que mantinham em seu controle, firmemente, as estações ferroviárias, a artilharia pesada, quase todos os quartéis da Luz e os de Quitaúna. As forças governistas, no entanto, resistiam em importantes redutos como os Campos Elísios, o largo do Tesouro, o 4º e 5º Batalhões da Força Pública, o QG da Região Militar. A par disso, os reforços federais já avançavam sobre Santos e Barra do Pirai. Invertera-se, portanto, dramaticamente, a situação estratégica planejada pelos rebeldes: eles, e não o governo federal, estavam sendo isolados e cercados.

Para a população da capital paulista, que, pouco a pouco, perplexa e assustada, fora tomando consciência do que acontecia em suas ruas e quartéis, esta não era também uma boa notícia, pois indicava que a cidade iria ser, nos dias seguintes, o palco forçado de encarniçadas e sangrentas batalhas. Mesmo assim, naquela noite inesperadamente bonita de inverno, ainda havia paulistas como o escritor Afonso Schmidt, que encontrava ânimo para comentar os acontecimentos com humor e ironia: “Como São Paulo vai progredindo! Outrora eram as greves que nos conduziam estupidamente para os calabouços da 7 de Abril. Hoje, já temos revolução com forças armadas, com generais, muitas baionetas e canhões. Assim é que é, já não desespero de ser brasileiro”.¹⁹

Testemunha o capitão Juarez: “Esse segundo dia de revolução transcorreu sob a mesma agitação desordenada do primeiro. As unidades se embaralhavam e desfaziam deploravelmente”. E ainda: “Combatia-se cegamente ao dobrar de cada esquina, ao desembocar no âmbito desafogado das praças, em torno dos edifícios públicos e, às vezes, dentro destes ou por sobre os seus telhados”. Aureliano Leite, partidário do governo, faz descrições semelhantes: “Um ou outro medroso agrupamento pelas esquinas do Triângulo. Caras cheias de pavor. Cortavam a rua, em corridas desabaladas, automóveis empencados de soldados, fuzis engatilhados e apontados para todas as direções, olhos estatelados, fisionomias decididas...”²⁰

Contribuía para a movimentação descoordenada a circunstância de que muitos oficiais rebeldes não eram paulistas e não conheciam bem a cidade. Além disso, a maioria era estranha entre si e aos soldados, grande número dos quais, recrutas recentes, foram jogados nas refregas sem consciência das razões e dos objetivos do levante. Apesar desses empecilhos, o comando revolucionário se esforçava para impor uma diretriz aos combates.

Um dos objetivos prioritários continuava sendo a tomada do Palácio dos Campos Elísios, contra o qual se desfecharam repetidos ataques na madrugada do domingo. A situação dos defensores do palácio era difícil. “Ali faltava tudo: víveres e alojamentos para civis ou militares. A refeição na tarde de sábado foi composta de empadinhas, sanduíches e croquetes.”²¹

Por volta de 4 horas, porém, uma surpresa animadora: “Cerca de cinquenta praças de polícia chegam ao palácio acompanhadas de dois ou três oficiais, declarando haverem fugido do Corpo-Escola”.²² Campos Elísios continuaria repelindo as investidas rebeldes. ►

6

JULHO / DOMINGO

(16) Ver A. Leite, ob. cit., p. 47; J. Távora, ob. cit., p. 210; *Sucessos subversivos*, ob. cit., pp. 50-51.

(17) Ver Anna Maria Martínez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, Hucitec, São Paulo, 1976, p. 114, nota 371.

(18) *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6/7/1924.

(19) Citado por Antônio Figueiredo dos Santos, *1924: episódios da revolução de São Paulo*, Porto, Livraria do Porto, 1924, p. 24.

(20) J. Távora, ob. cit., pp. 216-217 e 222; A. Leite, ob. cit., p. 35.

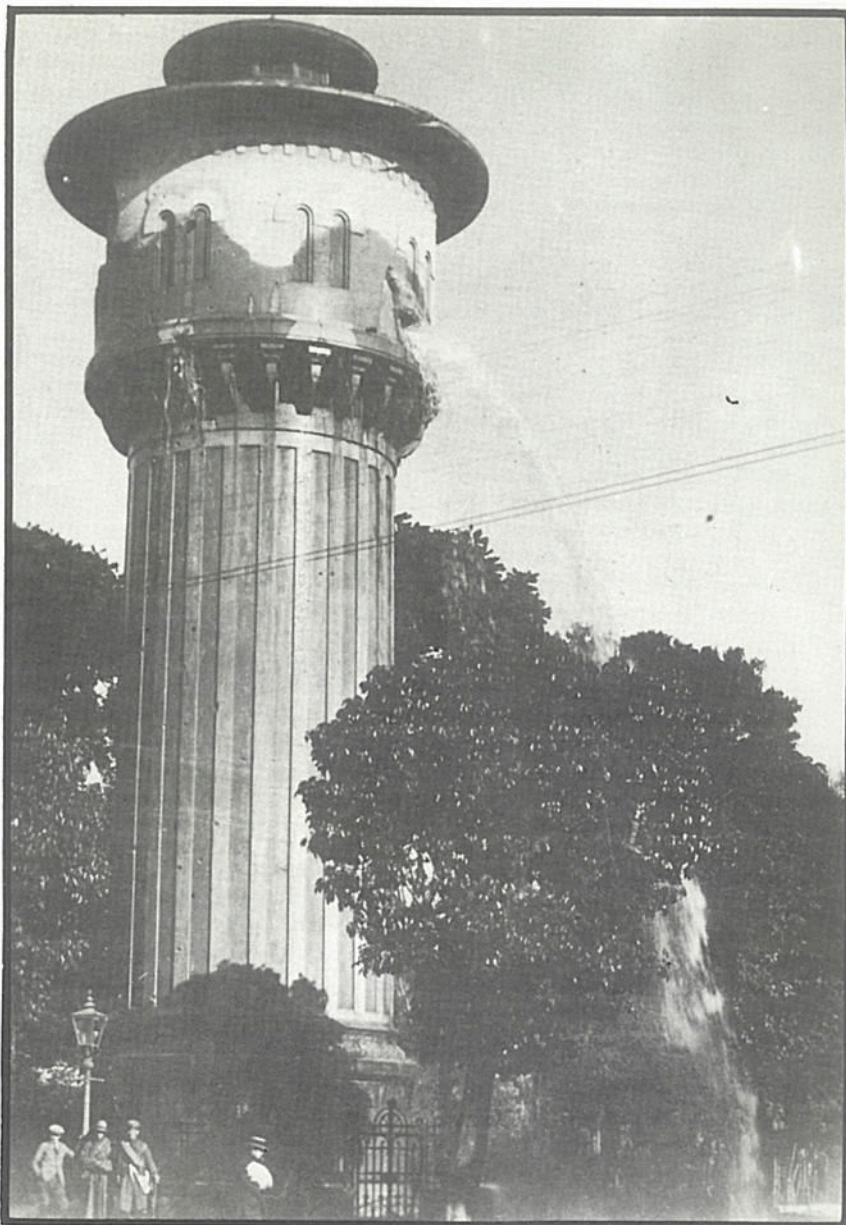
(21) A. Leite, p. 193.

(22) *Ibidem*, p. 193.

(23) Ver J. Távora, pp. 216-217.

(24) A. Leite, p. 52.

(25) Em *Processos*, 1927, 6º vol



Coleção Álvaro de Oliveira Valle, DPH

Caixa d'água no bairro da Luz atingida pela artilharia rebelde

Outro objetivo urgente, para os revoltosos, era recuperar o quartel do 4º Batalhão. Por isso, uma seção do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, que chegara de Jundiá para apoiar os rebeldes, tomava a iniciativa de bombardear, já nas primeiras horas da manhã, a caixa d'água da Luz e o edifício da Escola Politécnica, onde, segundo se afirmava, os defensores do 4º Batalhão haviam estabelecido postos de observação e posições de tiro. Mas o general Isidoro estava decidido a empregar a artilharia pesada exclusivamente contra alvos militares determinados e, por isso, naquelas horas tumultuadas, preferiu dispensar os serviços do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, que à noite voltava para Jundiá, de onde retornaria a São Paulo somente no dia 10.²³

Os hotéis do centro foram também muito disputados durante o levante, pois em seus terraços e andares mais altos podiam ser estabelecidos excelentes postos de observação e boas posições de tiro. No dia 6, os revoltosos tinham em suas mãos os hotéis Terminus, Regina e Esplanada, o que levaria um observador governista a comentar que "hóspedes de tal jaez nunca mais talvez desejará a trindade dos nossos melhores hotéis".²⁴

Não havia a menor segurança nas ruas. Automóveis eram requisitados, civis recrutados à força e, a qualquer momento, fuzis e metralhadoras podiam cortar avenidas e cruzamentos. É o que descreve o tenente Villaça, responsável pela defesa do QG da Região Militar: "O tiroteio cerrado das metralhadoras da praça Antônio Prado, varrendo a avenida São João, bem como as do largo de São Bento visando o largo Santa Efigênia, ao longo do viaduto, eram correspondidos com o maior ardor pelas forças contrárias que estacionavam nos citados pontos. O combate tinha pequenas tréguas, sendo logo recomeçado por tiros de pistola enervantes, que provocavam o duelo das metralhadoras".²⁵

Em meio a tantos embates de resultados incertos, o domingo chegou ao fim sem que os rebeldes alcançassem qualquer progresso significativo. No entanto, ao anoitecer, as primeiras tropas federais enviadas pelo governo da República começavam a penetrar na cidade. ►

(23) Ver J. Távora, pp. 216-217.

(24) A. Leite, p. 52.

(25) Em *Processos*, 1927, 6º vol., pp. 125-128.



Tropas da Marinha chegando a São Paulo

A chegada de reforços federais e de alguns destacamentos policiais do interior acendeu nos redutos governistas a esperança de que pudessem inverter a situação de defensiva, tornando mais encarniçados os combates nas primeiras horas da segunda-feira.

Na região central, o capitão Helvécio Gomes, “com pequeno canhão da Marinha, alcançou desalojar os revoltosos acastelados no Regina Hotel”,²⁶ insuflando novo alento às tropas governistas que resistiam na parte mais alta do centro, aglutinadas em torno do Palácio do Estado, Polícia Central, Corpo de Bombeiros, 5º Batalhão e Guarda Cívica, e alimentadas “copiosa e generosamente” pelos monges beneditinos.²⁷

Na Luz, os marinheiros e fuzileiros navais do *Minas Gerais* e do Forte de Itaipu, chegados de Santos na véspera, iniciaram o bombardeio dos quartéis revoltosos. Esse bombardeio foi seguido de uma tentativa de avanço de tropas governamentais ao longo do Tamanduaté. Mas o ataque foi repellido e parte de seus executores foram forçados a entrincheirar-se na subestação transformadora da Light, situada na rua Paula Souza, dando origem a outro bastião legalista. Encurralada na subestação, essa pequena guarnição de setenta praças da Força Pública, sob as ordens dos capitães Joaquim da Silva Braga e Júlio Marcondes Salgado, resistiria com bravura a todas as investidas rebeldes, só se rendendo depois que o governo e as forças legais se retiraram da capital.²⁸

Por volta de meio-dia, o fôlego da contra-ofensiva governamental se exauriu e os rebeldes voltavam a pressionar os redutos legalistas, notadamente nos Campos Elísios, onde conseguiam ocupar o Liceu Coração de Jesus e a estação dos bombeiros sediada na alameda Barão de Piracicaba, estreitando ameaçadoramente o cerco sobre o presidente Carlos de Campos e o general Estanislau de Pamplona. “O palácio na mesma: sem defesa eficiente. Os tiros sucedem-se. Todo o jardim varrido de balas. Acentua-se a falta de viveres. Vários feridos nas trincheiras. Às 3 horas da tarde o palácio recebe o primeiro cadáver de combatente.”²⁹

Porém, enquanto na capital a balança de poder se inclinava definitivamente para os rebeldes, em Barra do Pirai o general Sócrates reunia os comandantes de várias unidades do Exército e formava, sob sua chefia, o estado-maior das tropas legalistas. O quartel-general foi localizado em Caçapava e um posto de comando avançado estabelecido em Mogi das Cruzes. Com o avanço das tropas, o quartel-general foi transferido para Mogi das Cruzes e o posto de comando para Guaiaúna. Por fim, no dia 8, o quartel-general das forças governistas seria instalado na pequena estação da Central do Brasil situada em Guaiaúna, no bairro da Penha, na entrada de São Paulo.

Tropas desembarcadas do *Minas Gerais* já haviam ocupado Santos no dia 6 e avançado para a capital, através do bairro do Ipiranga. No dia 7, era o Vale do Paraíba que começava a ser fechado. Assim, enquanto os rebeldes cercavam os últimos redutos governistas no centro, eles próprios iam sendo cercados dentro da capital paulista, cada vez mais assustada com a ferocidade das batalhas. ►

7

JULHO / SEGUNDA-FEIRA



Album A Revolta em São Paulo

Soldado rebelde manejan



Trincheira revoltosa em fre



(26) A. Leite, p. 60.

(27) *Ibidem*, p. 61.

(28) Cfr. Abílio de Noronha, *Narrando a verdade*, S. Paulo, Monteiro Lobato, 1924, p. 69; J. Távora, pp. 217-218.

(29) A. Leite, *ob. cit.*, p. 195.



Soldado rebelde manejando uma metralhadora pesada no bairro do Cambuci



Trincheira revoltosa em frente à estação da Sorocabana

O ESTADO DE S. PAULO

REDACTORES RESPONSÁVEIS: CARLOS BASSO, PENTANA — JULIO DE MESQUITA FILHO
PROFESSORADO DE UMA ESCOLA DE JORNALISMO: Director-presidente: JULIO MESQUITA
REDACTORES: RICARDO FRUSTRETI — FRANCISCO MESQUITA
ABRILHADA: ANTONIO DE SOUZA — BARRALDI, LUIZ DE SOUZA, LUIZ DE SOUZA, LUIZ DE SOUZA
S. PAULO — TERÇA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1924
ABRILHADA E ADMINISTRADA: LUIZ DE SOUZA — FIM DE LUIZ DE SOUZA, LUIZ DE SOUZA
OFFICINAS GRAFICAS: Rua Tupy e Cima de M. 10
NUM. 16.404

MOVIMENTO MILITAR

Chega a São Paulo a força naval
As posições ocupadas pelos belligerantes

O GOVERNO CONFIA, EM ABSOLUTO, NA VICTORIA

A situação geral - Mortos e feridos

É DECRETADO FERIADO ATÉ SABBADO
BOMBARDEIO DO QUARTEL DA LUZ

Dia decisivo. A pressão rebelde sobre as tropas governamentais se intensificou já nas primeiras horas. Aproveitando-se da escuridão e utilizando o método do "assalto pelo alto", os revoltosos tomaram várias posições legalistas, como a delegacia de polícia na rua Triunfo, ocupada pelo tenente Cabanas. O método do "assalto pelo alto" consistia em invadir prédios vizinhos ao objetivo visado, penetrar pelo forro e alcançar o telhado de onde, sob a proteção da noite e pulando de prédio em prédio, chegava-se à posição inimiga, caindo sobre seus defensores que se achavam com a atenção e armas voltadas para as ruas.

Golpes ainda mais duros atingiriam as forças legais com a reorganização da artilharia rebelde. Na noite do dia 7, os tenentes Henrique Hall e Mário Barbosa de Oliveira trouxeram de Quitaúna para as cercanias do cemitério do Araçá um obuseiro com o qual, no dia 8, passaram a secundar os tiros do canhão 105, entregue ao comando do tenente Eduardo Gomes e deslocado para as vizinhanças da Várzea do Carmo, "deixando assim entre dois fogos terríveis toda a zona ocupada pelas forças legais".³⁰

O primeiro a sofrer a nova eficiência das baterias rebeldes foi o 4º Batalhão, que continuava, "embora fracamente, a hostilizar o QG revolucionário. Para abatê-lo, de vez, sem sacrificar os prisioneiros que estavam custodiados no primeiro andar do edifício — o tenente Eduardo Gomes dispôs-se a fazer, do pátio do 2º Batalhão, alguns disparos diretos de artilharia sobre as metralhadoras que varriam a avenida Tiradentes. Era mister, porém, antes de realizá-lo, destruir o prédio do comando geral, que se interpunha entre a posição da artilharia e seu alvo. Esse edifício foi de fato incendiado com alguns tiros de 105, ardendo durante todo o dia 8".³¹

Enquanto esse incêndio lavrava na Luz, os rebeldes apontavam seus canhões para um novo alvo, o Palácio dos Campos Elísios. "Manhã de terça-feira. Atmosfera do palácio carregada. As notícias eram desanimadoras e tinha-se como iminente o bombardeio dos Campos Elísios pelas baterias revoltosas, assentadas no alto do Araçá. Efetivamente, de 11 às 12 horas, rompem os revoltosos fogo contra o palácio, fazendo oito disparos, dos quais um projétil atinge o jardim sem explodir. Tensão imensa."³² A defesa do palácio se tornara impraticável e o presidente Carlos de Campos, aconselhado pelo general Estanislau Pamplona, decide, por volta de 13 horas, abandonar os Campos Elísios e transferir-se para a Secretaria de Justiça, no largo do Tesouro. ►

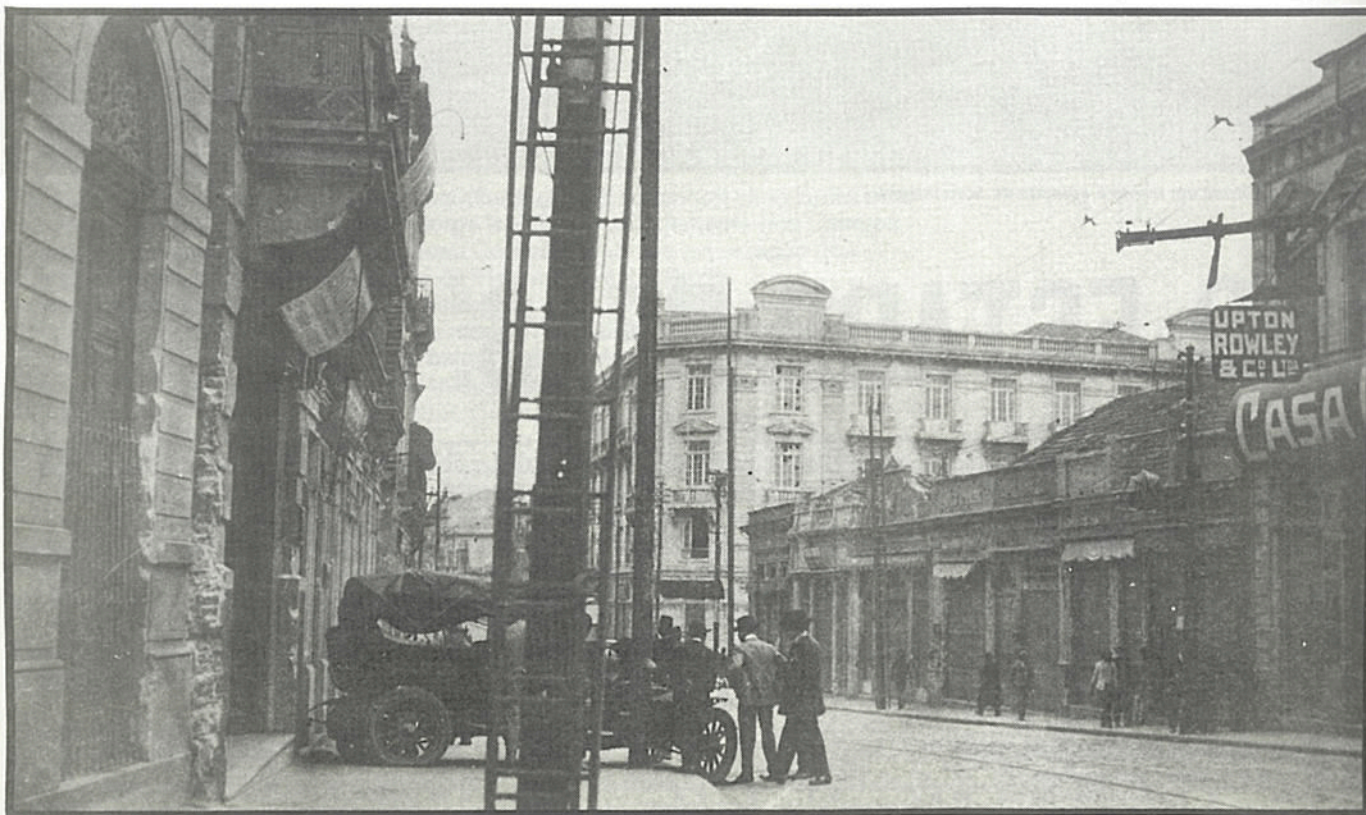
8

JULHO / TERÇA-FEIRA

(30) *Sucessos subversivos*, p. 63.

(31) J. Távora, pp. 223-224.

(32) A. Leite, p. 200.



Automóvel utilizado como trincheira na rua Florêncio de Abreu

(33) J. Távora, pp. 225-226

(34) G. Sesso Jr., ob. cit., *Sucessos subversivos*



O edifício-sede da Secretaria da Justiça no largo do Tesouro, abrigo temporário do presidente Carlos de Campos, foi atingido por um tiro certeiro da artilharia rebelde

Com a chegada do presidente ao largo do Tesouro, meia hora depois, a movimentação de tropas naquelas cercanias, que já era grande, avolumou-se, aumentando a preocupação do capitão Estillac Leal que, do Hotel Terminus, a observava. Imaginando que as tropas governistas estavam preparando um grande ataque aos quartéis da Luz, resolveu antecipar-se pedindo à artilharia “um bombardeio preciso daquele ponto. Foi incumbido de executá-lo o tenente Eduardo Gomes. Tomando posição com uma peça 105, no cruzamento da rua João Teodoro com a avenida Cantareira, comandou o seu primeiro tiro aproximadamente às 15 horas. Este (...) feriu com rigorosa precisão o alvo a que se destinava. A artilharia governista quis responder (...). Enviou, a esmo, primeiro em direção ao Campo de Marte e depois para a Luz, a prodigalidade inofensiva de suas granadas. Perdeu-a essa mesma inutilidade. Guiando-se pelos seus tiros, a artilharia revolucionária arrebentou-lhe uma peça e dizimou-lhe a guarnição, com alguns disparos apenas”.³³

Ameaçados pelo bombardeio cada vez mais próximo e preciso, os chefes da resistência legalista decidiram evacuar a cidade e reunir-se na periferia às tropas federais que, vindas de Santos e do Vale do Paraíba, já a cercavam.

O presidente Carlos de Campos, acompanhado de familiares, de secretários e dos oficiais do Exército que o assistiam, deslocou-se da Secretaria de Justiça, ameaçada de ruir após o bombardeio, para o quartel do Corpo de Bombeiros que ficava perto e, dali, passando por Vila Matilde e Mogi das Cruzes, dirigiu-se à “pacata vilazinha de Guaiaúna, ponto terminal dos trens que chegavam do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. A sede do governo foi então instalada provisoriamente no interior da pequena estação ferroviária ali existente, conhecida como estação de Guaiaúna, hoje estação Carlos de Campos”,³⁴ onde já se encontravam o general Sócrates e seu estado-maior. Mais tarde o presidente do Estado transferiu sua residência para a Mansão Rodovalho, ►

(33) J. Távora, pp. 225-226.

(34) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 313. — Ver também *Sucessos subversivos*, ob. cit., pp. 62-63.



O general Eduardo Sócrates, comandante-em-chefe das forças legalistas, e seu estado-maior na estação de Guaiaúna

utilizando o quartel do largo do Rosário para despachos. A Mansão ou Palacete Rodovalho, na então ladeira da Penha, hoje rua Coronel Rodovalho, pertencia ao coronel Antônio Proost Rodovalho, um dos fundadores da Companhia Melhoramentos.

As tropas do coronel Pedro Dias, que haviam permanecido no centro da cidade, iniciaram, ao anoitecer, as manobras de retirada. Abandonaram o Palácio do Governo e a Polícia Central, concentrando-se no Corpo de Bombeiros, à rua Anita Garibaldi. Dali, às primeiras horas do dia 9, rumaram cuidadosamente em pelotões para o Alto do Ipiranga, sendo seguidas pelas forças que guarneciam o Palácio dos Campos Elísios e o 5º Batalhão, na Liberdade. Para trás ficavam, isolados, os bravos defensores do QG da Região Militar, do 4º Batalhão da Força Pública e da subestação da Light na rua Paula Souza.

Na hora da retirada, o prenúncio do terrível castigo que seria aplicado à capital rebelde nas próximas semanas: "Houve um comandante de unidade que, pretextando levantar o moral de sua tropa, mandou disparar a esmo, sobre o populoso bairro da Mooca, cinqüenta tiros de artilharia", ateando o primeiro de muitos incêndios que devastariam a cidade.³⁵

Os legalistas, sem dúvida, estranharam que as forças revoltosas não se lançassem em sua perseguição. Ficariam, porém, muito mais espantados se soubessem que, enquanto evacuavam a cidade pelas zonas leste e sul, os rebeldes preparavam-se para abandoná-la pelo oeste.

Desde que se inviabilizara a conquista rápida de São Paulo e, por via de consequência, o controle da Baixada Santista e do Vale do Paraíba, o general Isidoro observava os acontecimentos com apreensão. Não se efetivavam os levantes esperados em outros estados. Repetiam-se indisciplinas e deserções nas fileiras improvisadas dos rebeldes. E as tropas do governo federal se concentravam na periferia da cidade. Para agravar, fazendeiros e comerciantes começaram a formar no interior do estado, em apoio ao governo, batalhões de "voluntários", depois "federalizados e designados como batalhões patrióticos".³⁶ Foi o que providenciaram, por exemplo, o vice-presidente do Estado Fernando Prestes, seu filho e deputado federal Júlio Prestes, o ex-presidente do Estado Washington Luís e o senador Ataliba Leonel na região de Itararé, na fronteira de São Paulo com o Paraná, para impedir a ligação dos rebeldes com possíveis aliados no sul do país.

Descortinando essa desfavorável situação estratégica e temeroso de que os rebeldes fossem apanhados num movimento de pinça pelas tropas federais, que já pressionavam o Ipiranga e a Penha, o general Isidoro decidiu retirar-se com suas tropas para Jundiá, sede do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, para onde deveriam convergir, também, o 4º Regimento de Artilharia Montada de Itu e o 5º Batalhão de Caçadores de Rio Claro. Consultado sobre esse plano, ao anoitecer do dia 8, o já coronel Miguel Costa "nem rejeitou nem aprovou".³⁷ Contudo, insistindo, o general Isidoro expediu a ordem de retirada por volta de meia-noite, no mesmo instante em que as tropas legalistas do coronel Pedro Dias se esgueiravam da cidade.

Embora ignorando essa reviravolta, o coronel Miguel Costa ainda confiava na possibilidade de romper o cerco e por isso recusou-se a acatar a ordem do general Isidoro que, indignado, afastou-se do comando. A divisão entre os dois principais chefes paralisou as tropas rebeldes e estimulou novas e numerosas deserções. Considerando atentamente a situação criada, o coronel Miguel Costa ►

(38) Ver J. Távora, ob. cit., p. N. Macaulay, p. 24.

(39) A. F. dos Santos, ob. cit.

(40) A. Leite, ob. cit., p. 75.

(41) G. Sesso Jr., ob. cit., p.

(42) Ver textos em Edgard C. São Paulo, Difel, 1975, p.



Soldados revoltosos em fre

(35) J. Távora, p. 252.

(36) N. Macaulay, ob. cit., p. 25.

(37) J. Távora, ob. cit., p. 230.

deu-se conta de que não poderia resistir apenas com os seus companheiros da Força Pública. Organizou, então, a defesa dos quartéis da Luz de modo a lutar até o esgotamento dos recursos e redigiu uma carta ao presidente Carlos de Campos, chamando a seus ombros a exclusiva responsabilidade pela revolta e propondo sua rendição se fosse concedida anistia aos homens da Força Pública.³⁸

Às primeiras luzes do dia 9, um emissário partiu conduzindo a carta e uma bandeira branca.

O emissário de Miguel Costa chegou até os Campos Elísios sem cruzar com nenhuma força governista. Encontrou o palácio abandonado. Voltou às carreiras com a inesperada notícia. Animado, mas cauteloso, o coronel Miguel Costa organizou duas patrulhas de reconhecimento, expedindo-as por volta de 9 horas para o centro da cidade e os Campos Elísios.

Antônio Figueiredo dos Santos, redator de *O Estado de S. Paulo*, depois de quatro dias e quatro noites enfurnado na sede do jornal à rua Boa Vista, assim descreveu seu primeiro contato com a cidade vazia e silenciosa: "Abrimos de par em par as portas a observar de um lado para outro. Pé ante pé, chegamos até a trincheira da praça Antônio Prado. Cartuchos esparramados, nenhum sinal de ocupação. No largo de São Bento, para onde estendemos a vista, vestígio nenhum a revelar a existência dos abnegados servidores do Estado".³⁹

Como ele, outros curiosos começaram a afluir às ruas. E, quando a primeira patrulha revoltosa chegou ao centro, por volta de 10 horas, uma multidão "já enchia o Triângulo e adjacências, varejando quartéis e palácios solitários".⁴⁰ Enquanto isso, a outra patrulha, depois de vistoriar minuciosamente o Palácio dos Campos Elísios, trancava todas as suas portas e janelas e retornava à Luz.⁴¹

A surpreendente constatação de que o governo abandonara a capital, reaproximou os chefes revolucionários, infundiu novo ânimo nas fileiras rebeldes e fez esquecer os planos de retirada e rendição. O entusiasmo dos revoltosos cresceu ainda mais quando, à tarde, com a rendição do 4º Batalhão, do QG da Região Militar e da subestação da Light na Paula Souza, os capitães Joaquim e Juarez Távora, o capitão Índio do Brasil e outros civis e militares foram devolvidos à liberdade e ao convívio com os companheiros, depois de permanecerem detidos desde o primeiro dia do levante. Agora, tratava-se de reformular todo o planejamento estratégico para dar conta da situação imprevista em que se encontravam — na posse de uma grande cidade, sitiada pelas forças adversárias e ameaçada de iminente bombardeio.

Uma primeira providência foi explicar à população os motivos e propósitos da revolta, redigindo-se um manifesto que, levado aos jornais ainda no dia 9, foi publicado no dia seguinte. Um segundo manifesto seria divulgado no dia 17 e outro no dia 27.⁴² ►

(38) Ver J. Távora, ob. cit., pp. 230-233; N. Macaulay, p. 24.

(39) A. F. dos Santos, ob. cit., p. 92.

(40) A. Leite, ob. cit., p. 75.

(41) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 317.

(42) Ver textos em Edgard Carone, *O tenentismo*, São Paulo, Difel, 1975, pp. 271, 274 e 276.



Soldados revoltosos em frente ao Palácio dos Campos Elísios

Outra medida alvitrada suscitou divergências. O coronel Paulo de Oliveira era favorável a que o general Isidoro assumisse o governo estadual, mas o general recusou, reiterando seu objetivo de marchar sobre o Rio de Janeiro nos próximos dias. Cogitou-se de passar o governo ao vice-presidente Fernando Prestes, idéia que logo se revelou impraticável. Sugeriu-se então a formação de um triunvirato, integrado por dois militares e um civil, mas também esta tentativa malogrou.

Indispensável era definir a administração da capital e de outros municípios interioranos alcançados pela ação rebelde. Firmou-se a diretriz de manter os prefeitos que se dispusessem a colaborar, o que, ainda no dia 9, o general Isidoro comunicou ao prefeito paulistano, Firmiano Pinto.

Por último, preocupado com a ordem pública, o general Isidoro criou a Chefatura de Polícia do Exército Revolucionário, confiando-a ao major Raul Dowsley Cabral Velho, vindo de Caçapava. Não era sem tempo, pois, enquanto essas providências eram debatidas e encaminhadas, os saques a lojas, armazéns, moinhos e depósitos de mercadorias se espalhavam pela cidade.

A princípio, os oficiais rebeldes tentaram coibir as invasões, constando que o duro tenente Cabanas chegou a fuzilar sumariamente alguns soldados que saquearam lojas e casas abandonadas no centro. Mas logo assumiram uma atitude tolerante ao tomar consciência de que a população, confinada há vários dias, enfrentava graves problemas de abastecimento, acentuados pela ganância de comerciantes que vendiam os produtos escassos no mercado negro a preços altíssimos. O próprio tenente Cabanas relata como, depois de convencer vários negociantes a abrirem seus estabelecimentos, esbarrou na intolerância do administrador do Mercado Municipal: "Este funcionário indiferente às desgraças do povo não quis atender-me (...). O momento não comportava dilações; os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres. Como o abastecimento era livre, alguns abusos foram praticados".⁴³

Uma vez iniciado o movimento, foram necessários vários dias e muitos esforços para conter as agitadas invasões, que naquelas horas finais da quarta-feira trouxeram grande inquietação aos negociantes e industriais da cidade e muita alegria aos lares pobres. ▶

(43) João Cabanas, *A coluna da morte*, Rio de Janeiro, Almeida Torres, 1928, 6ª ed., p. 51.
— Ver também G. Sesso Jr., ob. cit., p. 317.



O famoso tenente Cabanas (1º à esq.) ao lado de populares e outros soldados rebeldes



10
JULHO / QUIN

(44) A. Leite, ob. cit., p. 83.

(45) *Sucessos subversivos*, p.

(46) J. Távora, ob. cit., p. 258.

O ESTADO DE S. PAULO

REPUBLICA DE S. PAULO
DIRECTOR-PRIMEIRO: JULIO MESQUITA
DIRECTOR-SEGUNDO: FRANCISCO MESQUITA
ANNO L
S. PAULO — SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 1924
NUM. 16.507

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO

A guarda da cidade confiada a uma milicia civil

MEDIDAS ENERGIICAS PARA DEFESA DA PROPRIEDADE

Arrecadação de armas de guerra

Ouve-se á distancia o canhoneio

10

JULHO / QUINTA-FEIRA

“Os revoltosos tinham ascendido a pleno apogeu nesse radiante 10 de julho”,⁴⁴ quando, às 14 horas, o general Isidoro compareceu à reunião organizada na luxuosa residência do presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, à rua Major Quedinho, esquina com a Consolação. Ali, com tato e polidez, o general procurou tranqüilizar os “comerciantes e pessoas gradas”⁴⁵ e prometeu integral apoio às primeiras medidas adotadas pelo prefeito Firmiano: a criação da Guarda Municipal e da Comissão de Abastecimento, a reorganização do Corpo de Bombeiros, o tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade e a regularização dos serviços públicos de água, luz e transporte. Seria instituída também uma Brigada Acadêmica, com duzentos estudantes comandados pelo jovem Paulo Duarte (para informações adicionais, ver o artigo “O Poder Dividido”, pp. 65 a 75).

Nas semanas seguintes, em meio aos combates, a Prefeitura Municipal, apoiada nesses órgãos e com a ajuda da Associação Comercial, da Liga Nacionalista de Frederico Vergueiro Steidel e Plínio Barreto, das senhoras da Cruz Vermelha e da arquidiocese dirigida por dom Duarte de Leopoldo e Silva, empenharia redobrados esforços para assegurar o abastecimento, organizar filas para a distribuição de pão e leite, proteger feiras e empórios, debelar incêndios, transportar e alojar desabrigados, garantir remédios e assistência médica a feridos e providenciar o enterro de cadáveres insepultos.

Essa espécie de dualidade de poderes interessava aos oficiais rebeldes porque, liberados de preocupações administrativas, podiam concentrar-se nos sérios e urgentes problemas militares. De imediato, trataram de reorganizar suas tropas, “reduzidas, baralhadas e dispersas pela luta dos dias anteriores”,⁴⁶ estabelecendo duas linhas de defesa: a primeira, do Brás à Liberdade, para proteger o centro de investidas das forças governistas alojadas entre o Cambuci e o Ipiranga; a segunda, do Belenzinho à Mooca, para impedir a progressão das tropas legalistas concentradas entre Guaiaúna e Penha, cujas avançadas já atingiam o Tatuapé. ▶

(44) A. Leite, ob. cit., p. 83.

(45) *Sucessos subversivos*, p. 70.

(46) J. Távora, ob. cit., p. 258.



Saque aos armazéns da Companhia Puglisi

Do interior foram trazidos reforços: o 2º Grupo de Artilharia de Montanha de Jundiá, no dia 10; o 5º Batalhão de Caçadores de Rio Claro, no dia 11; o 4º Regimento de Artilharia Montada de Itu, no dia 12. Além disso, foram convocados reservistas e incorporados voluntários civis e tomou-se, por fim, a decisão de formar Batalhões Estrangeiros para aproveitar a contribuição de numerosos imigrantes com experiência de guerras na Europa.

Um edital foi largamente difundido, garantindo aos que se alistassem, “como vantagem imediata, durante a revolução, a diária de 10\$ e aos [oficiais] inferiores a diária de 15\$, além da alimentação e fardamento. Terminada a revolução, cada um dos combatentes receberá como gratificação especial a quantia de 1.000\$ e mais um lote de terras férteis com 50 hectares em núcleos coloniais, à margem de estrada de ferro ou de rodagem, em qualquer estado da União”. E, “não contentes com os anúncios que circulavam quer nos jornais estrangeiros, quer nos nacionais, esses chefes correram pessoalmente os pontos de concentração das colônias húngara e alemã, tais como Lapa, Anastácio, Vila Pompéia e outros, fazendo propaganda clara e ostensiva da causa da rebelião”.⁴⁷

Organizaram-se, assim, três batalhões: o húngaro, o alemão e o italiano. Entre seus integrantes predominavam operários e lavradores, mas havia também artesãos, profissionais universitários, artistas e imigrantes de outras nacionalidades, como o húngaro “doutor em Direito” Rodolfo Eisinger, o húngaro veterinário Arnaldo Siklosi, o húngaro “bailarino emérito” Adalberto Kardos, o húngaro “jornalista profissional” Paulo Harmath, o holandês Dick van Hautsager, o tcheco-eslovaco João Dugaesek, os russos Demétrio Nazarenko e Ernesto Urbschat, o sueco Sisxten Kjelstrom, os suíços Frederico Brunner e Rodolfo Schwieser e o dinamarquês Oscar Wilke. Muitos tomaram em combate, grande parte acompanharia os rebeldes na retirada da capital.

Essas providências eram oportunas pois, já na noite de 10 para 11 de julho, os legalistas reiniciavam os ataques às posições rebeldes. ▶

(47) Ver *Sucessos subversivos*, pp. 89-122.



Quartel do Corpo de Bombeiros em poder dos revoltosos

(48) J. Távora, p. 260.

(49) Citado por A. Corrêa.

(50) A. Leite, ob. cit., p. 1.

(51) A. Leite, ob. cit., p. 1.

(52) A. Corrêa, ob. cit., p. 1.

(53) *Ibidem*, p. 125.

(54) Ver *O Estado de S. Paulo*.

Foi curta a trégua que aliviou a capital paulista. Na noite de quinta para sexta, as trincheiras e fortificações rebeldes ao longo da Mooca e do Belenzinho começaram, de repente, a ser atingidas por cerrado tiroteio. Logo depois, tropas governistas saídas da Penha sob o comando do general Potiguara empreendiam um movimento desbordante pelo flanco esquerdo, buscando ligação direta com as tropas acantonadas no Ipiranga. Obrigados a recuar, os rebeldes não puderam impedir que as forças governistas efetivassem sua junção através das vilas Bertoga e Matilde, “encadeando, definitivamente, o cerco dos quadrantes leste e sul da cidade”.⁴⁸

Estabelecida a conexão, o combate serenou, pois o objetivo inicial do general Sócrates era firmar um sólido quadrilátero governista, com os extremos na Penha e no Ipiranga, e suas respectivas vias de acesso e suprimento pelo Vale do Paraíba e pelo porto de Santos. Alcançado esse objetivo, o general moveu suas peças de artilharia para o outeiro da Penha e o alto do Ipiranga, desfechando a segunda fase das operações: o bombardeio impiedoso da cidade para debilitar as defesas rebeldes.

O próprio general Sócrates expôs, em relatório sobre o levante, a concepção que norteava seu plano: “Nossa tropa sentiu o efeito dessa resistência, que não poderíamos vencer ao simples emprego da artilharia e conseqüente avanço da infantaria. Era um reduto de ruas com edifícios de larga amplitude que mesmo destruídos ofereceriam margem à defesa, organizada nos escombros (...). Possuindo a artilharia de três tipos: montanha, campanha e obuseiros 105, era indispensável pudesse minha divisão opor-lhe recursos de maior eficiência e, assim, além desses tipos de calibre, solicitei o concurso do 155, destinado pelo seu grande alcance a destruir organizações e depósitos do inimigo”.⁴⁹

Preocupava os oficiais legalistas a amarga e recente experiência de Canudos, vila sertaneja que resistira de casebre em casebre à investida do Exército: “Transportada para São Paulo (...) e igualada às condições guerreiras de rebeldia, exigiria da legalidade 30 mil homens para a dominar”, além de “meses a fio” e “dezenas de milhares de vidas”.⁵⁰ Por isso, estavam convencidos de que, “só pelo arrasamento inicial de grande parte da cidade, com a ação conjunta de aviões e artilharia, seguido do ataque às trincheiras pelos carros de assalto, completado pela baioneta, na luta corpo a corpo”, seria possível esmagar o levante paulista.⁵¹

Os bairros do Brás, Belenzinho e Mooca foram os primeiros a sofrer, na manhã do dia 11, as conseqüências cruéis desse plano. À tarde, os bombardeios se estenderam ao bairro da Luz. Em desespero, os moradores começaram a abandonar suas casas. “As famílias mais abastadas procuravam sair da cidade, em automóveis, com destino a Santos, Jundiaí, Campinas e outras cidades próximas.”⁵² Outras buscavam refúgio nos hotéis do centro. “Muitos não tendo onde se abrigar acampavam ao ar livre, armando barracas improvisadas.”⁵³ Ao final do dia, segundo os jornais da época, o Brás já “apresentava um aspecto de verdadeira desolação, com a debandada de seus moradores”, o que também acontecia nas ruas próximas aos quartéis da Luz, “completamente despovoadas de elementos civis”.⁵⁴ ▶

(48) J. Távora, p. 260.

(49) Citado por A. Corrêa, ob. cit., p. 119.

(50) A. Leite, ob. cit., p. 113.

(51) A. Leite, ob. cit., p. 112.

(52) A. Corrêa, ob. cit., p. 125.

(53) *Ibidem*, p. 125.

(54) Ver *O Estado de S. Paulo*, 12/7/1924.



General Potiguara (ao centro, sentado no caixote) e seu estado-maior instalado em uma barbearia no bairro de Vila Matilde

Os canhões legalistas continuaram despejando bombas e mais bombas sobre a cidade, passando a atingir também a região central e forçando a população, aterrorizada, a novos deslocamentos. "De todos os hotéis situados no centro da cidade, retiraram-se numerosas famílias sobraçando malas, trouxas, colchões e outros embrulhos!"⁵⁵ Muitas buscaram refúgio em bairros ainda não conflagrados, como Vila Mariana. Outras insistiram em sair da cidade, o que obrigou os rebeldes a restabelecer, precariamente, a ligação ferroviária com Campinas, onde a Comissão Católica de Socorros chegou a instalar 39 postos de recebimento e 21 cozinhas públicas que atenderam a 50 mil pessoas.⁵⁶

Tocados pela comoção popular, o arcebispo metropolitano, dom Duarte, e o presidente da Liga Nacionalista, Frederico Steidel, enviaram mensagem telegráfica ao presidente Artur Bernardes, solicitando sua "intervenção caridosa para fazer cessar bombardeio contra a inerme cidade de São Paulo, uma vez que as forças revolucionárias se comprometem a não usar seus canhões em prejuízo da cidade".⁵⁷ O pedido foi reforçado por telefonema do prefeito Firmiano Pinto ao marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra.⁵⁸ A resposta federal veio nas duras palavras do ministro Setembrino em carta ao prefeito Firmiano: "Não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servirmos da artilharia contra o inimigo, que se aproveitaria dessa circunstância para prolongar sua resistência, causando-nos prejuízos incomparavelmente mais graves do que os danos do bombardeio. Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida pela fecunda atividade de um povo laborioso. Mas os prejuízos morais, esses não são susceptíveis de reparação".⁵⁹ ▶



Incêndio dos armazéns Nazareth Teixeira e Cia. na Mooca



Álbum A Revolta em São Paulo

População aterrorizada deixando a cidade em busca de refúgio

12
JULHO / SÁBADO

1
JULHO /

(55) Paulo Duarte, *Agora nós!*, São Paulo, s. ed., 1927, p. 81.

(56) Relatório da Comissão Católica de Socorros, cit. por A. Corrêa, ob. cit., p. 126.

(57) Cit. por A. Corrêa, ob. cit., p. 141, nota 450.

(58) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 72.

(59) Cit. por A. Corrêa, p. 141, nota 451.

(60) J. Távora, p. 267.

(61) Ver relatório do 1º Pantinho Filho em Federal, seção de

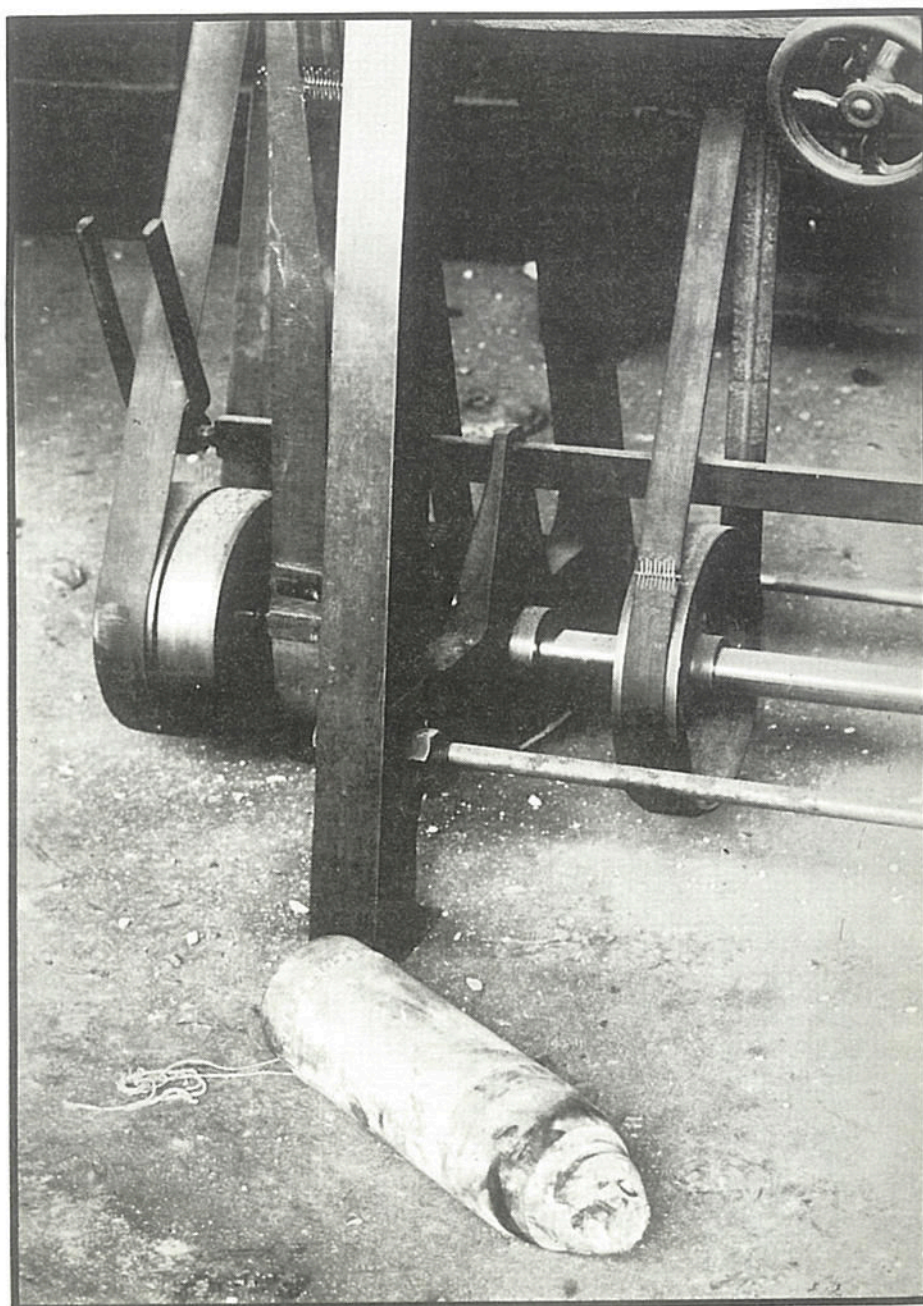
Palavras do capitão Juarez: "O bombardeio prosseguiu brutal, intenso — mortífero para a população civil, mas inócuo para as tropas revolucionárias, que pouquíssimas vezes sentiram os seus efeitos, no abrigo precário de suas barricadas. Era um bombardeio despejado a esmo, sobre o centro da cidade, sem a diretriz precisa de um objetivo militar prefixado, sem observações criteriosas que lhe corrigissem os erros, sem escassez de munição que o limitasse — tão dispersivo e inútil, quanto feroz e inumano".⁶⁰

Enquanto os legalistas bombardeavam a capital, os rebeldes realizaram no dia 13, inesperadamente, seu primeiro vôo sobre as linhas inimigas. A aviação começara, durante a Primeira Grande Guerra, a ser utilizada como "a quinta arma" que, segundo um autor da época, "opera reconhecimento, precisando a localização das tropas e o seu desenvolvimento tático; espalha boletins tendenciosos, enfraquecendo o ânimo do adversário, ao passo que mantém a ilusão de superioridade e sobretudo desorganiza e dizima o inimigo, lançando bombas causadoras de baixas e ceifadoras de vidas".⁶¹

No Brasil, o uso militar da aviação ainda era restrito, tanto que a Força Aérea Brasileira só seria criada em 1941. Mas o Exército e a Marinha já possuíam aparelhos e aviadores, dos quais alguns foram deslocados para São Paulo. Com o prolongamento dos combates, os rebeldes também decidiram organizar sua força aérea, confiando a tarefa ao tenente do Exército Eduardo Gomes, auxiliado pelo tenente da Força Pública Antônio Reinaldo Gonçalves e pela jovem aviadora civil Anésia Pinheiro Machado. Anésia tinha 24 anos, era paulista, solteira e, desde 1922, a primeira aviadora brasileira a transportar passageiros e a realizar vôos acrobáticos. Em setembro de 1922, concluíra o reide São Paulo-Rio, pioneiro na época, e em 1951 seria a primeira brasileira a voar entre Nova York e Rio. ►

(60) J. Távora, p. 267.

(61) Ver relatório do 1º delegado auxiliar Pantinho Filho em *Processos, Justiça Federal*, seção de São Paulo, 1927, vol. 21.

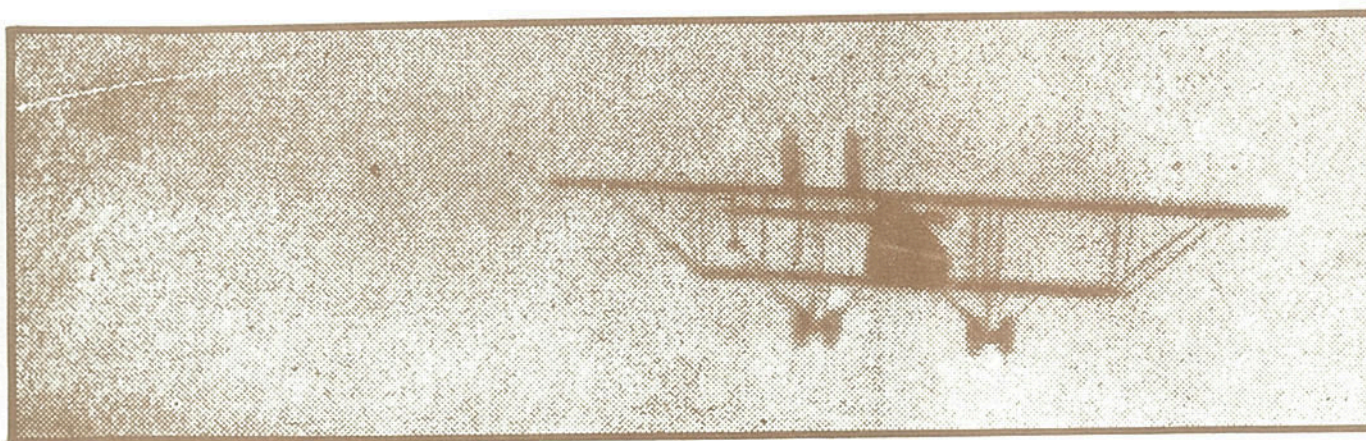


No Cotonifício Crespi, uma granada que não explodiu

Conhecedores dos campos e aviões existentes em São Paulo, Reinaldo e Anésia, munidos de requisições revolucionárias, assumiram o controle dos aparelhos do Estado encontrados no Campo de Marte, dos pertencentes aos aviadores civis Edu Chaves e Teresa de Marzo no Campo de Guapira e das peças de reposição dos irmãos Robba. Havia, porém, uma dificuldade: Reinaldo sofrera um acidente e estava impedido de voar; Anésia foi considerada muito jovem; e Eduardo Gomes, oficial de artilharia, tinha curso apenas de observador aéreo, não de pilotagem. Foram, então, contratados pilotos estrangeiros: os italianos Lúcio Gordines e Alberto Comelli e os alemães Fritz Roesler e Carlos Herdler.

O primeiro vôo de reconhecimento foi feito, naquele domingo, sobre os bairros da Penha, Ipiranga e Vila Mariana mas, enfrentando dificuldades, o avião regressou apressadamente ao Campo de Marte, danificando-se ao aterrisar. Outro vôo a leste da capital teve que ser interrompido por falhas no aparelho. Na terceira missão, Eduardo Gomes, ao lado do piloto Carlos Herdler, sobrevoou Sorocaba e Santos, estudou as condições das tropas adversárias e lançou manifestos sobre o encouraçado *Minas Gerais*, sendo perseguido por um hidravião da Marinha.⁶² A grande façanha da aviação rebelde, porém, seria tentada alguns dias depois. ▶

(62) Ver FGV-CPDOC, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense - Universitária e FINEP, 1984, 2º vol., verbete "Gomes, Eduardo", pp. 1477-1486. — Ver também *Sucessos subversivos*, ob. cit., pp. 85-88.



Album A Revolta em São Paulo

Um dos aviões utilizados pelos rebeldes para lançar folhetos e observar os movimentos das tropas legalistas



Album A Revolta em São Paulo

Soldados legalistas entinchados no Belenzinho tentam derrubar um avião rebelde

(63) E. Carone, ob. cit., p. 61



O moderno tanque de gue



ATJESP

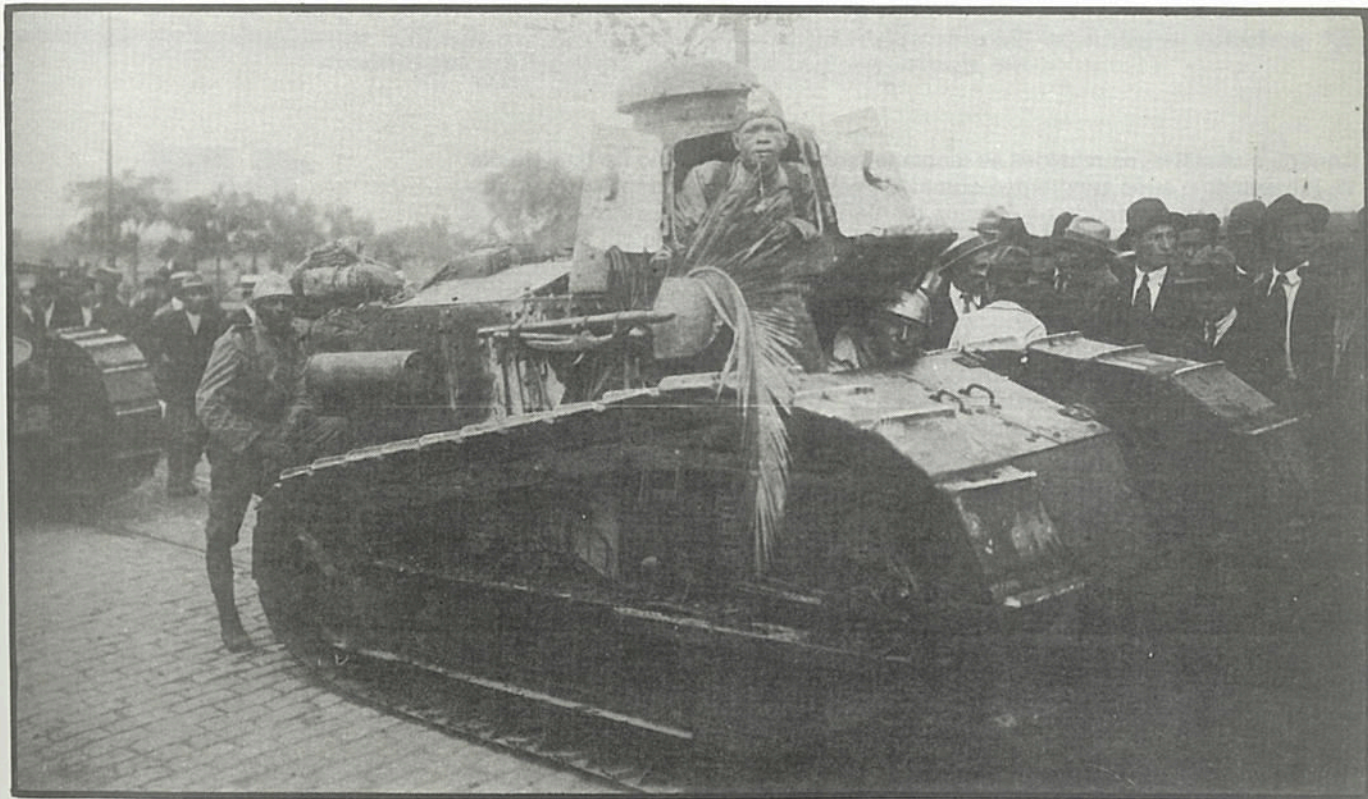
14

JULHO / SEGUNDA-FEIRA

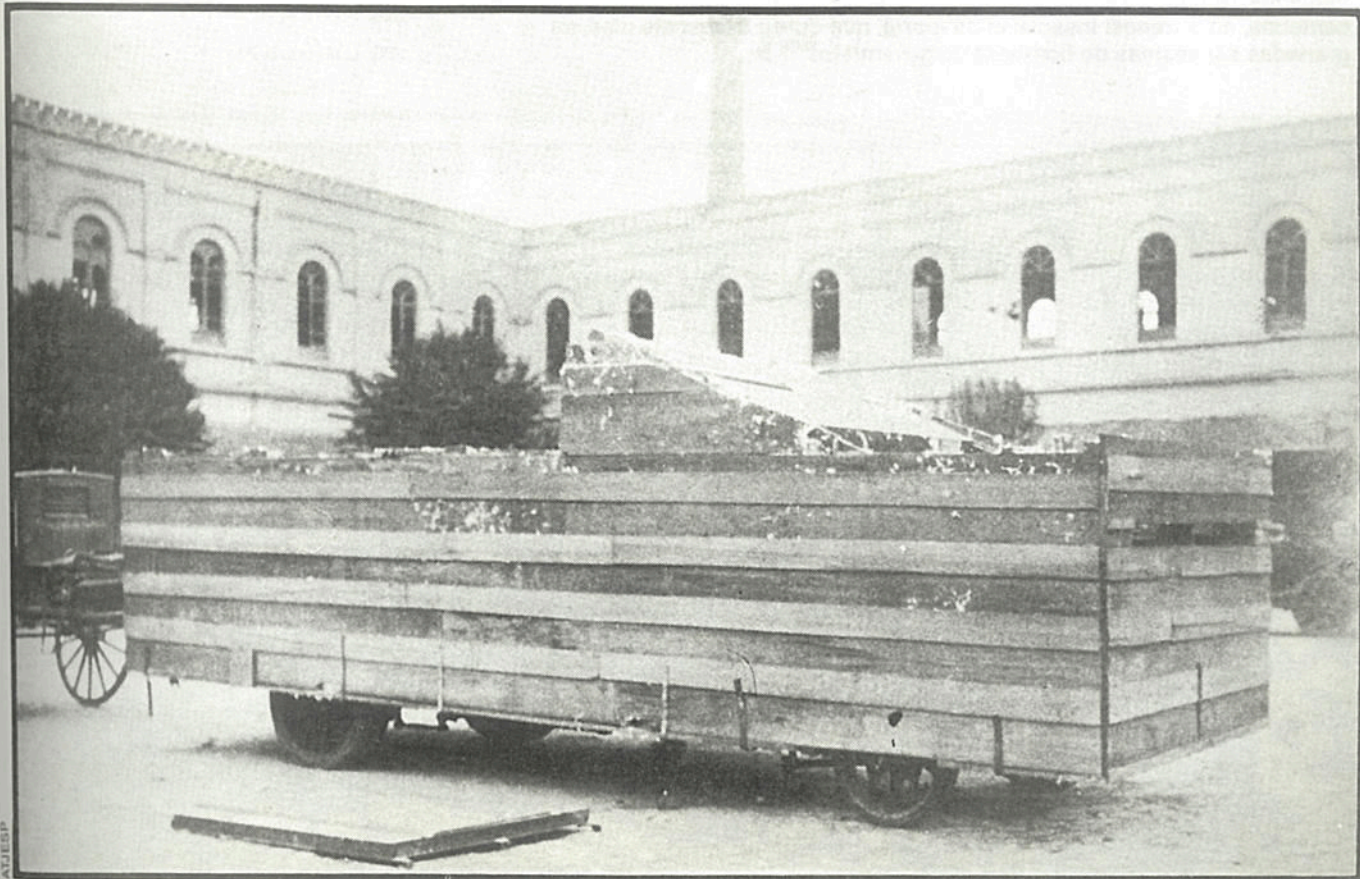
Os canhões legalistas de grosso calibre começaram, na noite de segunda para terça, a castigar os bairros até então poupados da Liberdade, Aclimação e Vila Mariana.

De repente, já na madrugada do dia 15, um contingente de forças legais, partindo do Ipiranga em automóveis e caminhões, conseguia, depois de atravessar a Vila Mariana e Aclimação, entrincheirar-se nas redondezas da Liberdade, "ocupando, entre outros pontos, o quartel do 5º Batalhão da Força Pública, à rua Vergueiro, os largos do Paraíso e da Guanabara, o convento de Santo Agostinho, também à rua Vergueiro, e, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, o convento da Imaculada Conceição".⁶³ Era o início da esperada e temida contra-ofensiva governista. ▶

(63) E. Carone, ob. cit., p. 65.



O moderno tanque de guerra das tropas legalistas (acima) e o improvisado carro de assalto dos revoltosos (abaixo)



ALJESP

OS ACONTECIMENTOS DE S. PAULO

O PREFEITO DE S. PAULO PEDE QUE NÃO SEJA BOMBARDEADA A CIDADE

E' notavel o avanço das tropas legais -- Continuam a chegar manifestações decididas de apoio ao governo, em defesa da legalidade

Contida a ofensiva, os rebeldes se lançaram sobre o 5º Batalhão no final do dia 15, retomando-o após sangrentos combates em que tombou o capitão Joaquim Távora, mortalmente ferido na esquina da rua Paraíso com a Maestro Cardim. O capitão, um dos principais chefes do levante, viria a falecer no dia 19 no Hospital Militar da Força Pública, "em virtude de uma intoxicação urêmica".⁶⁴

Estabilizada a situação, o estado-maior do general Isidoro tratou "de retificar a linha de defesa revolucionária que, para facilidade do serviço, se subdividiu em quatro setores e duas flanco-guardas de apoio. Compreendia, o primeiro setor, toda a frente do Belenzinho, estendendo-se da ponte da Vila Guilherme, no Tietê, até o Hipódromo da Mooca. Comandava-o o tenente Manoel Carlos Ferreira. O segundo alcançava os bairros de Mooca e Brás, indo do Hipódromo até a Várzea do Carmo. Dirigia-o o coronel João Francisco. O terceiro defrontava o Cambuci, apoiando-se no QG da Guarda Cívica e no Morro do Piolho. Comandava-o o capitão Luiz França de Albuquerque. O quarto setor separava os bairros da Liberdade e Paraíso dos de Aclimação e Vila Mariana. Dirigia-o o capitão Azauri de Sá Brito e Souza. A flanco-guarda esquerda desta linha, comandada pelo capitão Asdrúbal Gwyer de Azevedo, era constituída por uma vasta linha de vigilância, estendida desde a Vila Guilherme até Guarulhos. (...) A flanco-guarda direita estendia-se da avenida Paulista até Pinheiros". Além disso, "patrulhas de cavalaria, diretamente submetidas ao QG, exerciam vigilância, diária, além dos jardins Europa e América".⁶⁵

"Em torno dessa vasta poligonal aberta, de mais de 30 quilômetros", comenta o capitão Juarez, é que se travariam, nos dias e noites seguintes, "violentos tiroteios de infantaria", enquanto, "atrás dela, em pleno coração indefeso da Paulicéia, tinham arrebentado, estavam arrebentando e deveriam arrebentar, às centenas, num frenesi insaciável de morte, que durou dezesseis dias, as granadas assassinas do bombardeio governista!"⁶⁶

15

JULHO / TERÇA-FEIRA

16

JULHO / QUARTA-FEIRA



Na rua Vergueiro, ataque dos legalistas contra o 5º Batalhão da Força Pública tomado pelos revoltosos

Album A Revolta em São Paulo



Album A Revolta em São Paulo

Retirantes de São Paulo chegar

(67) Cit. por A. Corrêa, ob. cit.

(68) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 33
O Estado de S. Paulo, 16/7/24

(69) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 33

(64) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 120.

(65) J. Távora, pp. 262-263.

(66) J. Távora, p. 264.

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO

CONTINUAÇÃO DO BOMBARDEIO

O EXODO DA POPULAÇÃO URBANA

O SERVIÇO FERROVIARIO

16

JULHO / QUARTA-FEIRA

Carta de Francisca Spinelli, moradora do Brás, a sua amiga Leopoldina Ferreira, de Piracicaba: "Durante toda a noite e o dia de hoje, têm-se dado bombardeios horríveis! As balas passam sobre as nossas cabeças assobiando terrivelmente. Espera-se a todo o momento ser-se vítima de uma dessas monstruosas granadas. O bairro atingido agora pelas forças do governo é este. Já morreram diversas pessoas aqui na rua e aqui ficam, sem o auxílio de ninguém. As granadas caem impiedosas por estas redondezas. Temos nos escondido no porão. Fugir não posso. Além das ruas estarem intransitáveis, eu não tenho para onde ir".⁶⁷

A angústia não era apenas de dona Francisca, mas de todos os habitantes do bairro proletário do Brás, onde famílias inteiras sucumbiram depois de permanecerem escondidas em seus lares por vários dias. No centro, uma das ruas mais atingidas foi a Florêncio de Abreu: diversas residências foram destruídas e incendiadas pelos bombardeios.

À noite, aproveitando os momentos de calma e protegendo-se com a escuridão, uma verdadeira multidão correu às estações da Luz e da Sorocabana, dando origem a novo êxodo. Nas estações, auxiliados pelas forças rebeldes, os fugitivos eram acomodados em vagões de carga que, superlotados, partiam em direção ao interior do estado. "Calcula-se que, durante uns quatro dias, perto de 300 mil pessoas abandonaram a cidade de São Paulo."⁶⁸

Dos vagões, os retirantes podiam, aterrorizados, divisar "na escuridão o espetáculo dantesco dos numerosos incêndios que lavravam pelos quatro cantos de São Paulo".⁶⁹ ▶

(67) Cit. por A. Corrêa, ob. cit., p. 128.

(68) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 331. — Ver também *O Estado de S. Paulo*, 16 e 17/7/1924.

(69) G. Sesso Jr., ob. cit., p. 331.



Retirantes de São Paulo chegando a Campinas em vagões de carga

O presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, apelou ao general Abílio de Noronha, ainda no dia 16, para que intercedesse junto ao governo federal a fim de evitar o "arrasamento de São Paulo". O general Abílio, embora prisioneiro dos rebeldes, respondeu no mesmo dia ao presidente da Associação Comercial, pedindo que esclarecesse "o que se pretende seja transigido pelo governo da República". Cientificado dos entendimentos, o general Isidoro escreveu ao general Abílio no dia 17, estabelecendo como condições mínimas "para depor as armas", entre outras, a "entrega imediata do governo da União a um governo provisório composto de nomes nacionais de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários", cabendo-lhe, entre outros compromissos, o de convocar uma Assembléia Constituinte. Considerando inaceitáveis as exigências, o general Abílio recusou-se a colaborar, fracassando, assim, essa nova tentativa de mediação.⁷⁰

Enquanto isso, a contínua pressão das forças governistas confirmava que o general Sócrates iniciara, efetivamente, a terceira fase de seu plano de reconquista da capital paulista, que previa "convergir em semicírculo sobre o inimigo, desdobrando-se em colunas que, de nordeste para sudeste, abraçassem a capital, atacando-a ao mesmo tempo por Vila Maria, Tatuapé, Belenzinho, Mooca, Bertioga, Cambuci, Deodoro e Vila Mariana".⁷¹ A confiança do governo federal era tão grande que os jornais do Rio de Janeiro alardeavam no dia 17, com evidente exagero, que "as tropas legais já se acham na posse de grande parte da cidade de São Paulo".⁷²

Em meio aos combates cada vez mais acirrados, um episódio curioso relatado por Aureliano Leite, o defensor governista do largo do Tesouro que habilmente se metamorfoseara em responsável pela Guarda Municipal no setor da Vila Mariana.

"Almoçávamos. Prato na mão, meio de pé, meio assentado, íamos engolindo sem mastigar (...). Coração na boca pela canseira da corrida em que veio, chega dedicado companheiro:

— Anda, avia-te... As forças legais entrando por Vergueiro...

Era esquisito, era, mas não era inverossímil. Esquisito que fossem assim avizinhandos-se livre, suavemente, sem refrega, sem uma escaramuça com as patrulhas revoltosas sempre espalhadas por toda a Vila Mariana! (...) Tais idéias nos invadiam o pensamento enquanto caminhávamos à pressa, eu e o nosso companheiro, seguidos de alguns curiosos, por Vergueiro acima, ao encontro dos tão ardentemente esperados defensores do poder. (...) À distância de cerca de mil metros vimos troços em direção da cidade. Apenas a vanguarda; o grosso naturalmente marcharia atrás. E, à proporção que se nos avizinhavam, vamos distinguindo figuras. Pelas alturas da caixa d'água estavam já os nossos homens bem ao alcance de nossa vista. E nós de cá agitávamos aos soldados os nossos lenços brancos. E de lá os libertadores nos correspondiam ao aceno simbólico sacudindo-nos também, não lenços, mas panos enormes como lençóis. Nas tropas começam a destacar-se homens e mulheres de alvamento, braçal escarlate, em trajes de enfermeiro, paisanos outros envoltos em amplas colchas multicores, nenhum soldado, só civis e civis desarmados, às pencas pelo centro da rua, sem obediência a qualquer regra militar! Curiosíssimo tudo aquilo, toda a trapalhada indecifrável! Que gente seria aquela? (...) À frente, tresmalhado do bando, alcançamos ao fim o primeiro dos aproximantes com ares de ser da caravana o chefe. (...) Tinha o homem os olhos perscrutadores, voltados para o céu, como a devassá-lo, farejando o azul com as narinas dilatadas!"⁷³

O visionário evidentemente não respondeu aos cumprimentos nem às perguntas de Aureliano Leite. Foi então que um jovem estudante de medicina, aproximando-se, acabou com o mistério: tratava-se dos pacientes do Instituto Aché para doenças mentais, cujo prédio acabava de ser ocupado por tropas legalistas e estava sendo alvejado pelos rebeldes. "Os pobres doentes em polvorosa, guiados por aquele excelente moço acadêmico e alguns enfermeiros destemidos, vinham errantes em busca de um teto de paz."⁷⁴

Aureliano e seus companheiros ficaram tão decepcionados que nem se deram conta quando, à noite, verdadeiras tropas legalistas, encabeçadas pelo general Arlindo, avançaram pela estrada do Vergueiro e entraram na Vila Mariana, indo abrigar-se na garagem de bondes da Light à rua Domingos de Moraes. O prédio da estação foi adaptado para servir de alojamento e posto de comando, enquanto os famosos bondes "caraduras", espalhados no pátio, iam sendo transformados nos dias seguintes em celas improvisadas para numerosos prisioneiros.⁷⁵ ▶

17

JULHO / QUINTA-FEIRA

18

JULHO / SEXTA-FEIRA

(70) Ver E. Carone, ob. cit., pp. 65-67; A. Corrêa, ob. cit., pp. 143-145.

(71) A. Leite, ob. cit., p. 105.

(72) *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17/7/1924.

(73) A. Leite, ob. cit., pp. 142-145.

(74) *Ibidem*, p. 146.

(75) *Ibidem*, pp. 147-157.

(76) *Ibidem*, p. 155.

(77) A. Corrêa, ob. c.

19

JULHO/SÁBADO

Os combates na Vila Mariana foram dos mais terríveis. Os revoltosos resistiram, durante dois dias, de casa em casa, envolvendo os legalistas em contra-ataques de surpresa e escaramuças constantes, numa das quais morreu o comandante do destacamento da polícia fluminense que participava da ofensiva. Enfurecidos, os praças começaram a atacar e prender, indiscriminadamente, os moradores do bairro. O próprio Aurellano Leite mais seis guardas municipais acabaram sendo "grosseiramente arrastados e presos".⁷⁶

Na Vila Mariana havia numerosos refugiados de outros bairros, os quais, apanhados no fogo cruzado das refregas e não tendo mais abrigo seguro para onde fugir, transbordaram num êxodo desordenado e incerto pelas regiões vizinhas.

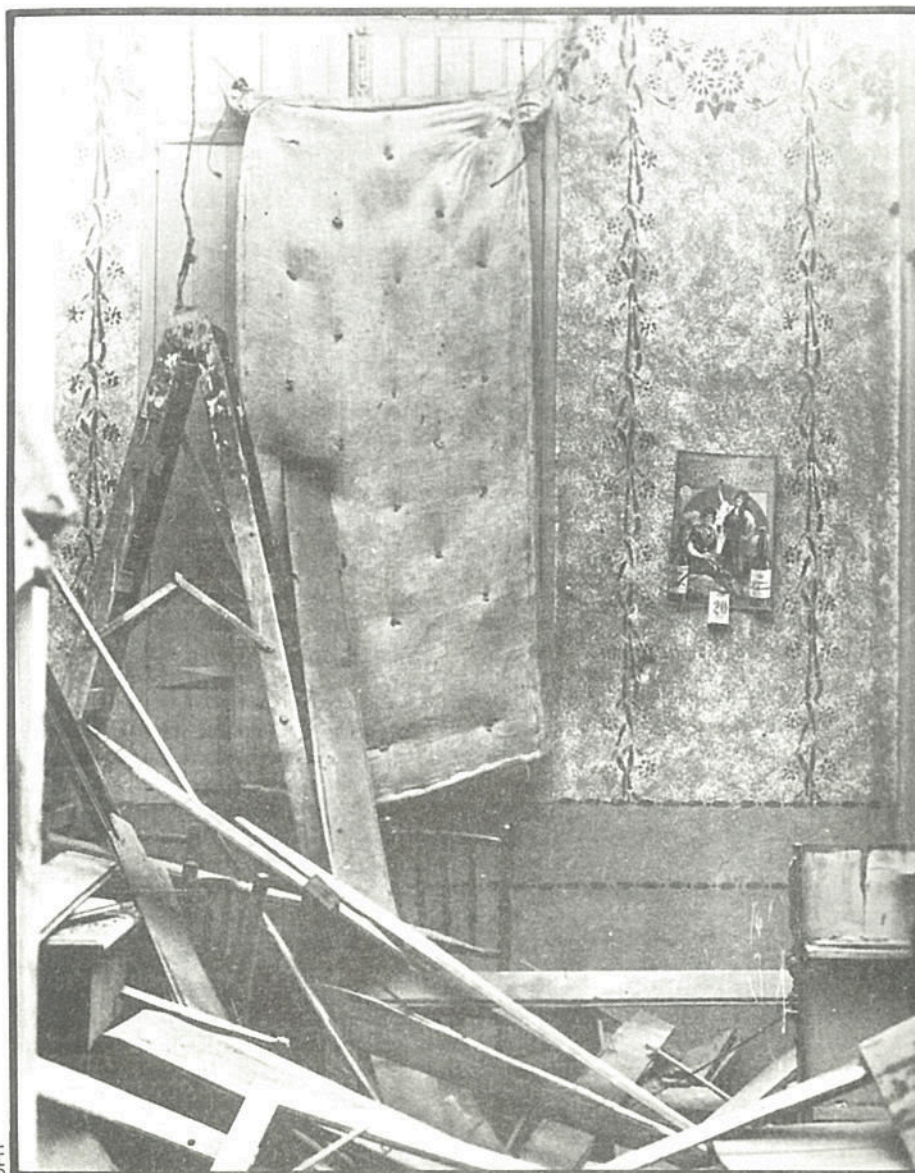
Os sofrimentos redobrados da população civil estimularam o início de um movimento popular contra os bombardeios e ataques, com a publicação de manifestos nos jornais e a organização de comícios, como o realizado no largo do Arouche.⁷⁷

20

JULHO/DOMINGO

Manchete do *O Paiz*: "O Paraná guarnece suas fronteiras com São Paulo".

Mas este não era o único motivo de preocupação para os revoltosos naquele domingo. Ao longo do dia, a aviação governamental realizou diversos vôos de reconhecimento sobre a capital sobressaltada, prenunciando novos ataques. ►



DPH

Residência bombardeada, provavelmente no Belenzinho

(76) *Ibidem*, p. 155.

(77) A. Corrêa, *ob. cit.*, p. 142-143.

O general Isidoro decide reagir, organizando uma investida sobre o flanco esquerdo governista, na Vila Mariana. O dia é gasto pelos rebeldes deslocando e concentrando tropas no largo do Paraíso.

21

JULHO / SEGUNDA-FEIRA

Ao amanhecer, quando as tropas rebeldes, concentradas no largo do Paraíso, iam iniciar o movimento desbordante sobre a Vila Mariana, os governistas desencadearam uma energética ofensiva sobre a Liberdade, obrigando o comando revolucionário a abandonar o plano da contra-ofensiva e deslocar as tropas para reforçar o setor ameaçado.

Para agravar, aviões legalistas sobrevoam a capital e lançam bombas sobre o sofrido bairro da Luz.⁷⁸

“Daí por diante”, reconhece o capitão Juarez, “atacada, ora em parte, ora em conjunto, a vasta frente de defesa absorveu todos os elementos combatentes da revolução”.⁷⁹

22

JULHO / TERÇA-FEIRA

Os combates se intensificam entre a Liberdade e a Vila Mariana. As imediações do Ginásio Anglo-Brasileiro ficam “juncadas de cadáveres”.⁸⁰

Os combates recrudescem também nas regiões do Cambuci e do Belenzinho. E os bombardeios não cessam, derrubando, incendiando, vitimando.

O prefeito Firmiano Pinto, acompanhado do arcebispo católico, dirige-se a Guaiaúna para pedir ao presidente Carlos de Campos que interceda pela salvação da cidade. Mas o presidente do Estado se escusa, transferindo o problema à responsabilidade do presidente da República. O prefeito viaja para o Rio de Janeiro, ainda na quarta-feira, mas esbarra numa atmosfera hostil e não consegue nenhum acordo.

Os rebeldes se convencem de que só um ato de grande audácia e repercussão poderia reverter o quadro em seu benefício, vencendo a barreira da censura, comovendo a opinião pública e incentivando novos levantes. Decidem, então, equipar um avião *Newport Oriole* de Teresa de Marzo com um tanque sobressalente de combustível e realizar um vôo de ida e volta ao Rio de Janeiro, para jogar folhetos sobre a cidade e uma formidável bomba de dinamite sobre o Palácio do Catete, residência oficial do presidente da República. ▶

23

JULHO / QUARTA-FEIRA

(78) J. Távora, ob. cit., p. 268; N. Macaulay, ob. cit., p. 26.

(79) J. Távora, pp. 270-271.

(80) J. Távora, ob. cit., p. 270. — Ver também A. Leite, ob. cit., p. 180.



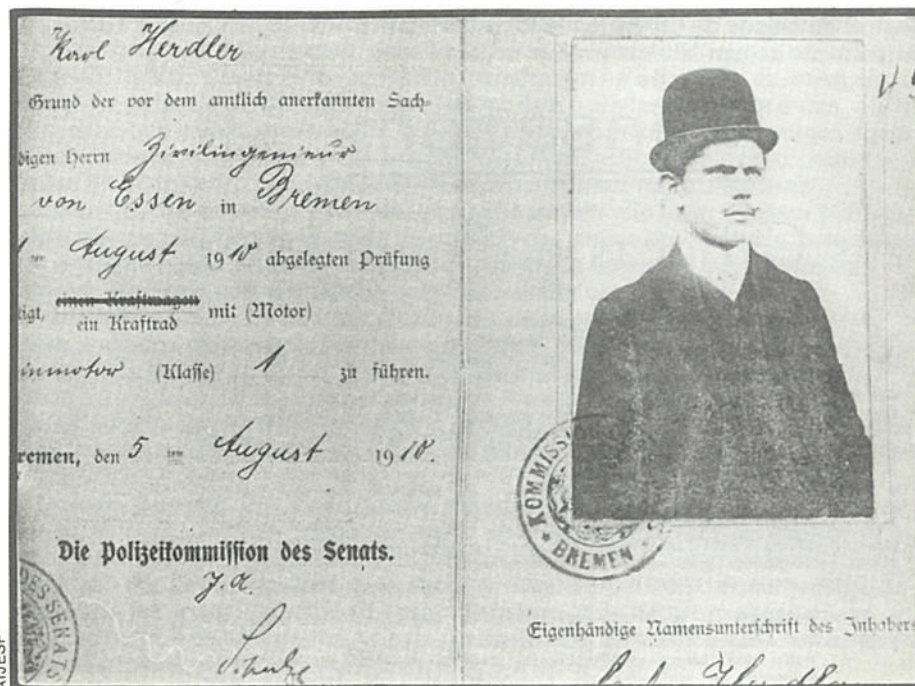
Album A Revolta em São Paulo

Tropas legalistas atirando contra revoltosos entrincheirados nas imediações do Ginásio Anglo-Brasileiro



ATJESP

Os restos do avião pilotado por Carlos Herdler, no qual o tenente Eduardo Gomes pretendia chegar ao Rio de Janeiro para bombardear o Palácio do Catete



ATJESP

Carteira do alemão Carlos Herdler, contratado para pilotar os aviões rebeldes

O aparelho alçou vôo ao meio-dia da quarta-feira, pilotado por Carlos Herdler e comandado pelo tenente Eduardo Gomes. Depois de uma hora e meia de vôo, foi obrigado a fazer um pouso forçado na serra do Mar, no município de Cunha, já próximo à fronteira de São Paulo com o estado do Rio de Janeiro. Relatório do delegado de polícia de Cunha, Walfrido Maranhão:

“No dia 24 do mês p. findo, pela manhã, a minha ordenança, às 8 horas, informou-me que um aeroplano caíra no bairro da Catioca, que dista desta cidade cerca de quatro léguas. (...) Infelizmente não me foi possível efetuar a prisão dos aviadores, os quais se haviam evadido na véspera do dia em que me foi cientificado. (...) O aparelho era da fabricação Curtiss, de grande força, tipo 169, modelo 519. O motivo da sua queda foi a falta d'água no carburador, pois no tanque de inflamáveis era registrado cerca de oito latas de gasolina. ►

Encontravam-se no avião e foram logo enviados para a Delegacia Regional cinqüenta mil boletins sediciosos, diversos exemplares de *O Estado de S. Paulo* do dia 23 de julho p. findo e mais uma enorme bomba de dinamite, pesando, aproximadamente, cerca de três quilos. (...) O primeiro aviador era de nacionalidade brasileira, magro, alto, moreno, amável, falando bem e com expressão, mostrando possuir muita inteligência e desembaraço. Deixou o nome de Eugênio de Oliveira, do Aero Club Brasileiro. O seu companheiro, o aviador mecânico, era de nacionalidade alemã, baixo, muito gordo, pouca barba alourada, vestindo fazenda de casemira peluda, calçando perneiras, trazendo consigo uma valise e demonstrando não conhecer o nosso idioma. Declarou chamar-se Carlos Hartler. (...) O avião caiu sobre uma grande várzea, mas, indo de encontro a um brejo, onde ficou com a hélice desmantelada. (...) O local onde o avião caiu é pantanoso. Por isso mesmo o avião ficou em grande parte atolado, sofrendo fortes avarias em seu corpo de madeira, tornando-se ainda difícil a sua remoção. (...) Recebidos pelo sr. Pacetti, declararam que eram legalistas; sendo assim, o referido inspetor favoreceu-os com tudo que estava ao seu alcance, dando-lhes um *lunch*, facilitando-lhes meios de condução e mais um portador para ensinar-lhes o caminho e voltar com os animais que os levariam até o leito da estrada de ferro, em Guaratinguetá.”⁸¹

De Guaratinguetá, Eduardo Gomes seguiu de trem para o Rio de Janeiro, onde se refugiou na casa de um tio até o final de 1924 quando, decidido a reintegrar-se às tropas rebeldes, viajou para o sul do país. Mas foi reconhecido e preso em Santa Catarina. Carlos Herdler, depois de pernoitar numa pensão em Guaratinguetá, voltou a sua casa em São Bernardo, onde foi preso. Tinha 40 anos, era casado, nascera na Morávia e servira na Primeira Guerra Mundial.

No dia 25, *O Paiz* publicava o seguinte comunicado oficial das tropas legalistas: “Um avião dos sediciosos, levantando vôo de São Paulo, seguiu rumo de Taubaté e, perseguido pelos aviões das tropas legais, aterrou em um brejo, a três léguas da cidade de Cunha, onde foi capturado”. Como os serviços de contra-informação sabem fabricar vitórias no papel! ▶

(81) Ver *Processos*, vol. cit.; N. Macaulay, ob. cit., p. 26; FGV-CPDOC, *Dicionário* cit., p. 1479.

Mensagem

aos Cariocas e Fluminenses

Os revolucionários de S. Paulo, como gesto de admiração e sympathia pelo povo carioca e fluminense, enviam a esses leaes camaradas e amigos um emissario portador de suas saudações e de seus ideaes.

A 5 do corrente foi incluído pelos corpos do Exército e da Polícia aquartelados no Estado de S. Paulo, um movimento revolucionario tendente a corrigir os erros dos maus governos, a elevar os padrões moraes e materiaes da Nação Brasileira e a defender os interesses e os direitos do povo.

Esse movimento vem conquistando dia a dia as sympathias de todo o povo paulista, que vibra em apothecoses de manifestações patrioticas; já domina as posições tacticas e estrategicas, commerciaes e industriaes mais importantes, taes como a Capital do Estado, as cidades de Campinas, Jundiaby, Ribeirão Preto, etc., etc. e tem as esperanças da victoria robustecidas nos elevados intuitos patrioticos que o justificam.

O seu ponto de vista politico, entre outros, visa o seguinte:

- 1.º — Restabelecer a fórma de governo republicana federativa;
- 2.º — As actuaes fronteiras dos Estados em tudo que disser respeito aos interesses regionaes, com a possivel diminuição do numero de unidades da Federação, afim de tornal-as mais equilibradas;
- 3.º — A separação da Igreja e do Estado, firmado o principio da liberdade religiosa e a defesa da maioria catholica nos seus direitos constitucionaes contra as intolerancias da irreligiosidade;
- 4.º — Attribuição da Justiça de conhecer da constitucionalidade dos actos legislativos;
- 5.º — A prohibição dos impostos interestaduaes;
- 6.º — Tudo o que se refere á declaração dos direitos dos brasileiros, não se admittindo modificação alguma senão ampliativa;
- 7.º — Prohibição de reeleição do presidente da Republica e dos presidentes e governadores dos Estados. Do mesmo modo prohibida a reeleição dos deputados federaes e estaduaes, senadores, salvo se alcançarem o suffragio de dois terços do electorado comparecente;
- 8.º — Decretar o voto secreto;
- 9.º — A obrigatoriedade do ensino primario e profissional.

Sustentam esse movimento e esses ideaes reforçados diariamente por centenas de voluntarios e patriotas da melhor sociedade paulista, as seguintes unidades: 4.º Batalhão de Caçadores, 2.º Grupo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo de Artilharia de Montanha, Força Publica do Estado, 4.º Regimento de Infantaria, 5.º Regimento de Infantaria (parte), 6.º Regimento de Infantaria, elementos do 2.º de Cavallaria Divisionaria, 4.º Regimento de Artilharia Montada, 5.º Batalhão de Caçadores, além de grande numero de elementos governistas que se têm apresentado para fazer causa commum com os revolucionarios.

VIVA A REPUBLICA !

S. Paulo, 20 de Julho de 1924.

OS REVOLUCIONARIOS

(82) A. Leite, ob. cit., p. 141.

(83) G. Sesso Jr., ob. cit., pp. 3

(84) *Ibidem*, p. 341. — Ver tam Movimento subversivo de

Comunicado oficial publicado em *O Paiz*: "Prosseguem as tropas legais no avanço que fazem continuamente. Hoje foi esse avanço maior no centro e na ala esquerda. Os nossos aviões têm bombardeado os pontos de concentração dos rebeldes".

A linguagem asséptica do comunicado pouco deixa entrever dos dramas que se multiplicavam na cidade conflagrada. Na manhã ensolarada daquela quinta-feira, os combates se tornaram particularmente acirrados no Cambuci e um dos episódios mais tocantes ocorreu na tomada da igreja da Glória.

Assentada em gracioso outeiro, a igreja dominava os arredores, sendo por isso tomada e retomada cinco vezes. No dia 24, era defendida por oitenta combatentes rebeldes, húngaros em sua maioria e alguns alemães, quando sobre eles se lançaram tropas do Exército de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ajudadas pela polícia paulista, e recuperaram definitivamente a posição. Cessado o tiroteio, os legalistas subiram à torre de onde uma metralhadora, atirando pelas quatro faces do edifício, havia dificultado enormemente o assalto. Deparamos com uma jovem mulher, caída ao lado do marido ferido, "exangüe, varada de balas, morta, quando bravamente municia a carniceira metralhadora colocada na torre da igreja!"⁸²

O cerco se apertava e os rebeldes, inesgotáveis, inventivos, decidiram tentar uma cartada decisiva: preparar uma locomotiva carregada de dinamite e dispará-la a todo vapor da Quarta Parada em direção à Quinta Parada ou estação de Guaiaúna, onde, além do QG do general Sócrates, estavam estacionados numerosos trens de carga com enorme quantidade de bombas e granadas de grande poder explosivo. Mas o plano chegou ao conhecimento dos ocupantes de Guaiaúna e um funcionário da Central do Brasil, que residia na casa anexa à estação com sua família, dispôs-se a evitar o choque devastador.

Aquilino Vidal, ou mestre Vidal, como era conhecido, partiu, ao anoitecer do dia 24, num pequeno trole manual, desarmado e com algumas ferramentas. "Ao lado do feitor Valério e mais cinco operários, penetraram na escuridão da noite, em direção à estação da Quarta Parada. Mesmo sob o sibilar das balas e das granadas que caíam aqui e acolá, o pequeno veículo, acionado por braços ágeis e musculosos, continuava a sua marcha. Nas imediações da estação, pouco antes de atingirem o cruzamento da rua Álvaro Ramos, os seis homens abandonaram o veículo e, arrastando-se, procuravam não fazer o menor barulho, visto que se achavam ao alcance da fuzilaria das armas automáticas, bem como da artilharia ligeira que se encontrava concentrada no antigo Hipódromo da Mooca. De modo que, protegidos pela noite, cautelosamente iniciaram a empreitada suicida. De cócoras, abaixados, começaram a desparafusar os *tirefound*s dos dormentes; dez minutos foram o suficiente para que separassem as talas de junção (...) transportando o primeiro trilho retirado, em direção ao trole, (...) estacionado a alguns metros dali. A seguir, outros trilhos foram se juntar ao primeiro. Estava terminada a tarefa. (...) Satisfeitos e orgulhosos com o que fizeram, mestre Vidal e seus homens retornaram à estação de Guaiaúna."⁸³

Não eram passadas mais que poucas horas da missão cumprida quando, "lá ao longe, num intervalo de alguns segundos, ouviram-se duas terríveis explosões acompanhadas de forte clarão, que, por alguns instantes, iluminou vasta extensão dos bairros do Tatuapé e Belém; a seguir um barulho ensurdecedor de ranger de ferragens! Por algum espaço de tempo, tudo ficou em silêncio; a poucos metros da plataforma da estação da Quarta Parada, os dois monstros de aço, destroçados e fumegantes, jaziam lado a lado!"⁸⁴ ►

(82) A. Leite, ob. cit., p. 141.

(83) G. Sesso Jr., ob. cit., pp. 339 e 341.

(84) *Ibidem*, p. 341. — Ver também Aquilino Vidal, *Movimento subversivo de 1924*.



Album A Revolta em São Paulo

Cerco das tropas legalistas à igreja do Cambuci em mãos dos revoltosos

Os combates se tomam mais ferozes na região circunvizinha às estações do Brás e do Norte e em toda a frente da Mooca. Para romper o anel de fogo que se apertava sobre os rebeldes, o coronel João Francisco, responsável pelo setor, decide ariscar-se numa iniciativa audaciosa.

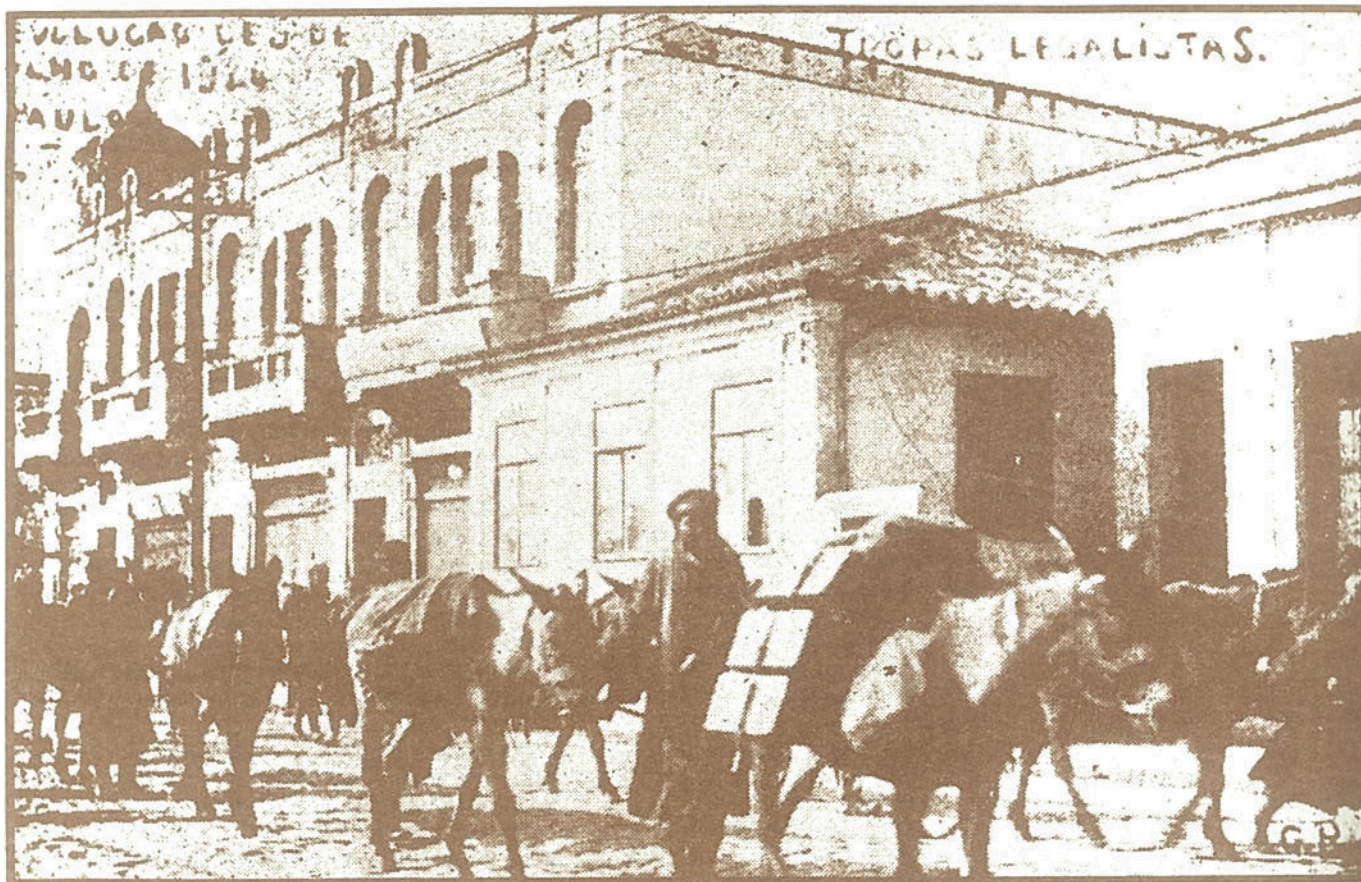
Manda "construir, nas oficinas da São Paulo Railway, um carro blindado, reforçado com duplas paredes de madeira e areia, dentro do qual colocou metralhadoras destinadas a varrer de surpresa a vanguarda das tropas legais. No dia 25, entrando ele, em pessoa, na locomotiva nº 49, que rebocava esse carro e mais seis de passageiros guarnecidos por numerosa força rebelde, mandou tocar para a Mooca, no intuito de surpreender a força legalista com mortífero fogo". Contudo, "na Segunda Parada, pouco adiante da passagem dos armazéns da Central, uma chave aberta para o desvio descarrilou a locomotiva, expondo a máquina infernal e os seus tripulantes ao intenso fogo da vanguarda legalista, que causou grande mortandade nos atacantes e 51 ferimentos" no coronel João Francisco.⁸⁵

Enquanto o coronel era levado para a Santa Casa, o capitão Juarez Távora assumia, às pressas, o comando do setor. Mas as defesas rebeldes começavam a ceder. ▶

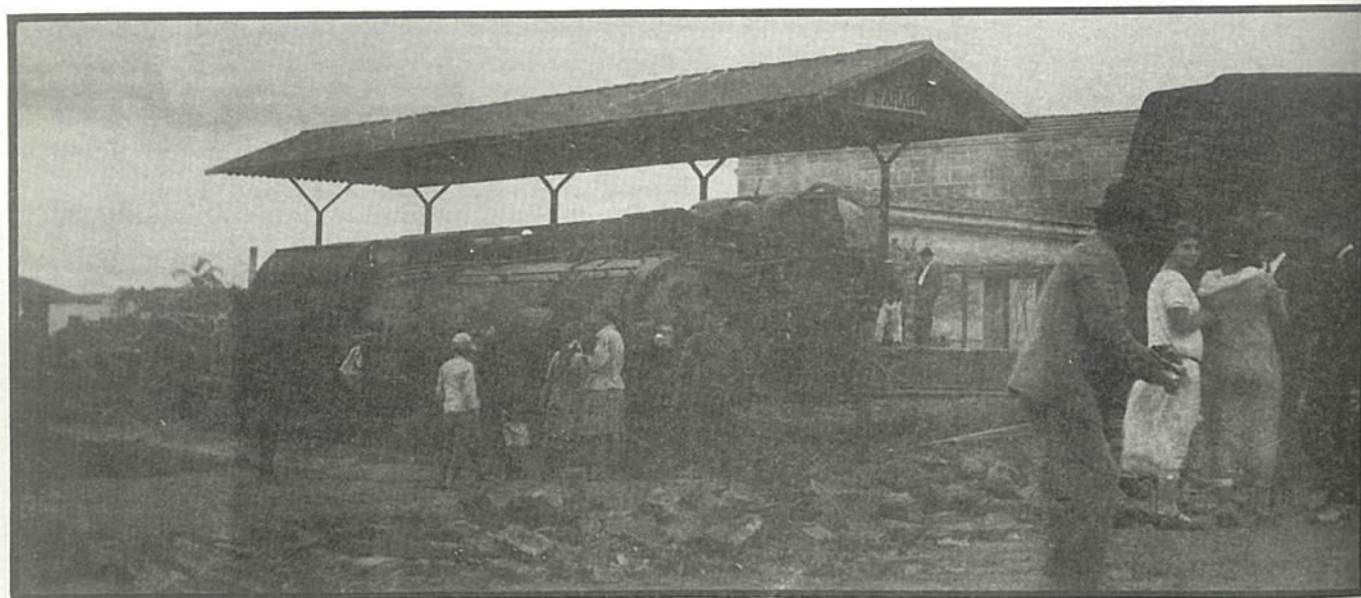
25
JULHO / SEXTA-FEIRA

20
JULHO / SÁBADO

(85) *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 115.



Tropas legalistas no Brás a caminho do centro



Locomotiva tombada na 3ª Parada da Central do Brasil



Trincheira dos revoltosos na r

Depoimento do capitão Juarez: "A 26, a polícia gaúcha desabou formidável ofensiva contra o setor da Mooca, cuja defesa revolucionária, depois de uma resistência desesperada, teve de ceder sua posição aos atacantes", recuando para a avenida Rangel Pestana.⁸⁶ À mesma hora, os rebeldes perdiam terreno também no Cambuci e na Vila Mariana.

Outras notícias ainda mais intranquilizadoras chegavam ao comando rebelde: tropas legalistas do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, sob o comando do general Azevedo Costa, pressionavam as estradas de ferro Sorocabana, Noroeste e Mogiana e ameaçavam Campinas e Sorocaba. Ao movimento de pinça de leste a sul, somava-se o risco do cerco também pelo oeste! Para evitá-lo, o comando rebelde é obrigado a lançar pequenos destacamentos de cobertura ao longo das três vias férreas, de um dos quais nasceria a famosa "Coluna da Morte" do tenente João Cabanas.⁸⁷

Para acentuar as dificuldades dos revoltosos, aviões governistas espalham sobre a cidade milhares de folhetos com um aviso assinado pelo marechal Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra: "As tropas legais precisam agir com liberdade contra os sediciosos (...). Faço à nobre e laboriosa população de São Paulo apelo para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues à sua própria sorte". Assim que a aterradora mensagem se difunde, novas multidões se precipitam "em busca de uma saída, caminhando a pé, enchendo as estradas da Lapa, Cantareira e Pinheiros, as únicas que não apresentavam um iminente risco de trânsito".⁸⁸

Prudentemente, o general Isidoro transfere seu QG para a estação da Luz e decide tentar, pela última vez, uma saída negociada. Escreve ao general Sócrates oferecendo-se a depor as armas em troca de uma anistia completa a todos os implicados em levantes militares desde 1922. O vigário da Penha, padre Antão Jorge Hechenblaickner, portador da mensagem, traz a resposta: o governo federal só aceita a rendição incondicional dos revoltosos.⁸⁹

Num derradeiro esforço, o general Isidoro busca, novamente, a intermediação de J.C. Macedo Soares e do general Abílio de Noronha. Relata o presidente da Associação Comercial: "Cerca da meia-noite, chegaram a nossa casa os oficiais do Estado-Maior das Forças Revolucionárias" e declararam "que, se realmente entendíamos que o caso revolucionário deveria ser solucionado rapidamente para evitar as conseqüências futuras da continuação da luta, estavam eles, revolucionários, dispostos a depor as armas mediante a anistia ampla que havíamos lembrado, desde que ela beneficiasse aos implicados nas revoltas de 5 de julho de 22 e 24. Acrescentou o capitão Jesus que o general Isidoro havia resolvido aceitar o reiterado oferecimento do general Abílio de Noronha para pleitear uma anistia ampla a fim de se pôr termo à luta, e para que o ilustre militar pudesse negociar a deposição das armas seria preciso que pedissemos ao general Sócrates um armistício".⁹⁰

Macedo Soares concorda em escrever duas cartas com essas propostas, uma dirigida ao general Sócrates e outra ao presidente Carlos de Campos, e encarrega o comandante da Brigada Acadêmica, Paulo Duarte, de levá-las a Guaiaúna assim que o dia raiasse. ►

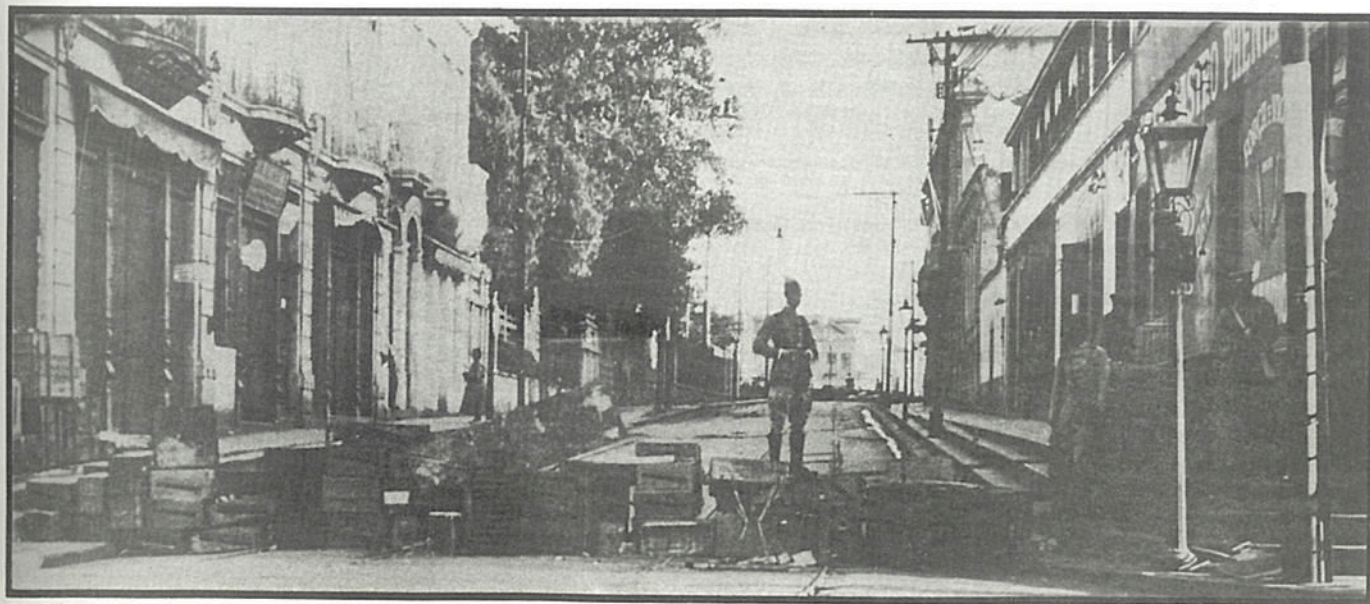
(86) J. Távora, ob. cit., p. 276.

(87) J. Távora, ob. cit., pp. 274-275; A. Leite, ob. cit., 175-177.

(88) J. C. Macedo Soares, cit. por A. Corrêa, ob. cit., p. 148.

(89) Ver *Sucessos subversivos*, ob. cit., p. 112; A. Leite, ob. cit., p. 176; e Silvio Bontempi, *O bairro da Penha*, série História dos bairros de São Paulo, Prefeitura Municipal — Secretaria de Educação e Cultura, 1969, p. 109.

(90) J.C. Macedo Soares, cit. por E. Carone, ob. cit., p. 70.



Trincheira dos revoltosos na rua Conselheiro Crispiniano

Paulo Duarte ouviu diretamente do presidente Carlos de Campos a resposta às cartas de Macedo Soares: "Diga a ele que a resposta é essa: vou mandar intensificar o bombardeio".⁹¹

Desvanecidas as esperanças de um acordo, o Estado-Maior das Forças Revolucionárias se reuniu para considerar atentamente a desfavorável situação. As fileiras rebeldes haviam crescido, com esforço, dos 2 mil combatentes iniciais para 7 mil homens em armas, àquela altura reduzidos pelas baixas e deserções. Mas, em contrapartida, as tropas legalistas, a princípio inferiores em soldados e armamento, contavam àquela altura com 18 mil homens, entre praças do Exército e da Marinha, forças policiais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul e batalhões civis. Dispunham, além disso, de carros de assalto, duas esquadrilhas de *Spads*, cem canhões e munição abundante.⁹²

Os rebeldes continuavam ignorando os levantes registrados em outros estados: no Mato Grosso no dia 5 de julho, prontamente sufocado; em Aracaju no dia 13 de julho, dominado em 2 de agosto; em Manaus no dia 23 e em Belém no dia 26 de julho, só vencidos no final de agosto. De qualquer modo a situação imediata em São Paulo só poderia ser aliviada se tivessem ocorrido levantes nos estados próximos do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

E esta situação se tornava, a cada hora, mais vulnerável, pois não estava afastado o risco de um cerco completo, inclusive pela retaguarda até então segura, enquanto as linhas de defesa dentro da capital sofriam novas rupturas no Belenzinho, na Liberdade, no Cambuci. O comando revolucionário decidiu, então, retirar-se de São Paulo enquanto era possível.

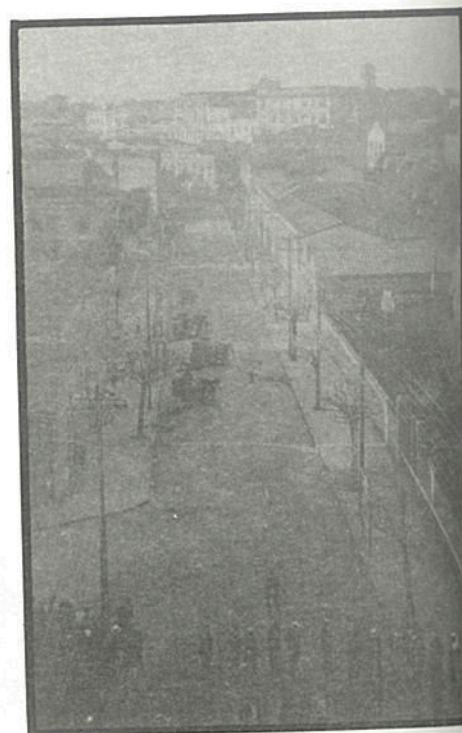
A retirada foi organizada meticulosamente. Requisitaram-se carros e caminhões para o deslocamento rápido das tropas, concentraram-se vagões de toda espécie nas estações da São Paulo Railway desde a Luz até a Lapa e incumbiram-se pequenos destacamentos, sob os comandos de Manoel Pires, Nélson de Melo e Ricardo Hall, de garantir a cobertura dos embarques.

A retirada teve início às 22 horas de 27 de julho, quando o primeiro comboio de tropas rebeldes saiu da estação da Luz. Na madrugada da segunda-feira, a evacuação já se completara: treze composições haviam deixado a capital paulista, com cerca de 3.500 soldados, quatorze canhões e numerosos animais, víveres, munição. Quando o último trem partiu, os rebeldes abandonaram os dois canhões que disparavam para confundir as tropas governistas. ▶

27
JULHO / DOMINGO

(91) Paulo Duarte, *Agora nós!*, cit. por A. Corrêa, ob. cit., p. 150, nota 469.

(92) Ver J. Távora, ob. cit., pp. 186-187; A. Leite, ob. cit., pp. 106; N. Macaulay, ob. cit., pp. 25-26 e G. Sesso Jr., ob. cit., p. 345.



Canhões abandonados pelos revoltosos na rua do Anhangabaú

Álbun A Revolta em São Paulo



O general Potiguara chegando ao largo do Palácio após a retirada dos rebeldes

Álbun A Revolta em São Paulo



O presidente Carlos de Campos (3º da esq. para dir.) retornando ao Palácio dos Campos Elísios ao lado do vice-presidente Fernando Prestes (2º da esq. para dir.) e do general Sócrates (último à dir.)



Populares acorrem à frente do Palácio dos Campos Elísios para assistir ao retorno de Carlos de Campos

Repetiu-se o que acontecera aos rebeldes no dia 9: as tropas legalistas, confundidas pela artilharia adversária, só se deram conta da evacuação quando o dia amanheceu. Do Ipiranga saíram as primeiras patrulhas de reconhecimento que confirmaram a retirada. O general Carlos Arlindo e o coronel Pedro Dias ordenaram, então, a entrada de suas tropas na cidade.⁹³

Às 9 horas, o general Carlos Arlindo reocupou o Palácio da Cidade, no centro. Às 10 horas, o presidente Carlos de Campos, acompanhado do general Eduardo Sócrates, retornou à sede do governo.⁹⁴ No dia seguinte, o *Correio Paulistano* podia anunciar em sua primeira página: "A Legalidade Restabelecida".

Da gradativa normalização da capital dão conta as manchetes dos jornais nos dias seguintes: "Numerosas famílias abandonam os abrigos em busca dos seus lares", "A cidade vai se reanimando com a abertura das casas comerciais e volta ao trabalho", "Continuam a chegar do interior os trens cheios, automóveis às centenas, com famílias que haviam abandonado a capital", "As casas comerciais reabrem suas portas, várias indústrias trabalham e os bondes reiniciam o tráfego pelo centro da cidade".⁹⁵

Mas os rebeldes não estavam batidos. Reagrupados em Bauru, seu primeiro plano foi avançar sobre Porto Presidente Epitácio, transpor o rio Paraná e formar um "Estado livre revolucionário" no sudoeste de Mato Grosso.⁹⁶

Com efeito, a 30 de julho, enquanto os jornais paulistas e cariocas sob censura os davam por liquidados, os rebeldes iniciavam a caminhada para aquela localidade, ocupada em 6 de agosto e logo rebatizada de Porto Joaquim Távora. Contudo, depois de vários combates, os rebeldes sofreram uma sangrenta derrota no dia 18 de agosto em Três Lagoas.

Resolveram então deslocar-se rio abaixo, rumo aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para sublevar o sul do país com a ajuda dos "libertadores" de Assis Brasil e de novos oficiais rebeldes, como o capitão Luís Carlos Prestes e o tenente Siqueira Campos, vindo da Argentina onde se encontrava exilado. No entanto, depois de quatro meses de batalhas, levantes, avanços e recuos, as tropas revolucionárias gaúchas sobreviventes, já sob o comando de Luís Carlos Prestes, eram obrigadas a iniciar a sua retirada para Santa Catarina no final de 1924.

Da confluência das tropas insurretas do Rio Grande do Sul com as que haviam permanecido em Santa Catarina e no Paraná, nasceria a última e maior façanha tenentista: as marchas e combates da Coluna Prestes, que cortaria o país de sul a norte, de leste a oeste, de dezembro de 1924 a fevereiro de 1927, confirmando as palavras com que Juarez Távora comentaria, anos mais tarde, a retirada rebelde na noite de 27 para 28 de julho de 1924 da cidade de São Paulo: "Mas a revolução não morreu, ao abandoná-la. Apenas transferiu para fora dela o seu cenário, alongando, sobre o Brasil inteiro, o palco" da luta!⁹⁷



Soldados legalistas vitoriosos posando na Várzea do Carmo

28

JULHO / SEGUNDA-FEIRA

O PO DIVIDI

JOSÉ ANTONIO SEGA

Os "tenentes" ass
cidade de São Pau
político e adminis
Firmiano Pinto e c

AO

O Prefeit
situação de fa
mada por tropa
soalmente á p
ponsabilizal-o
ciamento desta
Tendo o
declarado que
da autoridade
nuará no seu p
cias que se to
momento em
ceada.

S. Paulo,

Firmiano

(93) A. Leite, ob. cit., pp. 117-118 e p. 183.

(94) Ver as reportagens do *Diário Popular*, São Paulo, 28/7/1924.

(95) *Diário Popular*, São Paulo, dias 29, 30 e 31/7/1924.

(96) Para a síntese que se segue, ver N. Macaulay, ob. cit., capítulos 2 a 4.

(97) J. Távora, ob. cit., p. 278.

Depois de alguns dias
assenhorearam-se da
Carlos de Campos, foi
com alguns auxiliares
arredores da capital. C
madrugada do dia 9, c
revolucionário um prof
exercício do poder.

65

O PODER DIVIDIDO

JOSÉ ANTONIO SEGATTO

Os "tenentes" assumiram o controle militar da cidade de São Paulo, mas deixaram o controle político e administrativo nas mãos do prefeito Firmiano Pinto e com a Associação Comercial

AO POVO

O Prefeito de S. Paulo, diante da situação de facto — ter sido a cidade tomada por tropas revolucionárias — foi pessoalmente à presença de seu chefe responsabilizá-lo pelo abastecimento e policiamento desta capital.

Tendo o chefe dos revolucionários declarado que não embaraçaria a acção da autoridade municipal, o Prefeito continuará no seu posto, a tomar as providências que se tornarem necessárias, até o momento em que sua acção seja cerceada.

S. Paulo, 9 de julho de 1924.

O Prefeito,
Firmiano de Moraes Pinto

Depois de alguns dias de combates, as tropas revoltosas assenhorearam-se da cidade. O presidente do Estado, Carlos de Campos, foi obrigado a fugir, indo abrigar-se com alguns auxiliares na localidade de Guaiaúna, nos arredores da capital. Com a fuga de Carlos de Campos, na madrugada do dia 9, colocou-se para o comando revolucionário um problema de extrema importância: o exercício do poder.

Era premente "a criação de um Governo Provisório, que era a aspiração de quantos lutavam para evitar uma solução de continuidade nos negócios públicos".¹ Houve, inclusive, um ensaio nessa direção que transparece no manifesto dos revoltosos datado de 9 de julho: "O movimento revolucionário vencedor, em seu primeiro ato de governo, com a absoluta preocupação de restabelecer a vida normal da cidade, tomou providências enérgicas no sentido de garantir à população a maior segurança, ordem e paz (...). Aguardem com inteira confiança a ação do Governo Provisório, já constituído, a fim de que as coisas voltem aos seus lugares no menor tempo possível".²

Com o mesmo intuito, o coronel Paulo de Oliveira, logo após a ocupação do Palácio pelas forças rebeldes, "divulgou dali um manifesto, e foi ao quartel-general revolucionário convidar o general Isidoro a tomar posse do cargo do governo, habitar o palácio presidencial, dar despachos, entrevistas, audiências e outras tantas coisas". Alegando motivos diversos, Isidoro Dias Lopes recusou o convite. "O coronel retrucou (...) insinuando que, se o general não fosse assumir o governo, iria ele, e estava a questão terminada." O problema é que havia divergência nas hostes revoltosas: "Queriam uns que se organizasse o governo revolucionário com seus próprios elementos, e outros pretendiam um governo constituído de pessoas estranhas às fileiras libertadoras".³

Venceu a segunda opção. E, num encontro do general Isidoro com o presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, o prefeito Firmiano Pinto e o vereador Henrique de Souza Queiroz, ficou acertado que o prefeito continuaria desempenhando suas funções sem embaraços. No dia seguinte, 10 de julho, Macedo Soares convocou uma nova reunião em sua casa com Isidoro Dias Lopes, comerciantes e industriais, da qual resultou o seguinte manifesto assinado pelo presidente da Associação Comercial: "Tendo o comandante em chefe das forças revolucionárias respeitado a investidura, no cargo de prefeito da Capital, do sr. Firmiano Pinto, a Associação Comercial de São Paulo aconselha às classes conservadoras que prestigiem e facilitem por todos os meios a ação do governador da cidade na normalização da vida do município, sobretudo no tocante ao abastecimento de gêneros alimentícios".⁴ Por seu lado, os militares, através de Isidoro, pediram ao prefeito que mantivesse entendimentos com o vice-presidente do Estado, Fernando Prestes, propondo que assumisse a presidência no lugar de Carlos de Campos. Os entendimentos, no entanto, resultaram infrutíferos. ►

(1) J. Nunes de Carvalho, *A revolução no Brasil, 1924/1925*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia São Benedito, 1930, pp. 83-84.

(2) *O Estado de S. Paulo*, 9/7/1924 (grifos de J.A.S.).

(3) J. Nunes de Carvalho, *op. cit.*, p. 77.

(4) José Carlos de Macedo Soares, *Justiça — revolta militar de São Paulo*, Paris, s. ed., 1925, p. 39.

Ao agir assim, os militares revoltosos criaram uma situação paradoxal: "Haviam conquistado a cidade mas não eram os detentores do poder".⁵ O que se passava, na verdade, era que o objetivo dos rebelados tinha caráter passageiro, isto é, pretendiam criar um fato político (através de uma manobra militar) que obrigasse a renúncia do presidente da República e sua conseqüente substituição por outros elementos comprometidos com a "republicanização da República", ou seja, com a volta à "República de 1889", impoluta como havia sido proclamada pelos militares, sem as deformações a que havia sido levada pelas oligarquias civis. Enfim, seguindo o ideal tenentista, a República deveria ser purificada, moralizada e reformada. Assim, "o comando revolucionário, ao reconhecer a autoridade do prefeito municipal, demonstrou não estar aí a esfera de interesses dos rebeldes, abrindo mão do poder político em nome das autoridades já estabelecidas (...). Tudo isso demonstra que os revolucionários não se empenharam em exercer o poder político; ao contrário, consentiram que esse poder fosse desempenhado por civis".⁶

A INTERVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Assim que os militares revoltosos tomaram a cidade, "industriais e comerciantes premidos pelas circunstâncias, pela extensão de seus prejuízos, pela falta de definição dos rebeldes, começaram a movimentar-se através de suas instituições representativas: Associação Comercial, Centro Industrial, Sociedade Rural e Associação de Bancos. A ação dessas instituições foi coerente e unificada, desempenhando papel mais ativo a Associação Comercial. José Carlos de Macedo Soares, seu presidente, assumiu a liderança do grupo".⁷ ▶

(5) Anna Maria Martinez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1976, p. 177.

(6) *Ibidem*, pp. 177-178.

(7) *Ibidem*, p. 130. — A Liga Nacionalista, embora ligada a uma fração burguesa da classe dominante paulista, manifestou simpatias pelo movimento revoltoso. Suas propostas batiam com a dos militares rebeldes: voto secreto, moralização dos negócios públicos etc. Sua atuação durante o levante, no entanto, limitou-se a serviços assistenciais.

O PROGRAMA DOS REBELDES

As razões e os objetivos do levante foram expostos no manifesto divulgado no dia 17 de julho

"Quando na segunda metade do século passado o governo do Brasil singrara pela senda do despotismo, do dismantelo administrativo, do repúdio à opinião nacional, da injustiça, da opressão e vilipêndio às classes armadas, estas, de armas nas mãos, substituíram, em nome do povo, o anacrônico sistema monárquico pela forma republicana, na esperança de melhores dias para a pátria, que aspirava e tinha direito a evoluir como as demais nações do globo.

Estabelecido o novo sistema, muito se não fizeram esperar os erros, as imprevidências governamentais que criaram essa situação deplorável a que chegamos: a obliteração dos caracteres políticos e a descrença popular pelos benefícios do regime adotado em 89.

As queixas surgem de todos os ângulos do país e o descaso aos protestos populares põe em risco a sorte da República.

As condições de lutas políticas que se apresentam periodicamente tomam aspecto cada vez mais alarmante em referência a certos elementos de confiança que traem, de um momento para outro, as esperanças, as tradições, para se nivelarem aos interesses políticos ou pessoais mais subalternos, em vez de se baterem pelos interesses gerais.

Por outro lado, já não são os partidos regulares que pleiteiam as suas idéias no terreno constitucional. São os processos corruptores e hostis à liberdade e ao progresso, manipulados pelos governantes, que prevalecem.

A este desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofizadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a desordem administrativa e as perturbações econômicas que ameaçam devorar o futuro, depois de haverem arruinado o presente.

A inobservância da lei básica, a perversão dos costumes políticos e as usurpações governamentais romperam o equilíbrio dos três poderes, cujos princípios de harmonia e independência estão hoje em dia desvirtuados pelo regime de compressão e de violências, de ódios e de vindetas que anulam o Legislativo, que pervertem o Judiciário, dando às leis e ao direito o cunho das preferências e paixões do Executivo, que,

fiado nos preceitos constitucionais que colocam sob as suas ordens os aparelhos da força, deles se tem utilizado para desenvolver numa progressão assustadora a sua ascendência sobre os demais órgãos do poder, desrespeitando sentença para intervir à mão armada na vida autônoma dos estados; mobilizando tropas para subordiná-las às suas preferências partidárias; abalando o crédito do país e ateando, em suma, o rastilho da guerra civil; usando, finalmente, das suas forças de polícia para ameaçar o eleitorado livre com o intuito manifesto de fazer prevalecer os seus candidatos às altas posições da política.

Um a um foram sendo vencidos todos os freios que a Constituição estabeleceu a essa ação invasora do Executivo e, por fim, o último deles, o da opinião pública, expressa na crítica ampla e livre da imprensa sobre os atos do governo, foi arrebatado ao povo por uma lei iníqua e inconstitucional que estabeleceu na República o delito de opinião, como se não dimanasse da própria essência do regime essa prerrogativa da ampla liberdade do pensamento.

Conseqüentemente violada está a Constituição, uma vez desaparecidas as garantias do povo, que nela repousam; desprestigiado o Poder Judiciário, donde emanam as sentenças pela interpretação das leis; tolhido o Legislativo, cuja formação depende das preferências discricionárias do Executivo.

É este, portanto, o momento em que as Forças Armadas desempenham um alto e sagrado dever: o de patrocinar os direitos do povo, tomando das armas para restabelecer o império das leis, o decoro da Justiça, limitando a autoridade do Executivo dentro de uma órbita compatível com o regime republicano.

Nada pretendem os revolucionários para si senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporcionar-lhe os meios de reivindicar os seus direitos, substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais, e menos acessível aos abusos apontados, sem substituir a forma republicana."

Apud J. Nunes de Carvalho, *A revolução no Brasil: 1924/1925*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia São Benedito, 1930, pp. 175-177.

Iconographia

José Carlos de Macedo Soares
São Paulo

Desde o início do movimento procura marcar sua posição das "classes produtoras" através de um manifesto da burguesia paulista (oc também de toda a população sua inquietação e sua constituição, contrária,

Diz que as "classes dentro da ordem pode suma inquietação os ; anteontem se vão des Desdobrando a argum frente à perturbação c 48 horas, a população bombardeio de uma c pelas armas que para inesperados agressor Paulo se interroga, de ideais está sendo met o sossego de seus lar instituições políticas i pelo periclitante crédi população de São Pa Palácio dos Campos E atentando contra a re: Estado, parecem visar no seu início, que não exação e que, pelo co profundamente demoi interesses e prosperid conclui, solidarizando resistência legalista: " Paulo, ciente de tão in aconselha às classes com a máxima simpat vem desenvolvendo o i confiantes na ação do



Iconographia

José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo

Desde o início do movimento, a Associação Comercial procura marcar sua posição e destacar-se como liderança das "classes produtoras" ou das "classes conservadoras", através de um manifesto em que fala em nome da burguesia paulista (comercial, industrial e bancária) e também de toda a população da cidade, deixando claras sua inquietação e sua posição a favor da ordem constituída, contrária, portanto, ao movimento rebelde.

Diz que as "classes conservadoras de São Paulo, que só dentro da ordem podem manter-se e prosperar, veem com suma inquietação os acontecimentos que desde anteontem se vão desenrolando nesta cidade". Desdobrando a argumentação, expressa sua apreensão frente à perturbação do ordenamento sócio-político: "Há 48 horas, a população de São Paulo assiste estupefata ao bombardeio de uma cidade aberta, inerme, levado a efeito pelas armas que para sua defesa a nação confiara a tão inesperados agressores. Há 48 horas, a população de São Paulo se interroga, debalde, em nome de que princípios ideais está sendo metralhada com tamanho prejuízo para o sossego de seus lares, com tamanho desrespeito às instituições políticas do país, com tamanho menosprezo pelo periclitante crédito nacional. Há 48 horas, a população de São Paulo vê convergirem por sobre o Palácio dos Campos Elísios as granadas e obuses que, atentando contra a residência da família do presidente do Estado, parecem visar a deposição de um governo, apenas no seu início, que não deu ainda a menor prova de falta de exação e que, pelo contrário, se tem revelado um governo profundamente democrático e inteiramente dedicado aos interesses e prosperidade do estado de São Paulo". E conclui, solidarizando-se com o governo e apoiando a resistência legalista: "A Associação Comercial de São Paulo, ciente de tão injusta quão imerecida agressão, aconselha às classes conservadoras que acompanhem com a máxima simpatia e apoio a heróica resistência que vem desenvolvendo o governo do Estado, e se *mantenham confiantes na ação do presidente Carlos de Campos*".⁸

Logo a seguir, porém, com a fuga de Carlos de Campos e a ocupação da cidade pelos militares revoltosos, o presidente da Associação Comercial muda sua postura e, além de colocar-se à frente da articulação das várias frações da classe dominante e das negociações com o comando revolucionário para a manutenção do prefeito em seu cargo de administrador da cidade, passa a reivindicar outras medidas, entre elas, a criação de uma Guarda Municipal e a normalização do abastecimento e dos transportes. Solicita, também, aos militares revoltosos um pronunciamento público acerca de suas pretensões e objetivos, o que foi atendido com a publicação de um manifesto dos revolucionários no dia 10.

Criada por ato do prefeito de 10 de julho, a Guarda Municipal é constituída, basicamente, por voluntários ou "pessoas da nossa melhor sociedade"⁹ e, também, por uma brigada acadêmica integrada por alunos da Faculdade de Direito e comandada por Paulo Duarte. Sua finalidade, segundo Macedo Soares, era "manter o sossego na capital contra desordeiros que, aproveitando a natural desorganização do momento, promovem ataques e graves atentados à ordem".¹⁰ Portanto, a criação da força policial ligava-se ao resguardo da propriedade e à manutenção da ordem pública contra possíveis agitações sociais.

A pressão das forças legalistas faz recrudescer a luta armada entre as duas partes em litígio. Neste momento, a Associação Comercial, através de seu líder, entra novamente em cena como negociadora do fim das hostilidades. Colocando-se como representante das "classes conservadoras", ou melhor, de toda a classe dominante paulista, Macedo Soares entra em contato com o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, que se encontrava preso e custodiado pelos revoltosos. Solicita que o general Abílio promova gestões junto ao governo federal para o estabelecimento de uma paz negociada. Em carta a Abílio de Noronha, Macedo Soares expõe suas razões:

"A Associação Comercial de São Paulo, representante legítima das classes conservadoras, vem apelar para (...) que V. Exa. se dirija ao Exmo. Sr. Presidente da República, expondo com clareza a verdadeira situação em que se encontra o estado de São Paulo. Os acontecimentos mostram que não se trata de uma simples insurreição militar. As forças revolucionárias estão, à evidência, organizadas para a guerra civil. Está em poder dos rebeldes a cidade de São Paulo, a presa mais valiosa a que podem ambicionar. A vitória das tropas legalistas, possível e até mesmo provável, só poderá ser obtida pelo arrasamento de São Paulo, depois, portanto, da pilhagem dos bancos, das casas de comércio e da indústria, e depois, talvez, do massacre da população inerme e indefesa. Ainda mais, São Paulo é uma cidade cosmopolita. São importantíssimos os interesses estrangeiros em nossa terra. O simples bombardeio, quanto mais a destruição de São Paulo, acarretará, seguramente, intervenções diplomáticas com todo o seu cortejo de humilhações (...). O nosso apelo é feito à razão de V. Exa. para que (...) seja evitado o aniquilamento econômico e financeiro do estado de São Paulo, a unidade mais próspera da Federação."¹¹ ►

(8) José Carlos de Macedo Soares, *op. cit.*, p. 27.

(9) *O Estado de S. Paulo*, 11/7/1924.

(10) *Ibidem*.

(11) *Apud* Abílio de Noronha, *Narrando a verdade*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, p. 73.



Coleção Hedemir Linguitti

O Palacete Rodovalho na então ladeira da Penha, hoje rua Coronel Rodovalho, transformado em residência provisória do presidente Carlos de Campos

AS CONDIÇÕES PARA A PAZ

O general Isidoro Dias Lopes apresentou, em carta dirigida ao general Abílio de Noronha no dia 17 de julho, as exigências mínimas dos rebeldes para negociar a suspensão dos combates

"Entrega imediata do governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo: dr. Wenceslau Braz. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte que manterá obrigatoriamente:

- 1º — Forma de Governo Republicana Federativa.
- 2º — As atuais fronteiras dos estados em tudo que disser respeito aos interesses regionais, com a possível diminuição do número de unidades na Federação, a fim de torná-las mais equilibradas.
- 3º — A separação da Igreja do Estado, afirmando o princípio de liberdade religiosa e a defesa da maioria católica nos seus direitos constitucionais contra as intolerâncias da irreligiosidade.
- 4º — Atribuição da justiça de conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos.
- 5º — A proibição dos impostos interestaduais.
- 6º — Tudo o que se refere à declaração dos direitos aos brasileiros, não se admitindo modificação alguma senão ampliativa.

7º — Proibição da reeleição do presidente da República e dos presidentes dos Estados. Do mesmo modo a mesma proibição quanto a deputados estaduais, federais e senadores, salvo se alcançarem o sufrágio de 2/3 do eleitorado comparecente.

O Governo Provisório se obrigará logo que possível:

- 1º — No que diz respeito às relações internacionais será mantida a política tradicional do Brasil, de liquidar pacificamente os conflitos internacionais;
- 2º — A manter, rigorosamente, todos os compromissos atuais da União, dos estados e dos municípios;
- 3º — A decretar o voto secreto;
- 4º — A realizar as reformas tributárias e aduaneiras, sendo que será proibida a participação dos agentes fiscais e alfandegários no lucro das multas e apreensões.

Em relação às classes armadas será exigido um absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais."

Apud Abílio de Noronha, *Narrando a verdade*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, pp. 81-83.

Qua
Rev
11 de
do 13

Boas
das
regr
port
Meu
reci
qua
de re
dispe
cos.

Dr. Isidoro Dias Lopes
Agosto 1934

ATLSP
11.º F.º

— TABELLIONATO I
(Rua S. Bento, 33.)
Reconheço a assinatura de
Isidoro Dias Lopes, como chefe da
Frente Revolucionária, em
11.º F.º de Agosto de 1934.
— 11.º F.º de Agosto de 1934

Requisição de 500 contos de réis

O general Abílio de Noronha aceita a incumbência proposta por Macedo Soares mas, para negociar com o governo federal, quer saber o que seria transigido. Recebe, então, do general Isidoro um documento reivindicando, entre outras pretensões, a substituição do presidente da República Artur Bernardes por um governo provisório. Não concordando com as exigências do documento o general Abílio de Noronha recusa-se a entabular as negociações. Ainda assim, Macedo Soares procura manter abertos os canais de entendimento. Mas, enquanto se desenrolavam as negociações, a situação se agravava com a intensificação da pressão legalista.

Em função disso, o líder das "classes conservadoras" procura apressar as negociações. "Isidoro manifestou o desejo de entrar em entendimentos com os legalistas, por intermédio de Macedo Soares, solicitando anistia ampla para os participantes dos movimentos de 22 e 24. Foi então enviada uma carta de Macedo Soares ao general Sócrates demonstrando a gravidade da situação. Macedo Soares (...) acusou as autoridades federais e o comando das tropas legalistas de desconhecem a realidade. Essas autoridades estavam com suas atenções presas a uma rebelião militar, não percebendo o perigo maior representado pela luta social. E reafirmou o perigo da agitação social que já começava a se manifestar em São Paulo. A atitude do governo federal, movendo intenso bombardeio contra aquela cidade, repercutia mal entre sua população, contribuindo para aumentar a revolta. Daí a necessidade de cessação imediata das hostilidades. A transformação da guerra de posição em guerra de movimento poderia contribuir para a generalização do conflito em guerra civil. Era essa a oportunidade esperada por aqueles que não puderam colaborar de imediato. O general Isidoro mostrava-se disposto a negociar a paz, desde que houvesse um armistício de 48 horas. Foi enviada também uma carta a Carlos de Campos com a mesma finalidade. Essas duas cartas foram levadas a Guaiaúna por Paulo Duarte. O resultado foi negativo. Os legalistas estavam firmes em suas posições e os bombardeios seriam retomados."¹² Terminavam aí as negociações. Em seguida Isidoro resolve deixar a cidade (para mais detalhes, ver o artigo "O Diário da Revolução", pp. 29 a 64).

A Associação Comercial de São Paulo, portanto, desde o início do movimento revoltoso, assumiu a liderança política incontestada na cidade. Seu presidente, Macedo Soares, tornou-se o grande articulador político da classe dominante, visando a resguardar seus interesses. Encaminhando os entendimentos pela manutenção da prefeitura nas mãos de "civis" (vale dizer, "classes conservadoras"), pela criação de uma Guarda Municipal para defender a propriedade e a ordem, ou ainda pelo fim negociado do movimento sedicioso, Macedo Soares qualificou-se como o porta-voz legítimo de toda a classe dominante paulistana. Além de conseguir a cessão do poder político por parte dos militares revoltosos, conseguiu, também, evitar a aproximação dos "revolucionários" com o povo e assim evitar qualquer perigo de subversão da ordem sócio-econômica. Percebendo a situação difícil do movimento rebelde e as hesitações dos militares revoltosos, Macedo Soares habilmente transformou uma situação que parecia desfavorável em uma situação paradoxal: os militares revoltosos conquistaram a cidade, desalojando inclusive o governo estadual, mas o poder político de fato ficou com a Associação Comercial. ►

(12) Anna Maria Martinez Corrêa, *op. cit.*, pp. 148-150.



48
Doc. 6
2.ª folha

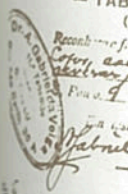
Quartel General das Forças
Revolucionárias em São Paulo
11 de Junho de 1924.

Ill^{mo} Sr. Gerente da Agência
do Banco do Brasil.

Como Comandante em Chefe
das Forças Revolucionárias
requisito-voy a entrega ao
portador, Major Antônio
Mendes Teixeira, que passará
receber em meu nome - de
quantia de quinhentos contos
de reis que se destinam a
despesas com o pessoal e
com da Revolução.

Saude e Fraternidade

- TABELLIONATO VEIGAS - General Isidoro de Noronha
(Rua S. Consta, 23-A)



Recebi em nome do Sr. General Isidoro de Noronha
a quantia de quinhentos contos de reis
destinada a despesas com o pessoal e com da Revolução.
Foi entregue ao Sr. Major Ant. Mendes Teixeira
em nome do Sr. General Isidoro de Noronha
em 11 de Junho de 1924.
- Il.º Tabelião - Banco do Brasil, Sr. Manoel
de Andrade Botelho e Banco

Requisição de 500 contos de réis assinada pelo general Isidoro

Marrpeta

SEMÁRIO DE COMBATE

(Officinas Proprias) — Redacção e Administração: Rua Quinze de Novembro n. 61 (sobre-loja) — Officinas: Rua Formosa, Num. 68.
FUNDADO EM 28 DE JUNHO DE 1922 Directores: A. de Castro Leão e Robespierre de Mello. Gerente: Silvestre Gomes PREÇO DO NUMERO AVULSO: 300 REIS

ANNO III

S. PAULO — DOMINGO, 13 DE JULHO DE 1924

NUM. 94

Vivam os salvadores da Patria!

Caros compatriotas!

Elevai bem alto as vossas mais entusiasticas acclamações aos salvadores da Patria, a esses excelsos heroes, que, impregnados de um ideal sublime de regeneração do caracter nacional, gloriosamente affrontaram todas as armas da infame tyrannia, que tanto nos estava humilhando e desgracando!

Quando vós, heroicos soldados, proclamastes a Republica, em nome da liberdade plena de um povo, suppozestes, por ventura, que algum dia a vossa querida Patria fosse cair imbelles nas garras de torvos bandoleiros politicos, que, na sua numularia ganancia, não hesitariam em sacrificar a no seu nome, na sua honra e na sua vida?!

Certamente que não!

E foi assim que se desvaneceu o vosso aureo sonho, não por não ser preclara a forma politica que legastes ao paiz em substituição ao regimen abatido, porem tão somente pela serie incommensuravel de abominações e de crimes a mulde praticados pelos iconoclastas publicos, que sacrilegamente a estavam profanando.

Entretanto, enquanto os verdadeiros brasileiros, idolatras de sua Patria, procuravam salvar-a do precipicio, que a estava ameaçando, fulminando, pela garganta da imprensa e da tribuna livre, as mais torpes veniagas praticadas pelos salteadores do erario publico, que é que aconteceu?! Inventou-se logo o assassinato, disfarçado em suicidio, a eliminação summaria, rotulada de desaparecimento e a abjecta lei da imprensa, para se estrangular a consciencia, a honestidade e o civismo!

Quando, não ha muito, os vossos valorosos companheiros de armas tentaram salvar a Patria, livrando-a de um desbragado salteador, cujo nome está amaldiçoado por todas as consciencias honestas, que é que succedeu?! Foram barbaramente trucidados numa horrida chacina, que derramou caudales de sangue

de brasileiros, porque se opuzeram, com a barricada de sua propria vida, ao saque da Nação.

E assim se ia degradando a Patria que, sem hyperbole, passou a ser symbolizada naquella extranha estatua que, em visão, surgira ante São Francisco, quando em oração mental! Deparara-se-lhe uma estatua, mas que singular estatua! A cabeça era toda de ouro, de prata os braços e o ventre, de cobre os joelhos, de ferro e de barro cada metade dos pés! O Santo não comprehendeu o mysterio e ficou anleiado! Eis senão quando lhe acóde um anjo e diz: Santo! Os diferentes metaes, de que se compõem esta estatua, symbolisam as mudanças que se hão de operar em vossa ordem religiosa até o fim do mundo. Do ouro, em

que ella foi fundida, descera á prata, de prata a ferro e assim irá descendo, descendo, até se desfazer a fragilidade do barro!

Era exactamente o que se estava dando com a nossa Patria, que chegou ao extremo da decomposição do barro, transformado em lama. Daquellelles aureos tempos, em que, com justo orgulho, se ufanava da sua riqueza, prosperidade e hegemonia, chegou a descer todas as escaletas de opprobrio e da mendiguez, até o ponto de, humillima, passar a receber imposições de seus credores estrangeiros e, por ultimó, ainda cair em seus braços, na syncope da insolvabilidade!

E vós sem sequer poderdes pegar em armas para a defender contra quem nos a mesquinhava, visto não se

tratar de uma conquista, fomentada pelo vandalismo do espirito invasor, porem da exigencia legal de obrigações assumidas!

Sim, sem tal poderdes fazer porque que culpa tiveram os nossos credores de se ter esbanjado criminosamente o producto das operações de credito, desviando-o das arterias da economia nacional, para as malversações dos grandes salafarrios da administração publica?!

Portanto só havia um remedio: fazer o que fizestes! Levantar novamente a ferreada frente da Patria, libertando-a dos salteadores, que a estavam espoliando, e implantar um regimen de moralidade politica e administrativa, daquelle que cohibe todas as torpezas publicas, inclusive o regimen da oligarchia, da

incompetencia e do filhotismo, que tão pernicioso tem sido para o paiz! Foi o que conseguistes, graças á vossa coragem, a vosso patriotismo e sobretudo abnegação á uma causa que se pôde qualificar de verdadeira redempção! O vosso acto, pois, foi um dos mais bellos, dos mais nobres, dos mais sublimes e dignos da epopéa historica de uma grande nacionalidade! Eis porque todos os brasileiros, no auge da emoção, desta viva emoção que assignala o triumpho dos grandes commettimentos, ora erguem em seus corações um altar, e nelle, genuflexos, rendem um culto sagrado á sua gratidão para com os heroes salvadores de uma Patria agonizante!

S. Paulo, 10-7-924.

CUNHA BUENO JUNIOR

Ladrões dos cofres da Nação e insultadores do brioso Exercito Brasileiro



Os dois maiores crapulas que já governaram o paiz, saqueando-o e affrontando o povo brasileiro com o seu suprema canaia de demolidores dos mais sãos principios democraticos.

A EXCLUSÃO DO PO

Apesar das articulações com militantes e orgão preparatória do movimento iniciado o levante, pr afastado dos acontecimentos participação popular

Pensado, estruturado militar passageiro, que federal, não tiveram exceções, nenhuma p civil. Um cronista da perspicácia, que o m alheamento entre a plado ou de outro, ning sua identidade como Dizia-se, como se trat legalistas, os revoltos seio das próprias forças as 'nossas' forças. A 'eles', para significar sempre 'eles', para un era ela apenas espect

Segundo Everardo Dias que o movimento era desde o Rio de Janeiro antes havia sido com batalhões nitidamente levantariam as popula Minas e Paraná, cortando causando por meio de governamentais e seu total adesão à causa e suficientes para esse a luta. Nem uma linha decidida. O que faltava prosseguir lutando da lugares-tenentes, que simples levante das forças Bernardes e daria com eles os 'salvadores'!"¹⁴

O problema é que existia tendências: Miguel Costa ao povo. Isidoro era quem permitiu a adesão em Entre as duas posições militares, mantendo-se levante.

Esta posição é bem de levante: "Isidoro, com Paulo, a tentativa de quem vinham prometer e adotasse caráter extremo porque isso desvirtuaria que buscava a renovação vigentes, estando sempre acatar e prestigiar qual fosse passado o governo armas. Não lhes interessa esquerdistas nos quadros viesse reforçar a revolu

(13) Jorge Americano, *A lição* p. 42.

(14) Everardo Dias, *História da* Alfa-Omega, 1977, pp. 136

(15) Miguel Costa Jr., "5 de julho 5/7/58, ano I, n.º 3, p. 18.

(16) Nelson Tabajara de Oliveira, *Cia. Ed. Nacional*, 1956, p

A EXCLUSÃO DO POVO

Apesar das articulações dos líderes militares rebeldes com militantes e organizações operárias durante a fase preparatória do movimento, o comando revolucionário, iniciado o levante, procurou manter o proletariado afastado dos acontecimentos, excluindo qualquer participação popular organizada.

Pensado, estruturado e desencadeado como um levante militar passageiro, que provocaria a queda do governo federal, não tiveram os militares revoltosos, com poucas exceções, nenhuma preocupação de envolver a população civil. Um cronista da época observou, com muita perspicácia, que o "mais sensível, porém, era o alheamento entre a população e os combatentes. De um lado ou de outro, ninguém que a eles se referisse definia sua identidade como legalistas ou como revoltosos. Dizia-se, como se tratasse de dois grupos estranhos: 'os legalistas, os revoltosos'. Nunca se ouviu, a não ser no seio das próprias forças, a expressão 'nós', para identificar as 'nossas' forças. A população não dizia 'nós', nem dizia 'eles', para significar o antagonismo, porém, empregava sempre 'eles', para uns e outros, como estranhos, de que era ela apenas espectadora e vítima".¹³

Segundo Everardo Dias, líderes operários, "sabedores de que o movimento era aquele que se estava articulando desde o Rio de Janeiro, queriam justamente propor o que antes havia sido combinado, ou seja, a criação de batalhões nitidamente populares; eles agitariam e levantariam as populações do interior e dos estados de Minas e Paraná, cortando comunicações, intimidando e causando por meio de guerrilheiros a dispersão das forças governamentais e seu conseqüente enfraquecimento e até total adesão à causa da insurreição. Armas havia suficientes para esse resultado e também disposição para a luta. Nem uma linha de tiro foi mobilizada e havia gente decidida. O que faltava era decisão e persistência para prosseguir lutando da parte do chefe [Isidoro] e seus lugares-tenentes, que haviam certamente imaginado que o simples levante das forças em São Paulo assustaria Bernardes e daria com o governo por terra. Queriam ser eles os 'salvadores!'".¹⁴

O problema é que existia "entre os militares duas tendências: Miguel Costa era favorável à entrega de armas ao povo. Isidoro era contra. Esse antagonismo não permitiu a adesão em massa de maior número de civis".¹⁵ Entre as duas posições, a segunda era majoritária entre os militares, mantendo-se a massa do povo à margem do levante.

Esta posição é bem descrita por um participante do levante: "Isidoro, com grande indignação repeliu, em São Paulo, a tentativa de aproximação de *leaders* proletários que vinham prometer total adesão da classe se a revolta adotasse caráter extremista. Recusou-se com firmeza porque isso desvirtuaria o motivo original do movimento que buscava a renovação dos processos políticos vigentes, estando sempre os chefes rebeldes dispostos a acatar e prestigiar qualquer estadista de valor a quem fosse passado o governo federal, ante o que deporiam as armas. Não lhes interessava portanto a presença de *esquerdistas* nos quadros combatentes, mesmo que viesse reforçar a revolução, até fazê-la vitoriosa".¹⁶ ►

(13) Jorge Americano, *A lição dos fatos*, São Paulo, Saraiva e Cia., 1924, p. 42.

(14) Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977, pp. 138-139.

(15) Miguel Costa Jr., "5 de julho de 1924", in suplemento de *O Grito*, 5/7/58, ano I, nº 3, p. 18.

(16) Nelson Tabajara de Oliveira, *1924: a revolução de Isidoro*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p. 102.

Ao proletariado em geral

Convida-se o proletariado para uma reunião sabbado, 26 do corrente, à rua Wenceslau Braz, 19, às 2 horas da tarde, onde ficará definitivamente assentado o seu concurso moral e material em favor da Revolução, que ora sacode este Estado ao caminho de um amanhã de mais liberdade, justiça e bem-estar para as classes oprimidas.

O Comitê Operário

Tentativas de mobilização da classe operária

A O POVO

278

O Brasil um País novo e rico: São Paulo Estado productivo e industrial! Todavia, de quatro milhões de pessoas que habitam este abençoado solo, só um milhão, talvez, vive e goza e o resto trabalha como lançadeira, dia e noite, e sofre a mais vil oppressão!... E porque sofre este povo?

São Paulo não é um Estado rico?... Sim; mas a riqueza acha-se entre as mais impiedosas mãos, dirigida por um governo despota e ambicioso, cuja causa, levou a effeito levantarem-se as forças militares do norte a sul e do leste a oeste, derramando suor e sangue para salvar da vil oppressão, não só o povo Paulista, mas, todo o solo Brasileiro!...

São Paulo, o celebre «Berço de Luz», rico em todos os ramos de vida: Extractivo, Manufactureiro e Commercial, porque reina aqui a ignorância, a pobreza, a fome e a miséria?

Os armazens, os mais vastos do mundo, repletos de generos, fructas e mercadorias, como vimos sahir com o povo, e o pobre, sofre do tanto miserias, porque razão? Porque o dinheiro que entra só dá para o desordenado aluguel!

Casa operaria, aluguel a 100\$000 e 120\$000; feijão a 1,00 o kilo; arroz a 1\$500; assucar a 2\$000; café a 4\$000; carne a 1\$000; ovos a 3\$000 a dúzia; leite a \$800; as mais abundantes massas nacionaes a 800 e 900 reis, as mais baratas; frangos a 5\$000, queijo a 6\$000 o kilo; queijo de 15\$000 a 20\$000; batata a 3\$800, pão a 1\$000; fructas por um preço afrontoso, mercadorias, ferragens, assaia como calçados não custam mais dinheiro e sim, um absurdo em ouro, custando o metro da fazenda mais ordinaria 1\$500 e 2\$000!...

Qual é o operario ou militar que com o ordenado de 100\$000 annuaes pode morar em uma casa e ainda desfructar do indispensavel a sua subsistencia com sua familia? E si tem 4 ou 5 filhos?... A pharmacia e o combustivel!... Mesmo ganhando 200\$000 ou 400\$000 ainda pois uma casa melhor paga-se 200\$000 e 300\$000 de a.u.m. Se os negociantes fortes, os proprietarios, os industriaes, os aroteiros, membros de alto cargo do governo e mais felizardos podem gozar, o mais vive tudo arrostando miserias, mais pobres do que os cães e deixados, porque estes podem mendigar enquanto aquelles, tendo vergonha de pedir lamentam com desespero ao verem a crueldade dos mercadores, que deixam de preferencia apodrecer carroções e carroções de cereaes e fructas, que marcham em grande quantidade para o lixo, que venderem ao alcance da pobreza!... Horror dos horrores!...

O objecto do actual regimen, caros senhores, é pôr as cousas todas em seus lugares. Destruir completamente a anarchia governamental e regular o preço das casas, generos, mercadorias e artes; pôr tudo ao alcance da pobreza sem prejuizo d'aquelles e ao contrario, com grande proveito de todos, pois, sendo tudo, reduzido aquella barateza de 1914, ou pelo menos aquella de 1919, o commercio e a industria tomarão grande incremento e actividade no seu movimento aproveitando desta sorte, o grande stock de mercadorias que se acham apodrecendo por não ter extracção devido a carestia desordenada, e ampliando as relações externas e internas do Estado, acelerando a lentidão desordenada e nunca vista do commercio que causa a fome nos caixeiros quando não estão disputando a carestia com os frangos e muitos outros amedhoramentos.

Os proletarios, operarios e militares, presenciarão os valles de necessidade que desde ha muito vem se alargando nos seus lares e, todos nos, assim felizes, dando graças a Deus; e Deus abençoará todas as nossas obras e nos fartará no actual castigo que pela crueldade aqui reinante ha tempos deviamos esperar!...

Eis, pois, o que queremos fazer. E' a voz dos heroicos militares que lutam animados dia e noite...

Estudae caros patriotas, o problema e protegei a causa sacrosanta do povo, cuja tendencia de Paz e Liberdade, vem repercutindo desde os nossos primeiros paes.

AVANTE POIS!

(a) A Pobreza Oprimida de São Paulo

O medo à inserção da massa popular no movimento é também expresso com absoluta clareza por outro líder do levante, Juarez Távora: "A França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem, entre nós, seria capaz de prever as últimas conseqüências da subversão popular criada pelo predomínio inconstruível do populacho?"¹⁷

A despeito da exclusão popular pelas lideranças militares do levante, o movimento operário não se manteve indiferente aos acontecimentos. Os anarquistas, através das páginas do jornal *A Plebe*, conclamavam: "Não podemos, sem transigir com nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com a devida simpatia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitamos na propaganda dos nossos ideais de emancipação humana (...). Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente 'nossa', entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais 'nossa' que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente a todo movimento direto no sentido da justiça e da liberdade (...). O movimento presente, pela linguagem dos manifestos publicados, apresenta este caráter. Portanto, como revolucionários, julgamos de nosso dever apoiá-lo, ainda que não materialmente, ao menos moralmente, pouco importando (...) de sermos abandonados, atraindo, como nos tem sucedido outras vezes; mas é preciso correr o risco se não se quer ficar praticamente inativos e renunciar a concorrer com a força de nossas idéias e da nossa ação para o curso da história".¹⁸

No dia 15, a liderança anarco-sindicalista encaminha documento aos militares revoltosos, onde tece considerandos acerca das concepções expostas no Manifesto do comando revolucionário publicado no dia 10: "Tomando na devida consideração o manifesto (...), mormente a parte que diz respeito ao proletariado, julgamos, como dever, procurar atender ao convite ali feito por esse Comitê, que se mostra disposto a realizar um trabalho de regeneração dos costumes políticos, sociais e econômicos da República Brasileira — 'republicanizando-a' — e readquirir ao povo os direitos de liberdade e vida que até o presente não têm ido além de uma utópica promessa existente, apenas, nas páginas que enfeixam a Constituição brasileira (...)". A seguir encaminham sugestões do Comando Militar revoltoso:

1º — A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela de gêneros de primeira necessidade, inclusive vestuário e habitação;

2º — A fixação, também, de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, vestuário e habitação, em equilíbrio com a tabela a que se refere o período acima;

3º — O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;

4º — A liberdade de imprensa operária e de manifestação do pensamento em praça pública, bem como a revogação, na lei de expulsão [de estrangeiros], da parte em que se refere às questões político-sociais;

5º — O direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhes pareçam mais práticos e venham ao encontro das suas aspirações de liberdade e justiça;

6º — Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho.¹⁹ ▶

BOLETIM

SOLDADOS:

Vós deveis estar convencidos de que os chefes revoltosos vos perturbando a desordem só tinham em vista sua ambição, sem se preocupar com o vosso bem estar e de vossas famílias. Estes chefes são miseravelmente por homens que só tinham por fim apelar a vós para si, dos dinheiros do Tesouro e dos bancos, que estão distribuindo entre si e guardando em logares secretos para irem gastar a vida, sem riscos, fora do Brasil, quando forem vencidos, o que não tardará. E vós ficareis na miséria e abandonados! E o que vos espera, pois que todo o Exército e toda a Marinha estão ao lado do Governo legal.

Mais de 10.000 homens já se acham prontos aqui em São Paulo para bater-vos e outros se preparam.

Todos os Estados e todas as polícias estaduais estão ao lado da legalidade.

Sereis esmagados, porque em breve não podereis resistir, não tereis viveres e faltará as munições que não podeis adquirir, pois estas são bloqueadas.

E tempo ainda de arrepender-vos, apresentando-vos logo ao commandante mais próximo das forças legais, que vos receberá com benevolência e o Governo Federal certamente perdoará os arrependidos, pelo erro que cometeram arrastados pela multidão e ambição de meia dúzia de maos brasileiros, que serão punidos. É tempo de depôr as armas, si quereis salvar a liberdade e a vida e a paz de vossas famílias. Dentro de 24 horas será talvez tarde para o arrependimento!

A guerra dos folhetos

CAMARADAS!

A revolução marcha triunfalmente para o saneamento da República e salvação do Brasil!

Conquistamos posições na Capital e no interior, que bem atestam o vosso patriotismo, a vossa bravura e a vossa lealdade, nunca as abandonamos senão com a victoria integral da revolução. Os nossos inimigos já destroçados, sem moral e sem armas, lançam os embustes e as intrigas contra vós, não acrediteis senão no cumprimento do dever que é meu e vosso também.

Irmãos de armas, vái avante, sempre, pela cruzada redemptora, com desassombro e disciplina, confiai em mim como eu confio inteiramente em vós, com patriotismo, lealdade e amor.

S. Paulo, 21 de Julho de 1924.

a) Major Miguel Costa.

(17) Juarez Távora, *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, São Paulo, O Combate, 1927, pp. 91-92.

(18) "Movimento Revolucionário", in *A Plebe*, ano 7, nº 244, 25/7/1924, p. 1.

(19) "Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias", in *A Plebe*, cit., p. 2. Quando terminou o levante, o governo Bernardes prendeu e deportou um grande número de operários, inclusive quadros importantes do anarco-sindicalismo, para a colônia penal de Clevelândia no Oiapoque. Dos 26 signatários da 'moção', pelo menos quinze foram deportados. Cf. Francisco Foot e Victor Leonardi, *História da indústria e do trabalho no Brasil*, São Paulo, Global, 1982, p. 357.

Vários outros manifestos do proletariado. "No Manifesto do Partido do Trabalho, o apoio da ala popular que o "mundo contem no sentido de harmor Capital, pela vitória d classes sociais." E se que vai passando o B revolucionárias aquar Paulo, com elementos determinou que, desde operário prestasse o militar se desdobra e social. Para a garantia salários, da instrução, mulheres, minorando trabalhador na luta co pretensões descabida explorador (...). Assim, desvanecido com os c apelo, dos que sempre pede e insiste de que Quartel-General das F Tiradentes, a fim de pr militares e com toda a

Esse "Partido do Trabalho de Alcântara Tocci. Alé revoltosos, observa-se, proposições estavam r movimento operário de aos operários para par sentido de se integrare soldados, para prestar terem participação aut

É necessário destacar alistaram nas fileiras re "eram estrangeiros que conhecidos pela design Elementos recém-cheg; enfrentado o problema conhecidos e habilit contribuições aos milita auxiliar na construção d desses operários procu ao movimento. Daí o iní de caráter revolucionári aos representantes das

O MEDO DA REVOLTA S

A política dos militares trabalhadores e o povo, do movimento, encontro classe dominante, expre Comercial.

O medo da participação risco de que, participand partir da "insatisfação e; capazes de interferir no a ponto de alterar seu ru

(20) Miguel Costa Jr., *op. cit.*, p.

(21) *Ibidem*.

(22) Anna Maria Martinez Corrê

(23) *Ibidem*, p. 57.

Vários outros manifestos foram lançados em nome do proletariado. "No *Manifesto aos Operários*, lançado pelo Partido do Trabalho, criado pelos revolucionários, com apoio da ala popular do Comando das Forças",²⁰ afirma-se que o "mundo contemporâneo se agita e se convulsiona, no sentido de harmonizar melhormente o Trabalho ao Capital, pela vitória do trabalhismo, pelo nivelamento das classes sociais." E segue alegando que o "momento por que vai passando o Brasil inteiro, com as forças revolucionárias aquarteladas brilhantemente, em São Paulo, com elementos militares e civis da mais alta valia, determinou que, desde o início da revolução, também o operário prestasse o seu concurso, porque o problema militar se desdobra e se consolida com o amplo problema social. Para a garantia da hora certa, da melhoria dos salários, da instrução, do amparo às crianças e às mulheres, minorando moral e economicamente a vida do trabalhador na luta contra a carestia no geral e contra as pretensões descabidas do capitalismo sem entranhas e explorador (...). Assim, pois, o Partido do Trabalho desvanecido com os operários que já atenderam a seu apelo, dos que sempre apoiaram o movimento redentor, pede e insiste de que os operários compareçam ao Quartel-General das Forças Revolucionárias, à avenida Tiradentes, a fim de prestarem os seus serviços civis e militares e com toda a urgência".²¹

Esse "Partido do Trabalho" era dirigido por um tal dr. Pedro de Alcântara Tocci. Além de ter sido criado pelos revoltosos, observa-se, pela leitura do manifesto, que suas proposições estavam muito aquém das reivindicações do movimento operário da época. E mais, seu chamamento aos operários para participarem do movimento era no sentido de se integrarem às tropas revoltosas como soldados, para prestarem serviços militares e não para terem participação autônoma organizada.

É necessário destacar que numerosos operários se alistaram nas fileiras rebeldes, sendo que muitos deles "eram estrangeiros que chegaram a formar batalhões conhecidos pela designação de batalhões estrangeiros. Elementos recém-chegados da Europa, tendo muitos deles enfrentado o problema da guerra, podiam com os seus conhecimentos e habilidades oferecer importantes contribuições aos militares rebeldes, uma das quais era auxiliar na construção de armas de guerra (...). Alguns desses operários procuraram adequar sua idéias políticas ao movimento. Daí o início de uma movimentação política de caráter revolucionário que não passou despercebida aos representantes das classes dominantes".²²

O MEDO DA REVOLTA SOCIAL

A política dos militares revoltosos, de manterem os trabalhadores e o povo, de uma maneira geral, à distância do movimento, encontrou paralelo nos interesses da classe dominante, expressos através da Associação Comercial.

O medo da participação popular derivava sobretudo do risco de que, participando, os trabalhadores pudessem, a partir da "insatisfação existente", tornar-se "agentes capazes de interferir no desenvolvimento de um processo a ponto de alterar seu rumo".²³ ►

(20) Miguel Costa Jr., *op. cit.*, p. 19.

(21) *Ibidem*.

(22) Anna Maria Martinez Corrêa, *op. cit.*, pp. 161-162.

(23) *Ibidem*, p. 57.

O RASTILHO DA REBELIÃO

A propagação da revolta no interior paulista

A cidade de São Paulo foi o principal foco do movimento de 24, mas, embora pouco divulgada e menos ainda comentada, a extensão do conflito ultrapassou os limites da capital, levando as reuniões preparatórias, as decisões de comando e os enfrentamentos armados a numerosas cidades do interior paulista.

Algumas, por sediarem unidades militares importantes, foram diretamente envolvidas desde os primeiros dias: Quitaúna (2º Grupo Independente de Artilharia Pesada e 4º Regimento de Infantaria), Itu (4º Regimento de Artilharia Montada), Jundiá (2º Grupo de Artilharia de Montanha), Caçapava (6º Regimento de Infantaria), Lorena (5º Regimento de Infantaria), Rio Claro (5º Batalhão de Caçadores), Santos e Campinas.

Outras cidades foram alcançadas com a disseminação dos propósitos revolucionários, que ensejou manifestações e atos francamente revolucionários até mesmo em distantes e pouco citados municípios. A este propósito, os autos da denúncia oferecida ao juiz federal da 1ª Vara de São Paulo pelo procurador criminal do Estado, em dezembro de 1924, contém valiosas informações.

Foram nomeados, pelo Conselho Revolucionário, 31 "governadores municipais" que, substituindo os intendentess municipais, investiram-se da plena autoridade do cargo e passaram, imediatamente, a decidir, despachar e fazer nomeações nas cidades de Itapira, São Simão, Espírito Santo do Pinhal, Araras, Pirassununga, Descalvado, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Jaboticabal, Catanduva, Piracicaba, Santa Bárbara, Monte Mor, Limeira, Capivari, Socorro, São Roque, Bauru, Avaí, Albuquerque Lins, Promissão, Araçatuba, Jaú, Mineiros, Dois Córregos, Pederneiras, Agudos, São Manoel, Botucatu e Itatinga.

Interessante é o fato de que, em algumas cidades, a exemplo de Araras, Araçatuba e Jaú, os políticos locais é que tomaram a iniciativa de indicar candidatos para nomeação. Em São Carlos, o intendente municipal foi confirmado no cargo por sua identificação com a causa rebelde. Em outras cidades, como Ibitinga, Bocaina e Bica de Pedra, a intervenção foi mais direta e foram nomeadas Juntas Governativas Revolucionárias. E em Bauru e Rio Preto houve resistência à posse dos "governadores municipais"; o que tornou necessário o recurso à luta armada para a sua consumação.

Incidentes de menor monta, porém significativos, compreenderam requisições de materiais, de importâncias em dinheiro e de serviços diversos; apreensão de armas e de munições; deposição ou substituição de delegados e algumas prisões. Registra o procurador em sua denúncia: "Em várias outras localidades do interior do estado, como sejam: Casa Branca, Penápolis, Itatiba, Ibirá, Itápolis, Guariba, Sertãozinho, Pedreira, Monte Aprazível, Pitangueiras, Olímpia, Anápolis, Ribeirão Preto, Rio das Pedras, Campo Largo de Sorocaba, Barra Bonita, Salto, Laranjal, Salesópolis, Indaiatuba, Tambaú, Itajobi, São Bento do Sapucaí, São Pedro, Lorena, São Miguel Arcanjo, Pedregulho, Pontal, Inácio Uchoa, Tatuí, Tietê, Guaratinguetá, Apiai e Mococa, houve manifestações de simpatia à causa dos transviados, mas como não tenham passado do terreno dos aplausos ao dos atos materiais de auxílio à prática do delito, deixa esta Procuradoria de incluir os seus autores na presente denúncia".

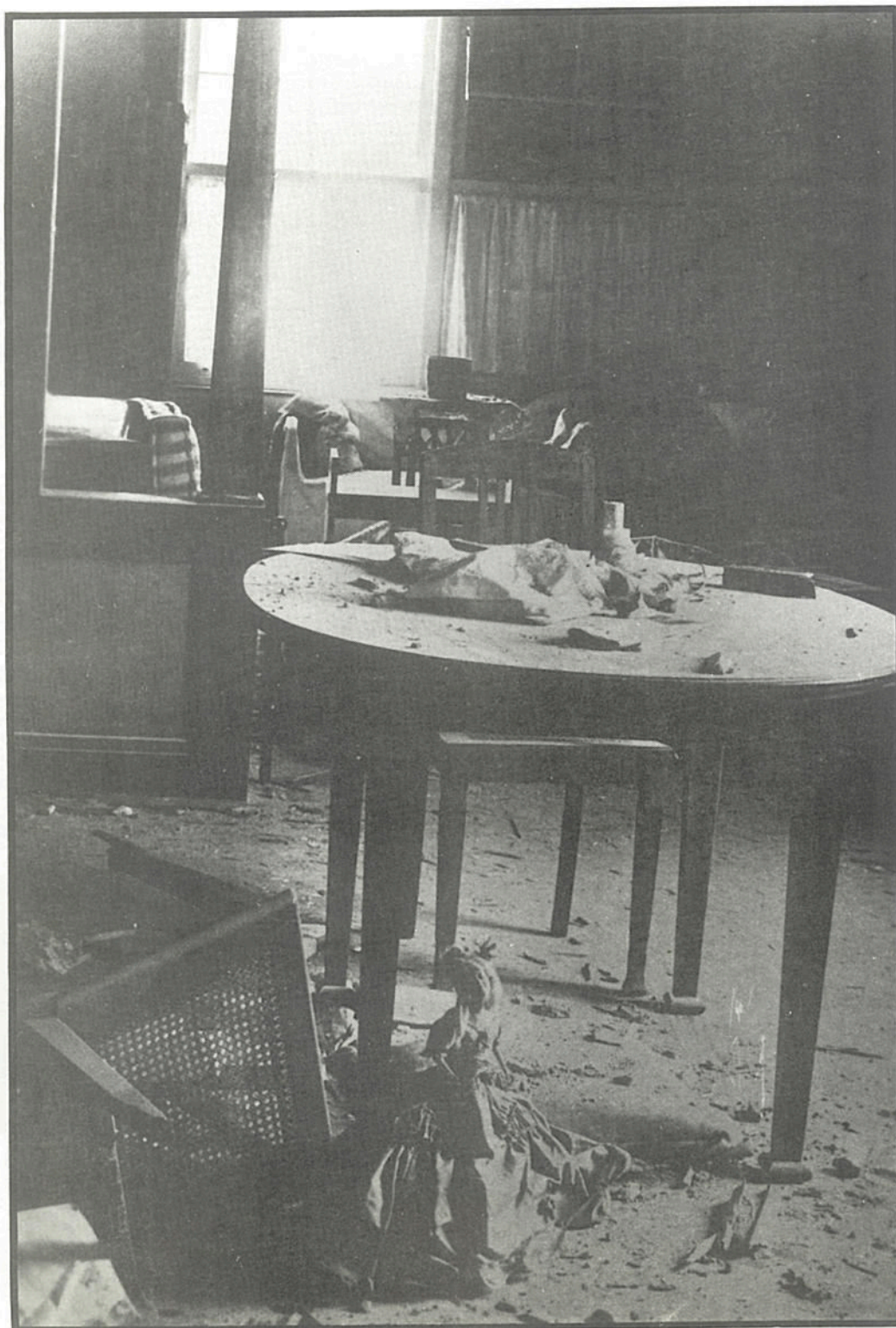
Edsel Britto, do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

UMA CIDADE EM GUERRA

Giselle Beiguelman Messina e Nívia Faria são historiadoras e trabalham como pesquisadoras no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

GISELLE BEIGUELMAN MESSINA E NÍVIA FARIA

O inesperado levante de Isidoro e seus "tenentes" transformou o maior pólo industrial da América do Sul numa agitada praça de guerra, subvertendo a placidez e as rotinas da capital paulista



Coleção Álvaro de Oliveira Valle, DPH

A tranqüilidade de um lar destruída pela guerra implacável

“Uma formidável surp
A cidade amanheceu
praças, todos os edifi
telégrafo, tudo tomad
metralhadoras, canhõ
sabe porque, só se sa
estão revoltados, vão
se cruzam no ar come
longe ribomba o canh

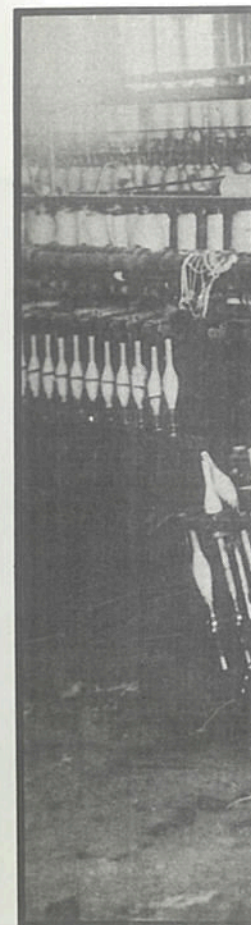
A manhã do dia 5 de
grande impacto para
despertar rotineiro, os
das ruas da capital pr
canhões ameaçadore
juntando informações
explicação para o clir
horas nos círculos de
povo.

Como a cidade de São
América do Sul” — c
passeio” e milhares d
dias agitados de julh

QUANDO ENTORTAR

“As onze badaladas d
assombrada do dia, c
bombardeio não apita
Ponte Grande, empre
saqueada, e pai de di
resolvo a entregar à v
papel minhas comovi

Em São Paulo, como
década de 20 pode se
mudanças que vão re
cotidiano de nosso s



Cotonifício Crespi, um dos

“Uma formidável surpresa para a população de São Paulo. A cidade amanheceu hoje em pé de guerra. Todas as praças, todos os edifícios públicos, as estações, o telégrafo, tudo tomado por forças militares! Carabinas, metralhadoras, canhões! Revolução! Revolução! Ninguém sabe porque, só se sabe que o Exército e a Força Pública estão revoltados, vão depor o governo. Os boatos correm e se cruzam no ar como os estilhaços da metralhadora. Ao longe ribomba o canhão... Revolução! Revolução!”¹

A manhã do dia 5 de julho de 1924 em São Paulo foi de grande impacto para seus moradores. Ao invés do despertar rotineiro, os paulistanos presenciaram a tomada das ruas da capital por tropas militares rebeldes e seus canhões ameaçadores. A população corria atônita juntando informações desencontradas, buscando explicação para o clima de guerra instaurado em poucas horas nos círculos de poder, nos quartéis e na boca do povo.

Como a cidade de São Paulo, o “maior pólo industrial da América do Sul” — com cerca de 7 mil automóveis “de passeio” e milhares de habitantes — atravessou aqueles dias agitados de julho de 1924?

QUANDO ENTORTARAM AS CHAMINÉS

“As onze badaladas da torre de São Bento furam a cinza assombrada do dia, onde as chaminés entortadas pelo bombardeio não apitam. É a hora em que eu, Serafim Ponte Grande, empregado de uma repartição federal, saqueada, e pai de diversas crianças desaparecidas, me resolvo a entregar à voracidade branca de uma folha de papel minhas comovidas lucubrações de última vontade.”²

Em São Paulo, como em quase todo o mundo ocidental, a década de 20 pode ser considerada ponto alto de mudanças que vão redefinir os costumes, a moral e o cotidiano de nosso século.

A Paulicéia entrava na modernidade alterando constantemente sua paisagem urbana, ao ritmo da expansão das indústrias, e configurando-se logo como centro propagador dessa febre de industrialização. Desfrutava das condições favoráveis de sua localização, da franca expansão da economia cafeeira e das vicissitudes que a Primeira Guerra Mundial impôs à dinâmica do mercado internacional.

Contando com uma bem estruturada rede ferroviária — “como uma vasta mão espalmada” —, mercado acessível e populoso, padrão de vida superior ao da maior parte da população brasileira, grande manancial de matéria-prima, capital e mão-de-obra abundante, São Paulo contava também com a nova fada do progresso: a energia elétrica, fornecida pelas usinas da Light & Power.

Iluminação noturna, cabarés, cinemas, teatros, luzes, câmeras ... ação!

O fox-trot e o jazz band.

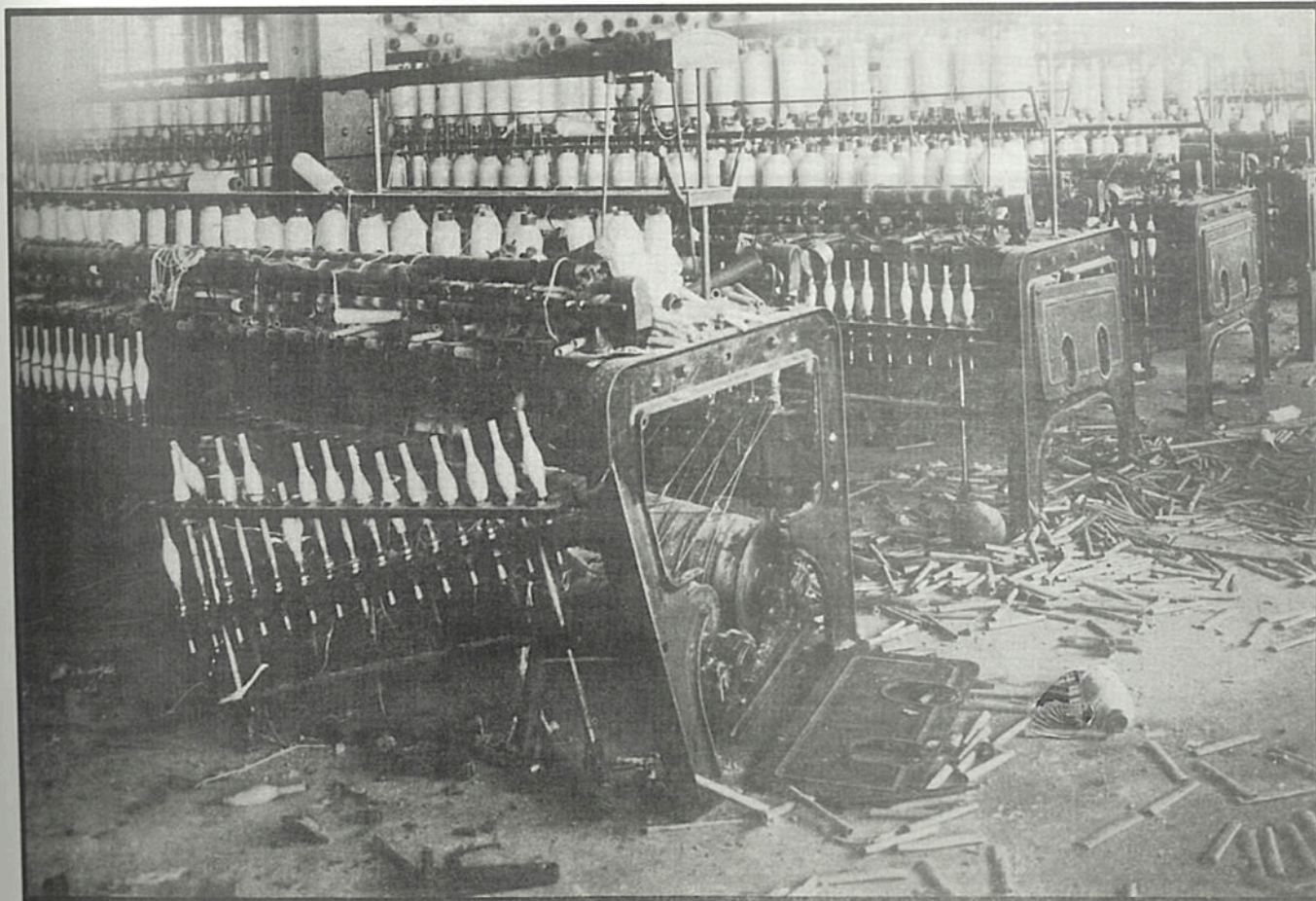
Por trás da cosmética *Belle Epoque*, uma dicotomia profunda marcou a década de 20 em São Paulo. Com melindrosas e almofadinhas que freqüentam os cafés e vão aos cinemas, contracena o espanto de uma população que sofre a carestia do pós-guerra e se atropela em meio a uma metrópole recém-fundada.

A Semana de Arte de 22 teve a influência do futurismo e de outras correntes européias e seu principal papel foi de destruição: “fez ruir as velhas formas acadêmicas”.³ ▶

(1) *A Capital*, São Paulo, 5/7/1924, Boletim das 12 horas.

(2) Oswald de Andrade, *Serafim Ponte Grande*, São Paulo, Global, 1985, p. 45.

(3) *Nosso século*, São Paulo, Abril Cultural, 1980, v. 2, p. 201



Cotonifício Crespi, um dos mais atingidos pelos bombardeios

Demolidora de mitos, transformadora dos “tabus em tótem”, no dizer de Oswald de Andrade, a Semana de Arte Moderna com seus impetus futuristas e propostas de reformulação da cultura era um sintoma da modernidade paulista no início dos anos 20.

Os automóveis e bondes riscavam a paisagem (ver Quadro 1) e a cidade era geometricamente reformulada (lei nº 2.661 de 20 de junho de 1923 sobre loteamentos). A indústria, movida basicamente a força italiana, já caracterizava essa São Paulo do início do século.

Foi nesse contexto e em virtude da insatisfação crescente de vários setores da sociedade brasileira que, passado o fracasso do levante de 1922, os “tenentes” levaram adiante um verdadeiro trabalho de bastidor, o qual culminou com sua volta ruidosa à cena política nacional em 1924.

PÂNICO GERAL

“Por cem becos de ruas falam as metralhadoras na minha cidade natal (...). Os paulistas vão e voltam, bonecos cheios de sangue. Mas a revolução é uma porrada mestra nessa cidade do dinheiro a prêmio. São Paulo ficou nobre, com todas as virtudes das cidades bombardeadas.”⁴

A violência dos bombardeios, as depredações, o medo e os desaparecimentos foram cenas constantes durante todo o desenrolar do movimento e alteraram profundamente a dinâmica cotidiana dos paulistanos.

“De fato, logo ao escurecer a cidade tomou uma fisionomia muito trágica com as ruas completamente desertas, percorridas por grupos de soldados de armas embaladas, apontando suas carabinas a todo instante e não raro tendo de fazer fogo. As tropas em ação desenvolveram durante a noite uma ruidosa e incessante fuzilaria entremeada por descargas contínuas de metralhadoras.”⁵

Em curto espaço de tempo, a cidade se reconhecera convertida, subitamente, em praça de guerra. O crepitar da fuzilaria substituiu o apito das fábricas, o ronco dos motores, o vaivém das ruas, instaurando o pânico e a

angústia entre a população ignorante dos acontecimentos que se sucediam a sua volta. Esse trecho do romance *Éramos Seis* transmite um pouco o clima do momento:

— “Revolução? Por que revolução?”

— Não sei, disse Júlio. Estão dizendo por aí. Onde estão as crianças?

— Não vieram ainda. E agora? Haverá perigo?

— Creio que não; parece que o barulho é lá para o lado dos quartéis, na avenida Tiradentes.

Levei um susto:

— E tia Candoca? E Clotilde? Coitadas!

— Não sei bem ainda, quem sabe não há de ser nada, disse Júlio encaminhando-se para o portão.

Nesse momento, ouvimos um barulho surdo como um tiro de canhão, mas muito longe; Isabel chegou depois dizendo que tinha ouvido um tiro de canhão e todas as escolas estavam se fechando. Carlos e Julinho também vieram contando novidades e dizendo que o Isidoro era um bicho.

Perguntei:

— Que Isidoro é esse?

— O general Isidoro, mamãe. Pois é ele que está fazendo a revolução.

Fiquei na mesma e sai para o portão para ver se Alfredo vinha vindo.”⁶

(4) Oswald de Andrade, *op. cit.*, 45-46.

(5) *Diário Popular*, São Paulo, 10/7/1924.

(6) Maria José Duprê, *Éramos Seis*, São Paulo, Ática, 1976, 24ª ed. p. 76.



RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
E O NÚMERO DE BONDES DISPONÍVEIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

1915 - 1922

ANO	N.º DE CARROS	PASSAGEIROS EM MILHÕES	MILHAS
1915	374	51	9.425
1916	359	55	10.153
1917	352	58	10.351
1918	352	63	10.218
1919	361	76	10.821
1920	392	92	12.010
1921	402	104	12.763
1922	404	119	13.460

Fonte: Relatórios Anuais da Brazilian Traction Light & Power, Acervo Eletropaulo, Biblioteca do CDHEI/SP.

Gaensley

Capela de Santa Eligênia

Teatro Municipal



Região central de São Paulo na década de 10

AS INTERMINÁVEIS NOITES DE BOMBARDEIO

"Esperaram mais e anoiteceu muito depressa; começaram a ouvir as balas pipocarem ali perto. Resolveram então voltar no dia seguinte de manhã; até esse momento, não tiveram medo. Mas assim que anoiteceu, um canhão começou a mandar balas para o quartel da Avenida e parecia que o canhão estava muito perto; devia estar no Campo de Marte. Resolveram descer e ficar no porão; levaram o cachorro e a cabrinha e ficaram os quatro quietinhos, imóveis, só com uma vela acesa. O Pirata estava inquieto, mas a cabrinha deitou num canto e dormiu. A coisa foi piorando tanto que Clotilde e Benedita pensaram que não amanheciam, pois a todo instante parecia que as balas iam cair na casa. Resolveram então rezar juntas; ajoelharam e Clotilde disse:

— Olhe Benedita; desta vez não sei se escaparemos. O negócio está preto; vamos rezar juntas.

E começaram a rezar alto:

— Ave-Maria, cheia de graça, o Senhor é ... (Benedita gritava: lá vem ela! Percebiam quando a bala saía de dentro do canhão e vinha zunindo zuim Bum! Caía com estrondo logo adiante. Clotilde suspirava: desta vez ainda não foi aqui. Vamos ...) o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, bendito o fruto do vosso ventre, Jesus.

Santa Maria...

Rezavam Santa Maria até o fim porque estavam pondo outra bala no canhão. Quando começavam outra vez:

— Ave-Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco... (Já vem outra... zuim... Agora é aqui! — baixavam a cabeça e ficavam encolhidas esperando a morte — Bum! a casa toda estremecia. Desta vez ainda escapamos), bendita sois vós entre as mulheres, bendito o fruto do vosso ventre, Jesus.

Assim rezaram uma porção de ave-marias entremeadas com balas de canhão; de vez em quando a vela ia sumindo e acendiam outra; a certa hora Clotilde resolveu escrever um bilhete despedindo-se de toda a família porque achou que não atravessaria a noite viva. Tirou um lápis da bolsa, umas folhas do caderninho e fez uma espécie de testamento; despediu-se de todos com palavras comovidas. Pôs o papel bem dobrado dentro da bolsa e escreveu em cima: 'Se eu morrer'. Ajoelhou-se outra vez para rezar; Benedita sentou no chão com a cabeça entre as mãos e começou a chorar de medo; Pirata de vez em quando rosnava baixinho; só Esmeralda mascava num canto, mudava de posição e tornava a dormir. Clotilde disse:

— Não adianta chorar, Benedita. Vamos rezar mais que é melhor; olhe, vamos, agora uma salve-rainha bem alto: Salve-rainha, mãe de misericórdia, vida doçura... (a Benedita cobriu a cabeça com o xalinho gritando: Nossa Senhora da Boa Morte, esta vem por cima de nós) vida doçura... zuim... esperança nossa...zuim..... Bum! Salve!

As duas caíram deitadas no chão, tal o fragor da bomba ao cair ali perto; a cabra levantou-se assustada e começou a balir baixinho, e o cachorro veio para perto delas gemendo e se encostando, com um pavor louco. Resolveram então não rezar alto; Benedita chorava e dizia que a pior bomba fora no Salve; apagaram a vela e ficaram os quatro juntinhos, esperando o dia amanhecer, sem muita esperança de verem o sol."

Maria José Dupré, *Éramos Seis*, 24ª ed., São Paulo, Ática, 1979, pp. 79-80.

Além do impacto da sofreram a surpresa do corte das comunicações. O Telégrafo Nacional ficou parado devido ao bloqueio das estradas. A Companhia Telefônica não pôde utilizar a sua utilidade pública após o fim da guerra.

"Nas imediações do ensurdecida fuzilaria na rua 25 de Março e Paqueta, os telefonistas de que vovô e eu fomos repentinamente desligados. Repetidamente nos fosse fornecido tudo inutilmente: os subestações Paula Soeiro e grande parte da cidade."

O corte de energia elétrica profunda no ritmo diário impunha a paralisação do funcionamento da cidade.

Convém ressaltar que completamente isolada legalistas haviam bloqueado o ferro, o que impedia a circulação de capital. Por outro lado, a dificuldade não só por parte dos bondes elétricos espantava os necessantes bombardeios perplexa.



Uma das crateras abertas pelas bombas nas ruas da cidade

Coleção Álvaro de Oliveira Valle, DPH



Trincheira improvisada no local

Além do impacto da violência das armas, os paulistanos sofreram a surpresa da interrupção dos serviços de bonde, do corte das comunicações (em decorrência da tomada do Telégrafo Nacional disputado por revoltosos e legalistas), do bloqueio das estradas de ferro e da ocupação da Companhia Telefônica. A paralisação dos serviços de utilidade pública ampliou as repercussões do levante militar.

"Nas imediações do Palácio do Governo, fazia-se ouvir ensurdecadora fuzilaria. Não era diferente a situação da rua 25 de Março e Parque D. Pedro II. Avisam-nos as telefonistas de que vão cessar as comunicações telefônicas. Repetidas vezes tentamos conseguir da Light que nos fosse fornecida a força para as nossas oficinas. Tudo inutilmente: os revoltosos apoderaram-se da subestação Paula Souza, cortando a corrente que serve grande parte da cidade."⁷

O corte de energia elétrica significava uma alteração profunda no ritmo diário da cidade na medida em que impunha a paralisação de todo o sistema de transporte e do funcionamento da indústria.

Convém ressaltar que São Paulo se encontrava completamente isolada, dado que tanto revoltosos quanto legalistas haviam bloqueado as principais estradas de ferro, o que impedia a entrada de gêneros alimentícios na capital. Por outro lado, a própria circulação interna era dificultada não só porque o abastecimento era feito por bondes elétricos especiais, como também pelos incessantes bombardeios que deixavam a população perplexa.

"A gente nunca quer sair da casa da gente pra ir pra nenhum lugar, só quando já não pode ficar mais... acho que todas as pessoas são assim. Durante o dia, ouvimos os tiros de canhão, eu ia me agüentando e ficando mais um pouco. Mas quando foi um dia... O tiroteio se cruzava entre os soldados na igreja da Glória e os outros, no depósito de pólvora, lá em baixo na rua Tabatinguera. Eu morava no meio. Foi a revolução do Isidoro Dias Lopes. Cortaram as luzes e de noite os tiros sacudiam a casa... e o barulho do canhão. Eu só tinha medo de morrer no escuro. (...) No dia seguinte disse: 'Vou embora, vou de carro de boi, carroça, mas vou sair daqui'. Os carros, quando saíam na rua, os soldados pegavam. Meu marido viu um carro parado em nossa rua, na porta de uns amigos, e pediu o favor que viessem me buscar com a menina. (...) Quando saía de casa via o clarão, os estrondos. (...) Uns primos meus acompanharam os revoltosos e um deles desapareceu, deve ter morrido no combate. Muita gente morreu."⁸ ▶

(7) *O Estado de S. Paulo*, 8/7/1924.

(8) Ecléa Bosí, *Memória e sociedade — lembranças de velhos*, São Paulo T.A. Queiroz, 1983, pp. 64-65.



Trincheira improvisada no largo Coração de Jesus

ESCASSEZ E CARESTIA

A conseqüência mais imediata do isolamento da cidade foi um repentino aumento dos preços. "A nossa situação é das piores possíveis. O povo já começou a sentir as torturas do momento. Os empórios, padarias e armazéns exploram cobrando os gêneros de primeira necessidade pelo duplo e triplo dos preços."⁹

Os paulistanos iriam vivenciar uma situação inédita, onde o pânico e a penúria seriam duas constantes. Sob a fuzilaria intensa, os saques a empórios e armazéns, por vezes seguidos de incêndios, e o êxodo desesperado se revelariam atitudes de autodefesa dos habitantes em meio ao clima de terror que marcou a fisionomia da Paulicéia naqueles dias de julho.

"É desolador o estado em que se encontra a população de São Paulo por falta de mantimentos. Os armazéns e empórios já esgotaram os seus sortimentos, o povo necessita de pão para matar a fome que já se faz sentir em diversos pontos da cidade. Chegou a tal ponto o desespero das famílias da Mooca, que durante o incêndio das Fábricas Gamba, aproveitaram-se das horríveis chamas como claridade e saquearam um armazém nas adjacências, donde apoderaram-se de feijão, arroz, farinha, velas, querosene e outros mantimentos."¹⁰

O diário do padre Marcigaglia, diretor do Liceu Coração de Jesus, também revela o horror em que a cidade se transformou com a fúria dos saques:

"Nesse dia [10] os saques aumentaram. O povo, tomado de um feroz instinto bárbaro e contagioso, roubou, destruiu, incendiou. O mercado velho, os moinhos Gamba, Puglisi, Belli, armazéns, depósitos, vagões de estrada de ferro, tudo foi saqueado. Um espetáculo bárbaro e deprimente. Não era a fome ou a necessidade: eram os mais baixos instintos de pilhagens e vandalismo. (...) Era uma horda selvagem excitada pela ansiedade de roubar e destruir. Na sofreguidão da investida, no aperto daquela desordem abrutalhada muitas pessoas perderam a vida! Ficaram comprimidas, esmagadas pela onda tumultuante. (...) Homens, mulheres e crianças, todos carregavam o que podiam roubar. Alguns, sem cerimônias, iam ao saque com carrinhos de mão, carroças e caminhões, fazendo viagens sucessivas para transformar suas casas em bem sortidos depósitos. (...) Quando carregavam mantimentos, a gente estava tentada a pensar que era para matar a fome. Mas quando iam levando barricas de cimento, rolos de arame farpado, motores, máquinas de escrever, fios elétricos, livros de contabilidade? Muitas vezes depois do saque vinha o incêndio acabar a obra de destruição. Que perversidade! (...) Foi aquele, na verdade, um espetáculo desolador e vergonhoso."¹¹

O pânico crescia em meio à população civil, que já sofria os efeitos da artilharia terrestre e agora se via ameaçada também pela disposição dos legalistas de bombardear a cidade por via aérea.

Num contexto tão paradoxal, onde os signos da modernidade se chocam com violência contra uma vida, até então, de certo modo, pacata e provinciana, a população debandou em massa. ▶

(9) *A Capital*, São Paulo, 8/7/1924.

(10) *A Capital*, São Paulo, 9/7/1924.

(11) Padre Luiz Marcigaglia, *Férias de julho — aspectos da revolta ao redor de Liceu Salesiano*, São Paulo, s. ed., s. d., ATJESP. v. 18, p. 50.



Depois do fogo, o que restou de Março (abaixo à dir.) e do



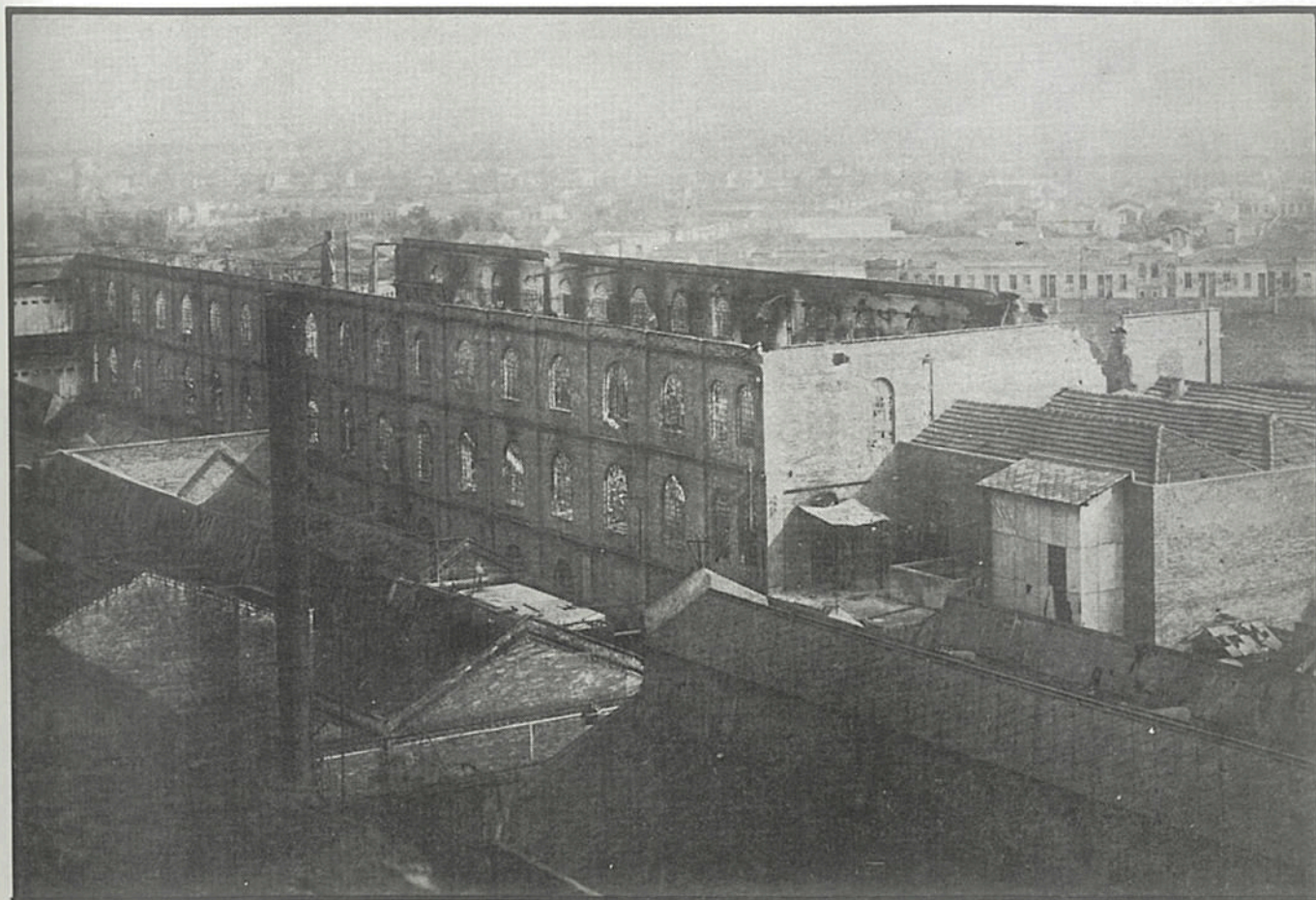
Detalhe do saque na Companhia Puglisi





Album A Revolta em São Paulo

Depois do fogo, o que restou do Fórum de Justiça (acima à esq.); da Companhia de Comércio e Navegação (acima à dir.); do Mercado de Verduras na rua 25 de Março (abaixo à dir.) e do Cotonifício Crespi (abaixo)



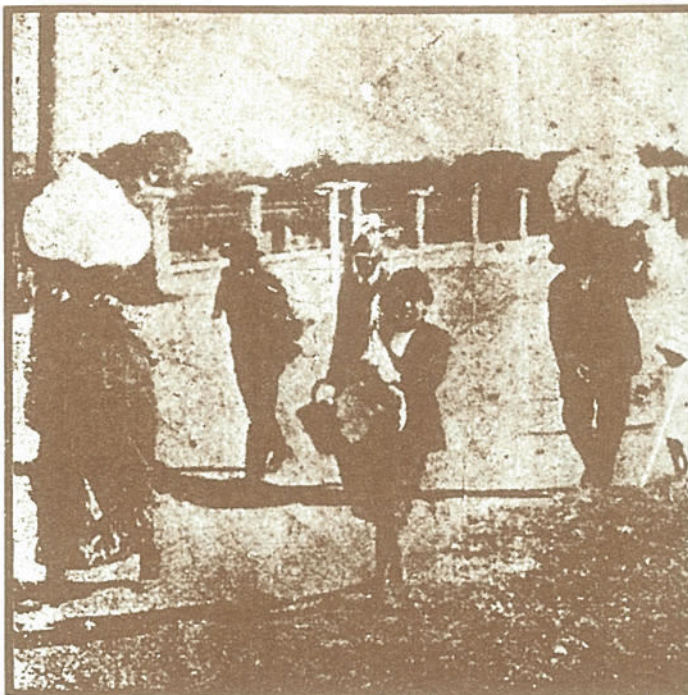
Ora, se por um lado a realidade paulistana se erguia sobre os pilares da industrialização crescente, por outro, o modo de vida do paulistano ainda era profundamente arraigado em um provincianismo que se revelava em aspectos tais como os impostos de indústrias e profissões arrecadados pela Prefeitura. Conforme os dados transcritos no Quadro 2, fica claro o que Richard Morse chamou de uma cidade de "avenidas largas e mentalidade de praça central".¹² Cidade essa que ao ser transformada em palco de batalha, assiste à fuga de seus habitantes em busca de lugares mais seguros.

FUGA EM MASSA

"É simplesmente entristecedor, tocante, comovente, ver-se o êxodo das famílias dali que saem desorientadas das suas residências, grande parte sem ao menos saber onde ir, arrastando criancinhas, roupas, cobertores e outros objetos necessários. A pobreza é que dói profundamente no coração assistir-se ao espetáculo desolador da sua retirada! (...) Gente que já não tinha quase onde morar, habitando pode-se dizer no relento, quando não em grande número num simples quarto, acanhado e frio, estoura à noite, quando é forte o bombardeio, nas ruas, arrastando seus trapinhos, envolta em cobertas de sacos de aniagem, aos gritos desesperadores, chorando e implorando um cantinho em qualquer casa."¹³

Segundo o Relatório da Prefeitura acerca dos acontecimentos de julho de 1924, o número de passageiros que deixou a cidade pelas ferrovias foi de 212.385, representando uma média diária de 9.199 pessoas, que se dirigiram em sua maioria para Campinas e Jundiaí.

Se muitos dos serviços públicos foram paralisados, outros viram-se intensamente dinamizados, como é o caso do Corpo de Bombeiros e dos cemitérios. A mobilização em função dos incêndios era tal que o serviço funerário chegou a ressentir-se da falta de viaturas, pois o Corpo de Bombeiros as requisitava ininterruptamente. Isso acabou por criar um novo problema: o dos cadáveres insepultos. Some-se ainda ao fato a repentina intensificação desse serviço e a dificuldade de sua realização por motivos óbvios. ▶



Famílias inteiras fugindo dos combates

Album A Revolta em São Paulo

(12) Richard M. Morse, *De comunidade a metrópole*, trad. Maria Aparecida Madeira Kerberg. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954, capítulo 4, p. 301.

(13) *A Marreta*, São Paulo, 13/7/1924.

QUADRO

2

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

ANO	ALFAIATES	FABRICAS DE ASFALTO AZULEJO MOSAICO E LADRILHOS	BANCOS	BOTEQUINS	MATERIAIS ELETRICOS E OBJETOS ELÉTRICOS
1920	60:891\$000	2:960\$000	260:750\$000	368:000\$155	34:926\$000
1922	61:931\$000	7:532\$000	377:479\$000	359:001\$700	98:212\$000
1924	130:430\$000	13:840\$000	486:854\$000	857:308\$000	17:400\$000

Fonte: Relatórios Anuais da Prefeitura do Município de São Paulo dos anos de 1920/22/24.

Diante desse quadro, a atmosfera conturbada da Prefeitura Municipal paulista "administrativa" (ver o e

A 10 de julho de 1924, acordo com o prefeito mantê-los nos cargos. sentido de preservar a Prefeitura Municipal pelo ato nº 100, dr. Henrique de Souza Campos e a Prefeitura Municipal foi formada Carlos de Macedo Souza

Além dessas medidas o prefeito tratou de, rapidamente, adaptar a administração às exigências da situação, basicamente duas cores responsáveis pela distribuição de alimentos tabelados, e

Talvez, a cooperação com os dirigentes e classes da cidade, o primeiro indício da falha dos tenentistas para controlar a situação. Porém, não passa das elites paulistas, a população, no sentido

Um exemplo disso foi a Cruz Vermelha (sob a direção de Dr. Vergueiro Steidel), da Liga Nacionalista (de Vergueiro Steidel), da Liga Nacionalista, diversos colégios católicos



Coleção Álvaro de Oliveira Valle, DPH

Cruz Vermelha, o socorro ac

Diante desse quadro, os revolucionários, percebendo a atmosfera conturbada, entraram em entendimento com a Prefeitura Municipal para formar em conjunto uma "junta administrativa" (ver o artigo "O Poder Dividido").

A 10 de julho de 1924, o comando revolucionário entra em acordo com o prefeito e seu secretariado, decidindo mantê-los nos cargos. A primeira medida do prefeito, no sentido de preservar a ordem, foi a criação da Guarda Municipal pelo ato nº 2.424, sob a direção do vereador dr. Henrique de Souza Queiroz. Em apoio à Guarda Municipal foi formada a Milícia Civil, por iniciativa de José Carlos de Macedo Soares e acadêmicos voluntários.

Além dessas medidas relativas à segurança e à ordem, o prefeito tratou de, rapidamente, adaptar a máquina administrativa às exigências do momento por meio de basicamente duas comissões: Abastecimento e Socorro, responsáveis pela distribuição de refeições, venda de alimentos tabelados, assistência médica e abrigos.

Talvez, a cooperação do comando revolucionário com os dirigentes e classes dominantes municipais signifique um primeiro indício da falta de conteúdo das propostas tenentistas para controlar institucionalmente o poder. Porém, não passa despercebida toda uma preocupação das elites paulistas, bem como dos tenentes e da população, no sentido de preservar a cidade.

Um exemplo disso foi a dedicada colaboração da Cruz Vermelha (sob a direção de d. Antonia de Souza Queiroz), da Liga Nacionalista (sob os auspícios do dr. Frederico Vergueiro Steidel), da Santa Casa de Misericórdia e diversos colégios católicos e outras instituições.

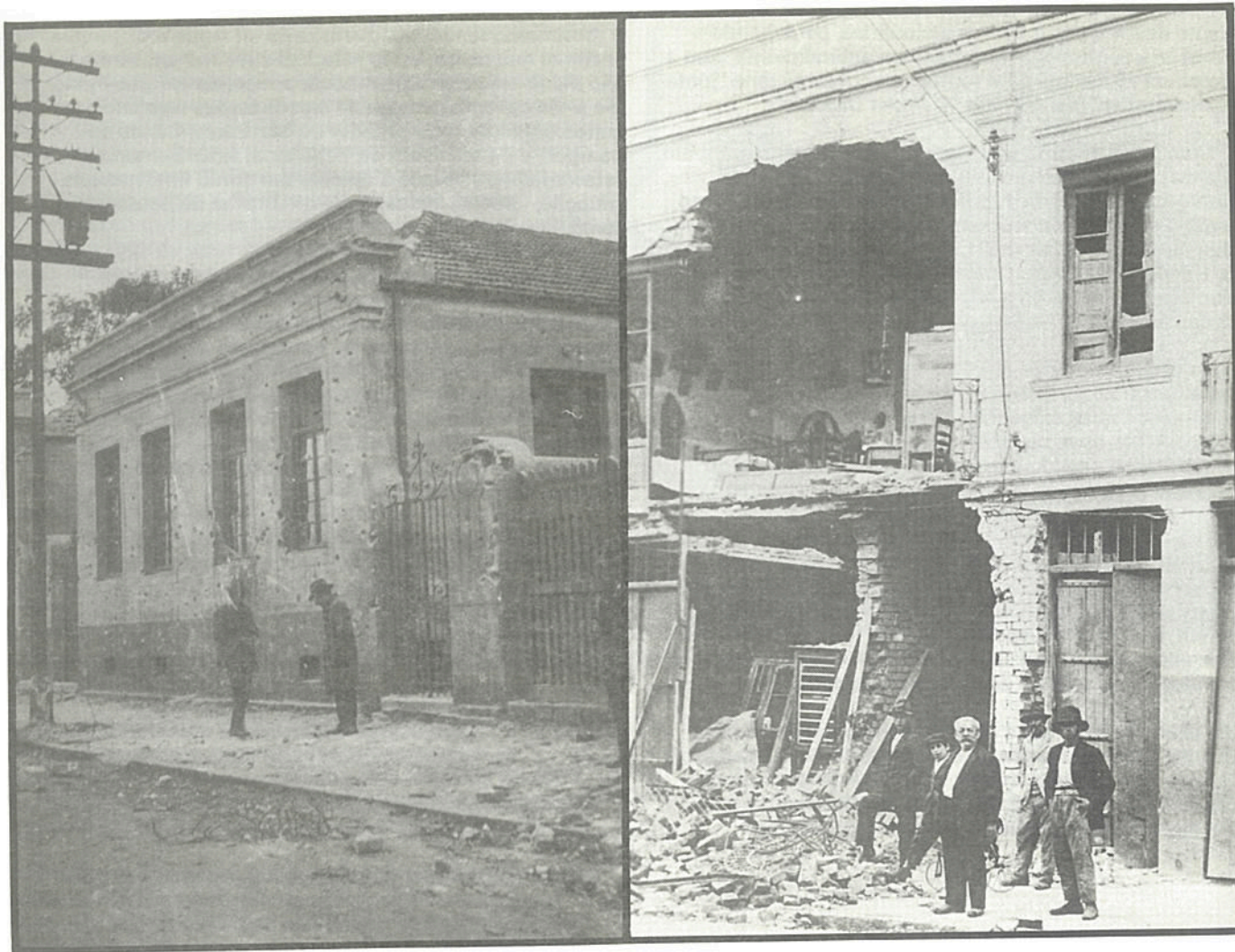
O movimento tenentista alarmou de tal modo a oligarquia nacional que os governos estadual e federal passaram a não medir esforços para sufocar a rebelião em São Paulo. Dia a dia desembarcavam na cidade tropas legalistas de outros estados. O governador de São Paulo, Carlos de Campos, e o presidente da República, Artur Bernardes, estavam determinados a colocar um ponto final naquela situação, usando, inclusive, da alternativa de bombardeio aéreo.

Nesse contexto, expoentes dos círculos de poder da cidade de São Paulo dirigem um abaixo-assinado ao governador, pedindo "clemência para a cidade" e recomendando a tentativa de um acordo. Assinam o pedido do dia 22 de julho, entre outros, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Edgard Egídio de Souza, senador João Sampaio, o industrial conde Sílvio Penteado, José Maria Whitaker, o arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, Júlio Mesquita, dr. Frederico Vergueiro Steidel e o prefeito Firmiano de Moraes Pinto.

Em realidade, esse abaixo-assinado era uma segunda tentativa dos dirigentes paulistas. No dia 11 de julho já havia sido enviado um pedido ao presidente da República, o qual foi respondido pelo ministro da Guerra em nome de Artur Bernardes através de correspondência dirigida ao prefeito da capital: ►

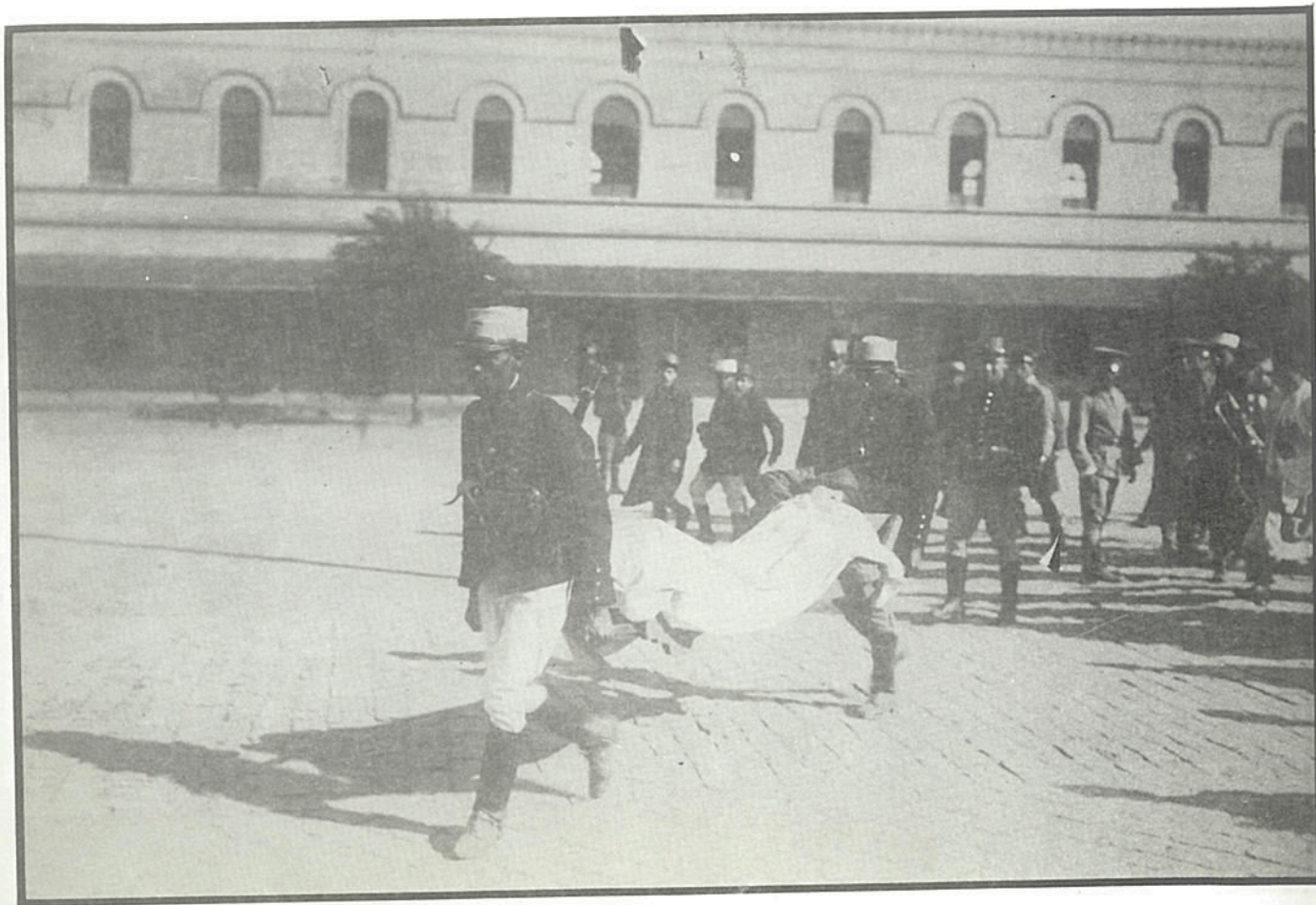


Cruz Vermelha, o socorro aos feridos



Beckerini Filho

Nas paredes, as cicatrizes das balas (acima à esq.) e das bombas (acima à dir.); no QG dos rebeldes (abaixo), a chegada de um ferido



“Cabendo-me, devidai
 senhor presidente da
 no qual vossa excelên
 pedem, não seja, pela
 a cidade de São Paul
 pesar, que não é poss
 nesse sentido. Não p
 dever de não nos serv
 que se aproveitaria de
 sua resistência, caus
 incomparavelmente m
 bombardeio. (...) Os d
 podem ser facilmente
 trata de uma cidade s
 povo laborioso. Mas o
 suscetíveis de reparaç
 governo da União para
 inimigo ocupa, seria d
 bravura, convidando-o
 evacuar a cidade, indo
 aberto. (...) Posso, entr
 e demais concidadãos
 danos materiais inútei
 Paulo, senão que usar
 das necessidades mili
 No dia 24 de julho, ret
 Moraes, frustrado em :
 preservação” da cidad
 para sufocar o levante
 entendia o final do cor
 governo. Estava instau
 diário do padre Marcig
 incertezas e angústias
 “As condições de São
 bombardeio é cada ve
 incêndios. Nenhuma e
 escasseiam. Que nos
 com insistência que e
 sistemático e mortífer
 arrasada.”¹⁵

ÚLTIMOS DIAS
 Prossegue o diretor do



O sino emudeceu na igreja da

"Cabendo-me, devidamente autorizado pelo excelentíssimo senhor presidente da República, responder ao telefonema no qual vossa excelência e demais ilustres signatários pedem, não seja, pelas razões que expõem, bombardeada a cidade de São Paulo, devo declarar, com verdadeiro pesar, que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido. Não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servirmos da artilharia contra o inimigo, que se aproveitaria dessa circunstância para prolongar sua resistência, causando-nos prejuízos incomparavelmente mais graves do que os danos do bombardeio. (...) Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida pela fecunda atividade de um povo laborioso. Mas os prejuízos morais, esses não são suscetíveis de reparação. Ao invés do apelo feito ao governo da União para não bombardear a cidade que o inimigo ocupa, seria de melhor aviso fazer um apelo à sua bravura, convidando-o a não sacrificar a população e evacuar a cidade, indo aceitar combate em campo aberto. (...) Posso, entretanto, asseverar a Vossa Excelência e demais concidadãos que as nossas tropas não causarão danos materiais inúteis à bela e florescente cidade de São Paulo, senão que usarão de artilharia na medida estrita das necessidades militares."¹⁴

No dia 24 de julho, retornava do Rio o Prefeito Firmiano de Moraes, frustrado em sua tentativa de "pacificação e preservação" da cidade. Não seriam medidos esforços para sufocar o levante tenentista. O governo federal só entendia o final do conflito com a vitória completa do governo. Estava instaurado o desespero por toda parte. O diário do padre Marcigaglia mais uma vez traduz as incertezas e angústias da população:

"As condições de São Paulo se agravam de dia para dia. O bombardeio é cada vez mais intenso. Aumentam os incêndios. Nenhuma esperança de trégua. Os gêneros escasseiam. Que nos reservará o dia da amanhã? Fala-se com insistência que está iminente um bombardeio sistemático e mortífero: a cidade ia ser literalmente arrasada."¹⁵

ÚLTIMOS DIAS

Prossegue o diretor do Colégio Salesiano:

"Voltou do Rio o dr. Firmiano Pinto. Trouxe a resposta de que o conflito só pode acabar com a vitória completa do governo. (...) No céu plúmbeo, toldado pela fumaça dos incêndios, passam os aeroplanos ameaçadores espalhando boletins: um aviso do general Setembrino, ministro da Guerra, pedindo a retirada da população, pois a cidade ia ser considerada praça de guerra."¹⁶

As palavras aterradoras do general Setembrino, dirigidas "à população de São Paulo":

"As tropas legais precisam de agir com liberdade contra os sediciosos, que se obstinam em combater sob a proteção moral da população civil, cujo doloroso sacrifício nos cumpre evitar. Faço à nobre e laboriosa população de São Paulo apelo para que abandonem a cidade, deixando os rebeldes entregues à sua própria sorte. É isto uma dura necessidade que urge aceitar como imperiosa, para pôr termo de vez ao estado de coisas criado por esta sedição que avilta os nossos créditos de povo culto. (...) Espero que todos atendam a este apelo, como é preciso, para se pouparem os efeitos das operações militares que, dentro de poucos dias, serão executadas.

Marechal Setembrino, ministro da Guerra".¹⁷

Anotações finais do padre Marcigaglia em seu diário:

"Os revoltosos retiram-se da cidade. O último trem saiu às 3:30 horas. Madrugada calma e silenciosa. Pelas 4:00 horas os sinos das igrejas começam a bimbalar festivamente, seguidamente. Era a paz."¹⁸

Era?

(14) *A Prefeitura Municipal de São Paulo em Face dos Acontecimentos de Julho de 1924*, São Paulo, Seção de Obras de O Estado de S. Paulo, 1924, pp. 16 - 17.

(15) Padre Luiz Marcigaglia, *op. cit.*, pp. 106, 110 e 115.

(16) *Ibidem.*

(17) Boletim à População de São Paulo.

(18) Padre Luiz Marcigaglia, *op. cit.*, p. 156.



O sino emudeceu na igreja da Glória, no Cambuci

O BALANÇO DA PREFEITURA

Nº DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA À
POPULAÇÃO MANTIDOS PELA PREFEITURA:

182

Nº DE POSTOS DA PREFEITURA:

114

Nº DE PESSOAS SOCORRIDAS E ABRIGADAS
PELA PREFEITURA E OUTRAS INSTITUIÇÕES:

174.095

Nº DE REFEIÇÕES DISTRIBUÍDAS:

852.283

PREJUÍZOS MATERIAIS
(CUSTO DE REPARAÇÃO):

MANTIDOS E ORGANIZADOS
DIRETAMENTE
PELA PREFEITURA:

43

AUXILIADOS PELA PREFEITURA:

59

OUTROS:

80

COZINHAS E ABRIGOS:

102

Nº DE ABRIGADOS:

36.979

Nº DE SOCORRIDOS:

63.099

Nº TOTAL DE SOCORRIDOS PELA
PREFEITURA:

100.078

DIRETAMENTE PELA PREFEITURA:

209.641

POSTOS AUXILIADOS:

341.546

OUTRAS INSTITUIÇÕES:

301.096

GRANADAS E BOMBARDEIOS:

174:297\$150

INCÊNDIOS E SAQUES:

30.000:000\$000

TRINCHEIRAS ESCAVADAS
NAS RUAS:

309

Nº DE MORTOS

503

Nº DE FERIDOS

4.846

MAIORES INC

COTONIFÍCIO
DEPÓSITOS L
MERCADO M
OFICINAS DU
FÓRUM CRIM
ATLANTIC RE
CHAKIB GER.
RIECKMANN
SOCIEDADE A
SOCIEDADE A
ANTONIO DE
CIE. DES MAC
CIA. PAULIST
MARCOS FAV
VASCONCELL

MAIORES SA

SOCIEDADE A
MATARAZZO
ERNESTO DE
NAZARÉ E TE
MOTORES MA
MAHEIFUZ &
MOINHO GAM
MOINHO SAN
REICKMANN
J.M. MELO

Fonte:
A Prefeitura Municipal de
acontecimentos de julho d
prefeito Firmiano de Moraes
Secção de Obras "O Estad

Nº DE MORTOS:

503

Nº DE FERIDOS:

4.846

MAIORES INCÊNDIOS:

COTONIFÍCIO CRESPI
DEPÓSITOS DA ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.
MERCADO MUNICIPAL DE AVES
OFICINAS DUPRAT
FÓRUM CRIMINAL
ATLANTIC REFINING CO.
CHAKIB GERAB
RIECKMANN & CIA.
SOCIEDADE ANÔNIMA GRANDES MOINHOS GAMBA
SOCIEDADE ANÔNIMA MERCANSUL
ANTONIO DE CAMILLIS
CIE. DES MAGASINS GENERAUX ET DES ENTREPOTS LIVRES D'ANVERS
CIA. PAULISTA DE ALIMENTAÇÃO
MARCOS FAVELLI
VASCONCELLOS E CARMIN

MAIORES SAQUES:

SOCIEDADE ANÔNIMA SCARPA
MATARAZZO & CIA.
ERNESTO DE CASTRO
NAZARÉ E TEIXEIRA
MOTORES MARELLI
MAHEIFUZ & CIA.
MOINHO GAMBA
MOINHO SANTISTA
REICKMANN & CIA.
J.M. MELO



Fonte:
A Prefeitura Municipal de São Paulo em face aos
acontecimentos de julho de 1924, relatório do
prefeito Firmiano de Moraes Pinto, São Paulo,
Secção de Obras "O Estado de S. Paulo", 1924.

A REVOLUÇÃO VISTA DA PENSÃO DE DONA JOANA

Reminiscências de Tito Batini

O paulista Tito Batini nasceu em Salto e passou a infância em Avanhandava, no sertão da Noroeste. Operário de vários ofícios, chegou a tipógrafo, pegou o gosto pela redação e acabou jornalista, escritor e artista plástico.

O levante de Isidoro e seus "tenentes" o surpreendeu morando na capital paulista, na pensão de dona Joana, aos 20 anos. Ao susto dos bombardeios, somaram-se as incertezas do feijão de cada dia e, em seguida, as aventuras do saque no Mercado Municipal, da fuga para Bauru e da prisão em Jaú. É dele este depoimento sobre os acontecimentos que agitaram a cidade de São Paulo e a vida de seus moradores no inverno de 1924:

Dona Joana já amanhecia reclamando dos revoltosos. Os rapazes da pensão, todos pensionistas, é que íamos buscar o pão de cada dia, varando, agachados, as cercas e os muros dos quintais vizinhos, para alcançar a padaria de "seu" Manuel. Inverno de 1924. Aproveitávamos o calor dos fornos. Dona Joana, viúva, nos chamava de "meus filhos". Manteiga e leite estavam mais difíceis, se bem que a curiosidade irrefletida de ver de perto como era uma guerra nos pusesse em contato com os soldados de Isidoro e de Miguel Costa, os quais riam-se das passadas largas com que atravessávamos as ruas, advertindo-nos que nos cuidássemos. Dali a pouco iria começar nova fuzilaria.

Mas o pior, mesmo, é que estávamos ameaçados de não ter mais o que comer. Ao mesmo tempo que nos mostrava a despensa quase vazia, dona Joana, queixando-se da vida, citava o nome do doutor Sílvio de Campos, que lhe havia prometido emprego na Light para o Joãozinho, filho mais velho. O doutor Sílvio era irmão do presidente do Estado, Carlos de Campos — "coitado do doutor Campos", dizia dona Joana — e tanto eles quanto os chefes do PRP já se haviam refugiado com todos os secretários do governo em Guaiaúna. Bom, mas o importante é que íamos ficar sem

o feijão-e-arroz. Eu e meu mano Pio Líbero nos arriscamos, então, para os lados do bairro Belenzinho, onde moravam nossos tios e primos. Talvez a tia Assunta nos recebesse com sua boa macarronada. E até levamos um amigo, o Dantinho, cujos irmãos menores, na manhã de 5 de julho, ajudáramos a recolher no colégio onde caíra a primeira granada extraviada, endereçada ao Palácio do Governo. Uma aventura de jovens impacientados com a reclusão nos quartos de pensão.

Há quinze dias a artilharia dos quartéis da avenida Tiradentes pipocava, entremeada pelo rugir de canhões, os quais respondiam desesperadamente ao bombardeio desfechado pelos legalistas contra a cidade aberta a mando do presidente Artur Bernardes. Lá na travessa da Intendência, onde procuramos nossos parentes, porém, a coisa não estava melhor. Uma colega de nossa prima Santana, operária tecelã da Fábrica de Tecidos Scuracchio, havia sido morta por bala perdida, ao sair à procura de alimento para o lar. Regressamos derrotados. No trajeto notamos que os soldados da Força Pública contavam com a simpatia do povo. Nos intervalos da refrega, mulheres levavam-lhes café e bolachas. Somente dona Joana era contra, só por causa do emprego para o filho.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em edição de uma folha só, dava notícia de saques pelos lados do Mercado, onde se situavam os armazéns dos atacadistas, e dos moinhos Gamba e Matarazzo. Não haveria outro jeito. Na manhã seguinte, dona Joana esfregava a ponta do avental no rosto, enxugando suor e algumas lágrimas. Então nos decidimos. Saímos, eu, meu irmão e mais outro pensionista, alcançamos a avenida Brigadeiro Luís Antônio, onde paralelepípedos amontoados formavam trincheiras. Ouvimos dizer que o tenente Cabanas, da Força Pública, um dos heróis do movimento, estava dando cobertura ao povo que saqueava os armazéns. Desde jovens e até anciãos, homens e mulheres, se aglomeravam em extensa área, das ruas ao interior dos armazéns de portas arrombadas, grande parte já saindo servida, gemendo ao peso de quanto haviam podido recolher — feijão, arroz, carne seca, cebola, alho... Alguns de enorme saco às costas, agüentariam o peso e a longa caminhada a suas residências?▷



E agora, como transportar os

Nós três não possuíamos recipientes para encl... Falta de prática. Nunca havíamos participado de saque... Nosso compromisso era a idéia: arrancamos as paletós, que transformamos em sacolas, dando nó às pontas. Um pouco caberia em cada um dos chapéus e nos bolsos. O regresso foi mais complicado. Os soldados, talvez desconfiados das ordens do tenente, apontavam-nos fuzis, querendo saber o que é que estavam levando. Obrigando-nos a seguir pelo caminho, tivemos que atravessar o viaduto da Efigênia, dali pela rua Crispiniano, onde se encontra o Quartel-General do Exército. Sempre atentos, medos, passo acelerado, alcançamos, enfim, a rua Asdrúbal Neves. Desta vez dona Joana recebeu chorando de nós. Nós lhe fizemos ver que os revolucionários não eram tão maus, pois ajudavam



E agora, como transportar os frutos do saque na Companhia Puglisi?

Nós três não possuíamos recipientes para encher. Diabo! Falta de prática. Nunca antes havíamos participado dum saque... Nosso companheiro teve a idéia: arrancamos nossos paletós, que transformamos em sacolas, dando nó às mangas; e um pouco caberia em nossos chapéus e nos bolsos das calças. O regresso foi mais difícil. Alguns soldados, talvez desconhecendo as ordens do tenente Cabanas, apontavam-nos fuzis, querendo saber o que é que estávamos levando. Obrigando-nos a desviar do caminho, tivemos que atravessar o viaduto Santa Efigênia, dali pela rua Conselheiro Crispiniano, onde se encontrava o Quartel-General do Exército. Sempre atentos, medrosos e ... a passo acelerado, alcançamos, por fim, a rua Asdrúbal Nascimento. Desta vez dona Joana nos recebeu chorando de contente. E nós lhe fizemos ver que os revolucionários não eram assim tão maus, pois ajudavam o povo.

Dali a alguns dias a cidade estava transformada num inferno. Subia a uma centena o número de canhões fazendo cerco às tropas rebeldes. Aviões despejavam bombas indiscriminadamente, atingindo a área civil. Morto o capitão Joaquim Távora. Trens improvisados partiam da estação da Luz, recheados de fugitivos. Após uma semana a despensa estava de novo vazia. Voltamos ao saque? Nem em pensamento. Foi quando surgiu nosso pai, vindo de Bauru, que nos levou de volta.

Mais uns dez dias e as tropas de Isidoro, Miguel Costa, Juarez Távora, tenente Cabanas, coronel João Francisco, Cordeiro de Farias etc., apareceram em Bauru, instalando seu quartel-general no edifício do escritório central da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Daí, não deu outra. Os advogados Otávio Pinheiro Brisola e Francisco Carneiro Giraldes Filho, que haviam aderido ao movimento, atendendo a um pedido do tenente gaúcho Metelo, encarregam-me de fiscalizar o

noticiário dos jornais locais e da redondeza a fim de evitar a revelação do movimento de tropas em retirada estratégica, capaz de orientar os legalistas. Levado ao quartel-general, o comandante Isidoro assinou a minha credencial. Não permitiu, no entanto, que eu seguisse com as tropas para o sul, alegando que a Revolução precisava de gente na retaguarda. E fui incumbido de redigir e distribuir uma proclamação ao povo esclarecendo as razões da retirada: atrair o inimigo para campo aberto e livrar, assim, a capital e a população civil do bombardeio que já fizera milhares de vítimas inocentes.

Foi nessa mesma noite que meu pai nos preparou, a mim e ao mano Pio Líbero, para a fuga, que teria ajuda e cobertura de seus amigos socialistas no primeiro trajeto até Jaú. Em Jaú, porém, deteve-nos o deputado do PRP Eduardo Vergueiro de Lorena, à frente dum grupo de capangas. ▷

GISELLE BEIGUELMA

*Colhida entre os
ataques de revoltas
que redobrar os esforços
precariedade de
danos pelos quais
indenização*

Recambiados para Bauru, permanecemos quarenta dias presos. A fim de atenuar minha pena, rasguei a nomeação que orgulhosamente levava no bolso, assinada pelo general Isidoro, mastigando e engolindo cada pedaço de papel ... A prova do crime, porém, permanecia no manifesto que redigira e espalhara. Amigos de minha família e meus companheiros de imprensa, João Maringoni, Jaime Halfeld e o diretor do *Correio de Bauru*, com a intervenção do juiz de Direito Rodrigo Romeiro, salvaram-nos do processo que bem provavelmente nos teria atirado à famigerada masmorra do Cambuci.

No regresso a São Paulo encontramos dona Joana feliz da vida. Seu filho teria o ambicionado emprego na Light, tendo por padrinho o doutor Sílvio de Campos. O fundador e diretor da Escola Superior de Mecânica e Eletricidade, onde meu mano cursava o último ano, Ítalo Landucci, conhecido como "herói do Piave", seguira com as tropas revolucionárias. Por aqui, boca fechada. A reação peerrepista tinha os dentes arreganhados. delatores por todos os cantos. Arriscando-nos a comentar a situação, citávamos um "tal general 1.100" que logo estaria de volta com suas tropas libertadoras. Transformamos em números as vogais do nome Isidoro...

Na inquietude de jovem voltado para o jornalismo, eu vivia pulando de galho, ora era empregado no comércio da capital, ora voltava à imprensa em Bauru. Apareceu nesta cidade o jornalista Breno Pinheiro, repórter da *Folha da Manhã*. Trazia a missão de entrevistar o general Cândido Mariano Rondon, de passagem para o sul, onde assumiria o comando da perseguição aos revolucionários. Inexplicável para mim o comportamento contraditório dos militares e dos políticos... Eu conhecera Rondon na minha infância em Avanhandava, sertão da Noroeste, instalando a linha telegráfica em direção ao Mato Grosso. Vira-o, ao lado do dedicado indianista Bandeira de Melo, entre os *kaingang*s pacificados no sul de Mato Grosso. Respondendo a uma de nossas perguntas, disse-nos ele: "O Governo detém as chaves do cofre do Banco do Brasil, meus jovens ... É invencível". Pensei: por isso é que os armazéns das imediações do Mercado, em São Paulo, voltaram a ter suas portas de ferro cerradas para sossego dos atacadistas e monopolizadores de alimentos. E como se engana o povo! O filho de dona Joana já está de eletricitista na Light imperialista, explorado pelo "polvo canadense". E o PRP continuará no poder, "eleito" por voto de cabresto.

Isidoro, Miguel Costa, Cabanas, Giraldes, Brisola, meu mano Líbero e seu mestre Ítalo Landucci, meus pais, dona Joana e seu filho Joãozinho e todos os que conheci na Revolução de 1924, são hoje, para mim, personagens de romance. Sinto-me, em meio a uns poucos companheiros remanescentes das velhas lutas, como se caminhássemos por entre tumbas, na paz dos cemitérios. As novas gerações, atentas à continuidade das batalhas por democracia, terra a quem a trabalha, pão para todos, querem saber como foram as lutas do passado. Nossos erros, ilusões e fracassos lhes seriam úteis como lição e ensinamento para a corrida de revezamento na qual, a esta altura do difícil percurso, lhes passamos o bastão por nós recebido de nossos avoengos. Chegarei a tempo para escrever o romance de final feliz?

É bastante comum, nesses
focos de análise tais como
dinâmica do poder, ou

Nota-se, no entanto, que
diversos segmentos se
desenrolar, independente

Revolucionário ou não
desestabilização total
principalmente no que
(transportes, energia e
população trabalhado



Poste de concreto na avenida

A LIGHT SOB FOGO CRUZADO

Giselle Beiguelman Messina e Nívia Faria são historiadoras e trabalham como pesquisadoras no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

GISELLE BEIGUELMAN MESSINA E NÍVIA FARIA

Colhida entre os bombardeios, ataques e contra-ataques de revoltosos e legalistas, a Light teve que redobrar os esforços para manter precariamente seus serviços, sofrendo extensos danos pelos quais reclamaria depois vultosa indenização

É bastante comum, na discussão sobre movimentos sociais, que se privilegiem focos de análise tais como o caráter revolucionário do momento em questão, a dinâmica do poder, ou os condicionantes do processo.

Nota-se, no entanto, geralmente, uma total desatenção ao comportamento dos diversos segmentos sociais envolvidos diretamente no conflito durante o seu desenrolar, independentemente do fato de pertencerem às fileiras combatentes.

Revolucionário ou não, o movimento tenentista de 1924 provocou uma desestabilização total na estrutura do cotidiano da cidade de São Paulo, principalmente no que se refere ao funcionamento dos serviços públicos (transportes, energia elétrica, água, esgoto, telefone etc.), fazendo com que a população trabalhadora e a classe dirigente remoldassem seu dia-a-dia. ►



Poste de concreto na avenida Tiradentes quase destruído pelos tiroteios

"A vida cotidiana não está *fora* da história, mas no *centro* do acontecer histórico: é a verdadeira *essência* da substância social (...). Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade."¹

Nesse sentido, este artigo pretende arrolar, a partir de investigação de dados relativos à São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., de que modo ocorreu essa perda da previsibilidade do cotidiano durante o levante de 1924 em São Paulo e como se portou essa companhia estrangeira, que já estava incorporada à própria dinâmica de funcionamento da sociedade paulistana.

SERVIÇOS MONOPOLIZADOS

São Paulo vinha crescendo, desde o início do século, num ritmo bastante acelerado, de tal forma que em 1924 a oferta de energia elétrica passou a ser inferior à demanda das máquinas. A grande estiagem daquele ano agravou o problema, obrigando a São Paulo Light a racionar o fornecimento de energia e a iniciar a construção, em novembro, da usina de Rasgão, concluída em apenas dez meses, com a finalidade de atender a esse aumento de consumo.

A São Paulo Light monopolizava, na época, o fornecimento de energia, o serviço de transporte urbano com os bondes, a iluminação da cidade, o serviço de telefone e também de gás, atingindo dessa maneira os mais diversos segmentos da sociedade. Com o levante de 1924, esses serviços foram grandemente afetados e toda a população se ressentiu dos distúrbios advindos dessa situação excepcional, não somente durante os dias em que a cidade esteve ocupada pelas tropas rebeldes, mas também nos meses subseqüentes, até que os estragos provocados pela rebelião fossem reparados pela companhia, podendo a cidade retomar seu ritmo usual.

Na órbita dos danos causados pelos bombardeios, verifica-se que os estragos sofridos pela Light repercutiram em cadeia nos demais serviços urbanos, públicos ou particulares.

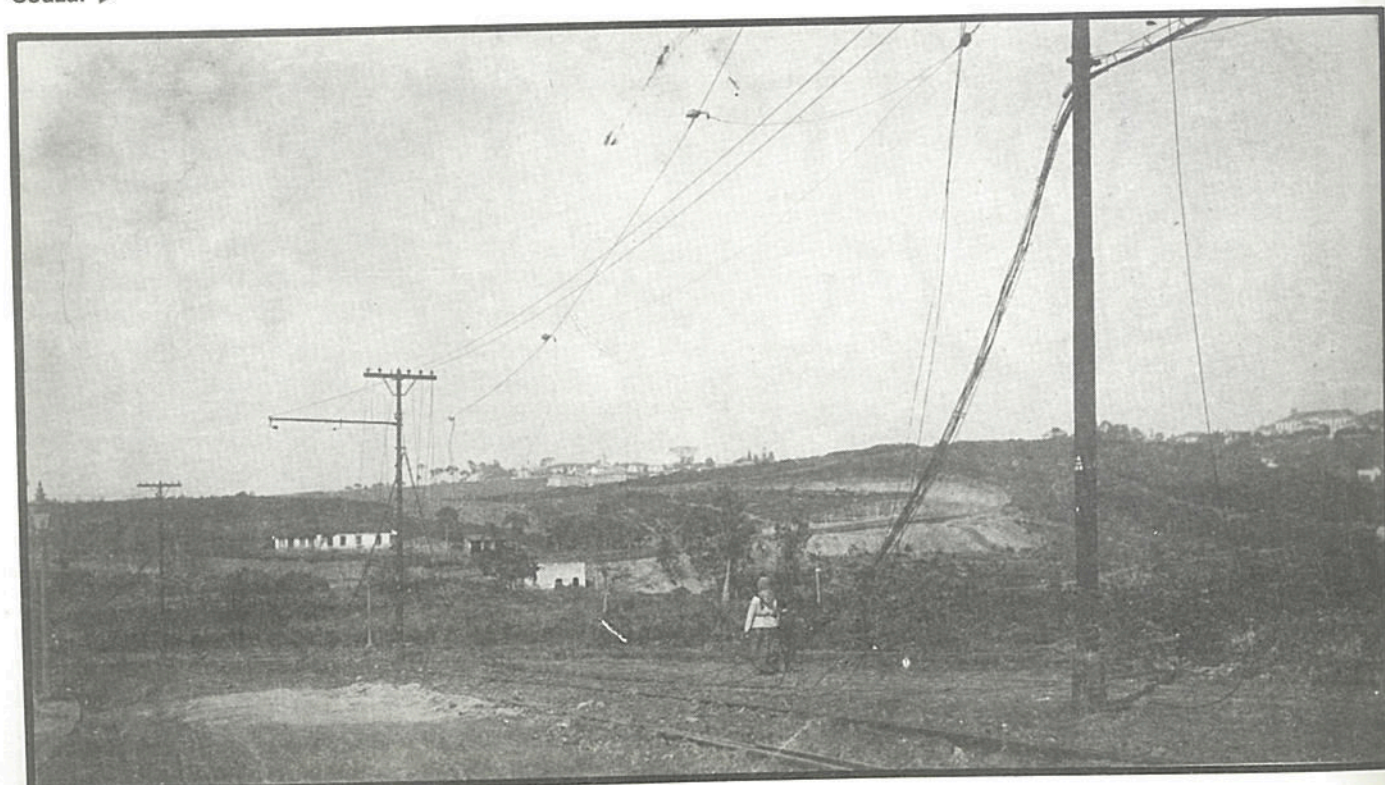
DESORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Exemplo, nesse sentido, é a carta dirigida, em 31 de julho de 1924, ao dr. Edgard de Souza, recém-empossado superintendente da Light, pela Repartição de Água e Esgotos da capital, zona de Vila Mariana, pedindo o restabelecimento da força o mais breve possível, pois do funcionamento dos motores dessa usina dependia a regularidade dos serviços de água e esgoto e a salubridade do bairro.²

Outro exemplo é uma carta do Departamento de Fiscalização da Construção da Nova Estação do Norte ao superintendente da companhia. Na carta, bastante elucidativa, pedia-se a urgente reparação das transmissões, pois a falta de energia impedia o funcionamento do motor da bomba da estação, o que estava ocasionando a inundação das fundações daquela obra. Cartas desse tipo, solicitando luz para hospitais ou força para os mais diversos fins, chegavam freqüentemente às mãos do recém-empossado superintendente Edgard de Souza. ►

(1) Agnes Heller, *O cotidiano e a história*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 20.

(2) Acervo Eletropaulo, Arquivo da ASDR, Pasta 21-37 - BB. — Edgard Egydio de Souza (1876 - 1956) nasceu em São Paulo e formou-se na Bélgica, onde estudou Mineralogia e Engenharia Elétrica. Aluno destacado, de notas excelentes, voltou ao Brasil em 1900 dando início às suas atividades profissionais na recém-inaugurada São Paulo Light. Dedicou grande parte de sua vida à companhia, onde fez brilhante carreira e foi o primeiro brasileiro a ocupar um cargo de destaque. A 14 de abril de 1924 foi empossado superintendente geral da companhia, cargo que exerceu até 1946, quando assumiu a vice-presidência executiva. Em 1948 foi nomeado diretor da Brazilian Traction, *holding* que assumira o controle das empresas do grupo Light no Brasil.



No bairro da Aclimação, fios de bondes e linhas primárias e secundárias arrebatadas

Famfilla
1-8-1929

Avviso al Pubblico

Nel saccheggio dei magazzini della Ferrovia «Central do Brasil» è stata rubata una cassa contenente biglietti verdi per tram del valore di 200 réis ognuno, delle serie A-5 e B-5.

The São Paulo Tramway, Light & Power Co., Ltd.

avvisa il pubblico che tali biglietti non saranno ricevuti dai conduttori di tram.

Ripetendo questa comunicazione, fatta sui quotidiani pubblicati dal 12 al 17 del corrente mese, THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT & POWER CO., LTD., nell'intento di evitare confusioni sgradevoli, avvisa che ha deliberato di ritirare dalla circolazione tutti i biglietti (passes) di tram di color verde. Invita perciò gli interessati a presentarsi dal 1.º Agosto prossimo entrante in avanti, onde sostituire detti biglietti con altri di nuovo tipo, ai suoi Uffici Centrali in Piazza Antonio Prado, o negli uffici di Rua Barão de Itapetininga, angolo di Rua Xavier de Toledo o nei depositi di vetture in Alameda Glette, Rua Domingos de Moraes e Avenida Celso Garcia, poichè dal giorno 7 del detto mese di Agosto in avanti tali biglietti (passes) non saranno ricevuti per il pagamento della corsa.

S. Paolo 31 Luglio 1924.

**THE S. PAULO TRAMWAY,
LIGHT & POWER CO., LMT.**

Journal de Commercio
15-7-1924

AVISO AO PUBLICO IMPORTANTE

The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd., AVISA que, existindo, em diversos pontos da cidade, grande numero de seus fios arrebitados, além dos da Cia. Telephonica, Telegrapho e Corpo de Bombeiros, apoiados sobre fios já ligados e com força electrica, é EXTREMAMENTE PERIGOSO E DE CONSEQUENCIAS FATAES TOCAR em qualquer desses fios.

Esta Companhia, pela impossibilidade, advinda não só da anormalidade da situação, como do acúmulo de serviço, não poderá restabelecer, de prompto, o funcionamento de suas linhas aereas, e assim evitar qualquer perigo.

São Paulo, 14 de Julho de 1924.

**THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT
& POWER COMPANY LIMITED**

Nº 18
 (Quarta de Julho de 1924)

1.ª seção de S. E. M.

OBJECTO
 Instalação de luz electrica.

O Commandante desta Divisão, ao Sr. Director da Cia. Light, nesta cidade

Sr. Director

Solicito vossas urgentes providencias no sentido de ser reinstalada a iluminação electrica no edificio da Estação de Norte, onde era functional o vel. Quartel General, ainda hoje

Sauda e fraternidade.

J. S. Soares

RECEBIDO
 182
 ADMINISTRAÇÃO

Copy sent to *X. Camp. B. S. Almeida*



São Paulo, 9 de Julho de 1924

Exco. Sr. Superintendente da Light & Power

A Cruz Vermelha Brasileira, pede a V. Excia. que, com a maxima urgencia queira providenciar o funcionamento da luz no Hospital Militar, onde se acham innumerables feridos que necessitam de intervenção cirurgica immediata, no momento difficultada.

Confiança no seu alto criterio e sentimento de humanidade a Cruz Vermelha aguarda ser atendida.

Antonia T. de Souza Queiroz
 Presidente

O Hospital militar acima referido, é da Força Publica.

Pedidos e reclamações dos mais diferentes setores chegavam à Light todos os dias

SÃO PAULO

São Paulo, 18 de Julho de 1924

Ilmo. Sr. Superintendente da Light and Power

CABALLER

Saudações effectuosas:-

Vimos com a presente pedir a V. S. urgentes providencias no sentido de que nos seja fornecida Força electrica, pois desde o dia 7 não podemos publicar o nosso jornal, devido á falta de mesma. Este facto, como comprehenderá V. S., nos prejudica grandemente. Rogamos a V. S., pois, tenha a bondade de empenhar todos os esforços por attender a este nosso pedido.

Pelo que ficamos-lhe sumamente agradecidos, e subscrevemo-nos, com a maxima estima e consideração,

de V. S.
 Atvs. Amrs. e Obeds.
[Signature]

Sr. Superintendente da Light.

Peço ligar a luz e forca em casa do Sr. Costa Pereira, de 46, rua Duque de Caxias, nº 15, aqui de fornecer plân para as forças revolucionarias no Estado.

São Paulo 12 de Julho de 1924

Roberto Camp. nº 1111
 Luiz Cláudio

QUARTEL GENERAL DAS FORÇAS REVOLUCIONARIAS

MEMORANDUM

Ao Sr. Superintendente da Light and Power Com. Lei.

Em 15 de Julho de 1924.

Solicito providencias afim de restabelecer neste Quartel General, com a possivel urgencia a força electrica destinada aos motores das diversas dependencias inclusive a da seção de ferimentos do Regimento de Cavallaria.

Saudações,

Pelo Commando Superior

[Signature]
 Major.

Não foi só a cidade que se ressentiu da alteração de seu cotidiano em função dos acontecimentos de julho. A estrutura interna da empresa teve que aprender a solucionar as mais imprevisíveis casualidades, adversas a seus padrões de eficiência e organização. Em carta de Mr. Bell ao superintendente dr. Edgard de Souza, logo após o fim da rebelião, encontra-se um exemplo desses incidentes:

"Para sua informação, eu gostaria de avisar que o fato que se segue só foi levado a meu conhecimento agora. No dia 5 de julho quando a revolução estourou, Mr. Roberts sem poder voltar para Santo Amaro de bonde, pegou um de nossos Ford para levá-lo. Como não havia *chauffeur* disponível, ele pediu a um amigo, Mr. Bergan, para conduzi-lo para casa. Até aí tudo correto, mas eu descobri que ao retornar para o centro com o carro, Mr. Bergan não conseguiu estacioná-lo na garagem da São João porque estava fechada, então ele deixou o carro para pernoite no Hotel Terminus. (...) Nessa mesma noite, ou no dia seguinte, não estou bem certo, Mr. Bergan voluntariou-se na Cruz Vermelha e sem consultar nenhum membro da companhia, fez uso do carro por três ou quatro dias nesse serviço. (...) Mesmo que eu entenda que o serviço prestado por Mr. Bergan tenha sido de valia para a Cruz Vermelha, eu expliquei verbalmente a ele que nós sentimos o uso indevido do carro, especialmente porque não queríamos que nenhum de nossos homens, nem que nosso equipamento fosse usado de nenhuma maneira no movimento revolucionário. (...) Eu entendo que a Cruz Vermelha tenha fornecido a gasolina e que o carro, no final, foi devolvido ao estacionamento em boas condições. Além do mais o carro não tinha qualquer marca a não ser o número da licença que poderia identificá-lo como sendo de propriedade da Light and Power. (...) ▶

S. Bell
21.7.24

THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY, LIGHT & POWER Co., Ltd.
RIO DE JANEIRO
CONFIRMATION OF CABLEGRAM SENT.

Sent to	London.	Via	Western.
Sent by	W. G. G. S. M. M.	Date Sent	July 26th, 1924.
Checked by	W. G. G. S. M. M.	Hour Sent	3.00 P.M.

Urgent
LONDON
LONDON

(July 26th):-

Government reports city São Paulo entirely occupied by legal forces STOP
endeavoring to reestablish toll lines STOP
billings wires urgent repairs being made to reestablish services STOP
have no details STOP
have advised Toronto.

COULSON

Co. 1007-288/2783.
a. 21/26 1924, urgent.

A notícia da rebelião é transmitida a Londres pela Rio Light

A LIGHT, NEUTRA MAS NEM TANTO

8 de agosto de 1924

Ilmo. Snr. Dr. Mário Cardim
Diretoria do Expediente da Prefeitura Municipal de São Paulo

Em resposta ao vosso ofício sem número, desta data, em que pedia que esta Companhia informe qual a ação especial que tiveram o pessoal superior e os empregados de outras categorias desta Companhia, durante os acontecimentos de julho próximo findo, informação esta para uso de S. Excia. o Snr. Dr. Prefeito Municipal em o relatório que pretende apresentar à Câmara Municipal, tenho a honra de declarar a V. S. que todo o pessoal desta Companhia, nos angustiosos dias da revolução nesta Capital, procurou sempre, sem medir sacrifício, manter os serviços de utilidade pública a que a mesma Companhia se obrigou pelos seus contratos.

Saúde e Fraternidade

Edgard de Souza
Superintendente Interino

Acervo Eletropaulo, Arquivo do CDHEI, Série Correspondência de Diretoria, Subsérie nº 1 — Ofícios e Cartas, volume 25, p. 50.

8 de agosto de 1924

Ilmo. Snr. Tenente-Coronel Manoel Antunes Guimarães Júnior,
Chefe do Serviço de Abastecimento das Tropas em Operação.

Quartel General

Acusando o recebimento do ofício do Snr. Major Athanásio L. Silva, em que, de parte de V. S., comunica que Pedro da Silveira, empregado desta Companhia, prestou graciosamente serviço de abastecimento às tropas legais, desde o dia 17 de julho próximo findo até 5 do corrente mês, portando-se sempre com muita honestidade, penhorado agradeço a V. S. essa comunicação que farei constar nos registros desse empregado.

Saúde e Fraternidade

Edgard de Souza

Superintendente Interino

Acervo Eletropaulo, Arquivo do CDHEI, Série Correspondência de Diretoria, Subsérie nº 1 — Ofícios e Cartas, volume 25, p. 48.

(3) Acervo Eletropaulo, Série Correspondência Subsérie 27, vol. I, pp.

(4) Aureliano Leite, *Dias cenários de revolta de São Monteiro Lobato*, 2ª edição aumentada, 1924, pp.



A garagem de bondes da

Acreditamos que não haja mais nenhum problema mas desejamos informá-lo acerca desse acontecimento e queremos também declarar que nem Mr. Roberts nem eu sabíamos nada sobre esse fato até depois que o carro foi devolvido para a garagem São João.”³

Outros incidentes transtornaram a administração da Light, como o caso dos 2 milhões de *tickets* de bonde que foram roubados durante o saque aos armazéns da Estrada de Ferro Central. Mais grave, porém, foi a ocupação militar de algumas das instalações da empresa.

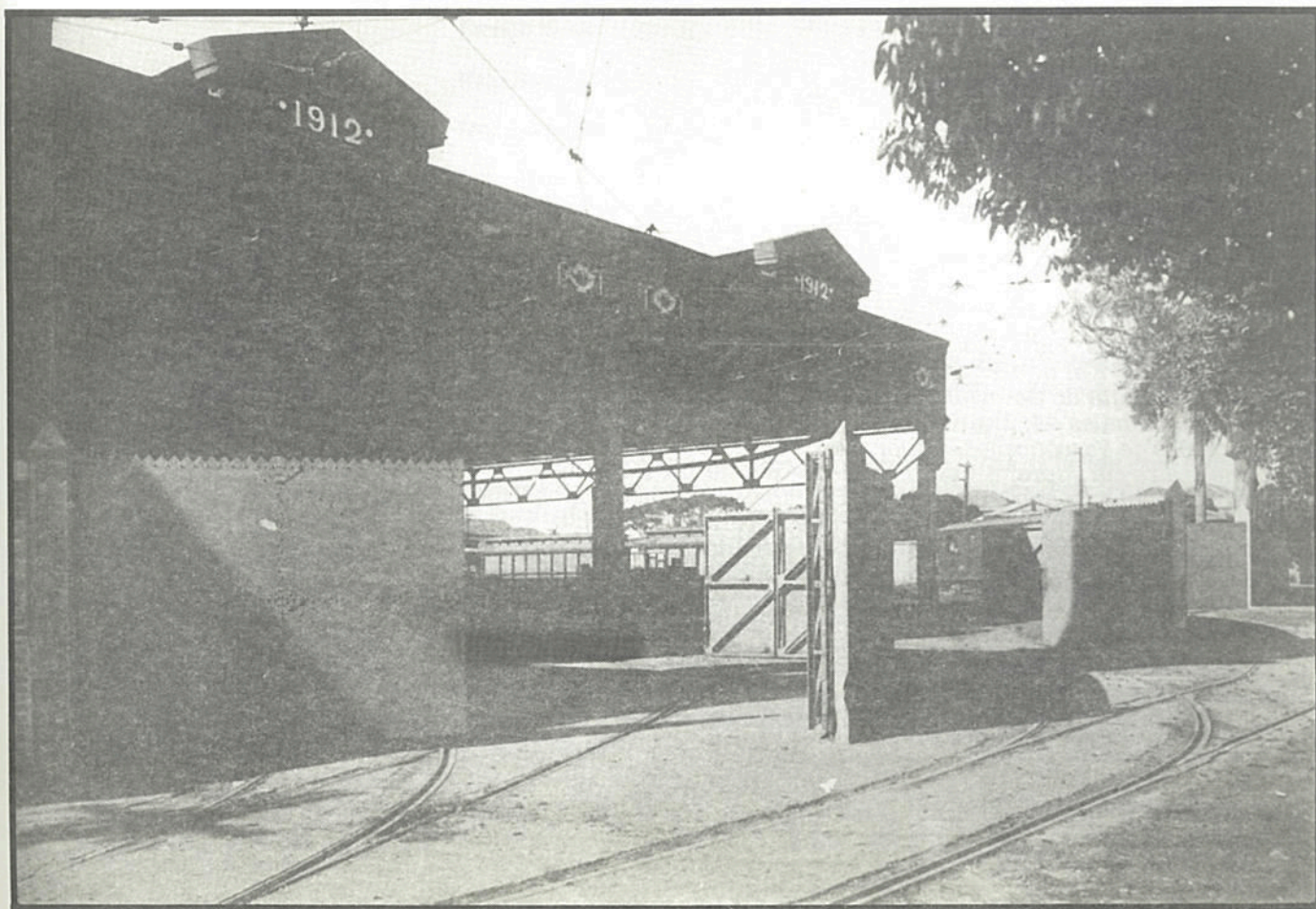
AÇÕES MILITARES DENTRO DA EMPRESA

A Garagem de Vila Mariana foi tomada pelos legalistas e transformada em posto de comando, alojamento e até cadeia de presos: “E na imensa casa de carros da Light and Power Company, transformada pela legalidade em posto de comando, alojamento e cadeia de presos, passamos, se bem que serenos e dignos, horas amargas, transfigurados por penosas preocupações, enquanto vão chegando aos punhados mais prisioneiros, prisioneiros que de revoltosos tinham tanto como Isidoro de revolucionário... E vão chegando... Era quase toda a população válida de Vila Mariana entregue aos seus afazeres de todo o dia, era o que era encontrado na rua ou arrebatado de dentro de suas próprias residências. E vão chegando... uns de *robe de chambre*, em mangas de camisa outros; estes de chinelos, de avental de operário aquele: eram enfim os habitantes do bairro a encher, a encher os bondes caras-duras, elevados à categoria de prisão, espalhados pelo pátio interior do referido prédio da poderosa empresa canadense”.⁴

A estação transformadora de Paula Souza, responsável pelo fornecimento de energia elétrica a grande parte da cidade, também foi ocupada pelos legalistas na tentativa de salvaguardar um ponto estratégico e assegurar a distribuição de energia. A resistência durou poucos dias. Isolados, sem mantimentos e sofrendo duro ataque dos rebeldes, os soldados legalistas tiveram de capitular no dia 9 de julho. O prédio foi então tomado pelos rebeldes, que interromperam o fornecimento de força e luz ao setor servido por essa subestação e lá permaneceram até quase os últimos dias do levante quando, novamente, as tropas legais conseguiram tomar conta de Paula Souza (ver o artigo “O Diário da Revolução”). ▶

(3) Acervo Eletropaulo, Arquivo do CDHEI, Série Correspondência da Diretoria, Subsérie 27, vol. I, pp. 144-145.

(4) Aureliano Leite, *Dias de pavor — figuras e cenas de revolta de São Paulo*, São Paulo, Monteiro Lobato, 2ª ed. revista e aumentada, 1924, pp. 155 e seguintes.



A garagem de bondes da Light na Vila Mariana, transformada pelos legalistas em posto de comando, alojamento e prisão

As forças rebeldes apoderaram-se também do depósito de bondes da praça Teodoro de Carvalho, de onde retiraram um carro Ford. E as forças legalistas chegaram a requisitar armas e munições, tendo que fazê-lo, no entanto, através de memorando registrado em cartório, por exigência da companhia (ver o box "Armas e munições da Light para os legalistas").

A Light, apesar de todos esses contratemplos, esforçava-se para manter a continuidade de seus serviços, convocando inclusive seus funcionários por meio de anúncios no jornal. Entretanto, os constantes bombardeios impediam que os serviços fossem executados (ver cartas anexas ao final deste artigo). ►

ARMAS E MUNIÇÕES DA LIGHT PARA OS LEGALISTAS

22 de agosto de 1934

Ilmo. Snr. Dr. João Baptista de Souza,
M. D. Delegado Geral de Polícia,

A 8 de julho próximo findo, o Snr. Dr. Delegado de Polícia de Parnaíba, em nome de S. Excia. o Snr. Presidente do Estado, requisitou, por conta do Governo, conforme pública forma aqui anexa:

2 caixas de dinamite;
15 espoletas;
4 rolos de estopim;
50 Balas "44";
1 carabina "Winchester";
1 caixa de gasolina.

Esta Companhia, trazendo esse fato ao conhecimento de V. S., vem declarar que deseja apenas que lhe sejam restituídas, das mercadorias requisitadas, a carabina "Winchester", por constituir armamento de defesa da usina da Parnaíba, e as caixas de dinamite, por oferecerem perigo à própria Delegacia, onde talvez estejam depositadas, e às instalações elétricas de Parnaíba, desta Companhia.

Saúde e fraternidade

Superintendente Interino

Dr. Alfredo de Campos Salles
8º Tabelião
Rua Floriano Peixoto, 2

Pública - Forma
Teor:

Delegacia de Polícia. Parnaíba. Memorandum. Ilmo. Snr. Light and Power. Parnaíba. Em nome do S. Exa. o Snr. Presidente do Estado, requisito por conta do Governo: 2 caixões dinamite; 15 espoletas; 4 rolos de estopim; 50 balas 44; 1 carabina W. 1 cx. gasolina. O Delegado de Polícia Carlos de Vasconcellos Júnior. Parnaíba 8 de julho de 1924. Reconheço a firma supra. S. Paulo, 24 de Agosto de 1924. Em testemunho (sinal público) da verdade. 8º Tabelião. A. de Campos Salles. (estava o carimbo deste Tabelião). Era o que se continha em dito memorandum de requisição para aqui bem e fielmente transcrito em pública forma, que vai em tudo conforme ao seu dito original, com o qual conferi e dou fé. São Paulo, 24 de Agosto de 1924. Eu, Alfredo de Campos Salles, tabelião, o conferi, subscrevi e assino em público e razo. Em testemunho (ACS) da verdade. (a) Alfredo de Campos Salles. 8º Tabelião.

São Paulo, 22 de Agosto de 1924.
(a) A. Campos Salles

Dr. Alfredo de Campos Salles
8º Tabelião de Notas
Rua Marechal Floriano Peixoto, 2
São Paulo.

Acervo Eletropaulo, Arquivo da ASDR, Classe 21, Pasta 21-37-A2.

Telegrama a ser enviado ao Sr. C

Light, Telefonica e Gas São Paul
pagamento Julho, pagar integralme
trabalhando a prompto serviço, tr
cincoenta por cento até justificaçã
Operários e jornalistas prompto pa
gralmente mesmo salario Julho pont
antes destas classes, ponto Com
esta medida para evitar perca de
telegraphos que annuncia urgente

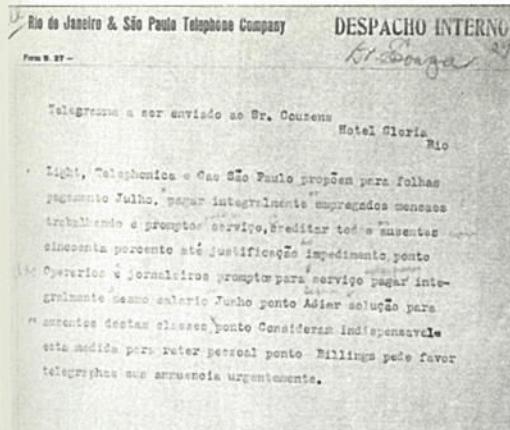
Instruções para o pagamento r
funcionários do Grupo Light en

(5) Diário Popular, São

(6) Ibidem, 17/7/1924.

(7) Acervo Eletropaulo,
correspondência di
1/8/1924, Pasta 21-3

(8) Acervo Eletropaulo,
21-37 A II.



Instruções para o pagamento referente a julho dos funcionários do Grupo Light em São Paulo

A notícia do jornal *Diário Popular*, do dia 10, evidencia a situação: "A subestação da Light em Santana nada sofreu, estando assim assegurado o fornecimento de luz e força ao centro da cidade. (...) Os bondes, porém, não poderão trafegar até que sejam reparados os fios condutores, muitos dos quais foram arrebentados por granadas.(...) A Light procura restabelecer o mais depressa possível o tráfego".⁵

As ocorrências dos dias 6, 7, 8 e 9 revelam que, devido ao movimento, os carros não saíram das garagens, "ficando de prontidão uma parte de pessoal em cada seção". No dia 10, diversos bondes das linhas não atingidas circularam pela cidade; no dia 11, porém, voltaram a parar, assim permanecendo até o dia 16. Nos dias restantes de ocupação da cidade, os carros trafegaram pouco e com dificuldade, sendo constantemente interrompidos por tropas de ambos os lados.

Dia 10: "A linha Aclimação partiu da praça João Mendes, ao chegar na rua da Glória teve que retroceder por encontrar trincheiras sobre os trilhos".

Dia 17: "Devido às tropas que estavam prontas para combate, os carros da linha Paraíso que trafegaram na rua Formosa até o largo do Paraíso, fizeram ponto na rua Conselheiro Ramalho das 9:20 às 10:30. Desta hora em diante tomou-se um tanto arriscada a passagem da rua Conselheiro Ramalho e por esse motivo os mesmos carros foram divergidos, parte para Pinheiros e parte para a rua Augusta (...). Pelo mesmo motivo, das 9:20 em diante os carros da linha Jardim Paulista foram divergidos para Pinheiros, Saúde, etc".⁶

OS PREJUÍZOS

Ao final do movimento, os empregados que trabalharam durante o período receberam o salário integral do mês de julho e uma bonificação extra. Aqueles que se abstiveram, receberam somente a quantia relativa a uma quinzena. A resolução foi tomada levando-se em conta um levantamento da Light acerca das modalidades de pagamento de outras companhias e instituições:

"Sul América Insurance Co.	- Pagamento integral para todos os funcionários.
Mappin Stores	- Idem
Mappin & Webb	- Idem.
S. Paulo Railway Co.	- Pagamento para mensalistas e diaristas não decidido.
French Bank	- 50% bônus.
Italo Belgo Bank	- 50% bônus.
Moinho Inglês	- Pagamento integral para mensalistas e diaristas.
Pereira Ignácio	- Pagamento integral + 50% bônus.
Cia Puglisi	- Mensalistas pagamento integral.
Moinhos Gamba	- Mensalistas pagamento integral. ⁷

Somente em agosto a companhia pôde voltar a operar normalmente, restabelecendo, aos poucos, seus serviços. A nota publicada nos jornais no dia 8 de agosto informava:

"Hoje restabeleceu-se o serviço de bondes em todas as linhas, com exceção somente do carro para operários que será restabelecido amanhã. (...) O serviço de iluminação pública estará completamente restabelecido dentro de poucos dias. (...) A Cia., considerando as dificuldades decorrentes dos últimos acontecimentos, estabeleceu que as contas de consumo de energia elétrica, cujos descontos expiraram ontem, 7, ou antes, terão novo prazo até o dia 17 do corrente, para pagamento com as respectivas deduções."⁸

Um dia após a retirada das tropas tenentistas, o superintendente Edgard de Souza endereçou ao dr. Firmiano de Moraes Pinto, prefeito municipal, uma carta requisitando a vistoria "da natureza e extensão dos danos" causados à companhia. ►

(5) *Diário Popular*, São Paulo, 10/7/1924.

(6) *Ibidem*, 17/7/1924.

(7) Acervo Eletropaulo, Arquivo da ASDR, correspondência dirigida a Mr. Billings, 1/8/1924, Pasta 21-37.

(8) Acervo Eletropaulo, Arquivo da ASDR, Pasta 21-37 A II.

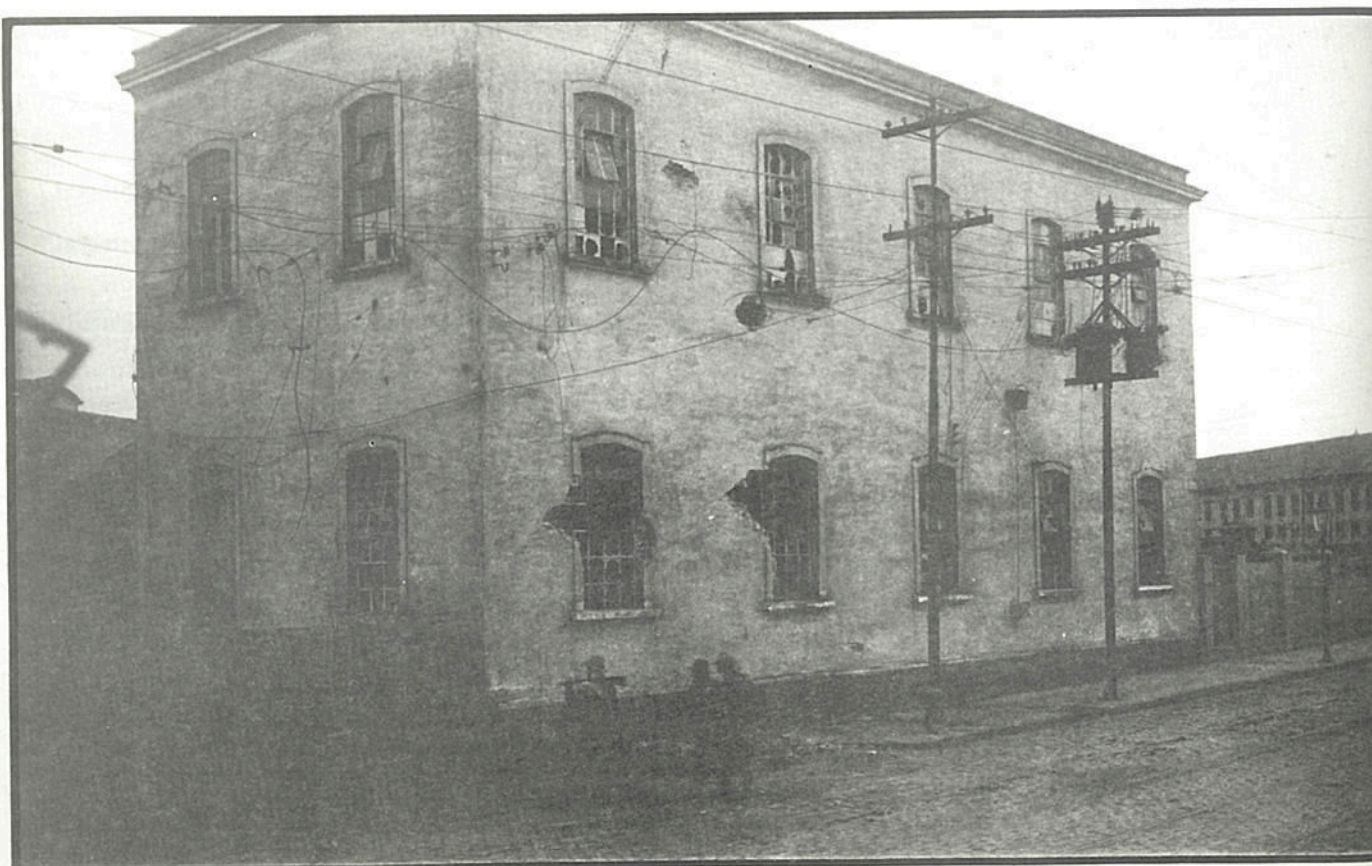
Os danos constatados pela perícia chegaram ao valor de 550.750\$000, distribuídos da seguinte forma:

1. Aparelhos destinados à iluminação pública	- 42.028\$200
2. Medidores	- 15.824\$600
3. Transformadores de postes	- 41.092\$300
4. Postes	- 158.273\$000
5. Aparelhos das estações transformadoras	- 25.029\$200
6. Edifícios	- 50.201\$700
7. Peças destinadas à transmissão e distribuição para bondes, luz e força	- 218.301\$000
Total	<u>550.750\$000</u>

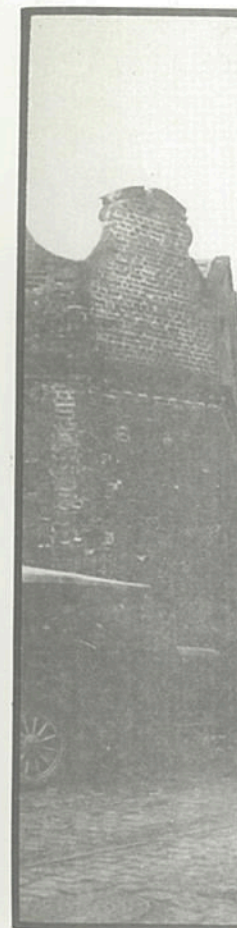
A Light, entretanto, chegou a outros valores, pois computou, além dos danos por depredações e furtos, os lucros cessantes (4.848.001\$000) e as despesas forçadas (18.026\$000).

Após treze anos de processo, foi outorgado o decreto-lei nº 392 de 13 de fevereiro de 1937, que dispunha sobre o pagamento da dívida da União proveniente da execução de serviços de utilidade pública. Seu artigo 1º rezava: "Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na dívida passiva da União a ser atendida com o crédito de 250.000.000\$000 (duzentos e cinquenta mil contos de réis), os encargos apurados nas vistorias devidamente processadas de acordo com a lei, não prescritos, devidamente catalogados ou relacionados pela comissão da dívida flutuante nacional, relativos aos saques e danos motivados pelo bombardeio da capital de São Paulo durante o movimento de 1924".

De acordo com os cálculos posteriores da respectiva comissão, a Light deveria receber, do montante referido na lei, apenas 433.676\$600, o que significava muito pouco em relação ao levantamento pretendido pela companhia. Ainda assim, a indenização não foi paga de uma só vez e, até o início dos anos 40, a Light prosseguia em suas queixas contra a União.

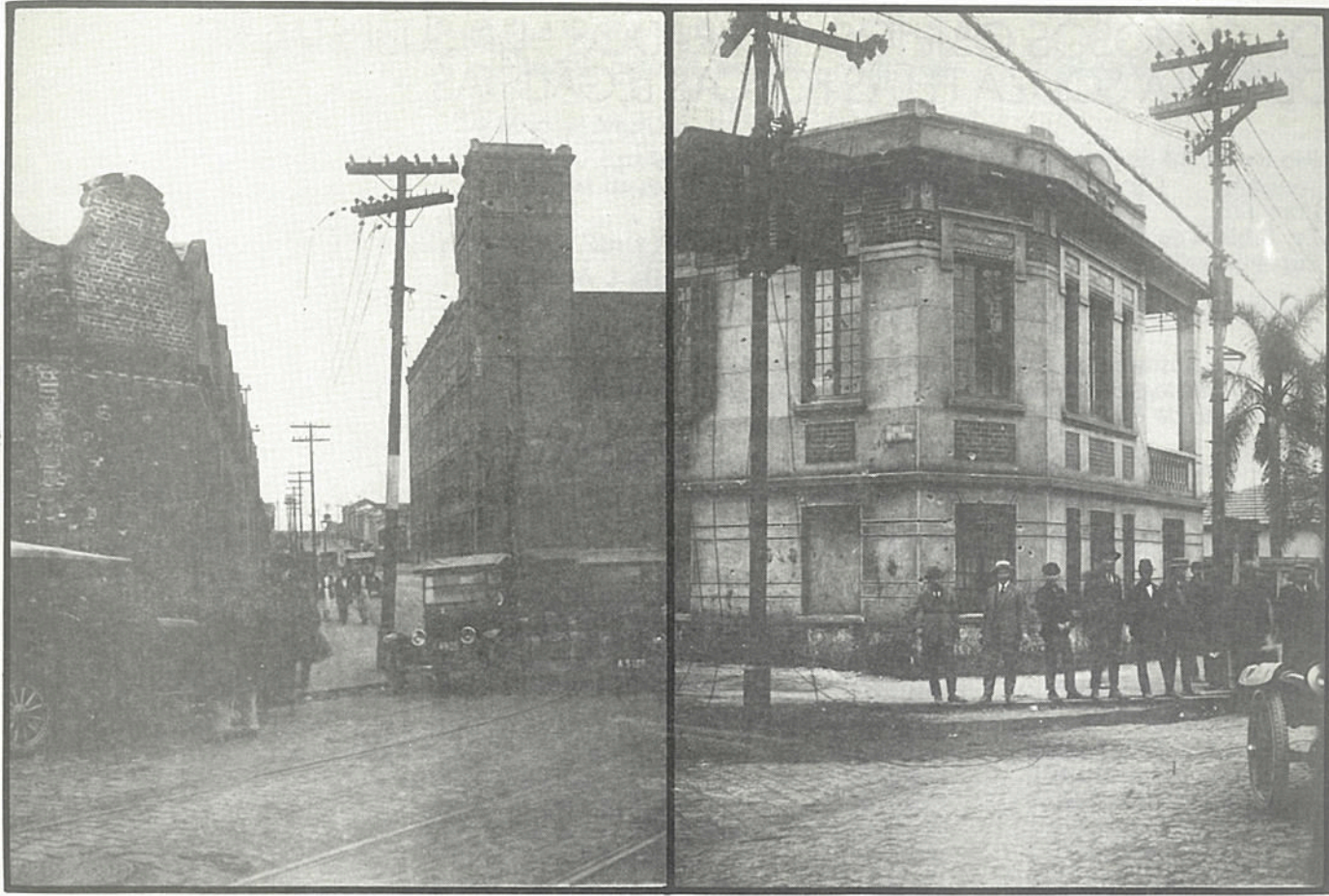


O edifício da Light na rua Glicério danificado pelos bombardeios

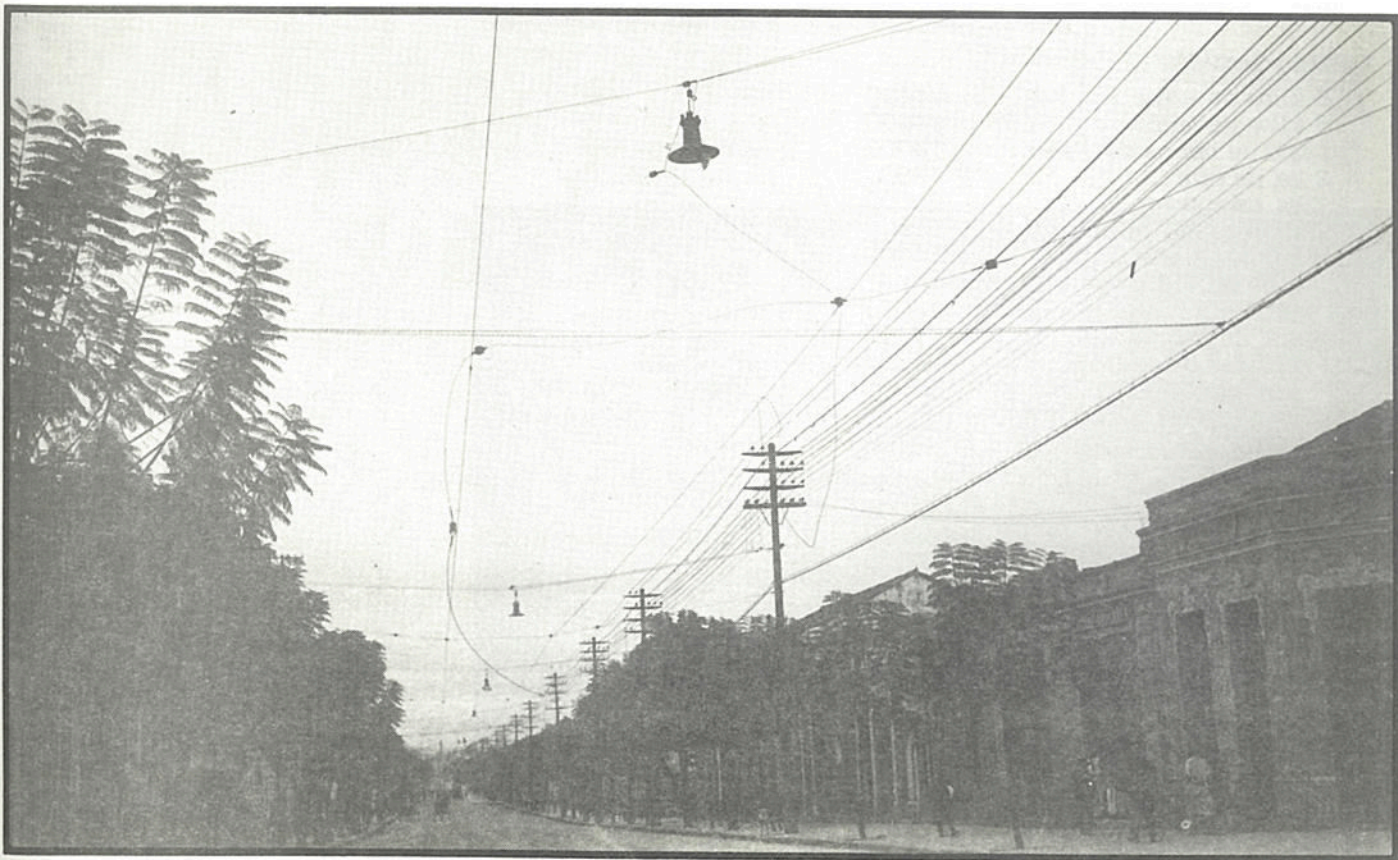


Fios arrebitados e roubados vendo-se o óleo pelo chão





Fios arrebitados e roubados na esquina da rua Javari com a Taquari na Mooca (acima, à esq.); dois transformadores baleados na rua Paes de Barros, vendo-se o óleo pelo chão (acima, à dir.); fios partidos e lâmpadas quebradas na avenida Celso Garcia (abaixo)



OS CURIOSOS OBJETOS "RETIRADOS" DA SUBESTAÇÃO DE PAULA SOUZA PELAS FORÇAS LEGALISTAS

São Paulo, 23 de Setembro de 1924

Ilmo. Snr.
Dr. Edgard de Souza
Superintendente

Objetos retirados de Paula Souza pela forças legalistas.

Envio-lhe juntamente com esta uma lista de todos os objetos retirados pelas forças legalistas durante os dias em que estiveram guardando a Subestação de Paula Souza.

Esses objetos compreendem roupas de uso, gêneros diversos, algumas jóias e dinheiro, e pertenciam aos nossos empregados.

Saudações

Supt. da Sec. de Eletricidade.

Preço de custo Avaliação do Dr. H. Andrade

De Eugenio Gnecco

1 sobretudo	200\$000		
2 ternos de camisira	560\$000		
1 calça de casimira	80\$000		
1 camisa de tricoline	20\$000		
1 gravata	6\$000		
1 par de ceroulas	20\$000		
1 corrente de ouro com medalhão	200\$000		
1 passador de ouro para colarinho	80\$000		
Dinheiro	10\$000	1:176\$000	600\$000

De Eduardo Arliano

1 terno de roupa	250\$000	250\$000	200\$000
------------------------	----------	----------	----------

De Raphael Santucci

1 blusa kaki	20\$000		
1 par de botinas usadas ..	20\$000	40\$000	30\$000

De João Geraldini

8 kilos de arroz	11\$200		
6 kilos de feijão	9\$000		
1 lata de banha de 2 ks ...	7\$000		
2 ks. de café	7\$600		
7 ks. de açúcar	15\$000		
1 queijo duro, mineiro ...	7\$500		
2 ks. de salame	3\$600		
1 k. de sal, 2 ks. de cebolas	2\$300		
2 ks. de pão	2\$000		
11 galinhas e um galo a 5\$	60\$000		
Dinheiro	6\$000	131\$200	100\$000

De Alexandre Sbirowsky

1 par de botinas, novo	35\$000		
1 navalha	10\$000		
Dinheiro	60\$000	105\$000	100\$000

De Max Draganec

1 terno de brim	30\$000		
1 chapéu, pouco uso	20\$000	50\$000	40\$000

De Francisco Imbelicieri

1 paletó de casemira	10\$000		
Dinheiro	20\$000	30\$000	30\$000

De Raul de Almeida

1 paletó de casimira	50\$000	50\$000	40\$000 ▷
----------------------------	---------	---------	-----------

<u>De José Buccolo</u>			
1 par de botinas, novo	<u>45\$000</u>	45\$000	35\$000
<u>De Manoel Martins</u>			
1 calça, 1 paletó, 1 boné e 1 toalha de rosto	<u>50\$000</u>	50\$000	30\$000
<u>De Anivio Santa Paulo</u>			
1 paletó, 1 calça, 1 colete e 1 chapéu	<u>80\$000</u>	80\$000	50\$000
<u>De Edgard Teixeira de Sá</u>			
1 par de botinas, 1 chapéu, 1 cinta, 1 blusa, 1 calça, 1 toalha de rosto	<u>70\$000</u>	70\$000	40\$000
<u>De Julio Arliani</u>			
1 paletó	<u>30\$000</u>	30\$000	25\$000
<u>De Danti Rossi</u>			
1 calça de casimira, 1 blusa, 1 toalha de rosto e 1 par de sapatos, novo	<u>65\$000</u>	65\$000	50\$000
<u>De Gustavo Gragert</u>			
1 sobretudo	100\$000		
1 pasta (valise)	35\$000		
1 terno novo de zuarte	20\$000		
1 par de sandálias	8\$000		
1 boné	7\$000		
1 escala métrica de 100 cms.	<u>3\$000</u>	173\$000	100\$000

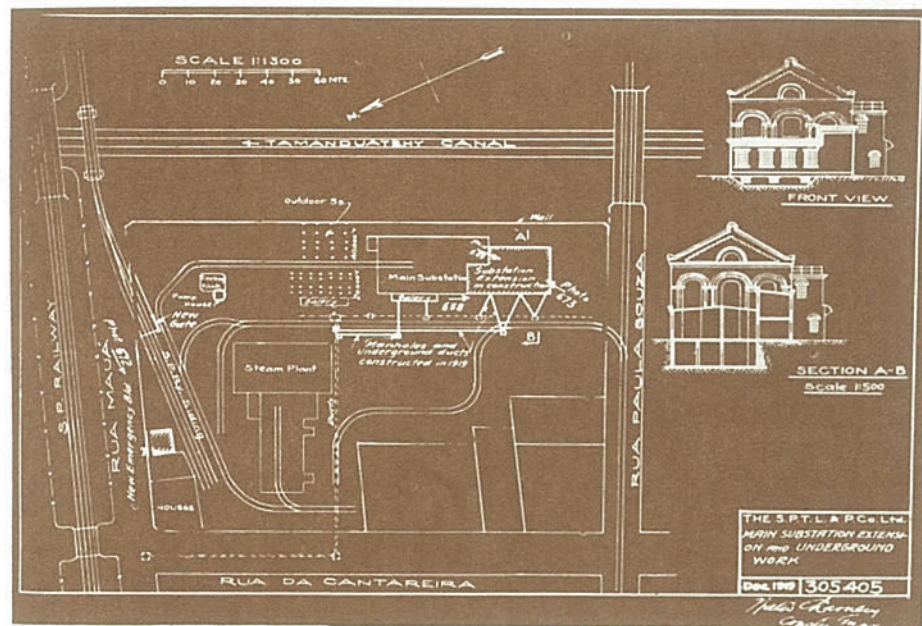
Mr. Bowles:

Não posso com segurança avaliar a depreciação dos objetos roubados por não conhecer o estado dos mesmos na ocasião do roubo, por isso, para aqueles objetos que constam como sendo novos, poder-se-á provavelmente pagar mais ou menos 80%.

Para os que constam como usados, pagar o preço dado pelas vítimas, e para aqueles sem especificação, mais ou menos 50%. Foi o critério que segui e que submeto à sua apreciação.

(ass.º) H. Andrade.

Acervo Eletropaulo, Arquivo da ASDR, Classe 21, Pasta 21-37-E.



Planta da subestação da Light na rua Paula Souza, 1919

A REVOLUÇÃO CONTADA POR FUNCIONÁRIOS DA LIGHT

Findo o levante de julho de 1924 em São Paulo, os operadores das subestações da Light na cidade enviaram ao sr. Theodosio Luiz Collaço, chefe interino do setor de Operação, cartas minuciosas narrando os problemas que enfrentaram para trabalhar nos dias da revolta, ou expondo as devidas justificativas por terem faltado ao serviço. Involuntariamente, essas cartas, simples e diretas, compõem um painel de extraordinária força sobre o movimento rebelde e seu impacto sobre a Light.

São Paulo, 23 julho 1924.

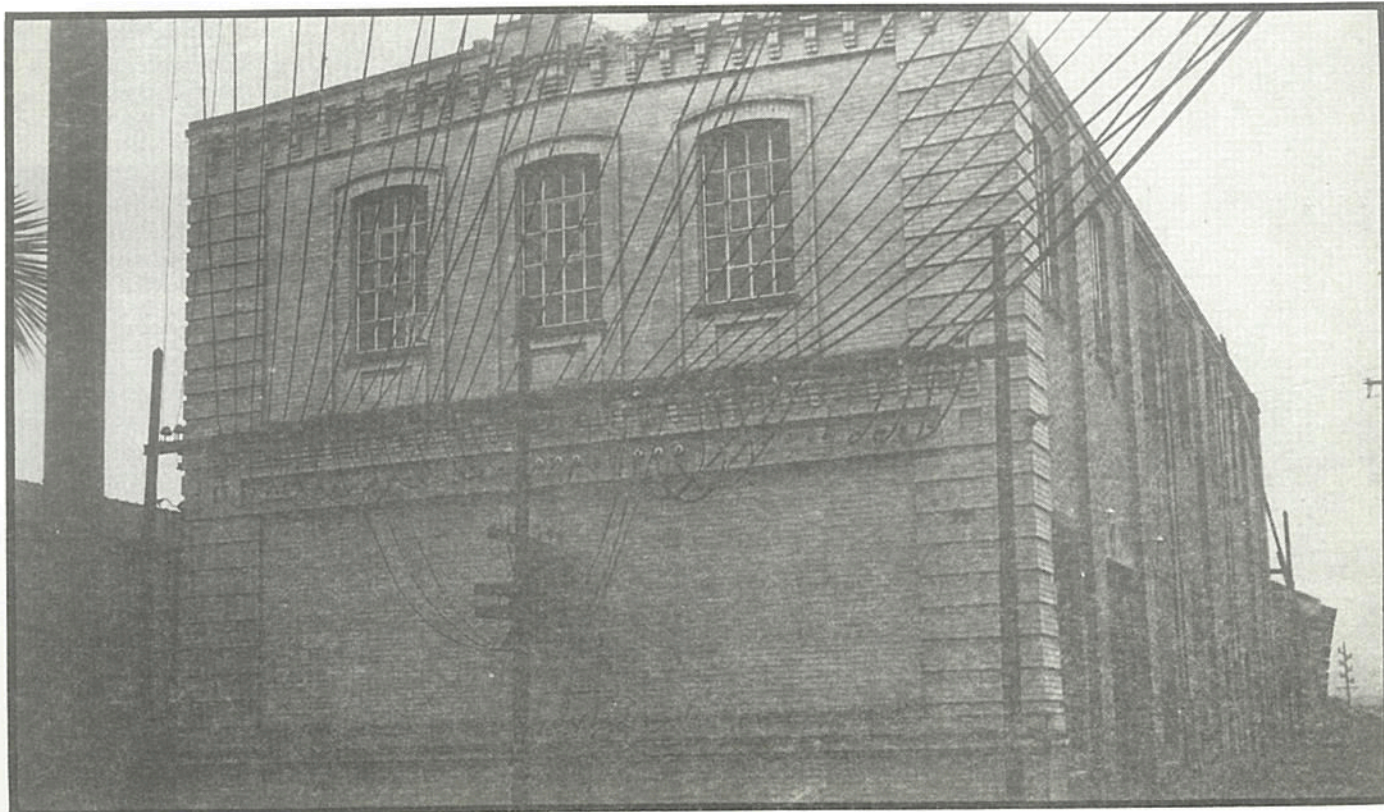
Dr. Souza.

A minha casa está completamente cercada pelos revolucionários. Tem havido constantes tiros e a possibilidade para a cidade é muito perigosa - se não impossível

sem o providenciamento de segurança. Tem sido possível.

Logo que os rebeldes permitam descer para a cidade. Local do

Belém.



Cimalha da subestação da Light em Belenzinho danificada por uma granada

1

São Paulo 9 de agosto
Ilmo. Snr.
Theodosio Collaço
M. D. Chefe da Oper

Tem por fim esta er
no dia 9 ao dia 28 p

Entre os dias 7 a 9
revoltosas, no Ipira

Não foi possível eu

Do dia 11 ao dia 16,
os dias das 6 às 12
diretamente e ia alr

Voltava às 13 horas
e São Caetano.

Do dia 17 em diante
casa de força; estan
sendo eu obrigado a

Resolvi; para zelar p
28, onde permaneci

Desta data em diante

O prédio, máquina e
carabina.

Sem mais
com estima de V. S.
Joaquim Brás Júnior
Subestação Ipiranga

2

"Belenzinho 8 de agosto
Ilmo. Snr.
Theodosio Collaço
Saudações respeitos

Em vista do aviso tr
11 de julho complet
por falta de aliment
estava tudo fechado
impossível havia tri
para casa e no dia 1
parte e de casa fugi
28 de manhã e no d

N.B. no dia 10 os re
terreno da Repartiç
um formidável tiro
subestação foi às 21
4h16m faltou força

seu servo agradecid
Domingos Antigo
Rua Hipódromo n.º

1

São Paulo 9 de agosto de 1924

Ilmo. Snr.

Theodosio Collaço

M. D. Chefe da Operação

Tem por fim esta em comunicar a V. S. como consegui ficar em serviço nessa subestação, no dia 9 ao dia 28 p. p.

Entre os dias 7 a 9 fiz horas extraordinárias, e dia (10) devido ter havido encontro de forças legais e revoltosas, no Ipiranga.

Não foi possível eu passar para ir à casa de força.

Do dia 11 ao dia 16, com dificuldades e muitas vezes acompanhado com praças e mesmo com oficiais; ia todos os dias das 6 às 12 horas, a esta hora avisava Santo Amaro e São Caetano deixando o telefone ligado diretamente e ia almoçar.

Voltava às 13 horas ou 13h30m e saía às 18h00m deixando sempre o telefone diretamente, com Santo Amaro e São Caetano.

Do dia 17 em diante sendo-me difícil e mesmo perigoso estas tentativas; e não querendo deixar abandonada a casa de força; estando eu com a chave da mesma; de acordo com o snr. Spinello que vinha algumas vezes; e sendo eu obrigado a retirar a minha família de casa aonde moro.

Resolvi; para zelar por uma e outra causa; abrigar-me com minha família nesta subestação do dia 17 ao dia 28, onde permaneci dia e noite.

Desta data em diante continuei nas minhas horas de trabalho.

O prédio, máquina e aparelhos não sofreram danos; só uma porta de ferro foi furada por uma bala de carabina.

Sem mais

com estima de V. S.

Joaquim Brás Júnior.

Subestação Ipiranga"

2

"Belenzinho 8 de agosto de 1924

Ilmo. Snr.

Theodosio Collaço

Saudações respeitosas

Em vista do aviso transmitido pelo snr. Patrone tenho a dizer-lhe que trabalhei na subestação até sexta-feira 11 de julho completei 48 horas de trabalho e às 14 horas desse dia vi-me obrigado a abandonar a subestação por falta de alimento, para não me afastar da subestação procurei alimento por esta zona mas foi em vão estava tudo fechado era um deserto, fui para casa alimentar-me para depois voltar de novo mas a volta foi impossível havia trincheiras por todas as ruas e não deixavam passar ninguém em direção à Penha voltei para casa e no dia 14 consegui chegar até aqui troquei os *charts* e saí correndo porque chovia balas por toda a parte e de casa fugi com a família para Vila Mariana e lá fiquei preso no meio dos legais e revoltosos até o dia 28 de manhã e no dia 29 às 14 horas vim substituir o snr. José Cotta Paz.

N.B. no dia 10 os revoltosos vieram pelo terreno da linha de transmissão cortaram a cerca e entraram no terreno da Repartição de Água e ao escurecer saíram pelo portão que dá para Av. Celso Garcia e principiaram um formidável tiroteio para o lado da Penha e de lá vieram cento e tantas granadas a primeira que atingiu a subestação foi às 21h03m e nesta ocasião faltou força a segunda foi às 23h15m e a terceira às 3h40m e às 4h16m faltou força e não voltou mais, porque as linhas gerais 1 2 2 caíram no rio Tietê.

seu servo agradecido

Domingos Antigo

Rua Hipódromo n.º 126." ▷

"Ponte Preta S/est. sexta-feira, 8 de agosto de 1924
 Ilmo. Snr.
 Theodosio Collaço
 M. M. Chefe da operação
 Nesta.

Relativamente ao período revolucionário de julho último, cumpre-me informar V. S. o seguinte:

Em vista da situação em que se acha localizada esta subestação, e, pouca segurança em tal emergência pela mesma oferecida; foi de constante sobre aviso, minha atitude. Logo no dia 8, pelas 19 horas, passou pela rua, uma turma de malfeitores dando tiros a esmo, para em seguida se divertiram em alvejar grande parte dos lampeões da Ilmo. Pública a pedradas, e tiros de Mauser, deixando um bom trecho mergulhado em completas trevas; fazendo supor como era natural, a premeditação de algum assalto, protegido pela escuridão provocada.

Em dias da 2ª quinzena, houve uma tarde, que, juntamente com o guarda linha, tivemos de nos abrigar debaixo da ponte, por já ter caído 2 obuses na várzea, e ser contínuo o sibilar das balas que nos feriam tão de perto o ouvido.

Finalmente no dia 27 explodiram no campo aqui vizinho, algumas granadas depois das 17 horas, onde, uma delas, a uns 200 metros aproximadamente; felizmente, além, da linha do Tramway da Cantareira; cujo leito, providencialmente é bastante alto, serviu talvez de barreira a possíveis estilhaços.

Provinham dos lados da Vila Guilherme as mesmas.

Apesar de ser o último dia, fui obrigado quando cheguei em casa às 18h30m, fugir com a família devido o perigo.

Foram os maiores sustos aqui passados.

A subestação saiu ileso não se registrando o menor dano.

Quando de regresso para casa ainda na 2ª quinzena, fui cercado ao chegar no extremo da Penitenciária, por soldados, onde um oficial interrogou-me, desejando saber sobre para onde ia, e, onde trabalhava.

Apresentei-lhe minha chapa; satisfeito, deixou-me passar sem maior incômodo.

Estava, diz ele, incumbido de fazer reconhecimentos.

Foi o que ocorreu no meu horário durante todo o mês.

De V. S. etc.
 Moyzes Cordeiro."

4

"Ocorrências em Paula Souza

Durante a minha permanência de dia 7 a 11 às 11h15m em 7 forte tiroteio das 9h às 14h prolongando-se durante a noite ficando esta S/S sitiada por fortes contingentes de forças revolucionárias, dia 8 tiroteios intercalados durante o dia, e de noite forte fuzilaria das 2h às 5h quebrando muitos vidros e interrompendo ligações telefônicas, dia 9 fui forçado a sair à rua para procurar alimentação e cigarros para as praças que estavam alojadas nesta S/S conseguindo arranjar cigarros, e pão muito pouco pois os mesmos estavam passando privações; alimentando-se quase exclusivamente com bananas; dia 10 continuação da fuzilaria intercalada não sendo possível sair devido à usina estar completamente sitiada; conseguindo arranjar alguns cereais num armazém aqui próximo o qual foi para nossa alimentação juntamente com as praças, dia 11 entre dia e noite quase normal.

Subestação do Cambuci

Ocorrências da revolução durante os dias 14 e 16 em 14 forte tiroteio durante as 24h devido um forte contingente legalista permanecer nas imediações desta subestação quebrando vários isoladores e vidros das janelas, retirando-se o mesmo dia 10 de manhã para o Cambuci proximidades da rua Lavapés.

Dia 16 tiroteios durante as 24h caindo algumas granadas nas imediações continuando a quebrar vidros e isoladores em 17 às 12h30m ausentei-me devido não ter alimentação.

D. V. S.
 Antonio Telles."

"Belenzinho 8 de
 Ilmo. Snr.
 Theodosio Collaço
 Saudações respe

Em vista do aviso
 15 horas e pouco
 imediações de m
 sala de visita, ali
 comandante Wal
 aconselhou a não

Dia 10 aconselha
 estive lá sem pod

Dia 17 em diante
 atravessar a E. F
 havia perigo de fi
 ofereci-me para t
 vir no dia 29 no :

José Cotta Paz.

Sob trabalho pre
 Salustiano da 4ª
 cidade mais ao m
 chegar e o preço

Também prestei s
 vendessem bebid

Poderia falar mui
 capim colhido aq

Aqui me tem são

José Cotta Paz."

6

"São Paulo 10 de
 Senhor Theodosio

Achando-me em s
 como hoje fui cha
 alguma coisa pior
 seção.

Conservei-me fiel
 meu colega Meirel

Ao terminar esta s
 trabalho se for do

Contando com o v

Subscrevo-me com
 Deste humilde cri
 Celestino Costa

N. B. peço-vos não

5

"Belenzinho 8 de agosto de 1924
Ilmo. Snr.
Theodosio Collaço
Saudações respeitadas

Em vista do aviso transmitido pelo snr. Patrone tenho a dizer-lhe que: no dia 8 de julho deixei o trabalho às 15 horas e pouco, dirigi-me para casa à rua Serra de Bragança na 5ª parada, logo no Tatuapé, 4ª parada e nas imediações de minha casa — tropa, canhões sem fim, nesse mesmo dia de noite a tropa arrombou a minha sala de visita, ali dormiram nada estragaram nem violaram, dia seguinte comuniquei o fato ao Capitão comandante Waldemar Diniz e este responsabilizou uma esquadra pelo que houvesse em minha casa e me aconselhou a não sair com especialidade em direção à cidade para não ser tomado como espião.

Dia 10 aconselhado pelo Capitão Fonseca abandonei a casa em direção ao mato e até o dia 17 lá estive, 4 dias estive lá sem poder vir em casa devido a se terem ferido combates em minha zona.

Dia 17 em diante estive em casa, tentei vir até Belenzinho mas pela rua Padre Adelino não deixaram atravessar a E. Ferro na 3ª parada, vir pela mesma estrada era impossível a civis, pela Avenida Celso Garcia havia perigo de fogo vindo da Vila Maria enfim só no dia 28 à tarde é que a esta subestação pude aparecer, ofereci-me para trabalhar de noite porque aqui já estava o snr. Porto e este excedeu-me em zelo e propôs-me a vir no dia 29 no meu horário e aqui me tem como sempre um seguro servidor.

José Cotta Paz.

Sob trabalho prestado por mim à tropa foi pequeno e quase todo ele de detalhe, informei ao tenente Salustiano da 4ª brigada de artilharia as ruas do meu bairro, a um Capitão de artilharia a distância até a cidade mais ao menos o preço das passagens de bonde e de trem e o tempo que estes veículos levavam em chegar e o preço dos imóveis no local (onde estávamos).

Também prestei serviço a pessoa civil de grande influência sobre a tropa para que os negociantes não vendessem bebida aos soldados.

Poderia falar muito sob a minha peregrinação pelo mato, casa feita de palhas (folhas) de mato, colchão feito de capim colhido aqui e ali, carrapatos, fome, frio enfim um horror.

Aqui me tem são e salvo e sempre às ordens.

José Cotta Paz."

6

"São Paulo 10 de julho de 1924
Senhor Theodosio Saudações

Achando-me em situação aliás difícil de escapar-me pelo fato de ser conhecidíssimo por todos os militares, e como hoje fui chamado por edital do reservista, achei prudente atitude o primeiro chamado para evitar alguma coisa pior que poderá vir, e acreditando ser o meu dever lhe participar visto ser o chefe da minha seção.

Conservei-me fiel ao serviço da subestação da rua Helvétia até hoje às 6 horas da manhã que entreguei para o meu colega Meirellis.

Ao terminar esta situação se for da bondade do nosso bondoso Deus eu me apresentarei novamente ao trabalho se for do vosso querer.

Contando com o vosso apoio e dos demais superiores em cumprir meu dever que empõe a nossa Constituição.

Subcrevo-me com respeito e toda estima.
Deste humilde criado e subalterno
Celestino Costa

N. B. peço-vos não reparar as faltas contidas nesta pois achava-me um tanto nervoso e sem abilitação." ▷

"Ilmo. Snr. Theodosio Collaço
Mt.º D.º chefe da operação
Respeitosas saudações

O abaixo assinado vem por meio desta informar V. S. Ilmo. de quando se passo na subestação da Mooca, durante os dias da revolução.

No dia 10 do mês de julho entraram 6 soldados dos revolucionários, mas não na estação para traço da parede que rodeia a estação e fizeram alguns buracos na mesma para colocarem os canos dos fuzís e só deram de noite uma descarga de fuzilaria, mas não houve prejuízo algum na estação, no dia seguinte se retiraram nas trincheiras na rua da Mooca e até o dia 26 não houve anormalidade nenhuma na estação, sobre a falta da corrente da alta tensão por diversos dias; porém neste mesmo dia quer dizer no dia 26 entraram os legalistas os quais demoliram alguns metros de paredes que rodeia a estação e fizeram 4 buracos grandes na mesma parede para colocarem as metralhadoras, também no mesmo dia antes de chegarem os legalistas, explodiram quatro granadas, só fazendo avarias no telhado e vidraças; no dia 28 os legalistas se retiraram.

Conclusão, a estação para dentro, e os aparelhos todos não sofreram avarias nenhuma, respeito as manobras estão todas reportadas nos respectivos reportes diários.

Eu abaixo assinado científico também V. S. que, nunca abandonei a estação até nos momentos mais críticos, como V. S. mesmo pode ver, tem as provas que confirmam, sem outro particular de momento subscrevo-me de V. S.

Crd. Obrd.
José Bruno
São Paulo 8 - 8 - 1924"

"São Paulo 8 de agosto de 1924
Ilmo. Snr. Theodosio Collaço
Prezado snr.

Tenho esta a fim de fazer ciente à V. S. que durante a revolução estive refugiado pelo o interior, por motivo de ter o meu bairro e mesmo a minha residência ter sido muito atingida pelas granadas.

O motivo que apresento-me hoje, é por estar interrompido o ramal de Itapira, até a manhã em que embarquei-me.

Sebastião Almeida."

"São Paulo 7 de agosto de 1924
Ilmo. Snr.
Theodosio Collaço
D. D. Chefe da operação

Prezado snr. o motivo desta, é comunicar-lhe que eu trabalhei o dia 9 de julho às 14 horas, e no dia 10 às 12 horas ao ir render-me o snr. Antigo, os revoltosos, não me deixaram passar da rua Catumbi, no dia 13 consegui ir na subestação com o snr. Bucolo, o qual creio que nos descobriram, que caía balas em cima da subestação que precisamos sair pela vila Boyes, e do dia 14 até o dia 27, estive no meio das forças, legalistas, e revolucionárias, o qual não podia muito arriscar a sair de casa, por estar sempre chovendo balas.

No dia 28 fui na subestação às 7 horas, o qual encontrei aberta e ao mesmo tempo tomei conta, o qual fui rendido pelo snr. Cotta Paz, no dia 29 às 7 horas.

Desde já fico esperando, suas ordens, o qual muito lhe agradeço.

Sou de V. S.
Crd. Obrd.
José Ferreira Porto
Rua Gonçalves Dias n.º 61"

"Ilmo. Snr. Theod
D. D. Chefe da seqe

Sobre anormalida
S. o seguinte:

Cruz Branca sube

Durante o tempo e
proximidades.

Cambuci subestaç

Nesta houve quan
janela ao lado esq
aparelhos e perter
para 20 quando p
pernoitaram na su

É o que me cumpr

Sem mais subscree

Sylvino Pinto."

"Paula Souza

Em 12 - 7 - 924 às
entrada das linhas

Sendo preciso para

Durante a tarde de
transformadores, e
cortar uma linha t

Em 17 - 7 - 924 ex
partindo um peda
das linhas de 40.0

Humberto Evange

9 - 8 - 924."

"Ilmo. Snr. Theod
Saudações

Venho por meio de
atingido por uma
Lenci (Antônio), o
de 15 minutos fui
porta e levasse cor
Vermelha, foi ness
momento estando
curativo na farmá
estivesse fechada p

No dia 9 fui fazer

Tendo me recolhido
necessários.

D. V. S.
João Grecco."

10

"Ilmo. Snr. Theodosio Collaço
D. D. Chefe da seção operação

Sobre anormalidade, ocasionadas pela última rebelião, nas subestações em que trabalhei, tenho a informar V. S. o seguinte:

Cruz Branca subestação

Durante o tempo em que estive nesta nada notei de anormal, a não ser soldados que se achavam nas proximidades.

Cambuci subestação

Nesta houve quanto segue: em uma das noites a janela da privada foi atingida por uma bala de fuzil; na 3ª janela ao lado esquerdo também foi atingida por uma outra bala; em inspeção que continuamente fazia nos aparelhos e pertences da subestação os transformadores n.º 2 e 4 furado a bala nos resfriadores, na noite 19 para 20 quando pretendia ir buscar algum alimento fui forçado a retroceder de 12 soldados legalistas que pernoitaram na subestação em minha companhia.

É o que me cumpre a informar.

Sem mais subscrevo com respeito de V. S.

Sylvino Pinto."

11

"Paula Souza

Em 12 - 7 - 924 às 13 horas mais ou menos explodiram 2 granadas uma sobre o rio, e outra próximo a entrada das linhas de São Paulo, danificando diversos isoladores.

Sendo preciso para restabelecer o serviço de 2 linhas fazer uma.

Durante a tarde deste mesmo dia na ocasião de ser ligada uma das bombas para resfriamento dos transformadores, deram diversos tiros de carabina contra a cabina das mesmas, como também na ocasião de cortar uma linha telefônica provisória ligada em uma das linhas de alta tensão.

Em 17 - 7 - 924 explodiram 3 granadas, uma atrás da oficina outra no alto sobre a subestação "Out - door" partindo um pedaço do batente de pedra da janela da subestação de Paula Souza, e outra no lado da entrada das linhas de 40.000 volts não causando dano nas mesmas, tendo partido alguns vidros das janelas.

Humberto Evangelista (Piegaia)

9 - 8 - 924."

12

"Ilmo. Snr. Theodosio
Saudações

Venho por meio desta participar que no dia 7 do mês passado às 13h15m na ocasião que abria a porta fui atingido por uma bala de carabina no braço e na perna direita, comunicando o caso para Paula Souza ao snr. Lenci (Antônio), o qual mandou-me esperar por socorro tendo neste intervalo perdido muito sangue ao passo de 15 minutos fui chamado no telefone pelo mesmo snr. dizendo-me que com ordem do Dr. Souza fechasse a porta e levasse comigo a chave e fosse numa farmácia mais próxima fazer o curativo, por não poder vir a Cruz Vermelha, foi nessa hora que fechei a porta de fora e saí pelo fundo por não poder fechar por fora neste momento estando já na rua encontrei-me com Antoniazzi a quem entreguei a chave, tendo eu ido fazer-me o curativo na farmácia Rigueti tendo ele me dito que não podia trabalhar por enquanto até que a ferida não estivesse fechada por ter atingido a veia e que um pequeno esforço podia arreventar de novo.

No dia 9 fui fazer mais um curativo na farmácia Economisadora.

Tendo me recolhido em casa onde estive eu mesmo me fazendo os curativos tendo comprado os medicamentos necessários.

D. V. S.
João Grecco."

FONTES CONSULTADAS

LIVROS E REVISTAS

- ALFERI, Francisco Júlio César. *Quatro dias e quatro noites nos Campos Elísios*. São Paulo, s. ed., 1924.
- AMERICANO, Jorge. *A lição dos fatos: a revolta de 5 de julho de 1924*. São Paulo, Saraiva, 1924.
- BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1954.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: 1889/1930*. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1968.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.
- BONTEMPI, Silvio. *O bairro da Penha*. São Paulo, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, 1969. Série História dos bairros de São Paulo.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- CABANAS, João. *A coluna da morte*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Almeida Torres, 1928.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 2ª ed., São Paulo, Difel, 1972.
- _____. *Revolução no Brasil contemporâneo*. 2ª ed., São Paulo, Difel, 1975.
- _____. *O tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.
- CARVALHO, Euclides de Castro. *A revolução de 1924*. Rio Grande do Sul, E. Carvalho, 1924.
- CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A revolução no Brasil: 1924/1925*. 2ª ed., Rio de Janeiro, São Benedito, 1930.
- CARVALHO, Joaquim Nunes de et alii. *Cinco de julho: 1922/1924*. Rio de Janeiro, Henrique Velho, 1930.
- CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador." In: FAUSTO, Bóris, org. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Difel, 1977. T. 3, v. 2.
- CHAVES, Elias. *A revolta de 1924*. São Paulo, Olegário de Almeida, 1924.
- CHEVALIER, Tenente. *Memórias de um revoltoso ou legalista?* s. n. ed.
- CINTRA, Assis. *O presidente Carlos de Campos e a revolução de 5 de julho*. São Paulo, Cupulo, 1952.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- COSTA, Ciro & GÓIS, Eurico. *Sob a metralha: história da revolta em São Paulo*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo, Grijalbo, 1978.
- COSTA, Miguel. "A contribuição da Força Pública ao movimento de cinco de julho." In: *O Grito*. São Paulo, 1 (3), 5 jul. 1958.
- DANTAS, Santiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1949.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- DUARTE, Paulo. *Agora nós!* São Paulo, s. ed., 1927.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Trad. César Parreira Horta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 2ª ed., São Paulo, Globo/Edusp, 1975.
- FAUSTO, Bóris. "A crise dos anos vinte e a revolução de 1930." In: _____. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1977. T. 3, v. 2.
- _____. *A revolução de 1930*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense 1974.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. "A Força Pública do Estado de São Paulo." In: FAUSTO, Bóris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. T. 3, v. 2.
- _____. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor S. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930/1983*. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense-Universitária /FGV/CPDOC. FINEP, 1984. V. 2.
- GEENEU, Henrique. *Aventuras de uma família durante a revolução*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1925.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- IANNI, Octávio. *O ci*. 2ª ed., Petrópolis, V
- JUIZO FEDERAL. *O Monteiro Lobato*, 19
- LACERDA, Maurício Leite Ribeiro, 1927.
- LANDUCCI, Ítalo. *Cl da revolução de 192*
- LEAL, Victor Nunes São Paulo, Alfa-Om
- LEITE, Aureliano. *Di revolta de São Paulk* Paulo, Monteiro Lob
- MACAULAY, Neill. *A Trad. Flora Machma*
- MACIEL, A. Dantas. de S. Paulo, 1925.
- MARCIGAGLIA, L. F. *de 1924*. São Paulo,
- MENDES JÚNIOR, *A História: texto e cor*
- NORONHA, Abílio. *I Monteiro Lobato*, 19:
- _____. *O resi*
- NOSSO SÉCULO. *Sã*
- OLIVEIRA, N. Tabaja Paulo, Nacional, 195
- PINHEIRO, Paulo Sé Janeiro, Paz e Terra,
- POLÍCIA DE SÃO PA *julho*. São Paulo, Ga
- PRADO JÚNIOR, Ca *história*. São Paulo, I
- REALE, Ebe. "São P. população paulista REUNIÃO DA SOCIE HISTÓRICA, 4. São I
- RIBEIRO, Álvaro. *Fal em 1924*. Rio de Jan
- SAES, Décio. *Classe República: 1889/1930*
- SANTOS, A. Figueire de S. Paulo. Porto, P
- _____. Figuei São Paulo, Unitas, 19
- SÃO PAULO. Câmara 1922, 1924.
- SÃO PAULO. Prefeitu 1924.
- SESSO JÚNIOR, Gei São Paulo, Gráfica M
- SOARES JÚNIOR, R. São Paulo, Ed. Nació

IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

JUIZO FEDERAL. *Os acontecimentos de julho*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.

LACERDA, Maurício. *Entre duas revoluções*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1927.

LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da Coluna Prestes e da revolução de 1924*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1952.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Aureliano. *Dias de pavor — figuras e cenas da revolta de São Paulo*. 2ª ed. revista e aumentada, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes — revolução no Brasil*. Trad. Flora Machman. São Paulo, Difel, s. d.

MACIEL, A. Dantas. *A revolta de 1924*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1925.

MARCIGAGLIA, L. *Férias de julho: aspectos da revolução de 1924*. São Paulo, Salesiana, 1927.

MENDES JÚNIOR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo, Brasiliense, 1979. V. 3.

NORONHA, Abílio. *Narrando a verdade*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

_____. *O resto da verdade*. São Paulo, s. ed., 1925.

NOSSO SÉCULO. São Paulo, Abril Cultural, 1980. V. 2.

OLIVEIRA, N. Tabajara. *1924: a revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

POLÍCIA DE SÃO PAULO. *O movimento subversivo de julho*. São Paulo, Garraux, 1925.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

REALE, Ebe. "São Paulo em pânico: o drama vivido pela população paulistana durante a revolução de 1924." In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 4. São Paulo, 1985. *Anais*. São Paulo, 1985.

RIBEIRO, Álvaro. *Falsa democracia: a revolta de São Paulo em 1924*. Rio de Janeiro, F. de Piro, 1927.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República: 1889/1930*. Petrópolis, Vozes, 1975.

SANTOS, A. Figueiredo dos. *1924: episódios da revolução de S. Paulo*. Porto, Porto, 1924.

_____. Figueiredo dos. *Memórias de um jornalista*. São Paulo, Unitas, 1932.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. *Relatório*. São Paulo, 1920, 1922, 1924.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. *Relatório*. São Paulo, 1924.

SESSO JÚNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha São Paulo*. São Paulo, Gráfica Municipal, 1983.

SOARES JÚNIOR, Rodrigues. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo, Ed. Nacional, 1958. V. 2.

SOARES, J.C. Macedo. *Justiça — revolta militar de São Paulo*. Paris, s. ed., 1925.

SÓCRATES, Eduardo. *Excertos do relatório sobre as operações em torno de São Paulo*. S.l.p., s. ed., 1924.

SODRÉ, Néelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

_____. *O tenentismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

Sucessos subversivos de São Paulo: denúncia apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 1ª Vara de São Paulo pelo Procurador Criminal da República em comissão no estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira*. São Paulo, O Combate, 1927.

_____. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

VICENTE, Sargento João. *A revolução de 5 de julho*. Rio de Janeiro, s. ed., 1925.

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

Acervo do CDHEI/SP — Centro de Documentação Histórica da Energia e Industrialização de São Paulo do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo.

Arquivo da Divisão de Iconografia e Museus da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJESP).

Biblioteca da Associação Comercial de São Paulo.

Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo.

Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo.

Biblioteca Particular de Anna Maria Martinez Corrêa.

Biblioteca Particular de Miguel Costa Jr.

Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo.

Divisão de Retenção e Recuperação de Documentos da Eletropaulo.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Museu da Força Pública de São Paulo.

JORNAIS

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Diário Popular, São Paulo.

O Estado de S. Paulo, São Paulo.

O Grito, São Paulo.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro.

A Marreta, São Paulo.

O Paiz, Rio de Janeiro.

A Plebe, São Paulo.

OS MAPAS DA REVOLUÇÃO

MARIA LÚCIA PERRONE PASSOS

Maria Lúcia Perrone Passos é historiadora e trabalha no Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo

Os mapas foram realizados a partir de planta-base de São Paulo em 1924, pertencente à Biblioteca Municipal Mário de Andrade e cuja reprodução fotográfica foi atenciosamente cedida pela Divisão de Preservação do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura.

Os mapas indicam, além da localização de prédios e logradouros importantes da cidade na época, os redutos mais destacados de revoltosos e legalistas, as principais bases e alvos da artilharia de ambos os lados e as grandes rotas de penetração e retirada das tropas rebeldes e governamentais.

MAPA 1

- PRINCIPAIS REDUTOS DOS REVOLTOSOS
- PONTOS ESTRATÉGICOS OCUPADOS EM DIFERENTES MOMENTOS POR REVOLTOSOS OU LEGALISTAS
- EDIFÍCIOS OU LOGRADOUROS DE ALGUM MODO RELACIONADOS AO LEVANTE
- △ PRINCIPAIS REDUTOS DOS LEGALISTAS

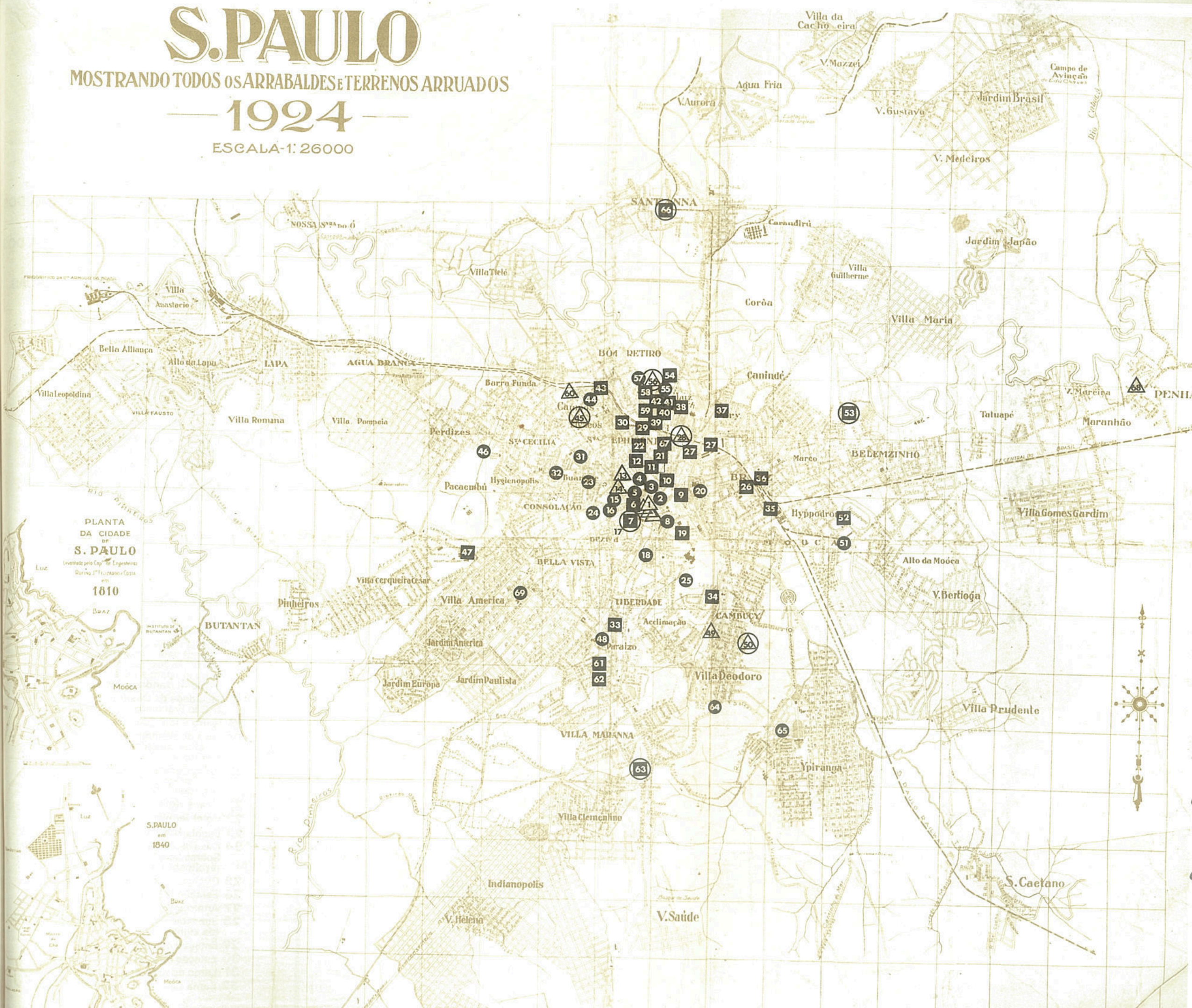
- 1 Redutos dos legalistas: Palácio do Governo, Polícia Central, Secretaria da Justiça, Quartel Central do Corpo de Bombeiros
- 2 Mercado Municipal
- 3 Jornal *O Estado de S. Paulo*
- 4 Escritório do arquiteto Ramos de Azevedo (bombardeado)
- 5 Banco do Brasil
- 6 Escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares (local de conspiração dos revoltosos)
- 7 Telégrafo Nacional
- 8 Igreja dos Remédios (já demolida)
- 9 Parque D. Pedro II (Várzea do Carmo)
- 10 Estação do *Tramway* da Cantareira
- 11 Largo e mosteiro de São Bento
- 12 Regina Hotel
- 13 Sede do Quartel-General da 2ª Região Militar
- 14 Hotel Esplanada
- 15 Teatro Municipal
- 16 Escritórios da Light and Power Co. (instalados no antigo Teatro São José, posteriormente demolido para a construção do Prédio Alexandre Mackenzie)
- 17 Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
- 18 Teatro São Paulo
- 19 Casa de Waldomiro Rosa (local de conspiração dos revoltosos)
- 20 Usina Central da São Paulo Gas Company (atual Casa das Retortas)
- 21 Palace Hotel
- 22 Hotel Terminus
- 23 Escola Normal
- 24 Casa de José Carlos de Macedo Soares (local de reunião entre revoltosos e legalistas)
- 25 Oficinas da Light no Cambuci
- 26 Estação do Brás
- 27 Armazéns do Pari
- 28 Subestação de Paula Souza (da Light)
- 29 Estação da Luz
- 30 Estação da E. F. Sorocabana
- 31 Largo do Arouche
- 32 Santa Casa de Misericórdia

S. PAULO

MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS

1924

ESCALA-1: 26000






- 33 Quartel do 5º Batalhão da Força Pública (Quartel da rua Vergueiro ou da Vila Mariana)
- 34 Igreja da Glória
- 35 Oficinas da E. F. Central do Brasil
- 36 Estação do Norte
- 37 República do Custódio (local de conspiração dos revoltosos)
- 38 Hospital Militar da Força Pública (onde morreu Joaquim Távora em 19 de julho)
- 39 Casa do major Miguel Costa (local de conspiração dos revoltosos)
- 40 Companhia de G. C. (Guarda Cívica)
- 41 Regimento de Cavalaria (e picadeiro) da Força Pública (onde estava lotado Miguel Costa)
- 42 Quartel do 1º Batalhão da Força Pública (Quartel-General dos revoltosos)
- 43 Pontilhão da São Paulo Railway
- 44 Liceu Coração de Jesus
- 45 Palácio dos Campos Elísios
- 46 Hospital Samaritano
- 47 Monumento a Olavo Bilac
- 48 Local onde o capitão Joaquim Távora foi mortalmente ferido em ataque ao quartel da rua Vergueiro
- 49 Instituto Aché
- 50 Quartel do 3º Batalhão da Força Pública
- 51 Cotonifício Crespi
- 52 Hipódromo
- 53 Fábrica Maria Zélia
- 54 Quartel do 2º Batalhão da Força Pública
- 55 Convento da Luz
- 56 Quartel do 4º Batalhão da Força Pública
- 57 Escola Politécnica
- 58 Cadeia Pública
- 59 Corpo-Escola
- 60 Corpo de Bombeiros
- 61 Largo Guanabara
- 62 Ginásio Anglo-Brasileiro
- 63 Estação de bondes da Light
- 64 Cemitério de Vila Mariana
- 65 Museu Paulista (ou Museu do Ipiranga); atrás, localizou-se o Posto de Comando da Força Pública (legalista)
- 66 Quartel do 4º BC do Exército (Quartel de Santana)
- 67 Casa do tenente Ricardo Henrique Hall (altos da oficina da Casa Stolze, local de conspiração dos revoltosos)
- 68 Guaiaúna na Penha: estação ferroviária (atual Estação Carlos de Campos), quartel do largo do Rosário e Mansão Rodovalho (locais onde se instalou o Estado Maior dos legalistas)
- 69 Parque Siqueira Campos (não foi danificado)

DS
IM
UM
S

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO levantada pelo Cap. Engenheiro Durão F. Tristão e Costa em 1810

S. PAULO em 1840

MAPA 2

-  PRINCIPAIS BASES DE ARTILHARIA DOS REVOLTOSOS
-  PRINCIPAIS BASES DE ARTILHARIA DOS LEGALISTAS
-  ZONAS DA CIDADE MAIS CASTIGADAS POR BOMBARDEIOS

- 1 Redutos dos legalistas: Palácio do Governo, Polícia Central, Secretaria da Justiça, Quartel Central do Corpo de Bombeiros
- 2 Mercado Municipal
- 3 Jornal *O Estado de S. Paulo*
- 4 Escritório do arquiteto Ramos de Azevedo (bombardeado)
- 5 Banco do Brasil
- 6 Escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares (local de conspiração dos revoltosos)
- 7 Telégrafo Nacional
- 8 Igreja dos Remédios (já demolida)
- 9 Parque D. Pedro II (Várzea do Carmo)
- 10 Estação do *Tramway* da Cantareira
- 11 Largo e mosteiro de São Bento
- 12 Regina Hotel
- 13 Sede do Quartel-General da 2ª Região Militar
- 14 Hotel Esplanada
- 15 Teatro Municipal
- 16 Escritórios da Light and Power Co. (instalados no antigo Teatro São José, posteriormente demolido para a construção do Prédio Alexandre Mackenzie)
- 17 Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
- 18 Teatro São Paulo
- 19 Casa de Waldomiro Rosa (local de conspiração dos revoltosos)
- 20 Usina Central da São Paulo Gas Company (atual Casa das Retortas)
- 21 Palace Hotel
- 22 Hotel Terminus
- 23 Escola Normal
- 24 Casa de José Carlos de Macedo Soares (local de reunião entre revoltosos e legalistas)
- 25 Oficinas da Light no Cambuci
- 26 Estação do Brás
- 27 Armazéns do Pari
- 28 Subestação de Paula Souza (da Light)
- 29 Estação da Luz
- 30 Estação da E. F. Sorocabana
- 31 Largo do Arouche
- 32 Santa Casa de Misericórdia

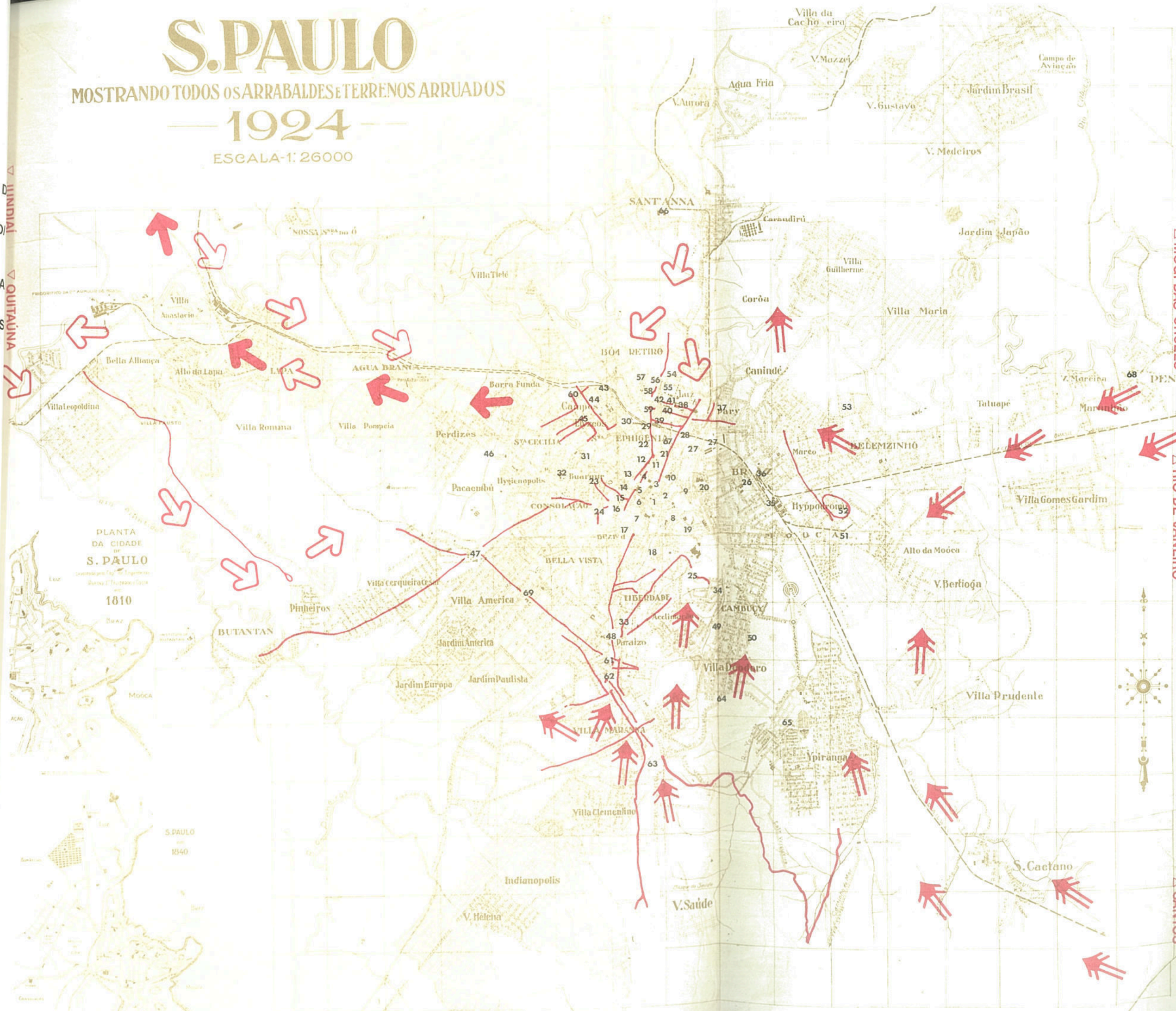
S. PAULO

MOSTRANDO TODOS OS ARRABALDES E TERRENOS ARRUADOS

1924

ESCALA-1:26000

OS COM
ENTÃO D
UNDAI
METRAÇÃO
LOS
OMADA DA
RADA DOS
DIAS DO



- 33 Quartel do 5º Batalhão da Força Pública (Quartel da rua Vergueiro ou da Vila Mariana)
- 34 Igreja da Glória
- 35 Oficinas da E. F. Central do Brasil
- 36 Estação do Norte
- 37 República do Custódio (local de conspiração dos revoltosos)
- 38 Hospital Militar da Força Pública (onde morreu Joaquim Távora em 19 de julho)
- 39 Casa do major Miguel Costa (local de conspiração dos revoltosos)
- 40 Companhia de G. C. (Guarda Cívica)
- 41 Regimento de Cavalaria (e picadeiro) da Força Pública (onde estava lotado Miguel Costa)
- 42 Quartel do 1º Batalhão da Força Pública (Quartel-General dos revoltosos)
- 43 Pontilhão da São Paulo Railway
- 44 Liceu Coração de Jesus
- 45 Palácio dos Campos Elísios
- 46 Hospital Samaritano
- 47 Monumento a Olavo Bilac
- 48 Local onde o capitão Joaquim Távora foi mortalmente ferido em ataque ao quartel da rua Vergueiro
- 49 Instituto Achê
- 50 Quartel do 3º Batalhão da Força Pública
- 51 Cottonificio Crespi
- 52 Hipódromo
- 53 Fábrica Maria Zélia
- 54 Quartel do 2º Batalhão da Força Pública
- 55 Convento da Luz
- 56 Quartel do 4º Batalhão da Força Pública
- 57 Escola Politécnica
- 58 Cadeia Pública
- 59 Corpo-Escola
- 60 Corpo de Bombeiros
- 61 Largo Guanabara
- 62 Ginásio Anglo-Brasileiro
- 63 Estação de bondes da Light
- 64 Cemitério de Vila Mariana
- 65 Museu Paulista (ou Museu do Ipiranga); atrás, localizou-se o Posto de Comando da Força Pública (legalista)
- 66 Quartel do 4º BC do Exército (Quartel de Santana)
- 67 Casa do tenente Ricardo Henrique Hall (altos da oficina da Casa Stolze, local de conspiração dos revoltosos)
- 68 Guaiáuna na Penha: estação ferroviária (atual Estação Carlos de Campos), quartel do largo do Rosário e Mansão Rodvalho (locais onde se instalou o Estado Maior dos legalistas)
- 69 Parque Siqueira Campos (não foi danificado)

MOGI DAS CRUZES

RIO DE JANEIRO

SANTOS

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO 1810

S. PAULO 1840

MAPA 3

— RUAS E CAMINHOS CITADOS COM FREQUÊNCIA NA DOCUMENTAÇÃO DA ÉPOCA



PRINCIPAIS ROTAS DE PENETRAÇÃO/OCUPAÇÃO DA CIDADE PELOS REVOLTOSOS



PRINCIPAIS ROTAS DE RETOMADA DA CIDADE PELOS LEGALISTAS



PRINCIPAIS ROTAS DE RETIRADA DOS REVOLTOSOS NOS ÚLTIMOS DIAS DO LEVANTE

- 1 Redutos dos legalistas: Palácio do Governo, Polícia Central, Secretaria da Justiça, Quartel Central do Corpo de Bombeiros
- 2 Mercado Municipal
- 3 Jornal *O Estado de S. Paulo*
- 4 Escritório do arquiteto Ramos de Azevedo (bombardeado)
- 5 Banco do Brasil
- 6 Escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares (local de conspiração dos revoltosos)
- 7 Telégrafo Nacional
- 8 Igreja dos Remédios (já demolida)
- 9 Parque D. Pedro II (Várzea do Carmo)
- 10 Estação do *Tramway* da Cantareira
- 11 Largo e mosteiro de São Bento
- 12 Regina Hotel
- 13 Sede do Quartel-General da 2ª Região Militar
- 14 Hotel Esplanada
- 15 Teatro Municipal
- 16 Escritórios da Light and Power Co. (instalados no antigo Teatro São José, posteriormente demolido para a construção do Prédio Alexandre Mackenzie)
- 17 Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
- 18 Teatro São Paulo
- 19 Casa de Waldomiro Rosa (local de conspiração dos revoltosos)
- 20 Usina Central da São Paulo Gas Company (atual Casa das Retortas)
- 21 Palace Hotel
- 22 Hotel Terminus
- 23 Escola Normal
- 24 Casa de José Carlos de Macedo Soares (local de reunião entre revoltosos e legalistas)
- 25 Oficinas da Light no Cambuci
- 26 Estação do Brás
- 27 Armazéns do Pari
- 28 Subestação de Paula Souza (da Light)
- 29 Estação da Luz
- 30 Estação da E. F. Sorocabana
- 31 Largo do Arouche
- 32 Santa Casa de Misericórdia

JUNDIAI
QUITANDA



DEPARTAMENTO DE

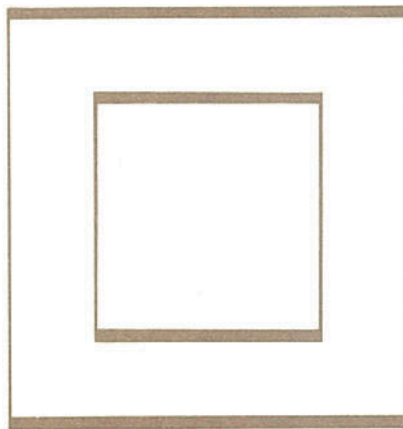


PATRIMÔNIO HISTÓRICO

RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 23

ANDAR INTERMEDIÁRIO TEL. (011) 239 6544

CEP 01048 SÃO PAULO SP BRASIL



Eletropaulo
ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.